



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**LUIZA REIS TEIXEIRA**

**A IDEOLOGIA POLÍTICA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
UMA ANÁLISE DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS EM SALVADOR**

Salvador  
2006

**LUIZA REIS TEIXEIRA**

**A IDEOLOGIA POLÍTICA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
UMA ANÁLISE DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS EM SALVADOR**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Carlos R. S. Milani

Salvador  
2006

Biblioteca da Escola de Administração da UFBA

T266 Teixeira, Luiza Reis  
A ideologia política na economia solidária / Luiza Reis Teixeira.  
- 2006.  
233 f.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Sanchez Milani  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Escola de  
Administração, 2006.

1. Economia solidária – Salvador (BA). 2. Economia solidária – Filosofia -  
Salvador (BA). I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II.  
Milani, Carlos Roberto Sanchez. III. Título.

CDD –334  
20.ed.

## TERMO DE APROVAÇÃO

**LUIZA REIS TEIXEIRA**

### **A IDEOLOGIA POLÍTICA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS EM SALVADOR**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Carlos Roberto Sanchez Milani \_\_\_\_\_  
Doutor em Eco-Desenvolvimento, École des Hautes en Sciences Sociales, FR Institut des Etudes Politiques, Paris

Ruthy Nadia Laniado \_\_\_\_\_  
Doutora em Ciência Política, Universidade Essex, Inglaterra

Genauto França Filho \_\_\_\_\_  
Doutor em Sociologia, Universidade de Paris VII, França

Salvador, 23 de novembro de 2006.

A

Beth, mãe querida, pelo apoio, carinho e dedicação.

Xico, pai querido, por ter estado presente em momentos importantes da minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, meu centro de equilíbrio e coragem.

Aos meus amigos Caranguejos, sempre mostrando a força de uma amizade.

Ao BanSol e aos Bansolinos pelo compartilhamento de um projeto de mundo melhor.

A Carlos Sanchez Milani pela orientação atenciosa e criteriosa, fundamental para meu desenvolvimento e amadurecimento intelectual, profissional e pessoal.

Ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA), da UFBA, pelo apoio, infraestrutura e qualidade de professores e funcionários de forma diferenciada, sempre prestativos e atenciosos – um cuidado especial – com cada um dos estudantes do programa.

Ao Núcleo de Estudos de Organizações e Poderes Locais (NEPOL), pela iniciação na pesquisa científica, além da crença e valorização do meu trabalho.

Aos empreendimentos econômicos solidários entrevistados, pela contribuição e confiança na pesquisa desenvolvida, e por terem aberto o espaço de suas organizações de forma tão cordial.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Muito obrigada, de coração, por contribuírem para este passo tão importante na minha vida, uma experiência de crescimento intelectual, pessoal e profissional.

Com a economia solidária seria tudo mais solidário, mais coletivo. Um continente, um país, um estado. Um colaboraria mais com a necessidade do outro. Porque é uma forma de se unir para ajudar de forma moral – humanizaria mais as relações. Os que têm mais ajudariam os que têm menos, sem exploração. O mundo seria muito mais coeso.

(AMEV, 2006)

## **RESUMO**

Esta dissertação tem como objetivo principal pesquisar a ideologia política na economia solidária. Para alcançar os objetivos do trabalho, investiga-se qualitativamente, através de entrevistas semi-estruturadas, o discurso dos atores participantes de empreendimentos econômicos solidários em Salvador. Busca-se averiguar se há, nos discursos destes atores, indícios da difusão e realização de uma nova concepção do mundo alternativa ao capitalismo, e se ela é equivalente à concepção de mundo da economia solidária - um modo alternativo de produção ao modo capitalista, geralmente estruturado a partir de uma economia com trocas fundamentadas na solidariedade e na propriedade coletiva dos meios de produção. Como referencial teórico, parte-se da teoria gramsciana a respeito da sociedade civil, como campo da superestrutura onde pode ocorrer a transformação ideológica (intelectual e moral) da sociedade. Considera-se, também, o pressuposto de que a direção ideológica é conquistada antes da conquista do poder, e que há uma busca por um consenso a respeito de aspectos práticos e teóricos da economia solidária. As conclusões do trabalho apontam para uma falta de consenso e clareza no discurso dos atores no que diz respeito à definição e à delimitação da economia solidária, ainda que possam compartilhar de uma utopia de transformação social a ser promovida a partir da economia solidária.



## **ABSTRACT**

The main objective of this work is the research of the political ideology involved in Solidary Economy. In order to pursue these objectives, the discourse of the main solidary economy enterprise participant actors in Salvador was investigated qualitatively, through semi-structured interviews. The idea was to verify whether there is, in these actors' discourse, hints as to the diffusion and rise of a new concept of a world alternative to capitalism, and whether this is equivalent to the world viewed from the standpoint of view of solidary economy – an alternative way to production in capitalism, generally structured within an economy where exchanges are grounded on solidarity and collective property of production. As a theoretical framework, the point of departure was the gramscian theory on civil society, understood as a space where ideological transformation (intellectual and moral) may occur, away from the dominant class ideological influence. The presupposition that ideological direction is obtained before the attainment of power was also considered, as well as the understanding that there is a search towards consensus about the practical and theoretical aspects of solidary economy. The conclusion points out the lack of consistency in the actors' discourse related to the definition and delimitation of solidary economy, even though actors share the utopia of social transformation based on solidary economy.

## LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 -	Composição da economia solidária	113
Gráfico 1 -	Distribuição temporal dos empreendimentos econômicos solidários em Salvador	127
Gráfico 2 -	Quantidade de pessoas participantes dos empreendimentos entrevistados	133
Gráfico 3 -	Origem dos parceiros	136
Gráfico 4 -	Produção dos empreendimentos entrevistados	145

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Campo conceitual da economia solidária	90
Quadro 2 -	Breve cronologia dos principais acontecimentos na economia solidária no Brasil	106
Quadro 3 -	Elementos internos e externos para a análise do movimento de economia solidária no Brasil	108
Quadro 4 -	Caracterização dos empreendimentos associativos	124
Quadro 5 -	Dados gerais dos empreendimentos	132
Quadro 6 -	As noções no entendimento da economia solidária	140
Quadro 7 -	Objetivos e resultados dos empreendimentos	142
Quadro 8 -	Organização da produção nos empreendimentos	146
Quadro 9 -	Responsabilidade pela produção e tomada de decisão	148
Quadro 10 -	Conscientização de outras pessoas	149
Quadro 11 -	Qualidade das relações empreendimentos x comunidades	152
Quadro 12 -	Visão da sociedade na economia solidária	153
Quadro 13 -	Expectativas do Estado	156
Quadro 14 -	Estado ideal	157
Quadro 15 -	Mudanças que a economia solidária pode trazer	158
Quadro 16 -	Superação das desigualdades sociais	159
Quadro 17 -	Concepção do ideário dos empreendimentos	161

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
APL	Arranjo Produtivo Local
BanSol	Associação de Fomento à Economia Solidária
CECOM	Centro Comunitário Vasco da Gama
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviços
CIAGS	Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
IAAP	Instituto Afrânio Afonso Pereira
ITCP	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
FAPESB	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia
FASE	Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCEB	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas
SECOMP	Secretaria Estadual de Combate a Pobreza
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	15
1.1.	PROBLEMÁTICA: <i>SOCIEDADE CIVIL E ECONOMIA SOLIDÁRIA</i>	17
1.2.	OBJETO DE ESTUDO	25
1.3.	A PESQUISA	27
1.4.	ESCOLHAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS	29
<b>2.</b>	<b>A SOCIEDADE CIVIL: USOS E ABUSOS DE UMA CATEGORIA CONCEITUAL</b>	32
2.1.	HISTÓRICO DO CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL	37
2.2.	SOCIEDADE CIVIL EM AÇÃO: MOVIMENTOS SOCIAIS	54
2.3.	IDEOLOGIA NOS MOVIMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL	64
2.4.	A INOVAÇÃO GRAMSCIANA NO PENSAMENTO MARXISTA	70
2.5.	PRINCIPAIS CONCEITOS - IDEOLOGIA E SOCIEDADE CIVIL EM GRAMSCI	74
2.6.	O PAPEL TRANSFORMADOR DA SOCIEDADE CIVIL	81
<b>3.</b>	<b>TEORIAS E PRÁTICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: EMPREENDIMENTOS NO BRASIL E NA BAHIA</b>	85
3.1.	TEORIZAÇÃO ACERCA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	86
3.2.	ECONOMIA SOLIDÁRIA: RENASCIMENTO DO COOPERATIVISMO	93
3.3.	ANÁLISE DO MOVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	107
<b>4.</b>	<b>ANÁLISE EMPÍRICA: A IDEOLOGIA POLÍTICA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>	121
4.1.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	121
4.1.1.	<b>Metodologia Experimental</b>	127
4.1.2.	<b>Metodologia Analítica</b>	130
4.2.	ANÁLISE DOS DADOS	129

<b>5.</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	162
	<b>REFERÊNCIAS</b>	171
	<b>APÊNDICE A</b>	178
	<b>APÊNDICE B</b>	181
	<b>APÊNDICE C</b>	186
	<b>APÊNDICE D</b>	189
	<b>APÊNDICE E</b>	190
	<b>APÊNDICE F</b>	196
	<b>APÊNDICE G</b>	200
	<b>APÊNDICE H</b>	204
	<b>APÊNDICE I</b>	208
	<b>APÊNDICE J</b>	215
	<b>APÊNDICE K</b>	219
	<b>APÊNDICE L</b>	225
	<b>APÊNDICE M</b>	228

## 1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo apresentar, em linhas gerais, as conclusões de uma pesquisa que busca analisar a ideologia política presente nos empreendimentos de economia solidária. A pesquisa vincula-se ao Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais – NEPOL, sendo realizada no âmbito do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia – NPGA/EAUFBA, com o apoio do CNPq. Ao final da pesquisa, procura-se responder a questões que surgiram ao longo da experiência vivida pela própria pesquisadora no desenvolvimento de uma organização de economia solidária, vinculada à EAUFBA, o BanSol – Associação de Fomento à Economia Solidária<sup>1</sup>.

Na primeira parte da dissertação, estabelecemos um panorama histórico e sócio-político do conceito de sociedade civil, analisando as diferentes expressões políticas da realidade social que ele representa, assim como o vasto campo de atuação que as organizações da sociedade civil englobam. Isso é fundamental porque a **economia solidária** surge em meio a este contexto. Apresentamos uma síntese histórica da sociedade civil na América Latina e dos movimentos sociais no Brasil, com o objetivo de estabelecer uma relação com o conceito de ideologia, uma das categorias de análise centrais deste trabalho. Há, a seguir, uma análise

---

<sup>1</sup> O BanSol é uma Associação autogestionária criada em 2001, inserida na Universidade Federal da Bahia (UFBA), composta de forma multidisciplinar por estudantes, professores e profissionais que têm como objetivo fomentar a Economia Solidária na região metropolitana de Salvador - Bahia. A sua missão é exercitar e difundir a economia solidária, através da vivência e do apoio à construção de empreendimentos e de saberes para um mundo socialmente justo e sustentável.

interpretativa dos conceitos de *ideologia* e *sociedade civil* em Gramsci, em que, novamente, são estabelecidos nexos com o objeto empírico deste trabalho investigativo – **a ideologia política em organizações de economia solidária**.

Vale ressaltar que os conceitos desenvolvidos por Gramsci desempenham um papel de fundamental relevância neste trabalho, uma vez que a *sociedade civil* – com a capacidade de organização de discursos - é a esfera em que surge e está contextualizado o objeto empírico; além disso, a *ideologia* é a concepção de mundo e o projeto político (dotado de intencionalidade) presente nas manifestações coletivas das organizações da sociedade civil, constituindo-se na principal categoria conceitual a ser analisada no repertório discursivo dos **empreendimentos de economia solidária**.

A segunda parte da dissertação retrata, brevemente, a teorização acerca da economia solidária, visando a discutir a evolução do debate sobre esta temática e seu reflexo no atual momento de organização do movimento. Em seguida, são analisadas as origens históricas do movimento partindo do pressuposto de que a economia solidária seria um renascimento do cooperativismo do século XIX. Posteriormente, o movimento da economia solidária no Brasil e na Bahia é analisado à luz da proposta metodológica para análise e a contextualização dos movimentos sociais lançada por Gohn (2002).

Na última parte da dissertação, além da explicitação dos procedimentos metodológicos do trabalho empírico, são apresentadas as organizações que fazem parte da amostra investigada e as análises desenvolvidas em relação ao perfil e o ideário destas organizações. No último capítulo, de conclusão, são relacionados os resultados obtidos a partir da análise dos dados empíricos com os pressupostos teóricos deste trabalho, no contexto da produção acadêmica e da literatura sobre sociedade civil e economia solidária no Brasil.



### 1.1. PROBLEMÁTICA: *SOCIEDADE CIVIL E ECONOMIA SOLIDÁRIA*

O processo de internacionalização dos estudos sobre organizações sem fins lucrativos, ocorrido na década de 90, trouxe a emergência do termo “Terceiro Setor” em diferentes contextos nacionais, para se referir a ações ocorridas na esfera da sociedade civil. No caso do Brasil, Fernandes (1994) definiu o *terceiro setor* como a produção de bens públicos, a exemplo da conscientização para os direitos da cidadania, a prevenção de doenças transmissíveis ou a organização de ligas esportivas. Para Falconer (1999), este é o termo que vem encontrando maior aceitação para designar o conjunto de iniciativas provenientes da sociedade. Existem, além deste termo, outras expressões usadas no Brasil, como: organizações não-governamentais, organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, filantrópicas, sociais, solidárias, independentes, caridosas, de base, associativas, entre outros. No entanto, há uma clara confusão ao considerar todos estes termos como sinônimos. Para efeito de análise, estabelecemos, como ponto de partida deste trabalho, uma distinção entre os termos “terceiro setor” e “organizações não-governamentais” em relação ao conceito de *sociedade civil*.

O termo *terceiro setor* surge nos Estados Unidos, com a tradição de um *nonprofit sector* firmemente enraizada. Os primeiros estudos nesta área datam de 1960; no entanto, foi na década de noventa que a maior parte da produção hoje disponível se desenvolveu sobremaneira, e teve alguma atenção de autores do chamado *mainstream* da Administração, como Philip Kotler e mesmo de Peter Drucker, que é tido como um dos pais das teorias da Administração moderna (FALCONER, 1999). Alves (2002) ressalta que o *John Hopkins Nonprofit Sector Project* foi responsável pela divulgação do termo em diversos países do mundo, através de pesquisas desenvolvidas sobre o tema em países com realidades distintas, desde o Paquistão até a Coréia do Sul:

(...) deve-se ao John Hopkins Nonprofit Sector Project o ‘renascimento’ do termo ‘Terceiro Setor’ ou, pelo menos, a divulgação uniforme da expressão para todo o mundo. (ALVES, 2002, p. 6)

O presente estudo considera a posição de França (2001, p. 52) que afirma “que o termo *terceiro setor* é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica impregnada pela idéia de filantropia”. O autor ainda compara o termo a uma ponta de *iceberg*, muito pouco amplo para a diversidade de experiências não-governamentais e não-mercantis na América Latina. Outro autor cujo posicionamento sobre o assunto compartilhamos é Montano (2003): ao abordar o termo, ele parte de uma análise do processo de reestruturação do capital após a década de 70, quando se passa a seguir orientações neoliberais de flexibilização dos mercados, das relações de trabalho, da produção, do investimento financeiro e do afastamento do Estado de suas responsabilidades sociais. Para ele, o “Terceiro Setor” – também utilizado entre aspas em sua obra – é um conceito ideológico portador da função de encobrir e desarticular o real, pois tem sua origem ligada tanto a visões segmentadoras da realidade social, quanto apresenta uma forte funcionalidade com o atual processo de reestruturação do capital, particularmente no que refere ao afastamento do Estado das suas responsabilidades de respostas às seqüelas da questão social.

Assim como o termo “Terceiro Setor”, o conceito de sociedade civil tem sido amplamente disseminado nos dias de hoje. Segundo Nogueira (2003), seja no nível do senso comum, da linguagem da mídia, ou do imaginário político das sociedades contemporâneas, o conceito de sociedade civil, é um dos conceitos da teoria social contemporânea que mais gera controvérsias, além de ter perdido a precisão, uma vez que é empregado pelas mais variadas correntes político-filosóficas, que muitas vezes utilizam a mesma palavra referindo-se a fenômenos distintos.

No entanto, o conceito de *sociedade civil* surge muito antes da terminologia do terceiro setor, com a *pólis* grega, no sistema democrático lá praticado. Muito do debate

existente entre democracia e sociedade tem origem na Grécia clássica do século V a.C. e seu escopo é bastante mais amplo, complexo e contraditório. O conceito de sociedade civil foi desenvolvido por Aristóteles, sob o termo *Politike koinonia*<sup>2</sup>, posteriormente traduzido como *respublica* ou também *societas civilis* em latim. No entanto, com a revolução industrial há o desenvolvimento de um novo padrão de relacionamento entre a sociedade civil sociedade política, o que será aprofundado no segundo capítulo desta dissertação.

O conceito de sociedade civil a ser explorado nesta dissertação corresponde ao modelo desenvolvido por **Gramsci**, ao qual este trabalho se filia epistemológica e teoricamente. Gramsci parte do conceito de Marx, mas inova ao considerá-la no momento da superestrutura, ao invés da estrutura. Para Gramsci, a sociedade civil compreende, não apenas todo o conjunto das relações materiais, como em Marx, mas todo o conjunto das relações ideológico-culturais e todo o conjunto da vida *espiritual e intelectual*, diferente de Marx, que considera a sociedade civil todo o conjunto da vida *comercial e industrial*. Para Gramsci, a sociedade civil é, ao mesmo tempo, o momento ativo, referente à dicotomia necessidade e liberdade, e momento positivo, referente à força e consenso (BOBBIO, 1986).

Gramsci fala também em hegemonia como controle ideológico da classe dominante. Para ele, a Igreja na Idade Média, por exemplo, funcionava como a sociedade civil, já que era o aparelho de hegemonia do grupo dirigente.

Podem ser fixados, por enquanto, dois grandes planos **superestruturais**: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’, ou seja, o conjunto de organismos habitualmente ditos privados, e o da sociedade política ou Estado. E eles correspondem à função de **hegemonia** que o grupo dominante exerce em toda a sociedade; é a do domínio direto ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico (GRAMSCI, p. 33 – trecho dos Cadernos do Cárcere, *apud* BOBBIO, 1982).

A atribuição de um papel transformador à sociedade civil por Gramsci teve bastante impacto nas teorias de sociedade civil que seguiram posteriormente. Gramsci está sempre presente nos discursos dos mais diversos interlocutores que falam de sociedade civil

---

<sup>2</sup> *Politike koinonia* significa sociedade política ou comunidade.

nos dias de hoje, embora não haja uma interpretação única e consensual do termo (NOGUEIRA, 2003). Os autores consultados neste trabalho sobre o tema da sociedade civil (COHEN, 2003; COHEN e ARATO, 1992; NOGUEIRA, 2003; TEIXEIRA, 2002; WHITEHEAD, 1999) partem do conceito de Gramsci, ou fazem referência a ele.

Adotamos o pressuposto de que sociedade civil em Gramsci é um conceito complexo e sofisticado, muito útil para entender a realidade contemporânea. Além de ser um conceito, a sociedade civil, como ressalta Nogueira (2003), encerra em Gramsci um projeto político que tem a possibilidade de transformar a sociedade. Existe neste conceito uma razão marcada pela idéia de intencionalidade, que nos parece fundamental epistemológica e metodologicamente. Para Elenaldo Teixeira (2002), Gramsci é o autor que apresenta os elementos básicos para a compreensão atual da sociedade civil, uma vez que ela representa o conjunto de organizações que elaboram e difundem as ideologias que são hegemônicas entre as classes.

As constantes crises por que o sistema capitalista vem passando contribuem para o aumento das desigualdades sociais, e, conseqüentemente, para a deteriorização das condições de vida da maioria da população mundial. Somam-se a este cenário as transformações econômicas que vêm ocorrendo no plano global, com as mudanças tecnológicas e a incorporação de um novo padrão produtivo pelas empresas, que se baseia na flexibilização do trabalho, na segmentação de cadeias produtivas por áreas geográficas, na acirrada competitividade mundial entre as empresas na busca de produtividade e eficácia que ultrapassam as fronteiras do Estado-nação. Todo este processo afeta as economias nacionais, que, em sua maioria, vêm implementando reformas liberalizantes e desregulando os mercados, o que leva a uma redução do papel do Estado, tanto nas atividades econômicas, como no financiamento e na promoção de políticas sociais, além de gerar crise social derivada do desemprego (SANTOS JUNIOR, 2001).

Os Estados são constrangidos a deixar de lado as práticas de *welfare*, e as empresas vêm se tornando, ainda mais, insuficientes para atender às demandas de uma grande massa excluída do trabalho formal. Tanto o Mercado como o Estado não têm se mostrado eficazes, pelos seus mecanismos econômicos e redistributivos tradicionais, de equacionar o problema das desigualdades sociais em países como o Brasil, o que vem a fortalecer ideais de transformação social, que muitas vezes se baseiam na transformação do sistema. O crescente desemprego e as transformações na qualidade do trabalho, marcas da era global, têm deslocado, cada vez mais, parte dos indivíduos para formas alternativas de ocupação. A discussão acerca de novas alternativas ao modelo vigente ganha força no discurso acadêmico e dos movimentos sociais (SEI, 2004).

Como exemplo destas alternativas ao modelo econômico vigente, podemos citar os movimentos associativistas que, desde o século XIX, traduziram o surgimento de uma tipologia de experiências que nasceram do seio da sociedade civil, sob a égide dos mecanismos de reciprocidade e do voluntarismo, que não possuíam fins lucrativos e que pretendiam trabalhar para a eliminação da exclusão social e por uma cultura da solidariedade. As primeiras experiências de economia solidária na Europa foram também denominadas de socialismo utópico, e geraram um debate político sobre as condições do agir econômico. Havia uma recusa das pessoas envolvidas no movimento associativista e cooperativista na Europa do século XIX em reconhecer a autonomia apenas do aspecto econômico, em detrimento dos outros aspectos, haja vista os aspectos, social, político e cultural, entre outros. O ideal de transformação social, no entanto, não passava pela tomada do poder político via aparelho do Estado, mas pela construção de uma nova hegemonia (FRANÇA, 2001). A economia solidária, segundo a interpretação adotada nesta dissertação, surge neste contexto, tornando-se um movimento que produz uma racionalidade oposta àquela que orienta o capitalismo, ou seja, privilegia-se a cooperação em detrimento da competição.

No entanto, entre os autores que estudam o tema (SOUZA SANTOS, 2002; SINGER, 2001; FRANÇA e LAVILLE, 2004; CATTANI, 2003; GAIGER, 2001) existem interpretações diferenciadas da economia solidária, partindo de distintas correntes econômicas, sociológicas e/ou filosóficas. Como em muitos campos da teoria social e econômica, são adotados diferentes conceitos, levando a um importante debate em torno do campo conceitual da economia solidária no Brasil e no mundo.

É necessário analisar que a diversidade nas teorizações acerca da economia solidária difere da conceituação de sociedade civil descrita anteriormente, uma vez que ela não apresenta uma longa trajetória de estudos, nem tem origens no período grego clássico. O conceito de economia solidária passa a ser discutido, sob esta denominação, a partir da década de 1980 (LECHAT, 2002), mesmo tendo sua origem atribuída ao movimento cooperativista de Rochdale na Inglaterra ou às Associações de Ajuda Mútua na França no século XIX. As denominações e conceituações acerca da economia solidária, são na maioria das vezes, diferentes entre si por partirem de realidades sociais e experiências distintas. Contudo, as características destas experiências possuem um núcleo comum: a idéia da solidariedade substituindo o individualismo competitivo característico do comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas. Percebe-se, então, que, em nome desse denominador comum de natureza política e militante, há um esforço por parte dos diferentes intelectuais do campo a fim de estabelecer diálogos teóricos e metodológicos que permitam alinhar minimamente os contornos conceituais da temática.

Entre as diferentes denominações atribuídas à economia solidária temos: economia popular, economia do trabalho, economia popular e solidária, socioeconomia solidária, entre outros. Estas denominações, todavia, retratam experiências baseadas na organização cooperativa ou associativa, de caráter democrático, com a característica da solidariedade perpassando todas elas. Entre as organizações que fazem parte do campo da

economia solidária, também conhecidas como **empreendimentos econômicos solidários**, é possível citar iniciativas como as associações e cooperativas de trabalhadores rurais e urbanos, produtores de bens e serviços, centrais de comercialização, empresas autogestionárias, cooperativas de crédito, clubes de trocas e as organizações que atuam no campo do chamado comércio justo.

Não obstante, não exploraremos as diferenças conceituais que, conforme relatado, figuram no campo conceitual da economia solidária. Conceituaremos, no entanto, a filiação teórica deste trabalho, seguindo uma linha de pensamento em que a economia solidária é definida como um modo alternativo de produção, que caminha com a sociedade mercantil (SINGER, 2001), e que este modelo econômico encontraria correspondência nas formas diversas de produção associativa em que se destacam as cooperativas e as associações. Isto porque uma das categorias de análise deste trabalho é o conceito de sociedade civil gramsciana, dotada de autonomia para o desenvolvimento de novas ideologias que podem contestar a ideologia hegemônica, qual seja, a do modo de produção capitalista atual.

Enfim, o conceito adotado de economia solidária é de Paul Singer (2003), em documento divulgado pela SENAES, em que apresenta a economia solidária como:

(...) o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva do capital e participação democrática (cada cabeça um voto) nas decisões dos membros da entidade promotora da atividade. (SINGER: 2003, p. 5)

O autor pondera que esta é a forma mais breve de definir a economia solidária, e não esgota a caracterização detalhada da mesma. Essas atividades, em seu conjunto, compõem uma economia dos setores populares, que envolvem, de modo disperso e fragmentado, um fluxo considerável de produtos, serviços e modalidades diversas de trocas e mercados (SEI, 2004).

No País, o governo federal já acena com políticas públicas de fomento a empreendimentos solidários com o desenvolvimento de ações sistemáticas da Secretaria

Nacional de Economia Solidária - SENAES<sup>3</sup>, criada em 2003, como a I Conferência Nacional de Economia Solidária, ocorrida em junho de 2006, e a criação do SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, que publicou o Atlas da Economia Solidária no Brasil, contendo um amplo mapeamento censitário dos empreendimentos de economia solidária no Brasil.

O fomento à economia solidária vem sendo desenvolvido também por diversas instituições, chamadas de entidades de apoio, tais como: universidades, sindicatos, entidades religiosas, ONG's, etc. (SINGER, 2002). Dois exemplos entidade de apoio vinculadas às universidades são: a rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP's<sup>4</sup> e o BanSol (Associação de Fomento à Economia Solidária) da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia – UFBA. A Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS, filiada à Central Única dos Trabalhadores – CUT, mobiliza sindicatos para apoiarem empreendimentos solidários e se empenha na construção de uma rede de crédito solidário. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST organiza os assentamentos sob a forma de cooperativas. Outras instituições que merecem ser citadas são: a Cáritas (da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB), a FASE do Rio de Janeiro, a ATC em São Paulo, prefeituras (Blumenau, Porto Alegre, Santo André, etc.), o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SINGER, 2003).

O apoio acontece efetivamente através de capacitação, assistência técnica, trabalho voluntário, micro crédito, ou até mesmo por doações a fundo perdido. Os dados demonstram que estes empreendimentos estão se multiplicando, não havendo ainda números consolidados sobre seu tamanho e importância econômica (SINGER, 2003).

---

<sup>3</sup> Mais informações sobre o processo de constituição da SENAES no *site* [www.tem.gov.br/economiasolidaria/default.asp](http://www.tem.gov.br/economiasolidaria/default.asp).



## 1.2. OBJETO DE ESTUDO

A economia solidária aparece na sociedade brasileira, em especial, como uma alternativa de geração de renda e de inclusão social. Devido ao grave contexto de desemprego do país, as experiências de economia solidária têm tido um grande crescimento quantitativo ao longo dos últimos anos. Em Salvador, por exemplo, registra-se um *boom* no surgimento de empreendimentos econômicos solidários no período que vai de 2000 a 2004, quando são fundados 22 empreendimentos no município. Os empreendimentos solidários surgem, em geral, a partir da assessoria de diversas instituições de fomento, como uma alternativa ao desemprego e à precarização do trabalho. Recebem apoio de diversas instituições de fomento à economia solidária, cooperação esta que tem propiciado a difusão destes ideais no Brasil.

Como no presente trabalho, analisa-se a ideologia dos empreendimentos econômicos solidários, utiliza-se a teoria de Gramsci a respeito da ação política a fim de qualificar o sentido de ideologia política:

(...) a atividade humana central, o meio através do qual a consciência individual é colocada em contato com o mundo sócio e material, em todas as suas formas (CARNOY, 1986, p. 89).

A análise tem como foco a qualificação do discurso e da percepção dos atores envolvidos com a economia solidária. Pretendemos chegar a conclusões acerca do caráter hegemônico ou contra-hegemônico apresentado no discurso. O discurso hegemônico é caracterizado pelo predomínio ideológico dos valores e normas burguesas (classes dominantes), que são os predominantes na economia do sistema capitalista, com base em trocas mercantis, dominação do econômico sobre o social, entre outros aspectos que analisamos *a posteriori* nesta dissertação. Pretendemos investigar se há no discurso a difusão e realização de uma nova concepção do mundo (BOBBIO, 1986), verificando se esta é, na

---

<sup>4</sup>Existem 18 ITCP's espalhadas pelas universidades do País em 11 Estados da federação (MG, SP, RJ, BA, PE, AM, RN, RS, CE, PR e SC). Estas instituições possuem uma rede para troca de informações, ver *site*: <http://www.itcp.coppe.ufrj.br/>.

prática, a concepção de mundo da economia solidária (uma economia com trocas baseadas na solidariedade, a propriedade coletiva dos meios de produção, entre outros).

A questão norteadora desta dissertação parte da constatação da inexistência de estudos empíricos voltados para a análise dos marcos referenciais estratégicos fundamentais que designam a identidade dos movimentos sociais de economia solidária. Não é possível afirmar que as pessoas que integram as organizações do campo da economia solidária partilham o mesmo discurso presente no meio acadêmico. Portanto, questiona-se: qual a visão de mundo que dá sentido e direção ao movimento; qual a sua força efetiva na história; e qual a sua capacidade de mobilização política. Será o discurso dos integrantes dos empreendimentos econômicos solidários voltados para uma concepção da economia solidária enquanto modo de produção alternativo ao modelo hegemônico? Haveria, no discurso deste atores, uma concepção ampla e abrangente de transformação do modo de produção capitalista?

O **primeiro pressuposto** do trabalho está aportado na teoria gramsciana a respeito da sociedade civil. A sociedade civil é tida como um campo onde pode ocorrer a transformação ideológica (intelectual e moral), a partir do afastamento da influência ideológica da classe dominante, ou seja, no desenvolvimento de uma atitude crítica que permita às classes dominadas romper com a unidade estabelecida pela ideologia tradicional. Portanto, assumimos que há, na sociedade civil, a possibilidade de surgimento de ideologias que possam ser contrapostas à ideologia dominante (contra-hegemônica). Com isso, pretendemos investigar se a ideologia do movimento de economia solidária representa um rompimento com a ideologia dominante.

O **segundo pressuposto** do trabalho está na concepção, também fundamentada na teoria gramsciana, de que a direção ideológica é conquistada antes da conquista do poder. A conquista da direção ideológica assume uma condição essencial para a conquista do poder, que deve seguir a seguinte ordem: 1. rompimento com a ideologia dominante; 2. elaboração

da concepção de mundo do grupo dominando; 3. organização e autonomia do grupo dominado; 4. conquista do poder (domínio) político pelo grupo dominado; 5. exercício e difusão da nova hegemonia (concepção de mundo) na sociedade. A partir deste pressuposto, pretende-se investigar se os atores da economia solidária apresentam a característica de propor e lutar por uma transformação efetiva do modo de produção capitalista, ou seja, se a sua ideologia política se contrapõe à ideologia do capitalismo.

O **terceiro pressuposto** parte da idéia de que, assim como no debate conceitual há uma busca por um consenso a respeito de aspectos práticos e teóricos da economia solidária, no discurso dos atores da economia solidária há dissenso sobre a sua ideologia política. Com isso, acredita-se que os resultados da investigação não apontarão para uma única ideologia, de natureza unitária, no campo da economia solidária.

### 1.3. A PESQUISA

A economia solidária apresenta-se como uma proposta alternativa para o combate dos efeitos do capitalismo e tem ganho espaço no cenário brasileiro e mundial, o que é comprovado pela ampliação da discussão do tema, pelo crescente número de organizações envolvidas com a temática da economia solidária, seja na implementação de projetos ou no fomento. Um grande número de grupos têm desenvolvido o debate e a experimentação de projetos de economia solidária: desde setores de Igreja, organizações da sociedade civil, movimentos sociais urbanos e rurais, até sindicatos e centrais sindicais, passando ainda por pesquisadores, intelectuais, militantes socialistas, entre outros. Não se trata, apenas, de uma reação ao agravamento do desemprego e da pobreza. Na realidade, estamos vivendo, no Brasil, e em outras partes do planeta, o que Milton Santos (2000) identificou como sendo uma "nova divisão do trabalho", cujo parâmetro é a "manutenção da vida". Este processo, segundo

o autor, vem "dos de baixo", não só dos "pobres", como também "dos indivíduos liberados, [vem] do pensamento livre que foge do pensamento único (...) da racionalidade dominante".

Portanto, o presente trabalho também justifica-se por explorar um campo ainda não suficientemente analisado no que se refere à economia solidária – o seu aspecto político. Há uma tendência, na literatura, em enfatizar os aspectos econômicos, sociais e até culturais, relegando o aspecto da capacidade de mobilização política a um segundo plano. Acredita-se que a análise realizada no trabalho, por estar baseada no referencial teórico de Gramsci, não incorre em dois riscos fundamentais na determinação da totalidade social: o economicismo (mudanças acontecendo no plano econômico, apenas) e o voluntarismo (mudanças sendo realizadas no plano da sociedade civil). Acredita-se nesta dissertação, que a análise da dimensão política da economia solidária é fundamental para a sua futura projeção teórica e metodológica.

Ainda é possível ressaltar a experiência pessoal da autora, que se envolveu em um projeto de construção de uma Associação de Fomento à Economia Solidária – o BanSol e, a partir daí, teve aguçado seu interesse científico pelo funcionamento deste campo. No entanto, o campo da gestão social, que de regra engloba, nas escolas de administração, estudos sobre a sociedade civil e a economia solidária, é tradicionalmente muito pouco explorado. Os estudos em Administração voltam seu foco mormente para organizações privadas e públicas governamentais. A possibilidade de participar da pesquisa orientada pela professora doutora Maria Suzana Moura e desenvolvida com apoio do CNPq, intitulada “A gestão de empreendimentos solidários”, enquanto bolsista de iniciação científica também foi um incentivador desta exploração mais profunda no campo da economia solidária.

A discussão sobre a ideologia na sociedade civil, também, apresenta-se como uma justificativa para o desenvolvimento deste trabalho de investigação. Podemos dizer que, desde a redemocratização do Brasil, o número e a influência de organizações e ações no campo da

sociedade civil vêm aumentando sensivelmente. Esse fenômeno tem acarretado uma série de discussões, debates e especulações sobre o papel da sociedade civil para a superação do modelo de sociedade desigual e competitiva existente. Há, então, uma necessidade de aprofundar a compreensão deste fenômeno, tendo em vista a diversidade de objetivos e da interpretação do papel das organizações da sociedade civil na literatura atual.

Assim sendo, o objetivo geral deste trabalho é identificar se os atores dos empreendimentos econômicos solidários, surgidos em Salvador entre os anos de 2000 e 2004, interpretam a economia solidária como um modelo alternativo ao capitalismo, apontando para a superação do modelo de sociedade existente.

O primeiro objetivo específico é verificar, através de fontes bibliográficas, a formação e o desenvolvimento da economia solidária no Brasil. O segundo objetivo específico é delinear um perfil dos empreendimentos econômicos solidários em Salvador.

#### 1.4. ESCOLHAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Os fundamentos teóricos deste trabalho têm por base o pensamento de Gramsci, com destaque para os conceitos de *ideologia* e *sociedade civil*. A palavra *Ideologia* tem sido muito empregada, tanto na linguagem política prática, como na linguagem filosófica, sociológica e político científica. No entanto, o termo *ideologia* não teve o mesmo uso ao longo do tempo. A partir da teoria desenvolvida por Marx em sua obra *A Ideologia Alemã*, surge uma distinção entre o significado usado, até então, para este conceito.

O Dicionário de Política (BOBBIO, 1998) estabelece uma distinção entre o **significado forte** e o **significado fraco** de ideologia. Para os autores deste dicionário, o sentido fraco, em linhas gerais, envolve um conjunto de idéias e de valores referentes à ordem pública e tem como função orientar os comportamentos políticos coletivos. Já o **significado forte**, tem origem no conceito de ideologia de Marx, que é entendido como a falsa

consciência das relações de domínio entre as classes. Enquanto no **significado fraco**, a *ideologia* é um conceito neutro, que prescinde do caráter eventual e mistificante das crenças políticas, no **significado forte**, a *ideologia* é um conceito negativo que denota precisamente o caráter mistificante de falsa consciência de uma crença política (BOBBIO, 1998).

Tendo em vista as diferentes acepções do termo de *ideologia*, destacamos aqui que não há, na obra de Antonio Gramsci, uma teoria sistemática da *ideologia*, ou seja, ela não está evidenciada em seus escritos. Gramsci não chega nem mesmo a utilizar o termo nos Cadernos do Cárcere, mas emprega outros correlatos como: “filosofias”, “concepções de mundo” e “formas de consciência”, entre outros. No entanto, há a compreensão, a partir da interpretação da obra gramsciana, de que a ideologia deve ser estudada como uma superestrutura, e, para entender o “complexo” estrutura/superestrutura, deve-se entender outros conceitos interligados, que formam a sua base como: **hegemonia, sociedade civil, Estado, partido e intelectuais** (HALL e outros, 1983). Neste trabalho, o principal conceito a ser usado, além do de *ideologia*, é o de **sociedade civil**.

O conceito de ideologia ocupa uma posição de extrema importância, apenas subordinado-se às “concepções políticas em torno das quais o pensamento de Gramsci está orientado” (HALL e outros, 1983, p. 60). Para Gramsci:

(...) as ideologias não são julgadas segundo um critério de verdade e falsidade, mas segundo sua função e eficiência em aglutinar classes e frações de classe em posições de domínio e subordinação (HALL e outros, 1983, p. 63).

Do ponto de vista metodológico, a presente pesquisa tem evidente caráter qualitativo, buscando trabalhar com fontes secundárias e primárias na análise desenvolvida. A pesquisa empírica, apresentada no capítulo 4, volta-se para a investigação do universo dos empreendimentos econômicos solidários surgidos em Salvador, entre os anos de 2000 e 2004. Opta-se por uma pesquisa qualitativa porquanto realiza-se uma análise dos discursos e das percepções de integrantes da amostra especificada. Através de um roteiro de entrevista semi-

**Cap 1 – INTRODUÇÃO**

---

Luiza Reis Teixeira

estruturado, discutido no capítulo 4, objetiva-se o levantamento de dados que permitam chegar a conclusões acerca da ideologia política presente no seio dos empreendimentos do movimento de economia solidária.

## 2. A SOCIEDADE CIVIL: USOS E ABUSOS DE UMA CATEGORIA CONCEITUAL

Neste capítulo, estabelecemos um panorama histórico e sócio-político do conceito de sociedade civil, passando pela sua caracterização na América Latina e no Brasil. Em seguida, fazemos uma análise interpretativa dos conceitos de *ideologia* e *sociedade civil*, desenvolvidos por Gramsci, principalmente, com o objetivo de estabelecer relações com o objeto empírico deste trabalho investigativo – **a ideologia política em organizações de economia solidária.**

Os conceitos desenvolvidos por Gramsci desempenham um papel de fundamental relevância neste trabalho, uma vez que a *sociedade civil* – com a capacidade de organização de discursos - é a esfera em que surge e em que está contextualizado o objeto empírico; além disso, a *ideologia* é a concepção de mundo presente em todas as manifestações teóricas e coletivas, constituindo-se na principal categoria conceitual a ser analisada no repertório discursivo das **organizações de economia solidária**. Também será abordado, ao final, o potencial transformador da sociedade civil gramsciana nos dias de hoje.

Primeiramente, cabe justificar a escolha conceitual do uso de *sociedade civil*, uma vez que há uma crescente tendência na literatura nacional e internacional (FALCONER, 1999; FERNANDES, 1995; FERNANDES, 2003; LANDIM, 1998) em utilizar diferentes termos, tais como terceiro setor (principalmente), organização não-governamental e sem fins lucrativos (para referir-se às ONGs), filantrópicas (mais utilizado para fundações), sociais, solidárias, independentes, assistenciais, de base, associativas, etc. (FALCONER, 1999). Tais



termos designam o conjunto de práticas, crenças, relações sociais e alianças institucionais particulares que ocorrem no âmbito da sociedade civil. Vale ressaltar que autores como Alves (2002) e França (2001) destacam que o uso de cada um desses termos pode variar de acordo com os contextos específicos da realidade de surgimento de cada um, muito embora, na maioria das vezes, sejam usados indiscriminadamente como se fossem sinônimos.

O termo que mais tem sido utilizado na literatura, e conseqüentemente tem tido maior divulgação na mídia ou em manuais de organismos internacionais, é o de “Terceiro Setor”. As principais publicações consultadas sobre o assunto no Brasil (FERNANDES, 1995; LANDIM, 1998; FALCONER, 1999) creditam a disseminação deste termo ao processo de internacionalização dos estudos sobre organizações não lucrativas e voluntárias, ocorrido a partir da década de 90.

No entanto, as definições encontradas para este termo na literatura brasileira são muito amplas e tendem a relegar o conceito de sociedade civil. Fernandes (1994) definiu o “Terceiro Setor” como o setor responsável pela produção de bens públicos, a exemplo da conscientização para os direitos da cidadania, a prevenção de doenças transmissíveis ou a organização de ligas esportivas. Para Falconer (1999), este é o termo que vem encontrando maior aceitação para designar o conjunto de iniciativas provenientes da sociedade civil. É bem verdade que o autor não explicita em que meios (escolas do pensamento, imprensa, grupos disciplinares) se dá este processo de aceitação a que se refere. Landim (1998), por sua vez, apesar de não aprofundar seus estudos no conceito de “Terceiro Setor”, ao descrever a história das ONGs – organizações privadas de sentido público – afirma, em uma breve observação, que o debate sobre o “controverso” terceiro espaço, é importado para o Brasil na década de 90, e que, neste debate, a idéia de sociedade civil estava relacionada à redefinição do papel do Estado, conforme o trecho transcrito a seguir:

(...) como se sabe, sobre o pano de fundo de questões como a redefinição do papel do Estado e a predominância da lógica do mercado, a crise do socialismo real e das ideologias, a descrença nas instituições representativas tradicionais, etc. (LANDIM, 1998, p. 235).

Cabe, aqui, uma breve contextualização da citada “importação” do termo. Qual seria a origem do termo “Terceiro Setor”? Ele surge nos Estados Unidos, que tem a tradição de um *nonprofit sector*<sup>1</sup> firmemente enraizada, que já chamara a atenção de Tocqueville, ao publicar no século XIX, “A democracia na América”. Os primeiros estudos nesta área datam de 1960; no entanto, foi na década de noventa que a maior parte da produção existente se desenvolveu, chegando a alcançar alguma atenção de autores do chamado *mainstream* da Administração, como Philip Kotler e mesmo Peter Drucker, que é tido como um dos pais das teorias da Administração moderna (FALCONER, 1999).

Alves (2002) relata as primeiras obras que retrataram o termo: *The Untapped Potential of the ‘Third Sector*, de Amitai Etzioni, artigo publicado em 1972 na revista *Business and Society Review*, defendendo uma mudança de orientação da política social do governo Nixon que, em sua opinião, ao invés de privilegiar o setor lucrativo na provisão de serviços sociais, deveria incentivar a criação e o fomento de organizações privadas sem fins lucrativos para tanto; *The Third Sector: new tactics for a responsive society*, de Theodore Levitt publicado em 1973; *Giving in America: toward a stronger voluntary sector*, livro publicado pela *Comission on Private Philanthropy and Public Needs*, em 1975; *The Endangered Sector*, de 1979; e *The Third Sector: keystone of a caring society*, de 1980, sendo estes dois últimos livros de Waldemar Nielsen.

No entanto, Alves (2002) ressalta que o *John Hopkins Nonprofit Sector Project* foi responsável pela divulgação do termo em diversos países do mundo, através de pesquisas desenvolvidas sobre o tema em países com realidades distintas, desde o Paquistão, a África do Sul, à Coréia do Sul:

(...) deve-se ao *John Hopkins Nonprofit Sector Project* o ‘renascimento’ do termo ‘Terceiro Setor’ ou, pelo menos, a divulgação uniforme da expressão para todo o mundo (ALVES, 2002, p. 6).

---

<sup>1</sup> *Non profit sector*: setor não lucrativo.

No Brasil, a trajetória dos estudos sobre o “Terceiro Setor” não foi diferente, muito embora o crescimento das publicações sobre o tema tenha ocorrido na década de 90. Aqui, eles não surgem no bojo da chamada crise do Estado-providência, mas no momento de integração da economia do país ao mercado da globalização sob controle dos programas de ajuste estrutural. O que há de coincidente entre os anos 70 nos Estados Unidos e o Brasil dos anos 90 pode ser resumido à necessidade, por razões diferentes nos dois contextos históricos, de reconsiderar o papel do Estado na economia e na sociedade.

Em 2004, foi publicado um estudo por Edson Sadao Izuka e Hironobu Sano (2004) no encontro da ANPAD, Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, que visava a analisar a produção acadêmica na área do Terceiro Setor, a partir de uma revisão dos artigos publicados no mesmo encontro entre os anos de 1990 a 2002, tendo em vista que a área da Administração seria predominante nos estudos sobre o tema, concentrando 43,8% das publicações registradas no sistema PROSSIGA do CNPq, seguida pela área da Ciência Política com 13,2% e Sociologia com 12,4% das publicações (IZUKA e SANO, 2002 *apud* ALVES, 2004). Este estudo fez alguns levantamentos interessantes. Entre eles, que os primeiros esforços acadêmicos para compreensão da temática do “Terceiro Setor” datam de 1994, com a inauguração de centros de estudo da temática nas principais instituições de ensino superior no âmbito de cursos de administração e negócios, a exemplo do Centro de Estudos do Terceiro Setor (CETSFGV/EAESP), criado em 1994; o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos sobre Terceiro Setor (NIPETS-UFRGS), criado em 1997; o Centro de Empreendedorismo Social e Administração do Terceiro Setor (CEATS-USP), criado em 1998; o Núcleo de Estudos em Administração do Terceiro Setor (NEATS-PUC/SP), criado em 1998, entre outros. Outras iniciativas relacionadas ao Terceiro Setor também são lançadas neste período: o GIFE, Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, criado em 1995; o Prêmio FENEAD de projetos sociais para estudantes de administração lançado em 1996; o Instituto

Ethos de Responsabilidade Social criado em 1998. No entanto, mesmo com a criação destes centros, apenas no ano de 1997<sup>2</sup> há a publicação de cinco artigos sobre o tema no encontro da ANPAD, totalizando 37 até o ano de 2003, correspondendo a 1,1% dos artigos publicados no encontro (IZUKA e SANO, 2004).

Na Bahia, desenvolveu-se um programa específico para a área de gestão social a partir de 2001, culminando com a fundação do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS). Este Centro nasceu da demanda dos gestores sociais participantes do Programa ONG Forte<sup>3</sup>, para a existência de um espaço na Universidade que pudesse prestar assessoria a organizações atuantes no campo social. Dessa forma, em 2003 o CIAGS abriu “as portas” com títulos bibliográficos sobre a temática (gestão social, economia solidária, cooperativismo, tecnologias sociais, responsabilidade social, gestão ambiental, etc), computadores com acesso a Internet para realização de pesquisa em bases de dados, e uma equipe de apoio.

Os autores deste estudo também registraram que o aumento de iniciativas e pesquisas sobre a temática em questão não garante a construção de um consenso sobre o assunto, uma vez que “não há uma clareza sobre os conceitos utilizados” (IZUKA e SANO, 2004, p. 2). Para eles, há uma lacuna no que se refere à reflexão teórica e crítica do assunto, uma vez que os artigos voltam-se para a chamada profissionalização do “Terceiro Setor”, ou para a razão instrumental, o que é tido como algo contraditório para um campo que tem como objetivo transformar a realidade social. Ainda no conjunto de críticas ao estado da arte das publicações sobre o chamado “Terceiro Setor”, vale ressaltar o fato de ele ser tratado como algo novo e a falta de diálogo com os campos da Ciência Política e Administração Pública, como mostra um dos questionamentos finais do artigo: “em que medida os acadêmicos

---

<sup>2</sup> Antes de 1997 não foi registrado nenhum artigo publicado sobre a temática do Terceiro Setor.

<sup>3</sup> Programa em parceria com a Secretaria de Combate a Pobreza do governo do estado da Bahia, que contava com um curso de extensão em gestão social, oferecido a 30 alunos e 150 gestores sociais da Região Metropolitana da Salvador, seguida da residência social, em que os alunos faziam um estágio nas organizações envolvidas.

dedicados à temática do Terceiro Setor estão negligenciando uma análise mais crítica sobre o governo, mercado e a própria sociedade civil?” (IZUKA e SANO, 2004, p. 12).

Por conseguinte, a presente dissertação segue um caminho teórico condizente com o questionamento citado e assume uma postura crítica, também partilhada por França (2001, p. 52) que afirma “que o termo *terceiro setor* é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica impregnada pela idéia de filantropia”. O autor ainda compara o termo a uma ponta de *iceberg*, muito pouco amplo para a diversidade de experiências não-governamentais e não-mercantis na América Latina. Outro autor cujo posicionamento sobre o assunto compartilhamos é Montano (2003): ao abordar o termo, ele parte de uma análise do processo de reestruturação do capital após a década de 70, quando se passa a seguir orientações neoliberais de flexibilização dos mercados, das relações de trabalho, da produção, do investimento financeiro e do afastamento do Estado de suas responsabilidades sociais. Para ele, o “Terceiro Setor” – também utilizado entre aspas em sua obra – é um conceito ideológico portador da função de encobrir e desarticular o real, pois tem sua origem ligada tanto a visões segmentadoras da realidade social, quanto apresenta uma forte funcionalidade com o atual processo de reestruturação do capital, particularmente no que refere ao afastamento do Estado das suas responsabilidades de respostas às seqüelas da questão social.

Tendo em vista que o campo conceitual, semântico e político que envolve ações estratégicas e expressões simbólicas do chamado “Terceiro Setor” parece estar em disputa conceitual, resulta-nos a necessidade a nosso ver imperiosa de revermos, neste capítulo, as bases conceituais para o uso da categoria de *sociedade civil*.

## 2.1. HISTÓRICO DO CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL

Assim como o termo “Terceiro Setor”, o conceito de sociedade civil tem sido amplamente disseminado nos dias de hoje. Seja no nível do senso comum, da linguagem da mídia, ou do imaginário político das sociedades contemporâneas, a sociedade civil, segundo

**Cap 2 – A SOCIEDADE CIVIL: USOS E ABUSOS DE UMA CATEGORIA CONCEITUAL**

Luiza Reis Teixeira

Nogueira (2003), é um dos conceitos da teoria social contemporânea que mais gera controvérsias, além de ter perdido a precisão, uma vez que é empregado pelas mais variadas correntes político-filosóficas, que muitas vezes utilizam a mesma palavra referindo-se a sentidos distintos.

A sociedade civil serve para que se faça oposição ao capitalismo e para que se delineiem estratégias de convivência com o mercado, para que se proponham programas democráticos radicais e para que se legitimem propostas de reforma gerencial no campo das políticas públicas. Busca-se apoio na idéia tanto para projetar um Estado efetivamente democrático como para se atacar todo e qualquer Estado. É em nome da sociedade civil que muitas pessoas questionam o excessivo poder governamental ou as interferências e regulamentações feitas pelo aparelho de Estado. Apela-se para a sociedade civil com o propósito de recompor as “virtudes cívicas” inerentes à tradição comunitária atormentada pelo mundo moderno, assim como é para ela que se remetem os que pregam o retorno dos bons modos e dos bons valores. É em seu nome que se combate o neoliberalismo e se busca delinear uma estratégia em favor de uma outra globalização, mas é também com base nela que se faz o elogio da atual fase histórica e se minimizam os efeitos das políticas neoliberais. Muitos governos falam de sociedade civil para legitimar programas de ajuste fiscal, tanto quanto para emprestar uma retórica modernizada para as mesmas políticas de sempre, assim como outros tantos governos progressistas buscam sintonizar suas decisões e sua retórica com as expectativas da sociedade civil. Em suma, o apelo a essa figura conceitual serve tanto para que se defenda a autonomia dos cidadãos e a recomposição do comunitarismo perdido, como para que se justifiquem programas de ajuste e desestatização, nos quais a sociedade civil é chamada para compartilhar encargos até então eminentemente estatais (NOGUEIRA, 2003, p. 186).

Para Cohen e Arato (1992) os modelos políticos que usam o conceito de sociedade civil atualmente são contraditórios entre si e pobres em categorias. Além disso, os mesmos autores alegam que suas ligações com a tradição histórica de pensamento ao qual se vinculam tais modelos não são claras e muitas vezes até, inexploradas, deixando lacunas no que tange à adaptação para a sociedade moderna.

Antes de iniciar o histórico de sociedade civil, cabe uma breve explicação sobre a grande dicotomia que a categoria de sociedade civil consubstancia com a de Estado. Para Bobbio (2001), as grandes dicotomias servem para delimitar, representar e ordenar o campo das investigações, a exemplo de alguns conceitos das ciências sociais, tais como, paz/guerra, democracia/autocracia e sociedade/comunidade. Para o filósofo italiano, uma grande dicotomia tem as seguintes características:

a) tem a capacidade de dividir um universo em duas esferas – “o ente compreendido na primeira não pode ser contemporaneamente compreendido na segunda” (p. 13);

b) tem a capacidade de:

(...) estabelecer uma divisão que é ao mesmo tempo total, enquanto todos os entes aos quais atualmente e potencialmente a disciplina se refere devem nela ter lugar, e principal, enquanto tende a fazer convergir em sua direção outras dicotomias que se tornam, em relação a ela, secundárias (BOBBIO, 2001, p. 13 e 14).

A definição de sociedade civil tem sido feita ao longo dos anos através da negação da definição de Estado, ou seja, a sua definição está na “esfera das relações sociais não delimitadas pelo Estado” (BOBBIO, 2001, p. 33), o que lhe confere um caráter negativo, ou seja, de negação ao Estado. Portanto, para o entendimento do conceito de sociedade civil, é preciso saber qual a delimitação do conceito de Estado adotado. Em linhas gerais, é possível delimitar o que Bobbio (2001) denominou de acepções para o entendimento do conceito com base na identificação do conceito de sociedade civil em sua relação com o Estado. O conceito de sociedade civil pode, por exemplo, ser equivalente ao conceito de **Estado**, se estivermos nos referindo ao primeiro conceito desenvolvido por Aristóteles na antiguidade, conforme veremos no parágrafo seguinte. Se estivermos falando da tradição jusnaturalista, veremos que a concepção da sociedade civil representa um momento **pré-estatal**, uma vez que as teorias são desenvolvidas tomando como ponto de partida uma fase anterior à criação do Estado, o “estado de natureza”. Já em Hegel e Marx, malgrado as diferenças entre os conceitos desenvolvidos pelos dois autores, é possível constatar que o conceito de sociedade civil apresenta uma acepção **anti-estatal**, uma vez que pela primeira vez o conceito aparece como sendo independente do Estado. Em Gramsci, como veremos em detalhe a seguir, o conceito de sociedade civil apresenta uma acepção **pós-estatal**, uma vez que representa uma esfera dotada de ideologia e capaz de interferir através da obtenção de hegemonia, na estrutura do

Estado (BOBBIO, 1982; ANDION e SERVA, 2004). A seguir veremos detalhadamente os principais autores que desenvolveram conceitos de sociedade civil.

Em sua origem, o conceito de sociedade civil começa a ser desenvolvido na Antigüidade com o pensador grego Aristóteles, o que afasta a possibilidade do conceito ser refrenciado como algo novo, mesmo tendo em vista seus diferentes usos e interpretações nos dias de hoje. O que se pretende esclarecer aqui é que, por mais que existam diversos usos do conceito – para embasar diferentes correntes filosóficas, eles têm raízes em uma tradição de pensamento que se iniciou com as primeiras teorizações acerca do funcionamento da sociedade política. A historização do termo tem por objetivo esclarecer a sua evolução, como ela reflete os usos que encontramos nos dias de hoje, e por fim, determinar o nosso posicionamento conceitual neste trabalho. Para Cohen e Arato (1992) a historização do conceito pode ajudar a aprofundar o entendimento dos modelos conceituais relevantes em uso na atualidade, além de corroborar a distinção entre conceitos pré-modernos e modernos, o que ajuda a reconhecer discursos incoerentes com a configuração da sociedade civil moderna.

Partiremos então, do conceito de sociedade civil desenvolvido por Aristóteles, de *Politike koinonia*<sup>4</sup>, que foi posteriormente traduzido como *respublica* ou também *societas civilis* em latim; contudo ressaltamos que é preciso ser criterioso em sua reutilização na configuração da sociedade civil no Estado moderno. O autor Koselleck (1992), por exemplo, argumenta que cada palavra remete a um sentido, que por sua vez indica um conteúdo. Para ele a palavra pode permanecer a mesma, mas o conteúdo por ela designado pode ser alterado substancialmente, a depender do momento em que o termo é empregado.

O que portanto é uma *societas civilis* depende do momento em que o termo é empregado, se no primeiro ou quarto século depois de Cristo. Isto significa assumir sua variação temporal, por isso mesmo histórica, donde seu caráter único (*einmalig*) articulado ao momento de sua utilização (KOSELLECK, 1992, p. 5).

---

<sup>4</sup> *Politike koinonia* significa sociedade política ou comunidade.



Aristóteles, ao formular o conceito de *Politike koinonia*, partia da experiência da realidade da *polis* grega e de sua comunidade de cidadãos na Atenas do século V antes de Cristo. A definição de sociedade civil em Aristóteles correspondia a uma comunidade ética e política de cidadãos livres e iguais sobre um sistema de regras legalmente definidos. Contudo, o significado de sociedade civil na Antigüidade, e mais especificamente na realidade Grega, era permeado de algumas distinções que não fazem mais sentido no modelo de sociedade moderna. Entre as distinções no funcionamento da sociedade Grega para a sociedade Moderna, podemos citar a ausência de distinção entre Estado e sociedade (*polis* e *oikos*), uma vez que o *oikos* (famílias) era tido como uma categoria residual, um pano de fundo da *polis*. O *oikos* era uma entidade não reconhecida legalmente, e regulada por regras despóticas. Além do *oikos*, havia o conceito de *koinonia* (comunidade) representando todas as formas de associação, ou seja, havia uma distinção sobre os tipos de regulação a serem pensados de acordo com os conceitos de sociedade e comunidade<sup>5</sup>. A noção de *Politike koinonia*, no entanto, já trazia elementos da sociedade civil moderna, tais como, a pluralidade de formas de interação, associação e vida em grupo (COHEN e ARATO, 1992).

É importante reconhecer que Aristóteles inicia uma tradição na filosofia política, e que sua teoria sobre sociedade civil tem grande influência para os pensadores que continuaram a teorizar sobre o tema no decorrer do tempo. Primeiramente, vale citar os romanos, que, como foi explicitado anteriormente, fizeram a tradução do termo para o latim, e adaptaram a teoria para a realidade romana. Em seguida, podemos citar os pensadores da época medieval, a exemplo de William de Moerbeke, Leonardo Bruni, que fizeram traduções de Aristóteles, além de Alberto Magno e Thomas de Aquino, que viveram em uma época de difícil adaptação do termo no sentido original, uma vez que as cidades-estado medievais não

---

<sup>5</sup> A distinção entre sociedade (*Gesellschaft*) e comunidade (*Gemeinschaft*) é retomada pelo sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, no século XIX. Na comunidade, as formas de organização social são reguladas por uma solidariedade natural ou espontânea, sob a ótica de objetivos comuns. A sociedade (moderna) é fundada na razão e na utilidade da relação social (TONNIES, 1944).

contavam com esta categoria de pessoas organizadas de forma coletiva para consecução de objetivos predeterminados, salvo as cidades-estado italianas, que tinham uma soberania maior – premissa para o funcionamento da sociedade civil grega. Contudo, o uso do conceito grego de sociedade - *societas civilis res publica*, apesar de distância do sentido original, foi utilizado na época medieval para referir-se às unidades de soberania, aos reinos medievais e aos impérios. Outro uso do termo também adotado na sociedade medieval foi para designar o estado dual característico do feudalismo, em que sociedade civil ou política era formada pelo príncipe em contraposição ao povo ou nação (COHEN e ARATO, 1992).

O desenvolvimento do absolutismo é tido como um divisor de águas entre o significado de sociedade civil tradicional e moderno. Primeiramente, porque houve a evolução da autoridade, que deixou de ser fragmentada entre senhores feudais e igreja, como no feudalismo clássico passando para o príncipe monopolista que possuía legitimidade para o uso da violência. Outro fator transformador do conceito de sociedade civil no período de transição da sociedade medieval para sociedade moderna foi a manutenção da sociedade estamental do feudalismo, que passou a coexistir com novas formas de organização social surgidas no período de transição para o sistema capitalista, mormente como a classe burguesa e a religião protestante. A novidade é que as novas formas de organização social passam a fazer oposição ao Estado, algo que até então não existia. (COHEN e ARATO, 1992).

É nesta fase de transição entre o medievo e o moderno que começam a ser delineadas as principais teorias sobre sociedade civil e o Estado. Bobbio (1982) divide as teorias e autores de sociedade civil moderna em cinco grandes correntes: teorias realistas, jusnaturalistas, filosofia do direito de Hegel, teoria marxista e teoria gramsciana, conforme veremos a seguir.

Cronologicamente, a primeira grande corrente de pensamento corresponde às **teorias realistas**, que tem início com Maquiavel, e vai até os primeiros teóricos do Estado. Nesta corrente, o Estado é descrito tal como está configurado, e não há a tentativa de

descrição de um Estado idealizado. Maquiavel viveu no século XVI e é considerado o primeiro pensador do Estado Moderno. Ele viveu durante o momento de transição do feudalismo para a formação do Estado-nação na Itália, país marcado por uma grande fragmentação e dificuldade em se constituir em Estado Nacional, diferente de outros países europeus, como a França, Inglaterra, Espanha e Portugal. Seus escritos partiam de sua experiência política e descreviam os meios que um monarca absolutista devia seguir para conquistar o poder e conservá-lo. A força centralizadora do Estado era tida como algo de primaz importância. Baseado nas teorias do *direito divino dos reis* e no correspondente dever da *obediência passiva*, a sociedade civil em Maquiavel tem um papel de obediência e servidão aos monarcas (CROSSMAN, 1986).

Maquiavel, em seu livro “O Príncipe”, descreve as relações que o Príncipe deve manter com duas categorias distintas da sociedade: o povo e os magnatas. Ele descreve que nas cidades existem duas forças contrárias: a primeira seria o fato de o povo não desejar ser dominado ou oprimido pelos grandes, ao passo que a segunda corresponderia ao desejo dos grandes em dominar e oprimir o povo. E destas duas forças opostas surge, nas cidades ou o principado, ou a liberdade ou a anarquia. Ele considera as mais diversas possibilidades com que um monarca pode se defrontar ao chegar ao poder, tendo o povo e os magnatas a seu favor e/ou contra. E descreve como agir nas mais diversas combinações: com o povo contra e os magnatas a favor, com o povo a favor e os magnatas contra, e assim por diante. Diz que ter os magnatas a favor é bom para o Príncipe, pois são bons conselheiros, e que se deve evitar qualquer forma de revolta do povo. Maquiavel, assim, segue descrevendo como fazer para ter o apoio dessas duas categorias da sociedade (MAQUIAVEL, 1967). Apesar da servidão e obediência que caracterizam a sociedade em sua relação com o monarca, já é possível, nos escritos do filósofo florentino, distingui-la da sociedade política.

A segunda corrente descrita por Bobbio (1982) é das **teorias jusnaturalistas**, da qual fazem parte Hobbes, Locke, Rousseau e Kant como os principais teóricos. Nesta

corrente, há a proposição de modelos ideais de Estado, que delineiam como o Estado deveria ser para alcançar o próprio fim, o que Bobbio (1999) vai chamar de sociedade civil pré-Estatal, uma vez que se acredita que antes da criação do Estado existia o “estado de natureza”, onde os indivíduos associavam-se para a satisfação de interesses variados. O estado de natureza era tido como um estado primitivo da humanidade em que o homem vivia sem outras leis a não ser as normas naturais. Na sociedade de natureza, onde o homem egoísta era o principal sujeito, havia a predominância da competição entre os indivíduos. Ao estado de natureza restava, portanto, a instituição de um poder comum para garantir à sociedade bens fundamentais como paz, liberdade, segurança, que estariam sempre ameaçados no Estado de natureza (BOBBIO, 1998).

Outra característica comum aos clássicos **jusnaturalistas** é a contraposição feita entre sociedade civil (*societas civilis*) e sociedade natural (*societas naturalis*), que aparece como sinônimo de sociedade política, derivada de *civitas* e *polis*, ou seja, de Estado. Portanto, ainda sobre os **jusnaturalistas**, Bobbio (1982) afirma:

O Estado pré-estatal ou natural não é um estado a-social, ou seja, de guerra perpétua, mas uma primeira forma de estado social, caracterizado pela predominância de relações sociais reguladas por leis naturais (...) (BOBBIO, 1982, p. 27).

A teoria desenvolvida por Hobbes é considerada uma teoria aristocrática, uma vez que ele não tinha o mesmo perfil de Maquiavel com experiência na atuação política. Ele professava um materialismo mecanicista, pois considerava que a natureza do homem seria composta de razão e paixão, e a força que move os seres humanos seria a paixão. Ele considerava que o homem é o campo de batalha de suas contraditórias paixões e que por isso o homem estaria em perene estado de guerra. Para por fim a este conflito, a razão poderia elaborar regras de comportamento, as leis da natureza. Em sua concepção, portanto, o Estado, e não a sociedade, surge através de um contrato social, em que cada indivíduo renuncia a seus direitos de defesa própria em favor do Estado, que deve ser pleno e onipotente. O soberano, por sua vez, precisa colocar-se acima da lei e ser a sua fonte, deve manter o controle das

forças armadas, ter poder sobre toda a propriedade, controlar a opinião pública e ter igreja como sua subordinada. Para ele, a sociedade nasceria com a formação do Estado, que teria à frente um soberano, o Leviatã (CROSSMAN, 1986).

Para Cohen e Arato (1992), Hobbes deixa de retratar a noção de sociedade civil em sua teoria, o que vem de encontro com Whitehead (1999); este esclarece que, ao citar o termo sociedade civil em sua obra, Hobbes referia-se ao conceito de cidade ou união, uma vez que não deveria haver multiplicidade de vontades, já que os cidadãos haviam aberto mão de suas vontades individuais em prol de uma vontade coletiva, para a manutenção da paz e defesa comum. Para Hobbes, a criação de uma sociedade civil não iria abolir os medos e perigos existentes no “estado de natureza”, pois mesmo que tais perigos fossem superados haveria sempre o risco de regressão para uma comunidade não social, e por este motivo o construto artificial representado pela sociedade civil continuaria existindo (WHITEHEAD, 1999).

Locke, por sua vez, apresenta um perfil diferente de Hobbes (por ter sido um homem de negócios) e de Maquiavel (pois escreveu sob a ótica burguesa). Ele acreditava no homem livre e igual vivendo em estado de natureza, mas que o contrato social realizaria a passagem do estado de natureza para o estado civil. A propriedade é considerada em sua teoria um direito natural do indivíduo que não poderia ser violada pelo Estado, assim como o trabalho é considerado o fundamento da propriedade. O objetivo principal da união e submissão dos homens aos governos é a manutenção de sua propriedade. Locke, além de ter sido o primeiro autor da corrente que veio a ser chamada de liberal, defendeu a democracia, porquanto para ele o governo deveria ser escolhido pela maioria. Locke pensava na organização do governo em três poderes: o legislativo – escolhido pela maioria e superior aos demais, o poder executivo e o poder federativo (CROSSMAN, 1986). Locke foi, portanto, o primeiro autor a estabelecer uma distinção entre a sociedade civil e a sociedade política do Estado (COHEN e ARATO, 1992).

A teoria de Emmanuel Kant aproxima-se muito da concepção de Locke, o que faz com que Bobbio (1982), por exemplo, faça referência ao modelo Locke-Kant. Kant reafirma a separação entre sociedade civil e Estado, e a propriedade, direito da sociedade civil em que o Estado não deve interferir, mas garantir o livre exercício (NUNES, 2000). Kant destacou-se bastante, tendo grande influência ainda nos dias de hoje ao idealizar a sociedade civil universal, baseada em direitos humanos universais (COHEN e ARATO, 1992).

Embora Kant afirme a soberania do povo, o sufrágio universal de sua teoria acaba sendo um pouco restrito, uma vez que distingue os cidadãos em duas categorias: os independentes (proprietários) e os não independentes, que não deveriam ter direito de voto, ou de serem eleitos. Convém, no entanto, destacar, mais uma vez, a importância do universalismo na sociedade desenvolvido por Kant, haja vista a sua influência sobre autores contemporâneos, por exemplo, David Held que concebe o conceito de cidadania cosmopolita com nítida inspiração kantiana (HELD, 1997).

Rousseau segue uma linha que faz oposição ao racionalismo característico de sua época, como nos autores já citados. Para ele, a sociedade civil não é uma construção ideal, mas uma realidade. Sua concepção de estado de natureza também difere bastante, uma vez que o homem no estado de natureza estaria sem moralidade, mas também sem maldade. Para ele, o homem teria sido corrompido pela propriedade, uma vez que esta introduzira a desigualdade e a diferenciação entre o rico e o pobre (CARNOY, 1988).

O primeiro homem que após cercar um pedaço de terra, se lembrou de dizer: *isto é meu*, e encontrou pessoas simples o bastante para acreditarem nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, quantas guerras, quantos assassinatos, quantas desgraças e horrores teria poupado para espécie humana aquele que arrancando as estacas ou atulhando o fosso, tivesse gritado aos seus semelhantes: guardai-vos de ouvir este impostar; estais perdidos se vos esqueceis de que os frutos da terra pertencem igualmente a todos nós, e de que a própria terra é de ninguém! (ROUSSEAU, 1987, p. 211-212 *apud* CARNOY, 1988, p. 31).

Para Rousseau, a formação da sociedade civil foi produto da voracidade do homem que percebeu as vantagens que alguns poderiam ter com a propriedade, que teve como

conseqüência a devastação das florestas para dar lugar a campos de colheitas, à escravidão e à miséria. A formação da sociedade civil teria tido como objetivo a proteção dos direitos dos ricos, que estariam preocupados em assegurar a posição de classe dominante. Rousseau não era a favor do *laissez faire*, pois acreditava que o Estado deveria interferir na sociedade para garantir a igualdade social. Ele ainda defendeu a soberania do povo, com limites para o exercício do poder do Estado (CARNOY, 1988).

A terceira corrente sinalizada por Bobbio (1982) é a **filosofia do direito**, desenvolvida por Hegel, também denominada de *movimento histórico real*. Esta é considerada uma teoria pré-marxista, pois foi o ponto de partida para dois conceitos marxistas distintos de sociedade civil: o do próprio Marx e o de Gramsci. Para Cohen e Arato (1992) Hegel é um autor muito representativo, primeiro pelo caráter sintético do seu trabalho e segundo porque ele foi o primeiro e também o autor que teve maior êxito ao desenvolver uma teoria sobre sociedade civil altamente diferenciada e de ordem social complexa. A teoria elaborada por Hegel é tida como um esquema prescritivo e descritivo, ao articular a concepção herdada da tradição aristotélica republicana baseada nos pilares da vida ética e liberdade pública, com o conceito de liberdade do indivíduo moderno. Para o conceito de liberdade, Hegel aproveitou a tradição da lei natural e universalidade de Kant, estabeleceu a distinção entre sociedade civil e Estado, estabelecendo interpenetração entre eles, além de definir que a sociedade civil era o lugar da civilização material (COHEN e ARATO, 1992).

O conceito desenvolvido por Hegel pode ser visto por dois ângulos diferentes em relação ao conceito posteriormente desenvolvido por Marx. Ele pode ser considerado mais amplo, pois não inclui apenas a esfera das relações econômicas e a formação de classes, mas também a administração da justiça e o ordenamento administrativo e corporativo. Outrossim, pode também ser considerado mais restrito, porque a sociedade civil constitui o momento intermediário entre família e Estado, não incluindo, portanto, todas as relações e instituições pré-estatais.

Na teoria hegeliana, a racionalidade do Estado é uma realidade, um evento na história, mas não um ideal. Hegel, em sua teoria, quebra com a tradição jusnaturalista, uma vez que o Estado é considerado uma conservação e superação da sociedade pré-estatal, portanto, um modelo novo, ou seja, não é um aperfeiçoamento como em Locke e Kant, nem uma negação absoluta, como em Hobbes e Rousseau, mas uma alternativa. Hegel acredita nos princípios da liberdade natural e do Estado de direito.

A sociedade civil hegeliana é considerada “a diferença que se interpõe entre a família e o Estado” (HEGEL, 1991, *apud* ALVES, 2004, p. 145). Hegel também enfatiza o papel das corporações na disseminação do sentido de comunidade entre os indivíduos. Outro autor que segue esta linha de pensamento, Keane (1998), define sociedade civil como:

Uma categoria típica ideal (um tipo ideal no sentido de Max Weber) que descreve e vislumbra um conjunto complexo e dinâmico de instituições não-governamentais protegidas juridicamente, que tendem a ser não-violentas, auto-organizadoras, auto-reflexivas, e permanentemente em tensão entre si e entre as instituições de Estado que ‘enquadram’, restringem e permitem suas atividades (KEANE, 1998, p. 6, *apud* ALVES, 2004)

A racionalização do Estado é um modelo dicotômico que contrapõe “o Estado enquanto momento positivo à sociedade pré-estatal ou anti-estatal, degradada a momento negativo” (BOBBIO, 1982, p.20). Pode-se dizer que “o Estado hegeliano contém a sociedade civil” (BOBBIO, 1982, p. 21). Em Hegel, a sociedade civil é a historização do estado de natureza. A sociedade civil é como uma sociedade pré-política, ou seja, “a fase da sociedade humana que até então era chamada de sociedade natural” (BOBBIO, 1982, p. 28).

A quarta corrente retratada é o **modelo de Marx e Engels**, em que o Estado não é a superação da sociedade civil, mas reflexo dela. Marx parte da teoria desenvolvida por Hegel e preserva seu arcabouço conceitual; contudo, em sua interpretação o conceito de sociedade civil acaba sendo reduzido à esfera das relações econômicas, quando o sentido atribuído por Hegel à sociedade civil é mais amplo, abrangendo também a regulamentação externa estatal dessas relações (BOBBIO, 1998).



Outro autor que também descreve sobre as diferenças entre a teoria hegeliana e a marxista é Coutinho (1987). O autor toma como ponto de partida o jovem Marx, que tem nos seus primeiros estudos sistemáticos o exame da temática do Estado moderno. Marx toma o postulado de Hegel, segundo o qual o mundo da sociedade civil seria o reino dos indivíduos atomizados e particularistas, mas vai além de Hegel mostrando o caráter puramente formal dessa universalidade. Para ele o homem da sociedade moderna está dividido em sua própria vida real entre interesses privados e particularistas, e como consequência o Estado apenas aparenta ser o representante do interesse geral, o que não passa de uma máscara para ocultar a dominação de uma casta burocrática que defende apenas os seus próprios interesses. Emerge então a idéia do Estado de classe, como uma entidade particular, que em nome de um suposto interesse universal, defende os interesses comuns de uma classe particular. E este Estado de classe despolitiza a sociedade para se realizar enquanto Estado. Assim, é uma condição de funcionamento do Estado o fato que a política seja uma esfera “restrita”. Com isso, Marx faz uma crítica à noção hegeliana da burocracia como classe universal e do Estado como encarnação da razão universal (COUTINHO, 1987).

Para Marx, a sociedade civil é dividida em interesses particularistas e reciprocamente antagônicos, o que resulta na divisão da sociedade em classes antagônicas: proprietários dos meios de produção (burgueses) e trabalhadores que possuem capacidade de trabalho (proletários). Portanto, a garantia da propriedade pelo Estado nada mais é do que assegurar a reprodução da sociedade em classes, conservando a dominação dos proprietários sobre os proletariados, a defesa dos interesses comuns de uma classe particular. A garantia dos interesses da burguesia ocorre, pois o Estado assume o monopólio da representação “de tudo que é comum (universal) numa sociedade dividida em classes” (COUTINHO, 1987, p. 24). Isto quer dizer que o Estado despolitiza a sociedade, condição necessária para existência para funcionamento do Estado.

Marx, então, define a sociedade civil como algo que engloba toda a vida social pré-estatal, o que quer dizer que ela representa o momento ou a esfera do desenvolvimento das relações econômicas anterior ao momento político. O autor refere-se a sociedade civil como o momento das relações econômicas, formando a antítese sociedade-Estado, que, por sua vez, apresenta a antítese fundamental do sistema capitalista: estrutura/superestrutura. A estrutura para Marx representa a esfera econômica, o conjunto das relações de produção, que é primário e subordinante da base real sobre a qual se eleva a superestrutura. A superestrutura representa a esfera jurídica e política, que aparece como um momento secundário e subordinado aos interesses da burguesia que determina a consciência social do proletariado (BOBBIO, 1982).

Outra característica da teoria marxista, que é uma consequência da exploração da classe dominada (proletariado) pela classe dominante (burguesia), é a presença da luta de classes na sociedade, como conflito bipolar e “simplificado” entre burgueses e proletários (COUTINHO, 1987). Na teoria marxista, as características autodissolutivas da sociedade civil deram origem a uma teoria dialética do progresso revolucionário, em que a burguesia seria inevitavelmente substituída por uma versão socialista mais avançada. Conseqüentemente há uma relação antagônica entre sociedade civil e democracia política e não haveria espaço para existência da democracia antes da revolução socialista (WHITEHEAD, 1999).

A quinta corrente retratada por Bobbio (1982) corresponde ao modelo desenvolvido por **Gramsci**, ao qual este trabalho se filia epistemológica e teoricamente. Neste modelo, o Estado:

(...) não é um fim em si mesmo, mas um aparelho, um instrumento; é o representante não de interesses universais, mas particulares; não é uma entidade superposta à sociedade subjacente, mas é condicionado por essa e, portanto, a essa subordinado, não é uma instituição permanente, mas transitória, destinada a desaparecer com a transformação da sociedade (BOBBIO, 1982, p. 23).

Na interpretação desenvolvida por Bobbio (1982) a respeito de Gramsci, a sociedade civil representa um momento positivo e o Estado um momento negativo. Gramsci

parte do conceito de Marx, mas inova ao considerá-la o momento da *superestrutura*, ao invés da *estrutura*. O conceito de sociedade civil em Gramsci deriva de Hegel e não de Marx, o que não nega o marxismo em Gramsci. Bobbio (1982) considera que este é o único ponto que distingue os dois pensadores, uma vez que a sociedade civil compreende não apenas todo o conjunto das relações materiais (como em Marx), mas todo o conjunto das relações ideológicas-culturais e todo o conjunto da vida *espiritual e intelectual*, e não todo o conjunto da vida *comercial e industrial* (como em Marx). Uma das citações mais utilizadas por autores que estudam os escritos de Gramsci, retirado de um trecho dos Cadernos do Cárcere (com diversas publicações e edições) para definição do seu conceito corrobora o que já foi dito:

Podem ser fixados, por enquanto, dois grandes planos **superestruturais**: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’, ou seja, o conjunto de organismos habitualmente ditos privados, e o da sociedade política ou Estado. E eles correspondem à função de **hegemonia** que o grupo dominante exerce em toda a sociedade; é a do domínio direto ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico

Há, na teoria de Gramsci sobre a sociedade civil, uma ampliação da teoria desenvolvida por Marx, uma vez que a sociedade civil deixa de representar apenas a esfera das relações econômicas, ou o momento da estrutura. Ao fixar a sociedade civil no plano da superestrutura e apontar que a ideologia hegemônica da burguesia é garantida através não apenas do aparelho coercitivo do Estado, mas também por meio do que foi chamado de aparelhos de manutenção da hegemonia (incluindo outras instituições, tais como os jornais, a Igreja e a escola). Gramsci sinaliza a possibilidade de mudança da ideologia dominante começando no plano da sociedade civil, mas também passando pelo Estado. Esta característica teve bastante impacto nas teorias de sociedade civil que se seguiram posteriormente, já que a organização da sociedade civil e a divulgação de sua ideologia poderiam, segundo Gramsci, ter um papel transformador da sociedade e do sistema econômico vigente.

De acordo com Nogueira (2003), Gramsci está sempre presente nos discursos dos mais diversos interlocutores que falam de sociedade civil nos dias de hoje, embora não haja

uma interpretação única e consensual de seu pensamento. Isso é comprovado ao constatar-se que os autores consultados neste trabalho sobre o tema da sociedade civil (COHEN, 2003; COHEN e ARATO, 1992; NOGUEIRA, 2003; TEIXEIRA, 2002; WHITEHEAD, 1999) partem do conceito de Gramsci, ou fazem referência a ele. Ainda concordando com Nogueira (2003), adotamos o pressuposto de que sociedade civil em Gramsci é um conceito complexo e sofisticado, muito útil para entender a realidade contemporânea. Além de ser um conceito, a sociedade civil, como ressalta Nogueira (2003), é em Gramsci um projeto político que tem a possibilidade de transformar a sociedade. Para Teixeira (2002), Gramsci é o autor que apresenta os elementos básicos para a compreensão atual da sociedade civil, uma vez que ela representa o conjunto de organizações que elaboram e difundem as ideologias que são hegemônicas entre as classes.

Antes de finalizar a evolução histórica do conceito de sociedade civil, vale destacar e situar o debate atual sobre o tema. Segundo Cohen (2003), o debate sobre a sociedade civil globalizou-se, uma vez que políticos, acadêmicos e ativistas em todo o mundo utilizam-na para os mais variados assuntos desde associações voluntárias e organizações sem fins lucrativos até redes mundiais, empreendimentos cívicos, grupos de defesa dos direitos humanos, organizações não-governamentais e movimentos sociais transnacionais. Segundo a autora, a principal contribuição do século XXI para o conceito é a idéia de uma sociedade civil mundial ou transnacional. O discurso da sociedade civil a situa como elemento essencial para a democracia, para o processo de democratização e como a fonte principal da solidariedade e da integração social. Contudo, agora o discurso não é centrado na mudança do Estado, que também não é mais o alvo da democratização e da integração; agora fala-se na democratização da ordem mundial emergente (COHEN, 2003).

Teixeira (2002) distingue duas vertentes interpretativas de estudos atuais sobre sociedade civil, a *enfática* e a *moderada*. A primeira vertente concentra autores

comunitaristas, alguns habermasianos e novos frankfurtianos, que concebem a sociedade civil:

(...) como uma rede de associações autônomas, com interesses comuns, que devem exercer um controle sobre o Estado, utilizando-se para isso de meios não só institucionais, como não convencionais (TEIXEIRA, 2002, p. 42).

Já para a segunda vertente, a moderada, acredita-se que a sociedade civil:

(...) seria constituída de cidadãos e instituições dotados de virtudes cívicas, cujo desenvolvimento exigiria o mercado como princípio ordenador e a ordem liberal-democrática como seu substrato (TEIXEIRA, 2002, p. 42).

Entre os autores contemporâneos, gostaríamos de destacar o trabalho desenvolvido por Jean Cohen e Andrew Arato (1992), em sua obra *Civil Society and Political Theory*, também citado em Alves (2002), Nogueira (2003), Teixeira (2002) e Whitehead (1999). A sociedade civil é definida pelos mesmos como “a esfera da interação social entre economia e Estado, composta acima de tudo da esfera íntima (especialmente da família), da esfera das associações (especialmente as associações voluntárias), movimentos sociais e algumas formas de comunicação pública” (p. ix, prefácio). Cohen (2003, p 423) aprofunda um pouco mais o conceito quando define sociedade civil “como uma esfera de interação social diferenciada da economia e do Estado, composta de três parâmetros analiticamente distintos: *pluralidade, publicidade e privacidade*”.

Após traçar este panorama geral sobre a evolução do conceito de sociedade civil até os dias de hoje, dedicaremos-nos à brevíssima descrição do contexto da sociedade civil na América Latina e no Brasil. Pretendemos, assim, apresentar o contexto geral no qual os estudos sobre a sociedade civil brasileira se desenvolveram, que são analisados na etapa seguinte deste capítulo.

## 2.2. SOCIEDADE CIVIL EM AÇÃO: MOVIMENTOS SOCIAIS

Falar da sociedade civil na América Latina e Brasil é remeter-se à sua forma de organização ao longo dos anos. Apesar de serem inúmeros e múltiplos no seio da sociedade civil, os movimentos sociais representam uma das formas historicamente mais expressivas de sua organização. Cabe, portanto, definir o conceito adotado para movimento social:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil (GOHN, 2002, p. 251).

Gohn (2002) vai além de sua definição explicando a origem destas ações e o fato delas criarem uma identidade coletiva para o grupo, como pode ser notado no trecho selecionado abaixo:

As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum (GOHN, 2002, p. 251).

Para manter a identidade coletiva, é necessário haver solidariedade, construída através dos valores culturais e políticos que o grupo compartilha em espaços que são coletivos, mas não necessariamente institucionalizados. Outro fator importante atribuído aos movimentos sociais pela autora é a contribuição que eles dão ao desenvolvimento e à transformação da sociedade civil e da sociedade política, uma vez que eles atuam direta ou indiretamente nas esferas públicas e privadas. Conforme a citação exemplifica:

Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política com agendas de atuação construídas ao redor de demandas sócio-econômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam (GOHN, 2002, p. 251 e 252).

Para Alvarez e outros (2000), é importante ressaltar que todos os movimentos sociais põem em prática uma política cultural, independente de serem *novos* ou *velhos*<sup>6</sup>, uma vez que suas identidades e estratégias estariam inevitavelmente vinculadas à cultura. As políticas culturais seriam postas em prática pelos movimentos na intervenção em debates políticos, na tentativa de dar novas significações às interpretações culturais na política dominante, ou mesmo ao desafiar práticas políticas estabelecidas. Para as autoras, há sempre uma busca implícita ou explícita, na redefinição do poder social, e conseqüentemente, da cultura política dominante.

Ao falar nos movimentos sociais na América Latina, vale citar que a literatura consultada (DAGNINO, 1989; FONTES, 1999; GOHN, 2002; ALVAREZ, 2000) é bastante crítica em relação à produção do conhecimento, uma vez que, se acredita que quase não houve uma distinção das especificidades históricas entre América Latina e Europa como ponto de partida para as análises e elaboração de categorias teóricas condizentes com a realidade regional.

Para Alvarez e outros (2000), por exemplo, a cultura política<sup>7</sup> nos movimentos sociais da América Latina foi influenciada por princípios da cultura política dominante no Ocidente – América do Norte e Europa – caracterizada como racionalista, universalista e individualista, com algumas diferenças advindas da combinação com outros princípios que tinham objetivo de manter a exclusão social e política e controlar a definição do espaço político. Fontes (1999) acredita que se instaurou nos países latino-americanos uma política de repetição que denominava as teorias e as práticas de um conjunto de formas de ação coletiva que eram rapidamente conceituadas e mobilizadas de “movimentos sociais”. Além disso, ele

---

<sup>6</sup> Esta caracterização dos movimentos sociais, enquanto novos ou velhos, vem da literatura que definiu que os novos movimentos sociais seriam aqueles para os quais a identidade seria importante, houvesse um engajamento em novas formas de fazer política, ou se buscassem novas formas de sociabilidade, a exemplo dos movimentos indígenas, étnicos, ecológicos, femininos, homossexuais e de direitos humanos.

<sup>7</sup> Alvarez (2000, p. 25) define *cultura política* como: “a construção social particular em cada sociedade do que conta como ‘político’”.

aponta um esforço em dialogar com teorias desenvolvidas no capitalismo avançado, pelo fato de existirem questões urgentes advindas da vigência da ditadura e do desenvolvimento do movimento operário tradicional como gerador de uma ampla literatura que:

(...) estimulou e assessorou uma efervescência organizativa que tiveram um duplo efeito: primeiro, o de colocar os movimentos na linha sucessória da classe operária como sujeito da mudança histórica; segundo, o de potencializar o efeito demonstração da linguagem e dos repertórios de ação dos movimentos do Norte, generalizando a forma movimento social para contextos muito mais amplos do que aqueles em que se desenvolviam no mundo do capitalismo avançado (FONTES, 1999, p 13 e14)

As principais características que influenciam na consolidação da sociedade civil na América Latina são, primeiramente, o passado colonial, escravocrata ou de servidão indígena, baseado na monocultura ou exploração intensiva de recursos naturais. Em segundo, lembra-se o fato de o Estado nacional ter sempre sido resultado de lutas internas, representando os interesses econômicos das elites, subordinados ao grande capital internacional. Outra característica do modelo de funcionamento do Estado foi a relação autoritária estabelecida com a sociedade civil, que influenciou de maneira crucial as regras de civilidade e cidadania nestas sociedades, dando a elas uma “feição particular” (GOHN, 2002, p. 224).

Desde o século XIX há na América Latina uma concepção oligárquica da política, que foi transferida para as práticas sociais e políticas do latifúndio, em que os poderes pessoal, social e político eram superpostos e vistos como parte de uma única realidade. Fato este que foi responsável por ocasionar a falta de diferenciação entre o público e o privado, ou seja, a apropriação do público pelo privado, e vice-versa, tornando relações de favor, personalismo, clientelismo e paternalismo práticas políticas comuns. E em consequência disso, grupos subalternos passaram a ver a política como algo das elites, ou seja, há um distanciamento da sociedade civil com a política, e uma natural falta de mobilização marca a sociedade civil na América Latina até os anos de luta contra os regimes autoritários nas décadas de 60 e 70 (ALVAREZ *et al*, 2000).



De forma geral, até os anos 30, os regimes políticos da América Latina eram fruto de uma aliança entre as oligarquias rurais com apoio de setores do clero tradicional católico. Esta época é conhecida como coronelismo, e tem como características o clientelismo, a política de troca de favores, e proteções fornecidas por políticos (coronéis) locais. A partir da década de 30, começa a haver um deslocamento do eixo de desenvolvimento econômico para processos urbano-industriais de substituição das importações, utilizando mão-de-obra migrante. Nesta época ocorreram reformas político-administrativas nos Estados para que estes tivessem capacidade de regulamentar os conflitos sociais e desenvolver estruturas de suporte para o desenvolvimento de um plano embrionário nacional de desenvolvimento, formado por legislações trabalhistas, sistemas previdenciários, criação ou expansão de rede de escolas primárias e do sistema de escolas, entre outros.

A partir do final da Segunda Guerra, com a urbanização, a industrialização, e o crescimento das massas populares – que não podiam mais ser ignoradas, surgem os governos políticos populistas na cena latino-americana. Nesta época, as massas populares ascenderam à cena social através do voto universal e de sua crescente presença nos meios urbanos. Esta época também foi marcada por:

reformas constitucionais e administrativas, intensa disputa político-partidária entre dezenas de partidos políticos, políticas sindicais atreladas aos governos, surgimento de movimentos de base, em âmbito de bairros, e do trabalho da igreja (GOHN, 2002, p. 225).

No entanto, os governos populistas, comandados pelas elites latino-americanas, criaram mecanismos para que a participação popular se desse de forma subordinada, através de relações personalizadas com os líderes políticos. Nesta época se falava na ‘irracionalidade das massas’ e o Estado passou a ser visto como o responsável pela organização e até criação da sociedade civil. Esta centralidade na concepção do Estado, que tomou conta do pensamento político foi denominada de *estadolatria* (ALVAREZ *et al*, 2000).

Esta linha evolutiva formada pelo passado colonial-imperial, seguida da república dos coronéis, e por fim, a presença dos líderes populistas, culminou com o desenvolvimento de uma cultura política na sociedade latino-americana em que as relações sociais entre os cidadãos e o Estado são naturalizadas, ou seja, há uma relação de dominação expressa em termos de clientelismo e paternalismo. Relação esta que passa a ser a norma geral, e é vista como natural pela própria população, o que acaba sendo um entrave para a criação de espaços livre, democráticos ou a consolidação e o aprofundamento de períodos de democratização (GOHN, 2002).

A partir dos anos 60, como uma tentativa de impedir a radicalização do populismo e a aproximação com alternativas socialistas, surgem os regimes militares autoritários em praticamente toda a América Latina, caracterizados pela aliança com o capital internacional, levando a mudanças no modelo econômico que passou com base no tripé empresário nacional (urbano e industrial), capital internacional e regimes militares. A ideologia predominante era a segurança nacional associada ao desenvolvimento (IANNI, 1975 *apud* GOHN, 2002). O autoritarismo político levou ao que era uma exclusão política da população, ou uma eliminação política garantida através da repressão estatal e violência sistemática. O autoritarismo social, portanto, enraizou-se na cultura política latino-americana influenciando a mobilização da sociedade civil (ALVAREZ *et al*, 2000).

Os anos 70 e 80 foram períodos de redemocratização, marcados pela mobilização e pressão da sociedade civil e política. Os movimentos sociais cresceram e ganharam visibilidade, fomentando uma nova cultura política baseada em uma “visão de direitos sociais coletivos e da cidadania coletiva de grupos sociais oprimidos e/ou discriminados” (GOHN, 2002, p. 226).

Nos anos 90, com a globalização, há uma alteração no panorama do capitalismo nos países ocidentais, uma vez que ocorre uma série de mudanças, tais como: uma nova redivisão internacional do trabalho; as fronteiras nacionais são relativizadas na economia

mundial e a produção industrial passa a ser feita de forma fragmentada, com vantagens fiscais e econômicas propícias à acumulação; um declínio da economia formal e ascensão da economia informal, com a perda de poder dos sindicatos e o crescimento do desemprego estrutural, tanto nos países do chamado Terceiro Mundo – onde ele sempre existiu – como nos países do chamado Primeiro Mundo. Há uma transformação no mundo do trabalho, com as reengenharias nas empresas privadas e públicas que causaram demissões em massa, e alteração das rotinas de trabalho com a priorização dos trabalhadores multiespecializados em substituição aos especializados, transformando as hierarquias de trabalho e passando a responsabilidade para o trabalhador (GOHN, 2002).

Os estudos sobre os movimentos sociais no Brasil têm recebido algumas críticas ao longo dos anos, pois, assim como para a realidade da América Latina, considera-se que há importante lacuna de referenciais teóricos que contemplem a realidade brasileira, além de serem realizadas muitas descrições sem análises. Gohn (2002) acredita que há a necessidade de elaborar esquemas explicativos com as especificidades brasileiras e que o uso de referenciais teóricos elaborados para outras realidades socioeconômicas e político-culturais deve ser visto com mais atenção.

Os primeiros estudos sobre os movimentos sociais urbanos na década de cinquenta tinham uma filiação teórica a Jordi Borja e Manuel Castells. No final dos anos 70, o foco voltou-se para os novos movimentos sociais, e se verificou uma nova caracterização dos movimentos, pois havia uma diferenciação entre as práticas sociais e um novo estilo de organizar a comunidade local. Nesta fase a categoria básica enfatizada foi a da autonomia. No entanto, os fundamentos sobre a questão da autonomia não eram muito claros, utilizando-se de matrizes do socialismo libertário e do anarquismo, que acabaram por levar a concepções contraditórias, uma vez que essa leitura “não se coadunava com as diretrizes gerais das análises sobre os movimentos” (GOHN, 2002, p. 282).

A sociedade civil brasileira, a partir de finais dos anos 60, durante o regime militar, experimenta um significativo ressurgimento, que tem como eixo a oposição ao regime militar e, por isso, é considerada por alguns autores como o ponto de fundação **efetiva** da sociedade civil no Brasil (AVRITZER, 1999 *apud* Dagnino, 2002). É a partir da década de 70, porém, que a sociedade civil se unifica no combate ao autoritarismo do Estado. Dagnino (2002) lembra que a sociedade civil teve uma visão homogeneizada durante a ditadura, o que deixou de existir com a volta às instituições democráticas. Outro autor que destaca o poder articulatório da sociedade civil no período da ditadura é Teixeira (2002), argumentando que ela exerceu um importante papel na resistência ao poder autoritário e na organização das comunidades de base.

Fontes (1999) nos lembra de quatro aspectos que podem ser destacados como definidores dos movimentos sociais no país, a partir da década de 70: o avanço do capitalismo e a crise pós-milagre, o regime autoritário e o início da abertura política, a crise e a busca de uma nova presença tanto da Igreja pós-Concílio Vaticano II, como da esquerda e do sindicalismo e os referenciais teóricos para abordagem dos movimentos sociais.

Nesta época, surgiu uma grande variedade de movimentos sociais através de um longo processo que foi controlado pelas elites sociais, tais como organizações de direitos humanos, movimentos urbanos que lutavam por serviços públicos, Comunidades Eclesiais de Base ligadas à Igreja Católica, movimentos de mulheres, de negros, entre outros. Esses movimentos contribuíram para que o processo de liberalização política acontecesse de forma lenta, gradual e segura, e foi além dos limites imaginados pelo regime militar e seus aliados. Os movimentos articularam-se de forma a construir uma oposição política à ditadura, e ocuparam de forma criativa o pouco espaço político que restou depois de todas as restrições à participação e representação impostas pelo regime militar. Outra iniciativa dos movimentos sociais foi a criação de novos espaços públicos, onde os excluídos (social, política e

culturalmente) pudessem expressar suas identidades, necessidades, interesses, e desafiar o autoritarismo, na política e na sociedade (DAGNINO, 1999).

Nos anos 80, as mudanças ocorridas na conjuntura sociopolítica e o conseqüente surgimento de inúmeros movimentos e formas organizativas populares impactam nas análises sobre os movimentos sociais. Embora o referencial marxista, com enfoque na análise das contradições sociais, ainda predominasse, começou a haver uma crítica a este modelo de análise. Passaram a ser abordados conceitos e noções bastante utilizadas na antropologia, como identidade, e na educação popular, como pedagogia da participação. Outros estudiosos e filósofos europeus passaram a influenciar os estudos, também a partir dos anos 80, tais como Foucault, Castoriadis, Deleuze, Mellucci, Touraine, entre outros. Com esta influência, tornou-se comum “pesquisar a identidade dos movimentos, ouvir suas falas, captar suas práticas cotidianas” (GOHN, 2002, p. 279), deixando de lado as contradições da sociedade como centro exclusivo das investigações.

Nos anos 80, também houve a emergência de movimentos sociais não exclusivamente populares, tais como os movimentos de mulheres, ecológicos, negros e dos índios. A emergência destes movimentos traz à tona novos repertórios de demandas baseados na igualdade, na diferença e na liberdade, além de uma divisão paradigmática nas interpretações das ações, que passaram a seguir uma abordagem culturalista, em contraposição à marxista, com foco central na identidade dos novos atores políticos. O dilema entre as correntes européias e norte-americanas no campo dos Novos Movimentos Sociais em relação ao seu significado e se expressavam construção de identidades – europeus – ou estratégias políticas para obtenção de bens – norte-americanos – não se fez presente entre os pesquisadores brasileiros. No Brasil, a questão central era a ênfase nas mudanças socioculturais ou as transformações políticas que os movimentos poderiam gerar (GOHN, 2002).

Alguns autores consideram que o fim da ditadura é marcado por um esfriamento ou uma desmobilização da sociedade civil. Teixeira (2002) considera que há um ceticismo nos analistas políticos, e cita alguns autores, entre eles, O'Donnell (1991 *apud* TEIXEIRA, 2002) com a sua definição de democracia delegativa, em que a sociedade civil torna-se um espectador ao participar da democracia apenas no momento da eleição, e Santos (1993 *apud* TEIXEIRA, 2002) que considera a existência de um hobbesianismo social, onde a massa atomizada é incapaz de participar, além de Da Matta (1987, 1992 *apud* TEIXEIRA, 2002) que ressalta o clientelismo, o nepotismo e o “jeitinho” como características de desmobilização da sociedade civil brasileira. No entanto, tanto Gohn (2002), como Dagnino (1999) e Teixeira (2002) partilham da idéia de que, ao contrário dos autores citados anteriormente, a década de 80 foi muito marcante para os movimentos sociais. Neste momento, eles protagonizaram diversos dos movimentos pela redemocratização, destacando-se o movimento das Diretas-Já e o movimento pela Nova Constituinte.

O decorrer da década de 80 marca a decepção da sociedade civil com a política, uma vez que as suas demandas (sobretudo na perspectiva das camadas populares e médias) não foram atendidas. Gohn (2002) acredita que foi uma década em que os movimentos “passaram, no plano da atuação concreta e no plano das análises deles feitas, da fase do otimismo para a perplexidade e, depois, para a descrença” (GOHN, 2002, p. 285). Quatro mudanças ocorridas nesta década em relação ao estudo dos movimentos sociais são destacadas por Fontes (1999): a primeira delas é a identificação da inadequação das teorias utilizadas na década anterior, uma vez que elas não englobavam as novas problemáticas, como a questão urbana; a segunda é a identificação do Estado como propulsor dos movimentos sociais; a terceira foi o significado político atribuído aos movimentos sociais, quando passou-se a considerar os movimentos com capacidade de construir identidade política e possuir autonomia em relação ao sistema político partidário, o que levou a uma nova forma de atuação dos movimentos, que focaram-se mais em fazer parte do jogo

**Cap 2 – A SOCIEDADE CIVIL: USOS E ABUSOS DE UMA CATEGORIA CONCEITUAL**

Luiza Reis Teixeira

institucional; e a quarta mudança refere-se a presença de agentes externos influenciando a formação da identidade e o repertório de ação destes, em contraposição à autonomia, a relevância do saber popular e a espontaneidade dos movimentos nas décadas anteriores.

O final dos anos 80 marca também a chegada do Partido dos Trabalhadores a diversas prefeituras, e com isso, uma redefinição das posturas políticas. Os movimentos sociais passam a se preocupar com a capacitação de seus quadros para a atuação nas políticas públicas locais. Nesta época houve muitos estudos e seminários sobre o poder local (GOHN, 2002).

Do ponto de vista da produção de conhecimento sobre os movimentos sociais, o 'novo' deste último período deve ser visto numa dupla dimensão: como construtor de espaços de cidadania, com as novas leis que se estabeleceram no país e com a reviravolta teórica que passa a ocorrer no plano das análises (GOHN, 2002, p. 287).

Os autores Teixeira (2002) e Dagnino (1999, 2002) têm como eixo orientador de seus estudos a questão da construção de espaços de cidadania. Estes tipos de estudos são reorientadores das ciências sociais como um todo, uma vez que utilizam novas categorias de análise, em detrimento das categorias macro explicativas anteriores.

A dicotomia do público e privado, a questão da cidadania, a cultura política presente nos espaços associativos, a importância das experiências cotidianas etc., ganharam destaque, em lugar das categorias macro explicativas anteriores (GOHN, 2002, p. 287).

A categoria da autonomia, que foi de suma importância nos anos 70, deixa de ser uma questão central e vai progressivamente desaparecendo dos discursos dos movimentos e pesquisadores, uma vez que, com a redemocratização do país, os movimentos foram convidados a participar de mesas, câmaras e conselhos de negociações, e o Estado deixa de ser um adversário, mas um interlocutor (GOHN, 2002).

Nos anos 90, as análises voltam-se para as categorias da cidadania coletiva e exclusão social. A categoria da cidadania já estava presente na década anterior, mas passa a ser vista em termos coletivos de participação social, através de grupos que voltam a sua atuação para uma participação qualificada, garantida por lei. O viés social e econômico da cidadania começa a ocupar o centro dos debates, sendo que a demanda de participação dos

processos decisórios em matéria de políticas públicas visa a politizar as relações entre cidadania política e cidadania social (MILANI, 2005).

Outra categoria, a de exclusão social, passa a ser central em função da degradação das condições socioeconômicas que acaba tendo conseqüências como a violência generalizada, desagregação do poder policial, surgimento de estruturas de poder paralelo, entre outros fatores. Contudo, a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética, com o conseqüente abandono dos marxistas e suas teorias macroestruturais com sujeitos históricos predeterminados, leva o discurso dos excluídos a voltar-se para os “novos atores sociais” – mulheres, jovens, negros, índios. Os principais autores que influenciaram os pesquisadores brasileiros nas categorias descritas anteriormente são Touraine, Dahrendorf, Habermas, Offe, Mellucci, Przeworski e Arato (GOHN, 2002).

O curioso é que o uso dos autores acima mencionados foi uma novidade no Brasil dos anos 90, muito embora eles tivessem suas produções datadas de antes desta década. A explicação apresentada para este fato é que, durante a hegemonia das teorias marxistas, os autores mencionados já apresentavam críticas às explicações totalizantes. A variação na visão dos analistas brasileiros ocorre com a transformação da conjuntura política a partir do final dos anos 80, quando mudam profundamente os elementos do contexto internacional e as relações dos movimentos sociais com o Estado no Brasil.

### 2.3. IDEOLOGIA NOS MOVIMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL

Antes de entrar propriamente no tema da ideologia nos movimentos da sociedade civil, cabe uma breve contextualização nas transformações econômicas ocorridas no cenário internacional e nacional. Primeiramente, cabe destacar as mudanças nas formas de gerir o sistema socioeconômico trazidas com a globalização. Para Gohn (2002), há uma mistura de sistemas anteriores com coisas novas, como é o caso da primazia do mercado sobre o Estado, um princípio liberal, mas com a diferença de se tratar de um mercado oligopolizado que segue



regras que estimulam ou retraem a economia formal ou informal, a depender dos interesses da lucratividade. Outra mudança advinda da globalização é a primazia do mercado especulativo financeiro sobre o processo produtivo (economia real), com a migração de capitais para os setores de maior lucratividade sem compromisso com os processos de desenvolvimento da nação.

A globalização não envolve apenas a competição por oportunidades de mercado e por taxas elevadas e constantes de crescimento econômico; tampouco pode ser definida, simplesmente, como o aumento exponencial dos investimentos propiciados pela crescente liberalização do comércio internacional e pela desregulamentação financeira mundial. A globalização tem evoluído também na direção de uma luta social e política por novos valores culturais e preferências individuais (MILANI e LANIADO, 2006). O sistema econômico global contemporâneo otimiza exacerbadamente os valores e critérios relativos ao desempenho, à competitividade, à eficiência e à produtividade. O bom desempenho econômico define, atualmente, o novo *locus* de pertencimento dos sujeitos globais, que trabalham cada vez mais com base em responsabilidades imediatas implementadas preferentemente a custos sempre decrescentes. A hipervalorização do desempenho econômico nas atividades humanas em geral, encontrada em discursos de muitos atores econômicos globais, tem implicações diretas para a vida democrática. Isto porque, conforme este entendimento, as negociações políticas também devem seguir o mesmo padrão de eficiência e, conseqüentemente, remetem à mesma programação do mercado; supõem que não deve haver espaço para dúvidas ou ambigüidades e tampouco para deliberações de longa duração na sociedade de risco global, que dá prioridade ao curto prazo e ao tempo imediato (MILANI e LANIADO, 2006).

Este redirecionamento econômico global tem conseqüências profundas sobre a organização do sistema mundial (DUPAS, 2001; RIST, 1996 *apud* MILANI e LANIADO, 2006); afeta, igualmente, o desenvolvimento das redes, organizações e movimentos sociais.

Como afirmaram Della Porta e Tarrow (2005), há dois processos subjacentes à globalização: a internacionalização da política por meio da emergência de atores, redes e instituições transnacionais, assim como a integração econômica produzida pela voracidade do crescimento do comércio internacional, da mídia e da integração financeira. Nesse sentido, a globalização em si mesma favorece a expressão da contestação internacional criando estruturas de oportunidades e também circunstâncias políticas para a ação de movimentos anti-globalização e dos movimentos alternativos à globalização (TARROW, 1998 *apud* MILANI e LANIADO, 2006). Ela (re)produz desigualdades sociais e econômicas entre (e dentro dos) Estados. Graças a um complexo sistema de redes tecnológicas, a globalização facilita a intercomunicação rápida e imediata (um novo tempo) que escapa, ademais, ao controle rígido do Estado-nação (um novo território) (MILANI e LANIADO, 2006).

Por isso, ao falar do cenário nacional, temos que ter em vista a influência dos efeitos da globalização. A década de 90 é marcada por uma grande crise econômica e a diminuição de empregos na economia formal, com a conseqüente migração para a economia informal e para a chamada economia popular<sup>8</sup>. As políticas econômicas muitas vezes dão suporte à economia informal e há uma crescente fragmentação e pulverização das atividades produtivas e das relações sociais em geral. As ONGs vão ocupando cada vez mais espaço ao oferecer serviços públicos para a população, uma vez que a capacidade do Estado de atender aos serviços básicos diminui a cada dia. Há um visível aumento de pessoas abaixo da linha mínima de sobrevivência, como sem-tetos e crianças de rua, o que aumenta significativamente a violência urbana, aumentando o medo e a incerteza, mesmo com a estabilização da moeda local (GOHN, 2002).

Ao falar em globalização também é preciso estar atento ao conteúdo ideológico que está por trás do conceito. Milani (2000 e 2004) alerta sobre as possíveis distorções que

---

<sup>8</sup> Aprofundaremos mais sobre o tema da economia popular no Capítulo 3

**Cap 2 – A SOCIEDADE CIVIL: USOS E ABUSOS DE UMA CATEGORIA CONCEITUAL**

Luiza Reis Teixeira

surtem com certa frequência nas análises sobre a globalização. A primeira é o não estabelecimento de uma distinção entre a descrição da realidade do que seria a globalização através de prescrições e normas, e de como a globalização deveria ser. Outra tendência a por em evidência, quase que exclusivamente, suas dimensões econômica e financeira, deixando de lado as dimensões sociais, espaciais e culturais, suas origens históricas, ideológicas e políticas. A terceira distorção seria a tendência em juntar o “político” com o “governamental”, assim como o “econômico” com o “mercadológico”. A partir destas distinções é possível falar em globalização hegemônica e contra-hegemônica.

A globalização hegemônica pode ser descrita como um movimento econômico, cultural e político que, tendo iniciado em princípios dos anos 1990, visa a defender uma concepção economicista das relações humanas e do bem público. Busca restringir o bem público a um serviço de mercado regido pela lei da oferta e da procura; visa a limitar a esfera social dentro da esfera econômica. É hegemônica a globalização que defende tais postulados de maneira dominante, sem questioná-los ou criticá-los sob a perspectiva de diferentes contextos culturais e históricos (MILANI, 2000, s/p).

Já a globalização contra-hegemônica é definida como:

(...) o movimento de idéias e ações políticas e econômicas que repõem em discussão o caráter absoluto dos postulados da globalização hegemônica. Suas palavras de ordem são a contestação, o questionamento, a mobilização social e política, a solidariedade, assim como a democratização dos processos de tomada de decisão (..) São ilustrações de temas e espaços políticos alternativos da globalização contra-hegemônica o Forum Social Mundial de Porto Alegre, a taxa Tobim, a regulação política dos fluxos financeiros, o fim dos paraísos fiscais, o controle democrático dos sistemas de gestão das bolsas de valores, a responsabilidade social das empresas, a economia solidária (MILANI, 2000, s/p).

Muitos atores políticos, movimentos sociais, pensadores e redes internacionais compartilham os valores e as ideologias da globalização contra-hegemônica, tais como Via Campesina (América Latina), MST (Brasil), Greepeace (internacional), Barefoot College (Índia), Noam Chomski (EUA), Immanuel Wallerstein (EUA), François Chesnais (França), Vandana Shiva (Índia), Walden Bello (Filipinas), Aminata Traoré (Mali), entre muitos outros. No entanto, é evidente que o pensamento em torno da sociedade civil e suas funções na sociedade está longe de ser homogêneo. Suas formas de ação variam do protesto de rua (Seattle-1999 foi um exemplo), ao boicote e à violência no âmbito de conferências

intergovernamentais (Gênova), até formas mais organizadas e pacíficas de encontros mundiais alternativos (Fòrum Social Mundial).

Os movimentos sociais são considerados ações sociopolíticas, como o conceito citado anteriormente explicita, e a ideologia o conjunto de crenças, valores e ideais que fundamentam suas reivindicações (GOHN, 2002). Muitos autores tendem a dizer que as utopias deixaram de existir com a queda do bloco comunista, mas esquecem que a ideologia é um elemento presente em todo movimento social. As ideologias funcionam como marcos estratégicos de fundamental importância para a criação da identidade dos movimentos.

Gohn (2002) defende que o debate sobre o papel da ideologia no mundo não desapareceu, uma vez que:

(...) todo movimento está articulado a um conjunto de crenças e representações e são elas que dão suportes a suas estratégias e desenham seus projetos político-ideológicos. Não se trata da vertente marxista ortodoxa que vê a ideologia como mistificação da realidade mas sim da vertente marxista gramsciana que trata a ideologia no campo das práticas sociais, como conjunto de idéias que dão suporte a projetos estratégicos de mudança da ordem das coisas na realidade social (GOHN, 2002, p. 235)

Historicamente a ideologia tem implicações na humanidade. Wood (1999) vê a ideologia como “uma crônica da destruição humana cometida por indivíduos com doutrinas ideológicas diferentes” (WOOD, 1999, p. 605). Ele ressalta, então, que os grandes conflitos dos últimos séculos foram provocados por diferenças ideológicas, como nas revoluções americana, francesa e bolchevique. Nos dias atuais, os conflitos ideológicos também foram fonte de guerras e rupturas econômicas, além da justificação para violência regional e internacional.

A ideologia é um aspecto psicológico poderoso, porém pouco compreendido, com implicações tanto sociológicas e interpessoais quanto políticas e internacionais (WOOD, 1999, p. 605).

Wood (1999) ainda destaca diferentes concepções de mundo das pessoas e afirma que todos são possuídos e orientados por ideologias “radicalmente” diferentes e faz uma

**Cap 2 – A SOCIEDADE CIVIL: USOS E ABUSOS DE UMA CATEGORIA CONCEITUAL**

Luiza Reis Teixeira

tentativa de diferenciar alguns conceitos que são utilizados indistintamente como sinônimos de ideologia:

1. Crença - convicção aparente racional do que é verdadeiro e falso, referindo-se ao que existe, de fato;
2. Valor - algo semelhante a uma convicção emocional sobre o que é bom e o que é mau, envolvendo juízo de valor;
3. Atitude - aprovação ou acordo, ou desaprovação ou desacordo, em relação a um objeto, fato ou possibilidade exteriores;
4. Ideologia – conceito distinto de todos os anteriores, uma vez que significa um amplo sistema que organiza e dá sentido à vida das pessoas. “Uma doutrina sistemática da vida humana; uma ideologia proporciona uma orientação (um fim) e especifica os comportamentos adequados (os meios) para atingir este fim” (WOOD, 1999, p. 606).

Partindo da premissa de que os movimentos sociais são processos político-sociais, concordamos com a afirmação de que constituem “expressões de poder da sociedade civil, e sua existência, independe do tipo de suas demandas, sempre se desenvolve num contexto de correlação de força social” (GOHN, 2002, p. 251). Neste trabalho, temos como pressuposto que a sociedade civil é um espaço para criação de novas ideologias, as quais podem assumir um caráter de contra-hegemonia à ideologia dominante, caracterizada por quase-exclusivos e excessivos pesos dados ao mercado onipresente, produtivo, eficientista e pretensamente regulador das relações sociais na sua totalidade:

Uma vez considerado o movimento da sociedade civil como o momento através do qual se realiza a passagem da necessidade à liberdade, as ideologias – das quais a sociedade civil é sede histórica – são vistas não mais apenas como justificação póstuma de um poder cuja formação histórica depende das condições materiais, mas como forças formadoras e criadoras de nova história, colaboradas na formação de um poder que se vai constituindo e não tanto como justificadoras de um poder já constituído (BOBBIO, 2002, p.41)

#### 2.4. A INOVAÇÃO GRAMSCIANA NO PENSAMENTO MARXISTA

Gramsci é um pensador marxista por excelência. Para Carnoy (1994, p. 89) Gramsci desenvolveu uma “ciência marxista da ação política”, uma vez que Marx não teria desenvolvido uma teoria de política tão abrangente e compreensível quanto sua análise da economia política. Gramsci viveu em uma época em que a teoria marxista já tinha atingido alto nível de desenvolvimento e o bloco comunista estava em formação. O partido socialista já existia na Itália, muito embora pouco representasse as idéias de Marx<sup>9</sup>. A revolução comunista russa acontecia de forma quase que concomitante com a expansão do nazi-facismo. Todos estes elementos explicam o fato da teoria desenvolvida por Gramsci ter um caráter mais estratégica e voltada para a ação, ou seja, repleta de reflexões acerca de como atingir o socialismo considerando o contexto vivido por ele, o que Carnoy (1994, p. 90) chamou de: “uma estratégia para a derrubada do Estado burguês e a construção do socialismo”.

É possível ainda estabelecer outras distinções entre as teorias de Marx e Gramsci. Cerroni (1977), por exemplo, estabelece diferenças entre os métodos de pesquisa dos dois autores e de Weber. Enquanto Marx teria desenvolvido as bases para a configuração científica das categorias histórico-sociais – o socialismo científico, e Weber uma visão idealista da política baseada nos tipos ideais, Gramsci teria sido um reagente crítico de ambos os autores, desenvolvendo uma teoria da cultura, baseada na teoria da hegemonia, na relação entre cultura e política, e na teoria da universalização humana.

Badaloni (1977) ao falar sobre a teoria gramsciana da ideologia estabelece a hipótese de que Gramsci teria modificado o estatuto teórico de algumas categorias desenvolvidas por Marx, quando passa a considerar a capacidade articulatória da sociedade civil. Para o autor, este fato lhe confere um status de atualizador da teoria marxista, pois

---

<sup>9</sup> O partido comunista seria fundado na Itália, em 1921, por Gramsci e outros políticos, como uma ruptura do Partido Socialista Italiano.

Gramsci viveu em um contexto social que diferia do contexto descrito por Marx, ou seja, Gramsci teria desenvolvido sua teoria da sociedade civil a partir de outro ponto de vista.

É possível afirmar que a diferença citada no parágrafo anterior é a que mais se repete na comparação entre Marx e Gramsci. Autores como Coutinho (1981), Portelli (1970), Bobbio (1982), Carnoy (1994) analisam como a concepção de Estado e Sociedade Civil é distinta em Marx e Gramsci. Vale ressaltar, no entanto que os autores citados não partilham da mesma interpretação destes conceitos, com destaque para o grande debate teórico entre Bobbio e Coutinho, em que Coutinho (1981) afirma que Bobbio chega a uma falsa conclusão ao supor que a alteração no conceito de sociedade civil feita por Gramsci o leve a retirar da infra-estrutura a centralidade da transformação social. Isto quer dizer que, para Bobbio, Gramsci acredita na transformação social apenas no plano ideológico, relegando o plano econômico. No que Coutinho (1981) discorda, pois faria de Gramsci um idealista na teoria social, pois ele estaria situando o elemento determinante do processo histórico na superestrutura política e não na base econômica. Montano (2003), no entanto, esclarece este debate teórico ao afirmar que a sociedade civil, pertence ao momento superestrutural ao lado da sociedade política, e que o político não tem primazia sobre o econômico.

Passando para o tema da transformação social, também intimamente ligado com a capacidade de organização e direção através dos aparelhos privados de hegemonia, Carvalho (1986) ressalta que, na Ciência Social e no pensamento marxista, existem diferentes concepções do processo de transformação do social, que são determinadas pela forma com que se compreende a totalidade social. Marx com sua teoria mudou radicalmente a perspectiva de análise da totalidade social ao concebê-la enquanto uma totalidade orgânica, ou seja, o conjunto da infra-estrutura e da superestrutura determinada pela base econômica. Para ele o processo da vida social, política e espiritual seria determinado pelo modo de produção da vida material. No entanto, no desenvolvimento do pensamento marxista, verificou-se uma dificuldade de apreensão da dialética entre o econômico e o político, ou seja, uma dificuldade

de perceber e trabalhar teoricamente a relação entre infra-estrutura e superestrutura, o que levou ao desenvolvimento de um tratamento destas duas esferas (econômica e político-ideológico) de forma autônoma, isolada e absoluta. Com isso, a determinação da totalidade social tende a incorrer em dois riscos fundamentais: o **economicismo** e o **voluntarismo**. O **economicismo** reduz o processo de transformação social a um processo que se dá no campo econômico, diluindo, e até mesmo negando nas suas formas mais extremadas, a eficácia própria do político-ideológico na práxis transformadora. Já o **voluntarismo** tende a conceber a transformação social como um processo que se dá no domínio político ideológico, independentemente das condições objetivas no nível da base econômica (CARVALHO, 1986).

Gramsci, por sua vez, tornou-se um marco na análise das transformações do modo de produção capitalista, por, mesmo sendo um marxista, ter uma concepção abrangente da transformação social como um processo que se efetiva na relação dialética do econômico com o político-ideológico. Em sua concepção, a transformação social é um processo global que se faz simultaneamente no terreno econômico e ideológico através da luta política, sendo na atividade política, enquanto atividade que faz o nexos orgânico entre o econômico e o ideológico, que se desenvolve a ação transformadora das relações sociais (CARVALHO, 1986).

A transformação social através da revolução é tida como um processo que se dá na dialética destruição/construção, ou seja, destruição da sociedade burguesa e construção de uma nova sociedade, através de uma profunda mudança na estrutura econômica e política, e na maneira de pensar dos homens. Isso amplia o domínio da política, que passa a englobar mais que o domínio econômico, mas também os domínios cultural e ideológico. Para Gramsci a infra-estrutura e as superestruturas formam um bloco histórico e numa relação orgânica, **as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma**, não se podendo desvincular histórica e teoricamente o conteúdo da forma. Este conceito de bloco histórico faz uma crítica



ao idealismo e ao determinismo econômico, pois em toda sua ação, Gramsci procura entender como se expressa a ação do ideológico e do político dentro do modo de produção e qual a sua eficácia na manutenção ou conservação das relações sociais. O ponto de partida da teoria gramsciana é o questionamento que o próprio autor se faz a respeito da grande resistência da estrutura nos processos de crise, o que o leva a um exame específico da superestrutura, configurando a sua tese da eficácia e da relativa autonomia do político-ideológico. A partir daí há o desenvolvimento dos principais conceitos, que estão relacionados à superestrutura do bloco histórico: ideologia e Estado, sociedade civil e sociedade política, enquanto conjunto complexo e orgânico (CARVALHO, 1986).

Os principais conceitos desenvolvidos por Gramsci baseiam-se no aprofundamento do entendimento sobre o “complexo” estrutura/superestrutura. São eles: hegemonia, sociedade civil, Estado, partido e intelectuais (HALL *et alli*, 1983). A compreensão gramsciana das noções de estrutura e superestrutura difere das de Marx, uma vez que Gramsci procura se afastar dos fundamentos economicistas e idealistas, o que o leva a uma sistematização da práxis da transformação social em sua obra. Para Gramsci há uma relação dialética ente estrutura e superestrutura, ou seja, entre o político e o ideológico. Contudo, ele incide a sua reflexão na superestrutura, que é formada pela ideologia e Estado, sociedade civil e sociedade política. O objetivo da centralidade na reflexão sobre a superestrutura é entender como se expressa a ação do ideológico e do político dentro do modo de produção (econômico) e qual a sua eficácia na manutenção ou conservação das relações sociais para, a partir desse entendimento, redefinir as estratégias no processo de luta pela transformação do social (CARVALHO, 1986).

## 2.5. PRINCIPAIS CONCEITOS - IDEOLOGIA E SOCIEDADE CIVIL EM GRAMSCI

Ao falar em sociedade civil, vale ressaltar, mais uma vez que trataremos também do conceito de Estado. Gramsci, em sua obra, vai além ao estabelecer mais que uma teoria ampliada do Estado, uma vez que ele é o primeiro autor a falar nos aparelhos privados de hegemonia e a estabelecer duas esferas essenciais no interior das superestruturas – a sociedade civil e a sociedade política (COUTINHO, 1981). O Estado é visto como um instrumento essencial para a expansão do poder da classe dominante; é considerado uma força repressiva (sociedade política) que mantém os grupos subordinados fracos e desorganizados, e a hegemonia é garantida “pela couraça da coerção” (CARNOY, 1998, p. 98). A hegemonia é definida como uma expressão da Sociedade Civil e do Estado, não desconsiderando, no entanto, uma grande autonomia dos aparelhos hegemônicos privados frente ao Estado.

Uma maneira prática para compreensão do conceito de sociedade civil é imaginá-lo como uma esfera intermediária que inclui aspectos da estrutura e da superestrutura. Gramsci é considerado o autor que pela primeira vez inclui no conceito de sociedade civil as associações, as organizações, os partidos políticos, a imprensa, a família, uma vez que combinam funções ideológicas e econômicas. Para ele o bloco dominante precisa subordinar as outras classes ao processo produtivo, não apenas através de decretos, mas mediante uma constante transformação de costumes e valores morais na sociedade civil. A sociedade civil também é tida como o terreno sobre o qual as classes brigam pelo poder, seja ele econômico, político, ou ideológico (HALL e outros, 1983).

A sociedade civil também pode ser vista como a esfera em que há o domínio da ideologia, ou seja, “o conjunto das organizações por meio das quais se elabora e difunde a ideologia (...)” (CARVALHO, 1986, p. 35). Outro fator diferencial do conceito elaborado por Gramsci é que, além de conter o conteúdo ético do Estado, a sociedade civil também é tida como um lugar de transição dos impulsos hegemônicos; isto quer dizer que ela é dotada da possibilidade de desenvolvimento de uma nova ideologia hegemônica: “A hegemonia de uma

classe inclui necessariamente a luta no domínio da ideologia, ou seja, a sociedade civil é um lugar decisivo no exercício da hegemonia” (CARVALHO, 1986, p. 35).

O conceito de sociedade civil é tido como o ponto de partida para o entendimento da Teoria Ampliada do Estado. Distinguindo-se de Marx – para quem a sociedade civil compreende a base econômica, ou para fins didáticos, todo o conjunto da vida comercial e industrial, ou ainda todo o conjunto das relações materiais, Gramsci foi além, e considerou a sociedade civil como o conjunto das relações ideológico–culturais e intelectuais. Gramsci situa então, a sociedade civil no momento superestrutural, o complexo das relações ideológicas e culturais; a vida espiritual e intelectual. Afirma que a superestrutura é o momento que uma determinada classe toma “consciência da necessidade”, “necessidade” esta que caracteriza as condições objetivas vividas pelo sujeito. É só através do reconhecimento das condições objetivas que o sujeito ativo da história se torna livre e se põe em condições de poder transformar a realidade. O momento superestrutural, enquanto momento da liberdade, é entendido como “consciência da necessidade”, ou seja, das condições materiais. As ideologias são vistas não mais como justificação póstuma de um poder cuja formação histórica depende das questões materiais, mas como forças que têm a possibilidade de formar e criar uma nova história, colaborando para a formação de um poder que vai se constituindo e não tanto como justificadora de um poder constituído.

Para Gramsci, o Estado é dividido em dois segmentos: sociedade política (que compreende os aparelhos de coerção sob o controle das burocracias executivas e policial-militar) e sociedade civil (que é o conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão de ideologias e compreende o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, os meios de comunicação, etc.).

O Estado é, então, incorporado pela hegemonia da classe dominante, a burguesia, que tinha se constituído como um organismo de movimento contínuo capaz de absorver e transformar culturalmente a sociedade inteira. O Estado impõe as leis burguesas, como se

houvesse apenas uma classe e uma sociedade, incorporando assim, a classe operária que fica sem consciência de sua posição de classe no desenvolvimento global da burguesia. A hegemonia e a função hegemônica do Estado emanam da natureza da burguesia como uma classe ideologicamente abrangente e de sua posição específica de poder econômico na sociedade capitalista. O desenvolvimento burguês não se faz apenas através do desenvolvimento das forças de produção, mas através da hegemonia na arena da consciência (COUTINHO, 1981).

Gramsci também parte da noção de Marx sobre a hegemonia burguesa na sociedade civil, que significava o predomínio ideológico dos valores e normas burguesas sobre as classes subalternas. Mas Gramsci vai além de Marx, Engels, Lênin e Trotski ao considerar que o Estado incluía a hegemonia burguesa na superestrutura, atribuindo a ele a função de promover um conceito burguês único da realidade e um papel mais extenso na perpetuação das classes (CARNOY, 1994). E a explicação para o consentimento da hegemonia das classes dominantes pelas subalternas estava no poder da consciência e da ideologia em forma de uma auto-organização de sociedade civil e em todos os aparelhos hegemônicos. O conceito gramsciano de hegemonia tem dois significados principais: o primeiro é um processo na sociedade civil pelo qual uma parte da classe dominante exerce o controle, através de sua liderança moral e intelectual, sobre outras frações aliadas da classe dominante; já o segundo envolve a relação entre as classes dominantes e as dominadas, que:

Compreende as tentativas bem sucedidas da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal, e para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados (CARNOY, 1983, p. 95).

A hegemonia não é vista como uma força coesiva, mas sim plena de contradições e sujeita ao conflito. As instituições hegemônicas estão imbuídas de um conteúdo político, que corresponde à tentativa das classes dominantes de expandir sua capacidade para reproduzir seu controle sobre o desenvolvimento da sociedade.

A burguesia, através do Estado, tenta uma estratégia de revolução passiva sempre que sua hegemonia é ameaçada, ou sempre que sua superestrutura política não consegue lidar com a necessidade de expandir as forças de produção. O Estado do bem-estar, por exemplo, corresponderia a um tipo de revolução passiva. Gramsci procura buscar uma estratégia de transformação da hegemonia capitalista, uma forma viável das classes subordinadas superarem a hegemonia da classe dominada. Para tal, ele considera os seguintes aspectos: 1. o conceito de crise de hegemonia, derivado em parte da análise de Marx no *Dezeto Brumário*; 2. o conceito de “guerra de posição” em contraposição à “guerra de movimento”; e 3. o papel dos intelectuais. Os aspectos surgem da concepção gramsciana da superestrutura como detentora do papel principal na expansão e na dominação da burguesia dominante (CARNOY, 1994).

Gramsci acreditava que a “mudança” não poderia acontecer de “cima para baixo”. O socialismo só aconteceria de uma forma gradual e com a mobilização da sociedade civil, já que ela tem a possibilidade de difusão de novas ideologias. Esse trabalho deveria ser feito “transformando” a ideologia das massas. É a chamada crise da hegemonia, sendo possível, apenas, nas sociedades mais complexas, com alto grau de participação política organizada. Daí, o grande papel atribuído aos intelectuais, conceito este que não será aprofundado neste trabalho, mas que pode assim ser resumido:

Sobre o papel dos intelectuais, desde o império romano até a era industrial, Gramsci induziu uma tipologia que ainda hoje é objeto de discussão nas ciências sociais. Gramsci atribui como papel do intelectual dar direção política e também, direção ideológica às classes subalternas, que sem uma nova cultura, não deixariam de viver, passivamente, a hegemonia das velhas classes dominantes. O papel do intelectual funde-se, então, com o Moderno Príncipe, que deve levar à criação de uma nova cultura, que terá a função de criar as condições para o surgimento da hegemonia das classes subalternas, garantindo, assim, sua vitória na guerra de posições. Sem esta hegemonia, as massas não poderão se elevar à

condição de classes dirigentes. Daí, a importância, também, do intelectual na construção do partido político.

Gramsci faz a distinção entre dois tipos de intelectuais. De um lado, os **orgânicos**, cujo papel é fornecer cimento ideológico aos estratos dominantes: por exemplo, o economista liberal que sanciona a hegemonia dos grupos financeiros na gestão do estado, e é capaz de discorrer sobre o caráter "natural" da máquina a que serve. De outro lado, soldando o passado no presente, os **tradicionais** ou "**eclesiásticos**" que, não estando diretamente ligados à produção material, garantem a continuidade e a hierarquia de instituições de fundo estamental: a Igreja, as universidades, os tribunais, com seus mandarins e burocratas. A distância entre estes últimos e o mundo da produção cria neles a ilusão, que Gramsci chama utópica, de serem autônomos em relação à máquina econômica vigente: é a veleidade da "autoposição" comum entre acadêmicos, juristas e burocratas.

Para Gramsci, os intelectuais falham ao se restringirem às suas bases acadêmicas, sem de fato conhecer as massas e sua cultura, por isso, são incapazes de apreender as reais necessidades da população. Dessa forma, criam, apenas, culturas superficiais, e tornam quase impossível à massa o conhecimento de sua real condição política e a aceitação de uma nova ideologia.

Ao aprofundar a noção de ideologia desenvolvida por Gramsci, é importante ressaltar a conexão que esta tem com o conceito de sociedade civil, Estado (também entendido como sociedade política) e hegemonia, o que torna difícil citar um sem citar o outro. Segundo Hall (1983), por exemplo, não há uma teoria sistemática da ideologia na obra de Antonio Gramsci e, portanto, ela deve ser estudada como uma superestrutura. Contudo, o conceito de ideologia ocupa uma posição de extrema importância quando subordinado às “concepções políticas em torno das quais o pensamento de Gramsci está orientado” (HALL e outros, 1983, p. 60)

Para Cerqueira Filho (1988) a ideologia é definida em Gramsci como uma concepção de mundo que se faz presente em todas as manifestações teóricas e coletivas. Através da ideologia é possível também identificar o modo de pensar e agir compartilhado por determinado grupo social. A ideologia pode ser chamada de histórica caso ela responda a problemas colocados por uma realidade social e seja vivida conjuntamente por um grupo social. A função da ideologia histórica é dar unidade ao bloco histórico, que é composto por classes sociais ou grupos sociais opostos na esfera estrutural da sociedade.

Mais uma vez, vale citar o caráter inovador da conceituação de sociedade civil de Gramsci, uma vez que a considera como o domínio da ideologia, o que significa o conjunto das organizações por meio das quais se elabora e difunde a ideologia. A mais citada definição de sociedade civil de Gramsci, extraída de seu texto “Os intelectuais e a organização da cultura”, diz que a sociedade civil representa: “o conjunto dos organismos chamados comumente de privados [que] correspondem à função de hegemonia em toda sociedade”. Para Gramsci, as relações entre as classes sociais não se limitam ao terreno da produção econômica, mas também se desenvolvem no terreno ideológico. Portanto, a sociedade civil é tida como um lugar de transição dos impulsos hegemônicos (CARVALHO, 1983).

Fica claro que a ideologia perpassa o conceito de sociedade civil e hegemonia, uma vez que o domínio da ideologia não é meramente um campo reflexo da economia; o domínio ideológico, embora determinado pelo econômico, configura um campo ativo que tem dinamismo próprio, interferindo na construção do processo hegemônico. E a hegemonia de uma classe inclui necessariamente a luta no domínio da ideologia, ou seja, a sociedade civil é um lugar decisivo no exercício da hegemonia, além de ser o espaço das lutas de classes (CARVALHO, 1983).

A palavra ideologia muitas vezes é substituída pela expressão “domínio moral e intelectual”, e sua concepção é ampla e abrangente. A ideologia é uma concepção do mundo

que se manifesta em todos os domínios da vida social e está presente em todos os níveis da sociedade, como na arte, no direito, na atividade econômica, e em todas as manifestações da vida individual e coletiva. Gramsci inclui na ideologia as atividades do grupo social dirigente que parecem menos ideológicas, particularmente as ciências.

A ideologia também compreende uma consciência e uma ética ou normas de conduta que se difundem em todas as camadas sociais, mantendo coeso o bloco histórico, embora ela seja assimilada de forma diferente em cada extrato de camada social. Gramsci acredita que a ideologia assume formas distintas com níveis diferentes de complexidade correspondentes aos níveis de elaboração das diversas camadas sociais em razão das suas condições objetivas de vida, o que ele denomina de graus qualitativos, que são diversos, desde o mais coerente e menos complexo ao menos coerente e mais complexo (CARVALHO, 1983).

Os graus que a ideologia pode alcançar são: a **filosofia** - o estágio mais elaborado da concepção de mundo, pois possui o maior grau de coerência, ou seja apresenta mais nitidamente as características da ideologia; **senso comum** - traços difusos de certa época e de um meio popular; **religião** - religiões contemporâneas, mais crenças passadas, superstições e etc.; e **folclore** - nível mais baixo do bloco ideológico, é uma concepção de mundo primitiva e incoerente (PORTELLI, 1970).

Gramsci acredita que a ideologia penetra toda a sociedade, tanto na perspectiva horizontal dos diferentes domínios da vida social, como na perspectiva vertical das diversas classes que constituem a sociedade. Ela tem uma influência decisiva na manutenção, reprodução ou transformação das relações sociais, constituindo-se uma força efetiva na história. Para estudar a ideologia, é necessário estudar as relações sociais, as classes sociais e as relações que mantêm entre si, a formação de sua consciência, o nível de sua organização e sua luta. A ideologia só constitui uma força efetiva enquanto concepção de mundo de uma



classe, que são as ideologias historicamente orgânicas, necessárias a uma determinada estrutura. No entanto, há ideologias que são arbitrárias, fruto do desejo e da criação de indivíduos, sem nenhum sentido histórico. Portanto, a verdade de uma ideologia está na capacidade de mobilização política; o julgamento das ideologias não se dá segundo um critério de verdade e falsidade, mas segundo sua função e eficiência em aglutinar classes e frações de classe (CARVALHO, 1983).

Para a burguesia a ação ideológica é importante para a reprodução e manutenção das relações de dominação; já para a classe dominada, a ação ideológica é decisiva no seu projeto de libertação desde que, no interior do bloco histórico, existam as condições objetivas de transformação, ou seja, a possibilidade de iniciar a construção de sua hegemonia ainda na sociedade capitalista. De forma geral deve haver uma eficácia da ideologia dominante, uma vez que há a passividade dos dominados, na medida em que a massa dominada absorve o pensamento dominante que lhe é imposto de diferentes formas e por diferentes meios, dando-se, então, o divórcio entre a vida e o pensamento dos dominados, o que impede a organização das massas como força efetiva de enfrentamento das classes dominantes (CARVALHO, 1983).

## 2.6. O PAPEL TRANSFORMADOR DA SOCIEDADE CIVIL

A partir da década de 70, principalmente após uma ruptura com o estruturalismo marxista e com o impacto da escola de Frankfurt com a análise dos meios de comunicação de massa e as teorias reproducionistas da educação, o casamento entre os conceitos de ideologia e Estado, passou a explicar de maneira mais satisfatória o que ocorria na dinâmica da sociedade (ALVAREZ *et all*, 2000). A discussão em torno das idéias de Gramsci trouxe à tona o debate em torno da crítica ao reducionismo econômico.

Essa crítica afirma uma imbricação profunda entre cultura, política e economia e estabelece uma equivalência entre forças materiais e elementos culturais dentro de uma visão integrada da sociedade como um todo (ALVAREZ *et al.*, 2000, p. 66).

No entanto, a compreensão dos conceitos elaborados por Gramsci não é homogênea, havendo algumas correntes de interpretações com algumas diferenças entre si. Segundo Nogueira (2003), há uma tradição associada a Gramsci - a tradição marxista - que interpreta a sociedade civil como uma “parte orgânica” do Estado, dotado de especificidade, mas somente compreensível se integrado a uma *totalidade histórico-social*. As correntes mais recentes, desvinculadas da tradição marxista, retratam a sociedade civil como uma esfera separada do Estado e da economia, caracterizada pelo potencial criativo e contestador, desempenhando um papel de operacionalização de iniciativas e movimentos não comprometidos com as instituições políticas e as organizações de classe. Nesta corrente a sociedade civil, diferente de sua conceituação marxista em que era tida como palco de lutas políticas e empenhos hegemônicos, passa a ter sua imagem vista como um “recurso gerencial – um arranjo societal destinado a viabilizar tipos específicos de políticas públicas” (p. 187), ou ainda um “fator de reconstrução ética e dialógica da vida social” (p. 187). Nesta linha de pensamento há um abandono do sentido marxista do conceito, passando para a perspectiva liberal-democrática como referência principal para análise de Gramsci.

Para Coutinho (1981) Bobbio é um dos autores que divulgam esta interpretação equivocada do conceito de sociedade civil elaborado por Gramsci, dando margem a interpretações liberais, objetivando justificar o papel que se espera que a sociedade civil assuma nos governos de projeto neo-liberal. Montano (2003), que, em sua obra, faz uma crítica ao uso do termo “Terceiro Setor”, por sua vez, elabora um resumo - contrastando Bobbio e Coutinho - das principais idéias referentes ao assunto. Para ele, as principais distorções a que a interpretação equivocada do conceito de Gramsci pode levar são: o fato de estabelecer uma distinção entre as esferas da sociedade civil, sociedade política e base econômica, fundamento para a segmentação da sociedade em três esferas autônomas entre si,

ou seja, a *setorialização tripartite* da sociedade – primeiro, segundo e terceiro setor; a outra interpretação equivocada, também atribuída a Bobbio parte do fato da consideração do momento político como determinante da transformação social, relegando à esfera econômica um papel secundário, o que acaba por deixar de lado a noção da totalidade social presente em Gramsci. Nesta interpretação, que vai de encontro com o pensamento de Nogueira (2003), a sociedade civil é desprovida dos interesses e conflitos das classes sociais.

Assim sendo, o uso da noção de “sociedade civil” como um “terceiro setor” (autonomizado dos outros dois “setores” e desgarrado da totalidade social) deriva antes do conceito do *positivismo*, do *liberalismo vulgar*, do *funcionalismo*, do *estruturalismo*, do *sistemismo*, e das correntes que segmentam a realidade social em esferas/setores autônomos (MONTANO, 2003, p. 128).

Em meio a este debate conceitual, este trabalho apresenta sua análise sobre o conceito de sociedade civil e do papel transformador que ela pode ter. Para Nogueira (2003) é possível pensar no desenvolvimento da sociedade civil a partir de quatro prismas de influência. O **primeiro** corresponde a complexificação, diferenciação e fragmentação das sociedades contemporâneas, que ficaram mais diversificadas e individualizadas com o desenvolvimento capitalista das últimas décadas. Nesta sociedade, a classe operária – “grande sujeito histórico da modernidade capitalista” (p. 187) e “vetor de unificação social” (p. 187) – tem sua importância diminuída, dando espaço a novos sujeitos que nem sempre buscam a unificação em suas ações. O **segundo** prisma para análise da sociedade relaciona-se com a integração econômica que o mundo passa em que redes de comunicação e informação relativizam o poder dos Estados nacionais. Neste ponto de vista a sociedade ganha mais transparência e autonomia em sua relação com o político, pela possibilidade das sociedades estarem mais em contato umas com as outras, o que não diminui as desigualdades sociais, nem a ameaça da perda de autonomia e originalidade das culturais nacionais. O **terceiro** ponto de vista tem como influência a recomposição do conceito de sociedade civil impulsionada pela crise da democracia representativa e pelas transformações socioculturais associadas à globalização, com destaque para o protagonismo adquirido pelos meios de

comunicação, que alterou a esfera do político, tornando-a mais midiática e menos controlada pelos tradicionais operadores políticos. O que leva a uma transformação nas estratégias para produção do consenso, de formação de culturas e construção de hegemonias.

Com a força adquirida pelo projeto neoliberal e o aprisionamento dos Estados nacionais (e de seus governos) na jaula da globalização, o modo predominante de produção de consenso acabou por travar a formação e o desenvolvimento de formas mais politizadas de consciência, em benefício de formas econômico-corporativas e da expansão de atitudes mentais consumistas, individualistas, mediócras, indiferentes à vida comum (NOGUEIRA, 2003, p. 188).

Ainda sobre este prisma, é possível afirmar que este movimento trouxe impactos negativos quanto ao funcionamento e a identidade dos partidos políticos de esquerda, uma vez que já não era possível reproduzir os sujeitos sociais “clássicos” e as grandes utopias políticas perdiam espaço. O que levou à reprodução “de organizações e movimentos autônomos em relação à esfera imediatamente política e a causas de natureza ‘classista’” (NOGUEIRA, p. 188). Pode-se dizer que a disseminação desses movimentos e organizações congestionaram a sociedade civil, passando a ser confundidos com ela.

De espaço dedicado à articulação política dos interesses de classe – de terreno para a afirmação de projetos de hegemonia –, a sociedade civil se reduziu a um acampamento de movimentos. Ganhou-se em termos de organização dos interesses e mesmo de ativação democrática, mas perdeu-se em termos de unidade política (NOGUEIRA, 2003, p. 188).

No **quarto prisma de análise** há a redescoberta da sociedade civil, através da expansão da cultura democrática e da cultura participativa, com o conseqüente impulso do ativismo comunitário e dos chamados movimentos sociais. Este prisma de análise expandiu-se com fim dos regimes ditatoriais na América do Sul e do fim sistema socialista do Leste europeu, ambos marcados por uma crise do Estado e dos padrões societários vigentes. Portanto, acredita-se em uma sociedade civil engajada em movimentos que buscam a tradução de suas agendas em políticas públicas, na expansão das fronteiras da política institucional e na luta pela redefinição do sentido convencional de cidadania, representação política e participação.

### **3. TEORIAS E PRÁTICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: EMPREENDIMENTOS NO BRASIL E NA BAHIA**

Este capítulo tem três objetivos: o primeiro é retratar brevemente a teorização acerca da economia solidária, visando a discutir a evolução do debate acerca da temática da economia solidária e seu reflexo no atual momento de organização do movimento; o segundo, analisar as suas origens históricas partindo do pressuposto de que a economia solidária seria um renascimento do cooperativismo do século XIX; em terceiro e último lugar, visa a analisar o movimento da economia solidária no Brasil e na Bahia. Esses três objetivos devem permitir-nos levantar fundamentos sobre o principal questionamento deste trabalho em torno do projeto sóciopolítico da economia solidária.

Vale ressaltar que por projeto sociopolítico entendemos a visão de mundo que dá sentido e direção ao movimento (GOHN, 2002). A respeito desta questão concordamos com Gohn (2002, p. 261) que acredita que, embora não haja “um projeto *para* o movimento ou *do* movimento, para a sociedade, em relação ao conteúdo intrínseco da problemática que o constitui”, haverá uma visão de mundo oriunda das assessorias ou lideranças que dá sentido e direção ao movimento, ou mesmo um paradigma ideológico construído fora do movimento alimentando sua atuação.

Gohn (2002) também acredita que, quando o movimento não possui um projeto próprio, ele acaba tendo uma atuação sem foco, muitas vezes agindo segundo diretrizes de partidos, sindicatos ou igrejas. É possível reconhecer o projeto de um movimento a partir de

seu estudo como um todo, isto é, analisando suas diversas categorias, estruturas e sentidos de permanência que emprestam caráter de ordem ao cenário em que os empreendimentos se desenvolvem. Vale ressaltar também que o projeto sociopolítico de um movimento não corresponde a projetos formais, desenhados a partir da demonstração de etapas para a resolução de um problema. A autora também pondera que o projeto sociopolítico ou cultural de um movimento social é uma questão polêmica, uma vez que se acredita em sua possível morte na era neoliberal. A análise do projeto sociopolítico da economia solidária tem estreita relação com a teoria de Gramsci sobre a práxis transformadora de superação econômica e ideológica do modo de produção dominante por meio de movimentos que partem da sociedade civil, como analisamos no capítulo anterior. É por isso que, no terceiro ponto deste capítulo, dedicado à análise do movimento da economia solidária no Brasil e na Bahia, lançamos mão da proposta teórico-metodológica elaborada por Gohn (2002).

### 3.1. TEORIZAÇÃO ACERCA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A temática da economia solidária tem conquistado uma visibilidade crescente nos últimos anos. No meio acadêmico, diferentes áreas do conhecimento, tais como economia, sociologia e administração, publicam estudos sobre o tema (FRANÇA, 2002). Além do interesse da academia, é possível verificar que diferentes atores da sociedade civil têm participado do movimento da economia solidária. Integram o movimento da economia solidária atores com uma trajetória anterior ao próprio movimento, mas que fizeram a opção pela economia solidária. Entre eles podemos destacar o Movimento dos Sem-terra, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), vinculada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre outros. Várias hipóteses podem explicar esse fenômeno, por exemplo, o efeito de moda associado ao tema da economia solidária ou a institucionalização da temática no âmbito do governo Lula; no entanto, acreditamos que os envolvidos no movimento vêm nele ideais de

**Cap 3 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Luiza Reis Teixeira

transformação social, baseados na transformação do sistema, ou seja, uma alternativa de regulação da sociedade para exclusão dos efeitos nocivos do capitalismo.

Pode-se dizer que há um grande debate em torno do campo conceitual da economia solidária no Brasil e no mundo. Os autores (SOUZA SANTOS, 2002; SINGER, 2001; FRANÇA e LAVILLE, 2004; CATTANI, 2003; GAIGER, 2001) que estudam o tema fazem interpretações diferenciadas da temática, partindo de distintas correntes econômicas, sociológicas e/ou filosóficas, assim como adotam conceitos e denominações diferenciados para referirem-se ao que, supostamente, seria o mesmo fenômeno empírico. No entanto, a diversidade nas teorizações acerca da economia solidária não é originada em sua longa trajetória de estudos, como no caso do conceito de sociedade civil (retratado no capítulo anterior), cujas origens remontam ao período grego clássico. O conceito de economia solidária passa a ser discutido, sob esta denominação, a partir da década de 1980 (LECHAT, 2002), mesmo tendo sua origem atribuída ao movimento cooperativista de Rochdale na Inglaterra do século XIX, ou às Associações de Ajuda Mútua na França no mesmo século. Na verdade, as denominações e conceituações na maioria das vezes são diferentes por partirem de realidades sociais e experiências distintas. Contudo, as características destas experiências possuem um núcleo comum, qual seja: o individualismo competitivo característico do comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas é substituído pela idéia da solidariedade. É provável que, em nome desse denominador comum de natureza política e militante, os diferentes intelectuais do campo façam um esforço a fim de estabelecer diálogos teóricos e metodológicos com o objetivo de alinhar minimamente os contornos conceituais da temática.

A ampla divulgação do tema da economia solidária tem suscitado diversas controvérsias e indagações. O próprio termo já apresenta inúmeros sinônimos para a definição do mesmo fenômeno, tais como: economia solidária, economia popular, economia do

**Cap 3 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Luiza Reis Teixeira

trabalho, economia popular e solidária e socioeconomia solidária. Todos estes sinônimos retratam experiências baseadas na organização cooperativa ou associativa, de caráter democrático e fundamentada no princípio da solidariedade. Conforme atesta a pesquisa realizada em 2004 pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia ao falar no conjunto das experiências pesquisadas:

(...) referem-se às diferentes formas de organização coletiva de trabalhadores voltadas para a geração de trabalho e renda, tendo, entre os seus traços característicos, a gestão autônoma, participativa e democrática, o compromisso com a auto-sustentabilidade e a busca do desenvolvimento humano integral. (SEI, 2004, p. 12).

Portanto, entre as organizações que fazem parte do campo da economia solidária, também conhecidas como empreendimentos econômicos solidários, podemos citar iniciativas como as associações e cooperativas de trabalhadores rurais e urbanos, produtores de bens e serviços, centrais de comercialização, empresas autogestionárias, cooperativas de crédito, clubes de trocas e as organizações atuando no campo do chamado comércio justo.

Gaiger (2000), por exemplo, acredita que o conceito de economia solidária carrega algo de projeção que manifesta um ideal a ser alcançado, pois reflete o esforço de sistematização e elaboração teórica, e de desejo, expressando utopias. Isso significa que há, primeiramente, uma idealização e uma prefiguração do que seria uma economia solidária, para depois, trabalhar o seu sentido. Trata-se de um conjunto de teorias normativas, visto que é possível enxergar no conceito que cada um procura, deseja ou projeta os valores e práticas que os autores acreditam que devem permear um modelo de economia e sociedade a serem construídas. Vale ressaltar, portanto, que se trata de conceitos que estão em construção, freqüentemente e, em alguns casos, marcadamente inscritos na subjetividade de seus autores.

Outro exemplo concreto deste processo de falta de consenso conceitual versus o esforço empreendido para um alinhamento conceitual está registrado na obra organizada em



**Cap 3 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS EMPREENDEMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Luiza Reis Teixeira

uma coletânea de artigos por Cattani (2003), classificada por ele mesmo como “plural”, em que são definidos quarenta verbetes que compõem o campo de discurso da economia solidária – Associativismo, Cadeias Produtivas Solidárias, Capital Social, Desenvolvimento Local, Economia da Dívida, Economia do Trabalho, Economia Moral, Economia Popular, Identidade e Trabalho Autogestionário, Socialismo Autogestionário, Solidariedade, Trabalho Emancipado, Utopia, entre outros - a partir de uma estrutura básica contendo os seguintes aspectos: definição sintética, gênese e desenvolvimento histórico do conceito, controvérsias, atualidade e validade do conceito. A introdução da obra já anuncia que seu objetivo é “clarificar e precisar conceitos e teorias relacionados aos processos alternativos à economia capitalista” (p. 13), e que “não se hesitou em destacar as controvérsias, impasses e mesmo as contradições existentes” (p. 14). Ou seja, há uma identificação comum entre os autores ao fazerem parte de um movimento alternativo à economia capitalista - “um importante e sólido movimento de construção de um mundo melhor” (p. 11), mas há também o reconhecimento de que não há um consenso conceitual entre eles, uma vez que há uma grande variedade de conceitos que se baseiam, tanto em experiências concretas, como em dimensões abstratas, quer sejam projetos, valores ou percepções distintas.

Esse livro constitui-se em mais uma tentativa de organização do arcabouço teórico da economia solidária através do refinamento de seus conceitos teóricos e do estabelecimento de diálogo entre várias teorias. A necessidade de construção de conceitos e teorias com o objetivo de conhecer e apropriar-se corretamente da natureza e potencialidades destes fenômenos é ressaltada pelo seu organizador. A leitura das definições de verbetes tais como economia solidária, socioeconomia solidária, economia do trabalho e economia popular, como indicamos a seguir, corrobora o que já foi dito a respeito da ampla variedade de contextos de origem e desenvolvimento, além das diferentes filiações teóricas que cada um deles pode representar.

**Cap 3 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Luiza Reis Teixeira

<b>Verbetes / Autor</b>	<b>Conceito</b>
<b>Economia Solidária</b> Paul Singer	Economia solidária é hoje um conceito amplamente utilizado dos dois lados do Atlântico, com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da idéia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas (p. 116).
<b>Socioeconomia Solidária</b> Marcos Arruda	O termo <i>socioeconomia solidária</i> equivale à <i>economia solidária</i> , tendo como única diferença a ênfase no sentido social que deve ter a verdadeira economia – aquela que é fiel ao seu sentido etimológico – <i>gestão, cuidado da casa e, por consequência, dos que nela habitam</i> (p. 232).
<b>Economia do Trabalho</b> José Luis Coraggio	A economia do trabalho pode ser cabalmente compreendida somente quando em contraponto com a economia do capital; pois é, como outras propostas a serem tratadas nesta obra, uma possibilidade a ser desenvolvida a partir de contradições no seio do sistema capitalista, hoje em transição incerta a outro sistema-mundo (p. 88).
<b>Economia Popular</b> Ana Mercedes Sarria Icaza e Lia Tiriba	Entende-se por economia popular o conjunto de atividades econômicas e práticas desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais como imateriais (p. 101).

Quadro 1 – Campo Conceitual da Economia Solidária

Fonte: elaboração própria a partir de Cattani, 2003.

O conceito de economia solidária tende a ser o mais abrangente, englobando os outros conceitos apresentados. Para Motta (2004), a expressão “economia solidária” possibilita a união de diversos tipos de experiência em um único campo de idéias, além do agrupamento de diversas entidades, instituições e pessoas em torno de objetivos comuns. A autora ainda ressalta que muitos empreendimentos e idéias que surgiram numa época anterior a esta denominação passaram a ser reconhecidos *a posteriori* como pertencentes ao mundo da economia solidária.

O termo reorganiza uma variedade de idéias, conceitos, ao mesmo tempo que se constrói a partir deles. Pode-se dizer que o que a *ES* traz de original é justamente uma forma particular de organizar elementos já existentes, como as experiências de educação popular, a ação da Igreja católica junto a comunidades, as propostas de empresas autogeridas, o cooperativismo, etc. (MOTTA, 2004, p. 64).

Nota-se aí mais uma tentativa de unificação do conjunto das iniciativas da economia solidária. Gaiger (2004), ao comparar o termo economia solidária com economia popular e solidária reafirma o seu posicionamento em relação à utilização do conceito de

**Cap 3 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Luiza Reis Teixeira

economia solidária, pelo fato de ele ser mais abrangente e abarcar todas as outras formas não populares de solidarismo econômico, uma vez que as atividades econômicas solidárias não estão restritas à base popular, mas também envolvem outros setores e classes sociais. Para ele, o termo economia popular e solidária tem uma abrangência menor, designando apenas as expressões populares da economia solidária, o que empobrece o fenômeno, pois não compreende o escopo de toda a variedade de experiências desenvolvidas.

Os autores da economia solidária (FRANÇA, 2001; GAIGER, 2004; LECHAT, 2002) diferenciam o marco teórico do Terceiro Setor e da economia solidária, uma vez que as organizações identificadas como pertencentes ao Terceiro Setor têm características diferenciadas daquelas identificadas com a economia solidária: a economia solidária tem a característica de ser expressão da democratização da economia (GAIGER, 2004), ao passo que o Terceiro Setor é sempre identificado com uma tradição filantrópica anglo-saxônica (FRANÇA, 2001).

Outra distinção necessária é entre a compreensão latino-americana da economia solidária em relação à conceituação européia. A tradição européia é mais antiga e tem uma tradição da economia social que surge com o movimento operário associativista na Europa, no século XIX, onde várias experiências solidárias inspiradas nos ideários da ajuda mútua (mutualismo), da cooperação e da associação emergiram. Estas experiências tiveram, desde o princípio, um caráter de contestação à utopia do mercado auto-regulado e à autonomia do aspecto econômico sobre as outras dimensões da vida (social, político, cultural). As experiências da economia social também foram conhecidas como socialismo utópico, pois tinham um ideal de transformação social, sem a tomada do poder político via aparelho do Estado, mas sim pela construção de uma nova hegemonia, através da multiplicação das experiências (FRANÇA, 2001).

Não figura entre os objetivos desta dissertação, entretanto, aprofundar as diferenças de cada um desses conceitos relacionados ao campo da economia solidária, ou mesmo explicar como as diferentes filiações teóricas podem influenciar o tema, uma vez que o próprio movimento de economia solidária está, ainda atualmente, na busca de um consenso. Cabe, portanto, explicitar que a filiação teórica deste trabalho seguirá uma linha de pensamento em que a economia solidária é definida como um modo de produção alternativo ao capitalismo, diferentemente do pensamento que considera a economia solidária como uma outra forma de regulação da sociedade que se articula com o Estado e com o mercado apesar de não estar subordinado a estes. Isto porque uma das categorias de análise deste trabalho é o conceito de sociedade civil gramsciana, dotada de autonomia para o desenvolvimento de novas ideologias que podem contestar a ideologia hegemônica, qual seja a do modo de produção capitalista atual.

Singer (2002 e 2003) percebe a economia solidária como um fenômeno econômico e a reconhece como um modo alternativo de produção, que caminha com a sociedade mercantil. O seu crescimento é atribuído às crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Singer (2004 apud FRANÇA e LAVILLE, 2004) fala de sua inspiração marxista e de como o capitalismo - modo de produção dominante - não consegue abranger a totalidade das economias contemporâneas. A diferença que se pretende estabelecer é que a economia solidária não será interpretada enquanto um caminho de desenvolvimento local em bases solidárias e em convivência com a sociedade mercantil, mas como um novo modelo de regulação econômica das relações de produção.

Contudo, embora o conceito de economia solidária adotado pelo Sistema Nacional de Informações para Economia Solidária (SIES) vinculado à SENAES seja mais amplo – uma

**Cap 3 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Luiza Reis Teixeira

espécie de conceito guarda-chuva e consensualista – e abranja uma gama maior de definições acerca do fenômeno, esta dissertação adotará uma definição mais particular.

No âmbito do SIES a Economia Solidária é compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária.

Neste conjunto de atividades e formas de organização destacam-se quatro importantes características: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade. É necessário perceber que essas características, embora sejam complementares e nunca funcionem isoladamente, podem ser observadas e compreendidas objetivamente como categorias analíticas diferentes, mas sempre presentes na Economia Solidária (SIES, 2006).

O conceito aqui adotado de economia solidária é o seguinte:

(...) o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva do capital e participação democrática (cada cabeça um voto) nas decisões dos membros da entidade promotora da atividade. (SINGER: 2003, p. 5)

Além dos empreendimentos de economia solidária, é possível destacar o papel das entidades de apoio, assessorias ou fomento que “desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários” (SIES, 2006). Estas ações podem ser bastante variadas, envolvendo capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento.

### 3.2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: RENASCIMENTO DO COOPERATIVISMO

Para Singer (2002) a economia solidária surge a partir da reação da classe operária e a sua conseqüente organização em um movimento de crítica às contradições do capitalismo. Singer (1998) explica que o fim da Idade Média é marcado pela ascensão das forças produtivas que estavam estagnadas pela auto-suficiência feudal e pelo renascimento do comércio entre o Ocidente e Oriente. O renascimento comercial, por sua vez, levou ao crescimento das cidades e ao desenvolvimento da burguesia como classe social ascendente.

**Cap 3 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Luiza Reis Teixeira

No entanto, o capitalismo passa a ser legalmente reconhecido apenas em 1688, com a Revolução Gloriosa na Inglaterra, quando houve a conquista de um governo livre, com “a proposta da livre competição, da liberdade de iniciativa, da retirada da intervenção estatal dos mercados” (p. 30) – trata-se do início do liberalismo. E mesmo assim, antes da Revolução Industrial, o capital mercantil que já tinha se desenvolvido, ainda não ocupava uma posição dominante, ou seja, a produção simples de mercadoria<sup>1</sup> ainda era predominante. Foi no último quartel do século XVIII, com a Revolução Industrial e os avanços na produção que vieram a partir dela, que a indústria se configurou de tal forma que a produção simples de mercadorias deixou de ser viável, uma vez que as novas forças produtivas (o sistema fabril, as linhas férreas, entre outros) não poderiam se adequar ao sistema antigo de produção. O capitalismo se mostrou, então, capaz de produzir riquezas numa escala muito maior e sem precedentes, ganhando aos poucos espaço até se tornar o modo hegemônico de produção. À expansão do capitalismo também seguiu-se a aliança da pressão exercida pelos produtores artesanais rurais e urbanos que exigiam respeito pelos seus direitos de livre produção, somada ao aproveitamento de uma vasta população que havia sido liberada dos campos com o declínio da produção feudal.

A partir das regras que protegiam o antigo regime de produção, o capitalismo teve o caminho livre para se tornar o modo hegemônico de produção. Era preciso, portanto, iniciar imediatamente a formulação de novas regras que protegessem a nova hegemonia. A base ideológica destas regras só podia ser o *laissez-faire*. É aí que a revolução capitalista revela o seu aspecto mais revolucionário. Instituiu-se o individualismo, a supremacia da relação monetária (o *cash-nexus*, como dizem os “americanos”), o predomínio do auto-interesse, sendo a solidariedade social relegada ao âmbito privado e íntimo da religião (SINGER, 1998, P. 62).

O fim do século XVIII é, portanto, marcado pela expansão do capitalismo: imposição da livre concorrência e, conseqüente, estímulo do progresso técnico que passou a criar conjuntos produtivos cada vez mais vastos; a substituição da produção artesanal e

---

<sup>1</sup> Por “produção simples de mercadoria” quer-se afirmar “produção camponesa familiar realizada no campo e produção artesanal corporativa realizada nas cidades”.

manufatureira pela maquinofatura e pelo trabalho assalariado em fábricas e grandes redes de transporte e comunicação. A maquinofatura e a subsequente especialização do trabalho levou a uma homogeneização dos trabalhadores, que deixaram de ter o controle sobre suas produções. Enquanto eram artesãos, os trabalhadores tinham o controle de seu produto final, o que deixa de existir com a expansão do trabalho assalariado.

Não há dúvida que a revolução capitalista inaugurou um processo contínuo de *expropriação dos conhecimentos técnicos dos trabalhadores qualificados*, o que acabou resultando na homogeneização crescente da classe operária (SINGER, 1998, p. 68).

O capitalismo em sua fase de expansão passa a ser marcado por uma lógica cada vez mais concentradora, impulsionada por grandes empresas industriais. O mercado consumidor era limitado e girava em torno do consumo de alto luxo das elites. As classes sociais passaram a ser divididas entre o pólo da alta burguesia e o pólo do proletariado. As reações da classe operária eram marcadas por enfrentamentos de extrema violência: revoltas operárias radicais de um lado e repressão sem concessões de outro. O crescimento do capital era impulsionado pela expansão do Império Britânico (*Pax britannica*), e mercados periféricos e coloniais eram abertos à força de canhões e baionetas (CATTANI, 2004).

As reações da classe operária ao avanço do modo de produção capitalista, que causou o empobrecimento dos artesãos e teve origem na difusão das máquinas e a organização fabril da produção, são classificadas em três níveis (SINGER, 1998):

1. A oposição ao industrialismo e defesa dos direitos adquiridos no antigo regime feudal: neste nível de reação a classe operária se unia em prol dos direitos existentes antes da institucionalização dos postulados da doutrina liberal, que na verdade eram privilégios monopolistas de produção, uma vez que os mercados eram regulados pelas autoridades com a finalidade de manter os interesses

estabelecidos. No entanto, esta reação não foi vitoriosa, pois não foi possível frear a Revolução Industrial que estava em curso;

2. Lutas pela democracia baseadas nos ideais da Revolução Francesa: neste caso, os trabalhadores se uniam para lutar contra o uso de máquinas, pois se sentiam ameaçados pela fome e miséria. As lutas eram violentas e as organizações operárias clandestinas, uma vez que os sindicatos estavam proibidos. É possível destacar o movimento *luddista*, como o único movimento que “assumiu proporções regionais e características de organização” (SINGER, 1998, p. 69);
3. Por fim podemos citar a forma de reação operária que vamos aprofundar neste capítulo: o desenvolvimento de “formas próprias, potencialmente anticapitalistas de organização social – o sindicalismo – e de organização da produção e distribuição – o cooperativismo” (p. 68). Estas reações da classe operária foram protagonizadas, num primeiro momento, por trabalhadores qualificados, ideólogos, líderes políticos, sindicais e cooperadores.

Para explicar a origem da economia solidária, portanto, autores como Singer (2002), Sousa Santos (2002), Gaiger (2000), Moura e outros (2004), entre outros, traçam um paralelo entre as condições vividas pelos trabalhadores europeus no fim do século XVIII e começo do século XIX com os trabalhadores brasileiros nos anos 1980 e, principalmente, nos anos 1990. Por isso, o movimento que existe na atualidade é visto como tendo raízes na Europa há quase dois séculos. E, como no passado as soluções buscadas pelos trabalhadores também estavam ligadas à cooperação, atribui-se o mesmo nome às práticas contemporâneas e àquelas mais antigas. Isso quer dizer que as práticas e idéias defendidas no século XIX recebem hoje o nome de “economia solidária”, apesar de não terem sido assim reconhecidas e batizadas em sua concepção (MOTTA, 2004).



Portanto, o movimento de reação operária ao capitalismo através da organização da produção e distribuição – o cooperativismo – inicia-se a partir da idealização do industrial Robert Owen (1770-1858), um dos precursores do cooperativismo, que propôs a utilização das forças produtivas proporcionadas pelas máquinas com o objetivo de acabar com a miséria e garantir a todos os trabalhadores uma vida digna (SINGER, 1998). Owen também foi um ativo defensor da união das classes trabalhadora em nível nacional e internacional, além de defender um movimento denominado *Novo Mundo Moral*, em favor da construção de um novo mundo através de colônias ou comunidades cooperativas (CANÇADO, 2004).

Robert Owen era proprietário e gerente de um complexo têxtil de grande porte em New Lamark, e era conhecido como um filantropo, pois acreditava e colocava em prática um pensamento em que o capital investido deveria ter um lucro limitado e o excedente deveria ser investido a favor dos trabalhadores. Com base em sua filosofia, Owen decidiu limitar as jornadas de trabalho, proibiu o emprego de crianças e aumentou os salários, o que incrementou a sua produtividade (SINGER, 1998).

Em 1817, Owen apresenta uma proposta de combate à grande depressão que assolou a Europa após as guerras encerradas em 1815. Owen desenvolveu um plano de ganho e gasto no consumo para a ampliação do mercado, como uma forma de reinserção dos trabalhadores. No entanto, o plano de combate à pobreza apresentado por Owen ao governo britânico, baseado na construção de *Aldeias Cooperativas* para subsistência, não foi implementado, apesar de o plano de custos ser minucioso e demonstrar a desnecessidade da continuidade dos subsídios oferecidos pelo governo ao longo do tempo. Este plano seguiu o mesmo raciocínio econômico (política de pleno emprego para aumento da demanda efetiva) do programa elaborado por Keynes e implementado na crise de 1930. Acredita-se que o motivo do plano de Owen não ter sido implementado foi o fato de buscar romper com o sistema social e extinguir a empresa lucrativa capitalista (SINGER, 2002).

**Cap 3 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Luiza Reis Teixeira

Mas quanto mais Owen explicava o seu ‘plano’, mais claro se tornava que ele estava propondo não simplesmente um meio de baratear a subsistência dos pobres, mas uma mudança completa do sistema social e a abolição da empresa capitalista voltada ao lucro (COLE, 1944, p. 20 *apud* SINGER, 1998, p. 71).

Com isso, Owen partiu para os Estados Unidos onde fundou, em 1825, a primeira *Aldeia Cooperativa*, considerada uma colônia de caráter comunista (CANÇADO, 2004), mas que não teve muito êxito, fazendo com que Owen logo retornasse à Inglaterra. Contudo, a partir dos anos 1820 houve uma ascensão do owenismo entre a classe operária britânica, potencializada pela estagnação da economia inglesa nas décadas seguintes ao fim das guerras de 1815 (SINGER, 1998).

A partir de 1820, a classe operária britânica, a primeira a se defrontar com uma revolução capitalista, abandona a luta contra a o progresso técnico e passa a se engajar em outra utopia, a de construção de um novo mundo à base das novas forças produtivas mas em que a cooperação e igualdade tomem o lugar da competição e da exploração (SINGER, 1998, p. 73)

Neste período o movimento sindicalista também cresceu desencadeado pela revogação dos *Combination Acts*. Legislação esta que proibia qualquer organização de trabalhadores e inviabilizou a existência de muitos sindicatos. Em 1824, com a sua revogação, o sindicalismo ganhou novo impulso (SINGER, 2002).

A revogação do *Combination Acts* propiciou o ressurgimento com muito vigor dos sindicatos, muitos dos quais tinham sido esmagados pela repressão, enquanto outros haviam mergulhado na clandestinidade (SINGER, 1998, p. 79).

O movimento sindicalista iniciou, então, uma série de lutas para na busca de um amparo institucional por parte do Estado, seja pela obtenção de uma legislação trabalhista, seja pela legalização dos sindicatos operários, ou ainda por meio da realização de greves. O movimento operário iniciou aí lutas que até os dias de hoje fazem parte do seu repertório de conquistas. O movimento sindicalista ressurgido após a revogação dos *Combination Acts* passou a ser influenciado por ideais owenistas de união da classe operária para a proteção mútua e criação de um novo sistema social. A criação da Associação Nacional para a Proteção

do Trabalho no Reino Unido em 1930, idealizada pelo líder sindical John Doherty, corrobora o que foi dito (SINGER, 1998).

A primeira cooperativa surgida, com existência documentada, data do ano de 1760, e foi formada por trabalhadores de estaleiros que fundaram moinhos de cereais em bases cooperativas para eliminar a intermediação feita pelos moleiros que cobravam altos preços para o processamento do trigo. Antes ainda da virada do século há o registro do surgimento de outras cooperativas atribuídas a um provável desdobramento lógico das atividades das uniões de trabalhadores existentes e formadas por trabalhadores qualificados (SINGER, 1998). Como no século passado as idéias owenistas ainda não haviam sido difundidas, o surgimento da primeira cooperativa com inspiração nas idéias de Owen é registrada apenas em 1820. Criada por George Mudie entre profissionais do ramo do jornalismo, a cooperativa publicou o primeiro jornal cooperativo, o *The Economist*. A cooperativa não durou muito tempo e fechou em 1827, mas o cooperativismo vivia um momento de ascensão no seio da classe trabalhadora (SINGER, 2002).

O ano de 1833 foi o auge das cooperativas operárias, bem como o ano em que Owen voltou a assumir a liderança da militância sindical, propondo a criação da Grande União Nacional Moral das Classes Produtivas do Reino Unido, em substituição a Associação Nacional para a Proteção do Trabalho criada anteriormente por Doherty. O objetivo da União era tomar toda a indústria do país através de delegados de cada ofício organizado, em base de uniões paroquiais, distritais e provinciais. Esta atitude já demonstrava como o cooperativismo, “em seu berço ainda, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo” (SINGER, 2002, p. 33). No entanto, a reação dos patrões veio em forma de repressão política por parte do executivo e do judiciário, trazendo à tona um confronto de classes de natureza política e econômica. Os empregados sindicalizados passaram a ser demitidos e, apesar da tentativa de organização dos trabalhadores em cooperativas, o movimento foi esvaziado e os

trabalhadores foram sendo obrigados a abandonar os sindicatos. Essa primeira fase da Economia Solidária é denominada de “cooperativismo revolucionário”. Singer (2002) acredita que Marx e Engels tiveram papel de inspiradores de forma direta nesta fase do cooperativismo.

O movimento operário britânico passou então, por um período de letargia até a fundação, em 1944, de uma sociedade cooperativa, a *Society of Equitable Pioneers*, em Manchester na Inglaterra. Para Singer (1998 e 2002), a Cooperativa dos Probos Pioneiros Equitativos de Rochdale inaugura uma nova fase do cooperativismo, já para Cançado (2004) ela é tida como a primeira cooperativa a existir, por ter sistematizado seus princípios e valores em seu estatuto. A experiência se deu como uma cooperativa de consumo<sup>2</sup>, era formada por 28 operários (27 homens e uma mulher) qualificados de diversos ofícios, e entre seus objetivos estava não apenas a compra de alimentos puros a preços justos, mas também “a educação dos membros e familiares, o acesso à moradia e ao trabalho (através da compra de terra e fábricas) para os desempregados e os mal remunerados” (CANÇADO, 2004, p. 30), além do estabelecimento de uma colônia cooperativa auto-suficiente (CANÇADO, 2004).

Segundo Cançado (2004) alguns dos fundadores da Cooperativa de Rochdale já haviam participado de outras organizações cooperativas, e aderiram à corrente cooperativista moderada de O’Connor, irlandês que era um crítico de Owen e dos owenistas, pois os considerava utópicos, uma vez que não conseguiam melhorar as condições do trabalhador efetivamente. Cançado (2004) ainda ressalta a experiência anterior de muitos dos pioneiros de Rochdale que participavam de movimentos em prol da melhoria das condições de trabalho, o que proporcionou um maior amadurecimento das idéias cooperativas na constituição da cooperativa de Rochdale.

---

<sup>2</sup> Tipo de cooperativa que tem como objetivo central fornecer produtos em melhores condições de preço, prazo e qualidade.

A maioria dos princípios adotados em Rochdale tornaram-se os princípios do cooperativismo mundial até os nossos dias, fornecendo os princípios de igualdade e democracia considerados como base do cooperativismo “autêntico”, muito embora alguns já estejam obsoletos e não façam mais sentido. Eles são: a) Direito de voto à todos os membros da cooperativa; b) Qualquer pessoa que quisesse aderir à cooperativa poderia; c) Seria paga uma taxa de juros fixa sobre o capital emprestado; d) As sobras seriam divididas igualmente entre os membros; e) As vendas seriam feitas à vista; f) Os produtos vendidos seriam sempre puros; g) A cooperativa se empenharia na educação da cooperativa; h) A cooperativa não se envolveria em questões religiosas e políticas (SINGER, 2002).

O êxito de Rochdale proporcionou uma grande expansão do cooperativismo, em sua forma moderna, na Grã-Bretanha (SINGER, 2002). Em 1881, o número de associados a cooperativas chegava a 547 mil e, em 1900, já eram 1.707 milhão na Grã-Bretanha, com 1.186 membros, movimentando 34.746 libras. Esta expansão é creditada às inovações trazidas pelas cooperativas ao comércio varejista e atacadista (formação de redes de consumo e cadeias completas de produção). Isto fez com que o cooperativismo de consumo dominasse o mercado varejista e atacadista britânico e em outros países. A vantagem inicial do cooperativismo de consumo era o mercado assegurado, uma vez que era possível ter o cadastro de todos os clientes (SINGER, 2002).

O cooperativismo de crédito é o segundo tipo, em ordem cronológica, nascido também a partir da Cooperativa de Rochdale, que passou a fazer depósitos para os seus associados com uma taxa de juros fixa, mas sem a possibilidade de realizar empréstimos. As cooperativas de crédito, de fato, surgiram na Alemanha, fundadas por dois homens públicos (Herman Schulze e Friedrich Wilhelm Raiffeisen) que se sensibilizaram com a perda de safra de diversos agricultores depois de um rígido inverno. Elas funcionavam a partir do princípio de responsabilidade ilimitada (um por todos e todos por um), os empréstimos eram destinados

**Cap 3 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Luiza Reis Teixeira

ao financiamento de investimentos produtivos, e a garantia era, basicamente, assegurada pelo caráter dos membros. Estas características fizeram com que este tipo de cooperativa passasse a ser reconhecida como “Banco do Povo”. Outra variação do cooperativismo de crédito foi desenvolvido na Itália - embora com algumas variações – fundado por Luzzatti, que estudou o cooperativismo na Alemanha (SINGER, 2002).

Além das cooperativas operárias que se formavam, havia as sociedades de propaganda owenista que tinham como objetivo fundar Aldeias Cooperativas para organizar de forma integrada produção e consumo. Owen e outros socialistas da época rejeitavam o comércio visando o lucro, o que consideravam parasitário, impulsionando os clubes de troca na época, em que os cooperadores poderiam trocar os seus produtos através de moeda própria equivalente a horas trabalhadas e avaliadas por um comitê formado por profissionais de cada ramo.

Outro autor que contribuiu para os fundamentos da Economia Solidária era francês: Charles Fourier. Ele não chegou a ser um homem de ação como Owen, sendo suas idéias mais próximas ao anarquismo. A idéia central de Fourier era que a sociedade fosse organizada de uma forma que todas as paixões humanas pudessem produzir uma harmonia universal. O objetivo da organização imaginada por Fourier era que o trabalho fosse disponível e atraente para todos, e com isso haveria um enorme aumento na produtividade e na produção. A idéia era formar uma comunidade, o falanstério, não-coletivista, com a preservação da propriedade privada e a liberdade individual de mudar de trabalho, com a propriedade coletiva dos meios de produção, mas com a repartição do trabalho a partir de cotas específicas pelo trabalho, capital investido e pelo talento. Nesta organização social, as preferências individuais (de consumo e de trabalho) deveriam ser preservadas. Também as ações deveriam dar rendimento maior para as pessoas que possuíssem menos, e uma renda mínima deveria ser distribuída a todos, mesmo aos que não trabalhassem (SINGER, 2002).

O sistema pensado por Fourier é considerado uma variedade do socialismo de mercado, com a liberdade individual com a livre escolha dos trabalhos, que, por sua vez, são organizados em equipes e na propriedade por ações dos meios de produção. Esta concepção, chamada de escola associativa, foi bastante difundida na França até 1848, às vésperas da revolução (SINGER, 2002).

É possível afirmar que o cooperativismo expandiu-se por toda Europa continental durante o século XVIII. Além da Inglaterra, na Alemanha foram criadas as cooperativas de crédito, enquanto na França os Falanstérios - comunidades para centenas de famílias onde seria promovida a abundância e a igualdade. O cooperativismo também se espalhou por outras partes da Europa, chegando à Suíça (1851), Itália (1864), Dinamarca (1866), Noruega (1885), Suécia (1899), entre outros. O desenvolvimento do cooperativismo nestes países tomou grande importância econômica (CANÇADO, 2004).

Após um grande período de expansão, em que se pensava na realização do socialismo através da República Cooperativista e o cooperativismo de consumo seria uma economia nacional, o cooperativismo entra em declínio. Em 1916, nos Estados Unidos surge a loja de departamentos, que revolucionou o mercado varejista americano, reduzindo os custos de intermediação entre compradores e vendedores, aliado ao investimento massivo em propaganda, gerando uma maior comodidade aos consumidores. Isto fez com que as cooperativas de consumo deixassem de ter a vantagem competitiva de antes, entrando em processo de decadência (SINGER, 2002).

Estas inovações reduziram profundamente o custo intermediação, mas não eram aplicáveis pelas cooperativas de consumo, que eram entidades comunitárias, formadas por vizinhos de bairro e que vendiam apenas a sócios. Repugnava aos cooperadores a concorrência, o recurso à propaganda comercial visando ao lucro e a massificação (SINGER, 2002, p. 55).

Em quarenta anos as cooperativas de consumo na Grã-Bretanha caíram de mil para cinquenta. Em outros países, tais como Alemanha e Áustria, o declínio seguiu o mesmo

**Cap 3 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Luiza Reis Teixeira

curso. Em alguns países como a Suécia, algumas alternativas, como a criação do auto-serviço, supermercados e congelados, foram adotadas na tentativa de contornar a crise. A trajetória do cooperativismo de crédito não é diferente do cooperativismo de consumo, ou seja, acaba entrando em declínio após o período de expansão, pois passa a enfrentar a concorrência de intermediários financeiros privados e públicos (SINGER, 2002).

Outros fatores que modificaram a estrutura do sistema capitalista devem ser considerados na análise do cooperativismo. É possível afirmar que após a primeira guerra o capitalismo entra em seu segundo modelo de expansão: com o crescimento da presença do Estado na economia que passa a regular o mercado, promover investimentos, e desenvolver políticas sociais compensatórias nas áreas de educação, saúde, habitação e transporte, impulsionado pelas políticas keynesianas; a consolidação do movimento operário, através do funcionamento dos sindicatos, da construção dos partidos trabalhistas e social-democratas, promovendo a ampliação de direitos sociais para um número crescente de pessoas (CATTANI, 2004).

Durante um tempo houve a inclusão de um número grande de pessoas à esfera social. Entre 1945 e início dos anos 70, o capitalismo atravessou o maior crescimento econômico da sua história. São os chamados anos dourados, durante os quais, nas economias norte-ocidentais, a qualidade de vida de milhões de trabalhadores aumentou como jamais fora visto. Esta também foi a fase de desenvolvimento sem precedentes do Estado de Bem Estar. No entanto, esta expansão chegou ao seu limite e revelou-se insuficiente para atender às demandas ampliadas dos agentes econômicos (CATTANI, 2004). No decorrer dos anos 70, já se comentava no meio acadêmico e nos âmbitos políticos acerca da chamada crise do “Welfare state”. Nos anos 1980, iniciou-se nova etapa no processo de expansão do capitalismo na era da globalização: como uma tentativa de alcançar novamente o crescimento econômico além das fronteiras do Estado-Nação, entraram em cena as políticas neoliberais.



Muito embora não haja um conceito homogêneo a respeito do termo *economia solidária*, o seu aparecimento – ou reaparecimento -, a partir do século XX, é sempre relacionado na literatura como uma resposta ao desemprego e a exclusão social, conseqüências das crises, ou limitações do sistema capitalista. O surgimento da economia solidária aparece então como uma alternativa de resposta ao aumento das desigualdades sociais e a conseqüente deteriorização das condições de vida da maioria da população mundial. As estatísticas da desigualdade também figuram em boa parte dos trabalhos sobre o tema.

Com a crise do Welfare State, iniciada nos anos 70, e com os efeitos provocados pelo domínio das políticas neoliberais, principalmente na década de 1990, ocorre o que é chamado de ressurgimento da economia solidária. Citando o Brasil como exemplo, aonde o Estado de bem estar social evidentemente nunca se desenvolvera como nos países centrais ou nem mesmo como em alguns países vizinhos (o caso da Argentina é o mais evidente), nesta época houve o crescimento do desemprego e a chamada reestruturação produtiva, que levaram à marginalização e exclusão de uma grande massa de trabalhadores que passaram a buscar outras formas de produzir e garantir trabalho e renda. Não apenas no Brasil, mas em outros países da América Latina, a economia solidária surge como fruto do desemprego e da exclusão. Ou Os Estados, que são constrangidos a deixar de lado as práticas incipientes de Welfare, apresentam as empresas como parceiras no combate às desigualdades; as empresas vêm-se tornando, ainda mais, incapazes de atender às demandas de uma grande massa excluída do trabalho formal. Tanto o Mercado como o Estado não têm se mostrado eficazes, pelos seus mecanismos econômicos e redistributivos tradicionais, de equacionar o problema das desigualdades sociais em países como o Brasil, o que vem a fortalecer ideais de transformação social. O crescente desemprego estrutural e as transformações na qualidade do trabalho, marcas da era global, têm deslocado, cada vez mais, parte dos indivíduos para

**Cap 3 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Luiza Reis Teixeira

formas alternativas de ocupação. A discussão acerca de novas alternativas ao modelo vigente ganha força (SEI, 2004).

Nesse contexto, desde 1994 é possível verificar uma série de acontecimentos relacionados à economia solidária. Eles estão ilustrados no Quadro 2, a seguir:

1994		Criação da Anteag
1995		Criação da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP - COPPE - UFRJ)
1996	jun	Artigo de Singer na Folha de São Paulo (“Economia solidária contra o desemprego”)
	out/nov	Eleições Municipais
1998		Criação da ADS – CUT
		Filiação da Rede Universitária de ITCPs à Unitrabalho
	out/nov	Eleições Presidencial e Estaduais - Olívio Dutra eleito governador do RS
2000		Publicação do livro “Economia Solidária no Brasil” organizado por Paul Singer e André Ricardo de Souza
	jun	Criação da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES)
2001	jan	I Fórum Social Mundial em Porto Alegre, RS
		Criação da Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária
2002		Publicação do livro “Introdução à Economia Solidária” de Paul Singer
	jan	II Fórum Social Mundial
	out	I Plenária Nacional de Economia Solidária em São Paulo (elaboração da “Carta ao Governo Lula”)
		Eleições estaduais e presidencial Eleição de Lula para presidente
2003	jan	III Fórum Social Mundial Publicação do livro “A Outra Economia” (lançamento durante o III FSM) II Plenária Nacional de Economia Solidária (durante o II FSM) Anúncio Público da criação da SENAES (durante o II Plenária Nacional de Economia Solidária) e de Singer como seu titular
		mai
	jun	Posse de Singer como titular da SENAES III Plenária Nacional de Economia Solidária Criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (durante a III Plenária Nacional)
2004		Criação dos Fóruns estaduais de economia solidária
		Desenvolvimento da pesquisa Empreendimentos Solidários na Região Metropolitana de Salvador e no Litoral Norte da Bahia pela Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia
2005		Mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil
2006	jun	I Conferência Nacional de Economia Solidária
		Lançamento do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
		Lançamento do Atlas da Economia Solidária no Brasil

Quadro 2 - Breve cronologia dos principais acontecimentos na Economia Solidária no Brasil  
Fonte: adaptação de MOTTA, 2004

A seguir, veremos mais detalhadamente a evolução da economia solidária no Brasil e na Bahia, a partir de uma análise de seus principais elementos internos e externos.

### 3.3. ANÁLISE DO MOVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Como afirmamos anteriormente, a fim de analisar o movimento da economia solidária no Brasil e na Bahia, seguiremos o modelo proposto por Gohn (2002). Neste modelo, primeiramente, é preciso considerar os ângulos internos e externos do movimento. Para a autora, estes dois ângulos estariam conectados de forma complementar, como se um fosse a face do outro, formando uma totalidade do grupo. Em seguida, devem-se analisar a partir dos dois ângulos os elementos e categorias básicas do movimento. Os elementos internos – demandas e reivindicações e repertórios de ações coletivas – geram a composição social e as articulações dos movimentos sociais. As articulações, por sua vez, ao serem analisadas em seu nível interno, levam-nos à ideologia, ao projeto, à organização e às práticas do movimento, enquanto que, no nível externo – que nos diz como o movimento se projeta para o mundo exterior, devem ser considerados o contexto do cenário sociopolítico e cultural em que se insere o movimento, os opositores, as articulações e redes externas, além das relações que o movimento estabelece com o mundo externo, seja o Estado, a sociedade civil ou o mercado.

Focaremos os elementos internos de análise da economia solidária, assim como sua articulação interna, uma vez que é no nível interno de articulação do movimento da economia solidária que encontraremos as primeiras pistas para responder o principal questionamento deste trabalho: **qual o projeto político (ideologia) da economia solidária?** Vale ressaltar que a noção de projeto político presente no modelo teórico-metodológico utilizado é referente à noção de ideologia em Gramsci - concepção de mundo que se faz presente em todas as manifestações teóricas e coletivas, em que é possível identificar o modo

## Cap 3 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Luiza Reis Teixeira

de pensar e agir compartilhado por determinado grupo social. No entanto, para a autora a ideologia representa algo maior, “marcos referenciais estratégicos fundamentais para criar a identidade dos movimentos” (GOHN, 2002, p. 258), podendo ser captada por meio da análise dos discursos e mensagens dos líderes, assim como através da produção material e simbólica do movimento. Portanto, o projeto político entendido enquanto a visão de mundo que dá sentido e direção ao movimento será a principal categoria analítica neste capítulo do trabalho. A seguir, veremos no Quadro 3 as categorias de elementos e articulações internas analisadas no movimento da economia solidária.

ELEMENTOS E ARTICULAÇÕES INTERNOS	<b>DEMANDAS E REPERTÓRIOS DA AÇÃO COLETIVA</b>	<b>Demanda:</b> carência não atendida; busca suprir lacunas ou necessidades <b>Repertório:</b> produto elaborado a partir da agregação das demandas pela ação coletiva, traduzido em reivindicação mediatizada pelo conteúdo político-ideológico do projeto do movimento
	<b>COMPOSIÇÃO</b>	Origem social dos seus participantes - classes e camadas sociais
	<b>PRINCÍPIO ARTICULATÓRIO INTERNO</b>	Relações entre base, liderança e assessoria
	<b>ORGANIZAÇÃO</b>	Informal ou formal; ligado à institucionalização
	<b>PRÁTICAS</b>	Ações diretas; discursos <b>Práticas organizadas:</b> <i>formais</i> - reuniões, assembleias, petições burocráticas, abaixo-assinados, congressos, eventos, greves; <i>informais</i> - acampamentos, teatro, encenação, invasões <b>Práticas não organizadas:</b> atos de sublevação, insurreições populares
	<b>PROJETO</b>	Visão de mundo que dá sentido e direção ao movimento

Quadro 3 - Elementos internos e externos para a análise do movimento de economia solidária no Brasil

Fonte: Elaboração própria, a partir de Gohn (2002)

As **demandas** estão relacionadas a uma carência não atendida, quer seja de ordem econômica, política, social e cultural, ou até mesmo para responder os projetos de uma utopia. Quando as demandas partem das carências, elas buscam suprir determinadas lacunas ou necessidades; contudo, quando elas partem de uma utopia, existe um ideal a ser atingido, que é uma reinvenção da realidade. As utopias geram “ideologias, movimentos e novos valores” (GOHN, p. 256). Os **repertórios da ação coletiva** são os produtos elaborados a partir da agregação das demandas pela ação coletiva traduzido em reivindicação, desenvolvida a partir do conteúdo político-ideológico do projeto do movimento.

O nascimento da economia solidária no Brasil é sempre relacionado à crise social das décadas de 1980 e 90 que provocou o desemprego em massa acentuando a exclusão social de muitos brasileiros. Portanto, é possível afirmar que a demanda inicial do movimento foi criar uma alternativa ao desemprego e à exclusão social. Um fato que também atesta a demanda do movimento ser o combate ao desemprego é o exemplo da SENAES; outras iniciativas de inclusão da economia solidária na esfera pública em governos locais também estão associadas à Pasta do Trabalho. Olhando a partir da perspectiva dos empreendimentos econômicos solidários, também é possível afirmar que a principal motivação é uma alternativa de renda.

No Brasil, o novo solidarismo popular se expressa no ideário e na prática de um número crescente de empreendimentos econômicos criados por trabalhadores impelidos pela falta de alternativas de subsistência ou motivados pela força de suas convicções (GAIGER *apud* FRANÇA *et al*, 2006).

No entanto, é possível enxergar também um quê de utopia no movimento da economia solidária, uma vez que se imagina a economia solidária como “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002, p. 10). E como uma utopia que pretende ser uma reinvenção da realidade, a economia solidária pretende contemplar em seu projeto “aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais a serem observados” (NUNES, 2002, p. 61). Nesse mesmo sentido vai o pensamento de Patrick Viveret, filósofo francês que tem muita influência nos movimentos sociais no Brasil<sup>3</sup>.

No relatório do GT (Grupo de Trabalho) sobre economia solidária do II Fórum Social Mundial em 2002, considerado o primeiro evento onde diversos agentes de vários tipos de organizações e indivíduos começaram a dar forma ao grupo de discussão sobre economia

---

<sup>3</sup> O livro *Reconsiderar a Riqueza* publicado pela Editora da Universidade de Brasília (EDU), é a primeira obra do francês Patrick Viveret publicado no Brasil. Mais informações disponíveis em: <http://www.unb.br/acs/unbagencia/ag0806-32.htm>

**Cap 3 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Luiza Reis Teixeira

solidária, que a partir daí se expandiu - frente ao cenário nacional e internacional - o questionamento acerca da possibilidade da economia solidária representar uma alternativa pós-capitalista de organizar a sociedade já estava presente. Ao questionamento sobre o fato da economia solidária estar orientada apenas a solucionar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal, ou se ela teria a vocação de constituir o fundamento de uma globalização humanizadora, um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação das necessidades básicas todos os cidadãos, já apresentou uma divisão de opiniões: mesmo que alguns pudessem considerar a economia solidária um projeto para os excluídos do mercado de trabalho capitalista, outros afirmam que a proposta tem o potencial de tornar-se uma alternativa pós-capitalista de organização “do consumo, da produção, do comércio e das finanças a nível local, nacional e global, substrato de um novo paradigma de valores, de relações e de práxis educativa, cultural e interpessoal” (BOCAYUVA, 2002, p. 11).

Moura e Meira (2002), ao definirem a economia solidária, a partir de uma síntese do que dizem diversos autores (FRANÇA, 1999; SINGER, 2000; VAINER, 2000; ARRUDA e BOFF, 2000; ARRUDA 1996; CORAGGIO, 2000; RAZETTO, 1997 *apud* MOURA e MEIRA, 2002), chegam a um conceito que muito se aproxima da idéia que tento levantar aqui de que a economia solidária tem como demanda inicial o combate ao desemprego, mas que se mostra também como uma utopia, uma vez que tem um ideal de transformação do modo de produção capitalista, num plano econômico, social, cultural e político.

A partir de diversos autores que vem trabalhando sobre o tema, podemos dizer que os termos sintetizam uma diversidade de experiências organizacionais de caráter econômico, baseadas em novas e antigas formas de solidariedade; seja numa perspectiva de busca de alternativa de emprego, seja numa perspectiva de construção de modelo alternativo ou diferenciado do capitalismo ou simplesmente enquanto utopia experimental de novas formas de sociabilidade e de vivências de valores relacionados com o modo de ser cuidado (MOURA e MEIRA, 2002, p. 2).

As primeiras experiências de economia solidária surgidas no Brasil datam da década de 80, e tem como precursor o projeto intitulado PACS – Projetos Alternativos Comunitários – desenvolvido pela Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com objetivo de gerar trabalho e renda de forma associada para moradores pobres em zonas urbanas e rurais. Outra experiência que teve início na década de 80, mas foi fundada efetivamente em 1991, a partir da tomada da massa falida de empresas pelos trabalhadores, foi a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG. Ainda é possível citar o MST que passou a promover, desde 1989, a agricultura cooperativa em seus assentamentos e criou o Sistema Cooperativista dos Assentados. É possível citar também a criação da rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP's - em 1999 dentro das universidades com o objetivo de incubar grupos para a formação de cooperativas ou produção associativa. A Agência de Desenvolvimento Comunitário – ADS – criada em 1999 pela Central Única dos Trabalhadores – CUT – em parceria com a Unitrabalho e o Departamento Brasileiro Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos – Dieese – também é vista como uma das iniciativas pioneiras de economia solidária criadas no Brasil (SINGER, 2002). Na Bahia as primeiras experiências de economia solidária estão vinculadas aos grupos formados a partir de 2001 pela ITCP da Universidade Estadual da Bahia.

Os repertórios ou reivindicações do movimento da economia solidária sempre estiveram relacionados aos seguintes aspectos:

- motivações de justiça e solidariedade em todas as atividades implementadas e vividas coletivamente, tanto nas de produzir e consumir bens e serviços, como nas de distribuí-los e comercializá-los;
- referências de êxito distintas daquelas do capitalismo, já que a reciprocidade e a fraternidade nas relações interpessoais são almejadas;
- processos de autogestão e autonomia, implicando lógicas de participação e estímulo ao engajamento;
- criatividade e soluções alternativas face aos problemas e negócios implementados, visando à inovação tecnológica, gerencial e de relações humanas;

**Cap 3 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Luiza Reis Teixeira

- preocupação com o meio ambiente e com um progresso sustentável para a geração seguinte, preservando os meios naturais hoje existentes (NUNES, 2002, p. 60).

No entanto, a organização do movimento – elemento que será retratado com mais detalhe posteriormente – iniciou um processo de ampla discussão do repertório de ação da economia solidária, iniciado com as Conferências Estaduais de Economia Solidária, chegando ao ápice em junho de 2006 na I Conferência Nacional de Economia Solidária – I Conaes. Com o objetivo de ser um espaço de debate dos governos, nas três esferas e com diversos setores da sociedade civil brasileira, a I Conaes elaborou um elenco de propostas para a Economia Solidária através da elaboração de um Documento Base com o conjunto das propostas elaboradas pelos eixos temáticos da conferência. Além da I Conaes, há o Fórum Brasileiro de Economia Solidária formado pela articulação de três segmentos do movimento de economia solidária (empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, além de gestores públicos) que mantém constante a discussão das reivindicações da economia solidária através de seus Grupos de Trabalho (GT's) - Mapeamento, Finanças Solidárias, Marco Legal, Comunicação, Políticas Públicas, Relações Internacionais e Produção, Comercialização e Consumo.

De acordo com Gohn (2002), a **composição** de um movimento social pode ser vista sob o ângulo da origem social de seus participantes, pelas classes e camadas sociais que participam, ou pelo princípio articulatório que aglutina os participantes. A composição de segmentos sociais da economia solidária é muito ampla, agregando desde os empreendimentos econômicos solidários até universidades e secretarias de governo, além das redes de trocas. Para melhor visualização do campo da economia solidária no Brasil, analisaremos a figura 1 desenvolvida por França (2006) e também publicada no Atlas da Economia Solidária no Brasil (SIES, 2006).





Figura 1 - Composição da economia solidária  
 Fonte: Mapa da Economia Solidária no Brasil (SIES, 2006)

A partir desta figura, é possível distinguir quatro níveis de atores no campo da economia solidária, agrupados por aproximação do papel desempenhado.

Os **empreendimentos econômicos solidários** representam o nível da economia solidária em que as relações econômicas ocorrem, o nível da estrutura. Eles representam uma forma de expressão da economia solidária podendo assumir formato de cooperativa, empresa autogestionária, rede e outras formas de associação para produção e/ou aquisição de produtos e serviços (MOURA e MEIRA, 2002). São diferentes dos projetos comunitários voltados à sobrevivência e à subsistência de grupos populares, uma vez que, o alcance da viabilidade econômica é feito através da acumulação, crescimento e desenvolvimento de uma nova racionalidade econômica, que é uma síntese original do espírito empresarial com o espírito solidário (GAIGER, 1996). As características básicas dos empreendimentos são: pluralidade

de princípios econômicos, autonomia institucional, democratização dos processos decisórios, sociabilidade comunitário-pública e finalidade multidimensional (FRANÇA FILHO, 2001). Outra característica dos empreendimentos é a inserção cidadã, uma vez que eles devem promover o respeito ao consumidor e ao meio ambiente e participação ativa na comunidade em que está inserido (AZEVEDO e BANDEIRA, 2003).

Os empreendimentos econômicos solidários podem ser *organizações de finanças solidárias*, também conhecidas como bancos populares, que são, muitas vezes, cooperativas de crédito voltadas para o microcrédito para pequenas iniciativas de organizações coletivas populares. Estas iniciativas, em geral, contam com apoios institucionais, seja por parte do poder público, ou de organizações da própria sociedade civil (FRANÇA, 2006). Há também uma distinção neste tipo de organização, que pode ser voltada para fundos rotativos solidários ou bancos comunitários. Um caso de banco comunitário de grande destaque no Brasil e que tem sido inspirador de outras iniciativas neste ramo é o caso do Banco Palmas no Ceará.

Os **empreendimentos econômicos solidários** também podem assumir a forma de empresas autogestionárias. Para França (2006), as empresas autogestionárias são um tipo de cooperativa popular; Atlas da Economia Solidária (2006) as distingue das cooperativas populares. Talvez o motivo desta distinção esteja nas características diferenciadas que elas apresentam, uma vez que são empresas falidas ou em via de falência aproveitadas pelos seus trabalhadores, e contam com tecnologias herdadas das empresas antecessoras, um capital maior que as cooperativas populares, em geral, e tecnologias já foram desenvolvidas anteriormente. A Anteag – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - tem sido o caso de maior reconhecimento no Brasil, pelo seu caráter pioneiro e pela grande quantidade de cooperativas que apóia. Iniciado em 1991, após a falência da empresa calçadista Makerli, de Franca (SP), o movimento apóia atualmente centenas de cooperativas em todo Brasil. Outra entidade que também desenvolve

um trabalho de apoio à transformação de empresas em crise em cooperativas populares é a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo – UNISOL.

O *cooperativismo popular* é o tipo mais emblemático de **empreendimentos econômicos solidários**, uma vez que, além de ser o tipo em que se encontra a maior parte dos casos no Brasil, toda a origem da economia solidária remete às concepções cooperativistas do século XIX. Eles podem incluir cooperativas de produção, prestação de serviço ou consumo, variando sempre em grau de estruturação. As cooperativas populares, no entanto, são marcadas por um alto nível de instabilidade proveniente normalmente das condições precárias de desenvolvimento destas iniciativas, o que reflete as condições de vida das pessoas envolvidas (FRANÇA, 2006). Na Bahia, a maior parte dos **empreendimentos econômicos solidários** são cooperativas populares, que na maioria das vezes não consegue obter a sustentabilidade desejada – uma renda ao final do mês.

As *redes* de empreendimentos constituem outro tipo de **empreendimentos econômicos solidários**, estando voltadas para a troca de bens e serviços entre si, o que, na maioria das vezes, garante a sustentabilidade dos empreendimentos, já que a comercialização tende a ser o principal entrave para sua sobrevivência.

O quarto tipo de **empreendimentos econômicos solidários** são as *associações*, os *clubes de trocas*, *grupos informais*. As associações podem ser filantrópicas, de moradores, de defesa da vida, culturais, desportivas ou sociais, de classe, e de trabalho, o que lhes confere um caráter mais amplo quando comparadas às cooperativas (CATTANI, 2003). Muito embora, dependendo do tipo – de trabalho ou de moradores – assumam características similares às cooperativas populares. Os *clubes de trocas* são sistemas de trocas locais composto por produtores e consumidores com o objetivo de trocar bens e serviços sem recorrer a uma lógica mercantil, adotando, na maioria das vezes, uma moeda social. Os grupos informais também se aproximam das cooperativas populares em sua forma de funcionamento, mas eles estão num

estágio anterior no que se refere a legislação, ou seja, são grupos que seguem a lógica da economia solidária na produção, mas que não estão constituídos enquanto cooperativas.

As **entidades de apoio e fomento** desempenham um papel importante na estruturação do campo da economia solidária. Entre elas destacam-se a Cáritas e as Pastorais, as Universidades e as Incubadoras (redes de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas), o movimento sindical (ADS/CUT) e as ONG's como a FASE, o IBASE, o PACS e a IMS. Entre elas, a Cáritas foi pioneira no movimento da economia solidária ao desenvolver o PACs – Projeto Alternativo Solidário – que apoiou uma série de pequenos projetos em todo Brasil, como foi citado anteriormente. As entidades de apoio têm um grande papel no que tange o fomento da economia solidária, muitas desenvolvem dinâmicas de formação de grupos para o trabalho com a economia solidária, além de prestarem apoio financeiro e na gestão de empreendimentos já formados.

O campo da economia solidária no Brasil ainda conta com as **ligas ou uniões**, como a ANTEAG, UNISOL, UNICAFES, ANCOSOL, COCRAB e MST; com o **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**, composto pelos Fóruns Estaduais de Economia Solidária, a rede de gestores públicos, e a FACES do Brasil, e a rede de Socioeconomia Solidária; além das **instâncias governamentais**, com o governo federal através do Ministério do Trabalho e da SENAES, além de iniciativas de governos municipais e estaduais.

Para Gohn (2002), o **princípio articulatório interno** é definido a partir das relações entre três elementos fundamentais para a composição de um movimento: as bases demandatárias, as lideranças e as assessorias. As relações entre estes três elementos definiriam o quão democrático o movimento é. As bases de demanda da economia solidária são os **empreendimentos econômicos solidários**, uma vez que deles fazem parte as organizações que operam a economia solidária. As assessorias são as **entidades de apoio e fomento** e as **ligas ou uniões**. As lideranças, por sua vez, não são facilmente identificadas,

**Cap 3 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Luiza Reis Teixeira

pois o movimento é organizado através de uma estrutura de democracia representativa, funcionando através de fóruns e conferências estaduais e nacionais, e não há um cargo de diretor, superintendente ou coordenador. No entanto, é possível destacar a figura de Paul Singer como uma liderança representativa e carismática dentro do movimento, uma vez que ele, além de ter sido o primeiro autor a usar o termo *economia solidária* no Brasil (MOTTA, 2004), tem sido responsável pela divulgação do tema no Brasil, seja por suas inúmeras publicações, ou pelo fato de ser o Secretário Nacional de Economia Solidária desde a criação da Secretaria em 2003. Ainda podemos citar o **Fórum Brasileiro de Economia Solidária** que funciona como uma espécie de misto dos três elementos - base de demanda, assessoria e liderança - uma vez que desempenha um papel de articulação entre os empreendimentos solidários, as entidades de assessoria e fomento, e os gestores públicos. Existem conflitos nas relações entre os três elementos, mas a estrutura do movimento permite que os conflitos tenham um espaço para debate e exposição de idéias de forma democrática.

A **organização** do movimento de economia solidária, apesar do seu pouco tempo de existência é formal, assim como suas **práticas**. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária é a instância nacional que formaliza a organização do movimento, uma vez que, conforme citado anteriormente, sua função é de articulação entre os empreendimentos solidários, as entidades de assessoria e a rede de gestores públicos. A sua principal instância de decisão é a Coordenação Nacional, formada pelos representantes das entidades e redes nacionais de fomento, além de três representantes por estado, apenas nos estados em que há um Fórum ou uma Rede Estadual de Economia Solidária. Dos três representantes por estado, dois devem ser empreendedores e um assessor ou gestor público. A Coordenação Nacional se reúne duas vezes ao ano (FBES, 2006).

Para a gestão do Fórum e interlocução com outros movimentos e com o governo federal, há a Coordenação Executiva Nacional, composta por treze pessoas, sendo sete

**Cap 3 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Luiza Reis Teixeira

representantes de empreendimentos – distribuídos numa proporção territorial, cinco representantes das Entidades e Redes Nacionais de fomento à economia solidária, e um representante da Rede Nacional de Gestores Públicos. Ainda dentro da estrutura do FBES existe uma secretaria executiva com o papel de dar suporte aos trabalhos do FBES, e estabelecer a comunicação entre as instâncias, assim como operacionalizar reuniões e eventos.

Existem também os Grupos de Trabalho (GT's) formados de acordo com as ações e demandas do movimento de economia solidária. A natureza dos GT's é de cunho técnico e operacional, e sua composição é feita por membros da Coordenação Nacional e entidades ou especialistas com conhecimento reconhecido no tema, indicados pela Coordenação Nacional, além de indicações da Secretaria Nacional de Economia Solidária, ou seja, os GT's apresentam um caráter misto, formados por governo e sociedade. Entre as atividades dos grupos estão a submissão do cronograma de atividades e relatório final à Comissão de Acompanhamento, que transmite para a Coordenação Nacional. Os GTs devem aprofundar debates levantados pela Coordenação Nacional do FBES e/ou SENAES, elaborar propostas de ação e, eventualmente, contribuir com a execução das ações propostas. Os GT's são: Mapeamento, Finanças Solidárias, Marco Legal, Comunicação, Políticas Públicas, Relações Internacionais e Produção, Comercialização e Consumo (FBES, 2006).

Após esta descrição do funcionamento do FBES, fica mais fácil de entender que as **práticas** do movimento de economia solidária são organizadas e formais, uma vez que seguem uma agenda nacional, além da discussão e registro de propostas para o desenvolvimento do movimento no Brasil. Algumas das práticas do movimento são: fóruns estaduais e nacionais organizados periodicamente, site institucional do FBES com divulgação mensal de boletim eletrônico para os associados, eventos e encontros estaduais e nacionais para troca de experiências e discussão de artigos científicos sobre o tema.

A discussão sobre o **projeto político** da economia solidária, categoria de análise central deste trabalho é aspecto de crescente relevância no movimento de economia solidária. Atualmente há uma preocupação na formação política dos atores da economia solidária. A literatura não é unânime, mas há um posicionamento da economia solidária enquanto projeto de construção de outra economia, uma economia alternativa ao capitalismo.

Para Singer (2002, p. 10), a economia solidária representa “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. Já para Quijano (*apud* SOUSA SANTOS, 2002, p. 497):

(...) não se trata de um ‘modo de produção’ alternativo, mas de organizações ‘não capitalistas’ aptas a pertencerem a um ‘mercado globalizado, isto é, organizações que se situam mais como alternativas ao desemprego e à pobreza do que como alternativas ao próprio capitalismo.

Para Gaiger (2004), a análise deve ser cautelosa, pois o conceito de modo de produção refere-se também a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas, e que, de fato, em todos os empreendimentos solidários não há mudanças profundas na base técnica do seu processo produtivo em relação à das fábricas capitalistas, mas suas principais diferenças residem em novas relações de trabalho. O autor conclui, então, que a economia solidária constituiria uma nova forma social de produção, contrária à forma social de produção assalariada, e não um modo de produção distinto. Caso o desempenho desta nova forma social venha se mostrar superior, ela deverá levar a um novo desenvolvimento da base material e, portanto, um novo modo de produção.

Como as teorizações a esse respeito estão longe de atingir o consenso, procuramos desenvolver uma análise empírica acerca do pensamento dos atores da economia solidária no campo da ideologia, conforme será descrito no próximo capítulo.

## 4. ANÁLISE EMPÍRICA: A IDEOLOGIA POLÍTICA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

### 4.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho de investigação empírica do universo das organizações de economia solidária em Salvador foi realizado através de uma pesquisa qualitativa (análise dos discursos e das percepções dos atores). A escolha da pesquisa qualitativa deu-se pela natureza investigativa do trabalho, que tem, como objetivo principal, levantar dados que permitam chegar a conclusões acerca da ideologia política que permeia o conjunto das organizações do movimento de economia solidária. Por meio da abordagem qualitativa é possível ao pesquisador realçar os valores, as crenças, as representações, as opiniões, atitudes, além de permitir-lhe compreender os fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna do fenômeno pesquisado.

Uma crítica constante à abordagem qualitativa diz respeito ao rigor do método utilizado, ou seja, à problemática da verificação de seus dados. Em outras palavras, os seus critérios de cientificidade são questionados, sobretudo pelos tenores de uma ciência positivista de inspiração newtoniana. Mas de que critérios de cientificidade estamos falando? Segundo Demo (1986), os critérios internos são: **Coerência** - discurso logicamente construído; **Consistência** - qualidade argumentativa do discurso; **Originalidade** - contribuição do conhecimento; **Objetivação** - abordagem teórico-metodológica de aproximação da realidade. Para o mesmo autor, há, também, um critério externo de cientificidade: a **intersubjetividade**,



ou seja, “a ingerência da opinião dominante dos cientistas de determinada época e lugar de demarcação científica.” (p.17).

Ao olhar para o campo de análise da presente dissertação - a economia solidária, deparamo-nos com um amplo movimento caracterizado por diversos tipos de arranjos organizacionais, como descrito no capítulo anterior. Devido à grande amplitude deste campo de análise, são necessários alguns recortes, não apenas temporais e geográficos, como também em relação ao próprio movimento de economia solidária.

Dentro do movimento de economia solidária, a decisão foi analisar os empreendimentos econômicos populares, uma vez que estes se encontram no nível mais operacional da economia solidária. O recorte geográfico foi o município de Salvador. Fez-se uma opção pelas organizações surgidas entre 2000 e 2004. O processo de delimitação deste universo de análise passou por diversas etapas até chegar a este formato final.

O primeiro passo para definição do universo a ser pesquisado foi uma consulta ao mapeamento de empreendimentos solidários, denominado **Empreendimentos solidários na Região Metropolitana de Salvador e no Litoral Norte da Bahia**<sup>1</sup>, publicado pela SEI, em 2004. A consulta a esta pesquisa foi fundamental no processo de delimitação do universo a ser investigado, porquanto, até 2006, este era o único documento sistematizando as organizações de economia solidária em Salvador. Esta pesquisa foi resultado da articulação entre diferentes atores da economia solidária, durante os primeiros encontros da rede de economia solidária que objetivavam a constituição do Fórum Baiano de Economia Solidária, no primeiro semestre de 2003. Desde o princípio dos encontros da rede de economia solidária, já se expressava a idéia do mapeamento dos empreendimentos solidários na Bahia.

A pesquisa contou com a articulação de diversas entidades, tais como Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), Centro Ecumênico de Apoio ao

---

<sup>1</sup>SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Empreendimentos solidários na Região Metropolitana de Salvador e no Litoral Norte da Bahia**. Salvador: SEI, 2004. Disponível em [http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/bahia\\_analise/sep/index\\_sep.php](http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/bahia_analise/sep/index_sep.php). Acesso em: 21 jun. 2005.

Desenvolvimento (CEADe), Cáritas Brasileira, PANGEA, ITCP (UNEB), BANSOL (UFBA), UCSAL, UNIFACS, SEBRAE, Companhia de Ação Regional (CAR), Secretaria de Cultura e Turismo (STC), Fundação Luis Eduardo Magalhães, EMBRAPA, Prefeitura Municipal de Catu, Prefeitura Municipal de Alagoinhas, Centro de Referência Integral de Adolescentes (CRIA), Bando de Teatro Olodum – Teatro Vila Velha. Seu objetivo foi contribuir para o entendimento das formas associativas de organização do trabalho, em crescimento acelerado no território brasileiro, não retratando apenas organizações de economia solidária, e mapeando também organizações culturais.

A pesquisa da SEI abrangeu apenas um recorte da região mais próxima a Salvador (Região Metropolitana e Litoral Norte), pois havia uma preocupação em produzir uma metodologia experimental para um posterior aperfeiçoamento, com o objetivo de chegar a uma metodologia adequada que pudesse servir de suporte para a realização de novos levantamentos em outras regiões do estado. O ponto de partida para a localização e identificação do maior número possível de empreendimentos foi a elaboração de uma listagem preliminar com o nome, endereço, telefone e pessoa para contato. Utilizou-se, como caminho para a construção da listagem, a identificação prévia das instituições que, pelas características do trabalho, já houvessem realizado, apoiado ou tido informações sobre os empreendimentos da economia solidária. Os integrantes do Fórum Baiano de Economia Solidária também auxiliaram na construção desta primeira listagem. A pesquisa de campo foi realizada durante o mês de julho de 2003, após a consolidação da referida listagem por municípios da Região Metropolitana de Salvador – RMS.

Ao final desta pesquisa, chegou-se ao total de 38 empreendimentos de economia solidária em operação ou em fase de implantação. Destes 38 empreendimentos, 18 estariam organizados sob a forma de associação, 17 sob a forma de cooperativa, haveria dois grupos informais e uma ONG. Diferentes modalidades de trabalho associativo na produção de bens

## Cap 4 – ANÁLISE EMPÍRICA E IDEOLOGIA POLÍTICA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Luiza Reis Teixeira

ou serviços foram identificadas, sendo eles: I) produção individual e venda coletiva; II) produção coletiva e venda individual; III) produção e venda coletivas; IV) produção e venda individual com o uso de um equipamento coletivo; V) compra coletiva de matéria-prima para produção individual; VI) produção para o autoconsumo; e VII) obtenção de clientes para os associados. Nesta pesquisa, ainda, foi verificado que a principal motivação para a organização dos empreendimentos associativos seria o agravamento do desemprego, seguido do desejo de desenvolver uma atividade na qual “todos são donos”, além de obter maiores ganhos através dessa forma de trabalho. Algumas outras constatações da pesquisa da SEI (2004) seguem no Quadro 4, abaixo:

<b>Origem dos recursos</b>	A origem dos recursos é, em sua maior parte, dos próprios associados ou depende de doações realizadas pelo governo, ONGs, igrejas, etc. A longa demora na obtenção dos recursos necessários ao início da atividade certamente dilui a capacidade do grupo se manter coeso.
<b>Quantidade de associados</b>	Os empreendimentos entrevistados reúnem um total de 3.936 associados. No entanto, uma única cooperativa de crédito agrega 1.994 sócios, diferenciando-se da maior parte dos empreendimentos que, no máximo, tem até 40 sócios.
<b>Distribuição por empreendimento</b>	Além desta cooperativa de crédito, apenas mais dois empreendimentos contam com mais de 100 sócios: a Cooperativa de Trabalho do Setor Energético da Bahia, com 130 e a Central de Comercialização do Litoral Norte da Bahia, que agrupa cerca de 20 associações de agricultores familiares, totalizando cerca de 600 sócios.
<b>Distribuição por gênero</b>	As mulheres representam 36% do total de associados, com um nítido predomínio nas seguintes atividades: confecções (100%); produção de medicamentos fitoterápicos (97%); produção e venda de artesanato (68%); produção de alimentos (63%) e coleta e processamento de material reciclável (60%).
<b>Distribuição etária</b>	Considerando-se o conjunto dos empreendimentos, as pessoas com menos de 30 anos de idade correspondem a 28% do total de associados. Deve-se observar que a atividade de coleta e processamento de material reciclável é a única que apresenta um maior percentual de sócios com menos de 30 anos de idade (61%).
<b>Gestão</b>	Quase todos os grupos designam pessoas para as tarefas de administração, as quais, em sua maior parte, não recebem nenhuma remuneração por este trabalho específico. O uso de registros e anotações, entretanto, não se constitui numa prática corrente entre os grupos. Apesar disso, em quase todos eles existe a prática de se realizar uma prestação de contas para o conjunto dos associados.
<b>Valores democráticos</b>	Todos os grupos exercitam, de alguma forma, princípios democráticos de participação, sendo que, na maior parte, houve uma renovação das coordenações ou diretorias através do voto dos associados.
<b>Resultado</b>	Pouco mais de um terço dos empreendimentos que estão operando conseguem um resultado econômico que permite pagar as despesas e obter uma sobra. Cruzando-se os dados referentes ao resultado econômico com a evolução do número de sócios, percebe-se que os grupos em que cresceu o número de sócios são aqueles que obtiveram sobras.

Quadro 4 – Caracterização dos empreendimentos associativos

Fonte: elaboração própria, a partir de SEI (2004)

O mapeamento não abrangia apenas a Região Metropolitana de Salvador (RMS), mas, também, a região do Litoral Norte da Bahia, e mapeava não apenas os empreendimentos solidários, como também os empreendimentos associativos voltados à produção de bens e serviços simbólicos, denominados, na pesquisa, de grupos culturais. Portanto, foi necessário fazer uma separação entre os empreendimentos solidários e culturais e entre os empreendimentos existentes na RMS e Litoral Norte. Por fim, chegou-se ao total de 19 empreendimentos, entre eles 12 cooperativas, 5 associações e 2 classificados como “outros grupos”. Para um maior aprofundamento, vide o **Apêndice A**, referente aos empreendimentos listados neste momento da pesquisa.

Como a totalidade dos empreendimentos solidários na RMS era de 19, optou-se por entrevistar todo o universo de empreendimentos. Foi elaborado, então, o primeiro roteiro de entrevista, que deveria ser aplicado a um ou mais integrantes das organizações. Em seguida, o teste do roteiro de entrevista foi validado, para possíveis ajustes de questões que não obtivessem as respostas desejadas, ou mesmo para adicionar questões que não houvessem entrado na primeira versão. Para tanto, foram escolhidas duas organizações, de forma aleatória, para realização do teste: uma associação e uma cooperativa. A entrevista foi realizada no dia 24 de setembro de 2005, momento em que se pôde constatar, já nesta fase, a primeira dificuldade a ser enfrentada no processo de coleta de dados: o pouco conhecimento das organizações sorteadas em relação ao tema da pesquisa – a ideologia política na economia solidária. A segunda dificuldade enfrentada no processo de coleta de dados aconteceu quando se tentou contatar os 17 empreendimentos restantes na lista, vez que a maior parte dos números de contato estava desatualizada.

No entanto, durante a terceira entrevista, junto à COOPERTANE, a entrevistada, fez o relato de que a pesquisa da SEI de 2004 estaria defasada em relação ao número de empreendimentos presentes, e estaria equivocada em relação à qualificação dos mesmos como

de economia solidária. A entrevistada afirmou que o número de empreendimentos presentes no mapeamento era menor do que o número real, e que alguns empreendimentos não seriam de economia solidária, o que estava em concordância com a percepção inicial da pesquisadora (que já havia observado o pouco conhecimento sobre o tema de pesquisa no momento das duas primeiras entrevistas de teste). A entrevistada (que fazia parte da equipe do Mapeamento Nacional de Economia Solidária, promovido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária) também relatou dificuldade no contato dos empreendimentos através das informações contidas na pesquisa de 2004. As notícias de participantes da I Feira Baiana de Economia Solidária (de 2 a 5 de dezembro de 2005, em Salvador), também confirmavam as informações prestadas pela entrevistada: o número de empreendimentos reais seria muito maior do que o registrado no mapeamento de 2004. O número de empreendimentos de economia solidária, segundo relato de alguns participantes da feira (que por sua vez, contava com 150 empreendimentos de economia solidária da Bahia), seria de algo em torno de 2.000 empreendimentos na Bahia.

A partir deste momento, a pesquisadora adotou a estratégia de aguardar a finalização do novo mapeamento que estava sendo realizado em Salvador, para, então, fazer uma nova delimitação atualizada do universo a ser investigado. Em janeiro de 2006, foi possível o acesso aos questionários do mapeamento de economia solidária aplicados na Bahia, que não estavam separados por municípios, mas por região (eg. RMS, Recôncavo, etc.), a partir do que se elaborou uma nova listagem dos empreendimentos econômicos solidários em Salvador (**Apêndice B**). No entanto, o número de empreendimentos, que na pesquisa de 2004 era de 19 incluindo a RMS, em 2006 passou para 51 empreendimentos apenas no município de Salvador. Tendo em vista as limitações da pesquisa, constatou-se que seria necessário fazer um recorte temporal no universo a ser investigado. Dividiu-se, então, as organizações por ano de fundação, chegando à distribuição exposta no Gráfico 1:

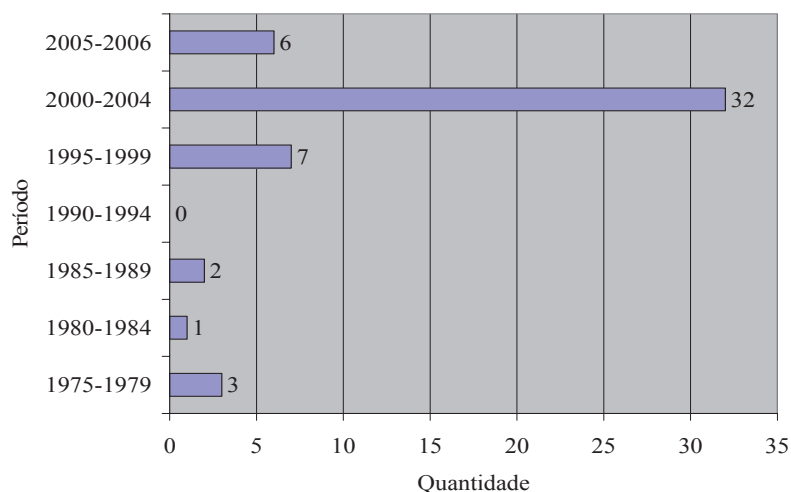


Gráfico 1 – Distribuição temporal dos empreendimentos econômicos solidários em Salvador  
Fonte: Elaboração própria, a partir de questionários do Mapeamento Nacional de Economia Solidária aplicados na Bahia em 2005.

O intervalo escolhido para pesquisa foi entre o ano de 2000 a 2004, uma vez que, entre estes anos registrou-se mais de 60% de surgimento das organizações de economia solidária em Salvador. Acredita-se que o registro do surgimento de um grande número de organizações neste intervalo deve-se ao fato de terem ocorrido uma série de eventos importantes na trajetória do movimento de economia solidária no Brasil, entre os quais o I Fórum Social Mundial, em 2001, onde houve o grupo de trabalho de economia solidária que agregou e articulou muitos atores de economia solidária, além do surgimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003. Com estes dados em mãos, elaborou-se então, uma nova listagem com a delimitação das organizações a serem investigadas (**Apêndice C**).

#### 4.1.1. Metodologia Experimental

A partir do delineamento acima relatado, portanto, a amostra contava com 32 empreendimentos, entre elas 18 cooperativas, 5 associações, 3 grupos de produção coletiva, 3 grupos de produção individual, 2 projetos de cooperativa e 1 ONG (**Apêndice C**). As organizações estavam distribuídas entre os mais variados bairros de Salvador, sendo a maioria deles em bairros periféricos como Uruguai, Plataforma, Pau da Lima, Cajazeiras, entre outros

– todos bairros menos favorecidos do ponto de vista econômico e social. Apenas duas organizações encontravam-se em um bairro considerado nobre em Salvador, o caso da única ONG mapeada e do projeto de cooperativa a ela vinculado. As informações coletadas sobre as organizações, até então, no entanto, não davam pistas sobre o número de pessoas envolvidas em cada uma delas, diferentemente da primeira listagem de empreendimentos (**Apêndice A**).

A metodologia para a coleta da amostra investigada foi a observação experimental. A técnica de coleta de dados, como explicitado anteriormente, foi a entrevista com um roteiro semi-estruturado, aperfeiçoado de sua primeira versão testada e aplicada em 2005. O segundo roteiro de entrevista desenvolvido, mais objetivo, evitou algumas perguntas que não levantariam dados de interesse para a pesquisa, tais como a situação normativa e legislação pertinente, chegando-se, assim, a uma versão mais enxuta<sup>2</sup>.

As entrevistas, efetivamente, foram realizadas em 17 empreendimentos no período entre 29 de julho e 8 de agosto de 2006, com uma ou mais pessoas do empreendimento. Dos 32 empreendimentos listados, 5 não foram contatados, por apresentarem números telefônicos inexistentes ou desatualizados, não sendo possível obter contato por outros meios. Outros 5 empreendimentos também não deram entrevistas por motivos variados: uma cooperativa que faliu e os cooperados atualmente apenas pagam o empréstimo feito; outra cooperativa, por motivo de uma experiência anterior mal sucedida, tomou a decisão de não participar de pesquisas de alunos; em outro empreendimento de produção individual, em que ocorreu a primeira má recepção da pesquisa, em que a pessoa responsável se recusou a contribuir para a entrevista, alegando não ter disponibilidade de tempo e solicitou para não ser contatada novamente. Outros 5 empreendimentos contatados até se mostraram interessadas em contribuir com a pesquisa, mas não foi possível realizar as entrevistas pela indisponibilidade de tempo das próprias organizações. Em um

---

<sup>2</sup> Para a visualização detalhada do roteiro de entrevista aplicado, vide **Apêndice D**.

empreendimento, por exemplo, a entrevistadora compareceu à organização para a entrevista, mas a pessoa que a receberia teve um imprevisto e ausentou-se, sem antes conceder a entrevista. Houve ainda 2 empreendimentos que mostraram interesse em conceder a entrevista, mas que, antes, precisavam contatar o grupo para uma tomar uma decisão coletiva, que seria informada, posteriormente, à entrevistadora, o que acabou não ocorrendo<sup>3</sup>.

Como se pode depreender a partir das investidas iniciais acima relatadas, as condições de coleta da amostra não foram sempre as mais favoráveis possíveis. Em alguns empreendimentos, além de haver muito ruído, as pessoas não interrompiam o trabalho para conceder a entrevista. Três entrevistas, por exemplo, foram realizadas durante uma reunião do Fórum de Cooperativas Populares. Também, é possível citar o caso em que o diretor da ONG que administra um projeto de cooperativa se opôs à entrevista, alegando, depois de ter lido o roteiro de entrevista, que os participantes do projeto não saberiam responder às perguntas propostas. O diretor também informou à entrevistadora dos problemas administrativos em relação ao cumprimento de metas que o projeto da cooperativa estaria passando, e questionou o que a pesquisa em questão traria de benefício para a melhoria da situação do grupo. Esta entrevista foi realizada depois que a entrevistadora conseguiu convencer o dirigente da ONG do caráter experimental da pesquisa, e que o retorno seria em informação para os grupos.

Houve, também, algumas vezes, a dificuldade de acesso ao local de funcionamento das organizações, como no caso da organização localizada no bairro de Nova Constituinte, um local afastado, com difícil acesso – dificuldade esta agravada pelo fato de a pessoa contatada ter tido dificuldade de explicar a melhor forma de acesso à associação. Esta foi uma das entrevistas não realizadas, pois mesmo com toda dificuldade de acesso, a pessoa contatada não pôde conceder a entrevista no dia marcado por estar ocupada com outros

---

<sup>3</sup> O principal instrumento utilizado para a obtenção das entrevistas foi um gravador de voz digital – *Olympus Digital Voice Recorder W-10*, o que possibilitou o armazenamento de todas as entrevistas em meio digital. Além disso, foi utilizada uma câmera fotográfica digital – *Panasonic DMC-LS1*, para o registro das organizações, das pessoas entrevistadas e algumas vezes da produção. Veja as fotos dos empreendimentos no **Apêndice M**.



afazeres, já que este era seu único dia de folga semanal. Contudo, no geral, vale o registro, de que, na maior parte dos empreendimentos que concederam a entrevista, houve receptividade e interesse, não apenas em contribuir com a pesquisa, mas também com o seu desenvolvimento. Muitos dos entrevistados manifestaram interesse em saber os resultados da pesquisa, em assistir a defesa do trabalho, e até mesmo, em receber alguma forma de sistematização do estudo.

#### 4.1.2. Metodologia Analítica

Conforme explicitado, os dados utilizados para as análises neste trabalho originaram-se de entrevistas, que é um tipo de interação mais planejada do que a conversa espontânea, em que o entrevistador manipula perguntas, construindo uma espinha dorsal exploratória em torno de um conteúdo comum ou seqüência tópica. Isto quer dizer que o texto conversacional está dividido em fragmentos que dizem respeito a um conteúdo específico entrelaçado por uma estrutura formada primeiramente, por um **TEMA** - uma unidade de nível mais alto, que é formada por **TÓPICOS** - que reúnem pontos convergentes a um determinado assunto, e que, por sua vez, se estruturam em termos de **SUBTÓPICOS** - módulos conversacionais.

Neste sentido, o **TÓPICO DISCURSIVO** funciona como um conjunto de enunciados que pressupõe, em sua própria constituição, a convergência de diversos referentes explícitos de um assunto em pauta, e a seqüencialidade de argumentos de importância gradativamente relativa (os **SUBTÓPICOS**) que, em conjunto, proporcionam a coerência necessária ao entendimento dos conteúdos (VAN DIJK 1985, KOCK 1992, FAVERO 1993).

Assim, na análise dos dados coletados para esta dissertação, o **PERFIL DA ORGANIZAÇÃO** e o **IDEÁRIO** são os **TEMAS**, que formam as duas partes principais do Roteiro de Entrevistas (vide **Apêndice F**). Os **TÓPICOS**, nas análises, são os itens constantes

do Roteiro de Entrevistas, e na primeira parte são formados por: **Caracterização da Organização, Histórico, Articulação institucional e fontes de financiamento (parceiros), Consciência sobre participação em empreendimento solidário, Objetivos da Organização, Organização, estrutura e relações;** e na segunda parte: **Concepção de sociedade, Concepção de Estado, Concepção de mudança e processo da práxis transformadora.** Os **SUBTÓPICOS**, por sua vez, referem-se às respostas a cada uma das perguntas numeradas constantes de cada Tópico, conforme explicitado no Roteiro de Entrevistas, como demonstra o exemplo abaixo:

#### **PRIMEIRA PARTE - PERFIL DA ORGANIZAÇÃO: (TEMA)**

<b>1. Caracterização da Organização: (TÓPICO)</b>
---

- |  |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>1.1. Quantas pessoas fazem parte da organização? (SUBTÓPICO)</li> <li>1.2. Distribuição etária e de gênero (SUBTÓPICO)</li> </ul> |
|--|

Os dados coletados foram, assim, organizados e tabulados em forma de quadros, registrando as respostas dadas às entrevistas, de acordo com cada TÓPICO e os SUBTÓPICOS correspondentes. Isto quer dizer que, partindo do exemplo acima, para o primeiro TÓPICO - **Caracterização da Organização** - foi organizado um quadro contendo os SUBTÓPICOS relacionados à **quantidade de pessoas que fazem parte da organização, e à distribuição etária e de gênero.** Desta forma, no processo de tabulação, foram elaborados treze quadros contendo as falas dos entrevistados. Para a análise das tabulações será, primeiramente, percorrido o **TEMA** que se refere ao **PERFIL DA ORGANIZAÇÃO**, onde seis quadros e três gráficos fornecerão dados para a descrição dos perfis das organizações, através da comparação das semelhanças e diferenças entre elas. Em seguida, serão analisados os sete quadros que se referem ao outro **TEMA - IDEÁRIO DAS ORGANIZAÇÕES**, quando serão feitas considerações em busca de responder à pergunta central do trabalho em torno da ideologia política que permeia a economia solidária.

## 4.2. ANÁLISE DOS DADOS

Ao investigar o **Perfil das Organizações**, o primeiro tópico foi a sua **caracterização**, com os subtópicos quantidade de pessoas, distribuição etária e de gênero, conforme atesta o Quadro 5.

NOME	QUANTIDADE DE PESSOAS	DISTRIBUIÇÃO DE GÊNERO E ETÁRIA
<b>AMAC</b> Cooperativa Múltipla das Artesãs de Cajazeiras	7 pessoas, embora já tenham participado do projeto 22 pessoas, que saíram por falta de financiamento	Mulheres com idade entre 20 e 45 anos
<b>AMEV</b> Associação das Mulheres do Engenho Velho da Federação	17 pessoas	Mulheres com idade entre 20 a 70 anos
<b>ASCOSI</b> Associação de Costureiras de Itapagipe	14 pessoas	Mulheres com idade entre 27 e 55 anos
<b>Brinquedos Inteligentes</b>	10 Pessoas	Apenas uma mulher. O grupo tem idade entre 17 e 34 anos
<b>COMUFE</b> Cooperativa de Mulheres da Federação	5 pessoas, embora já tenham participado 17 pessoas, que saíram por falta de “lucro”	Mulheres com idade entre 40 e 50 anos
<b>COOMARTES</b> Cooperativa de Mulheres Artesãs do Subúrbio de Plataforma	5 pessoas, embora já tenham participado 25, que por falta de retorno financeiro, saíram	Mulheres com idade entre 20 e 46
<b>Cooperativa Raízes do Povo de Israel</b>	24 pessoas (em documento), mas apenas 20 atuando	Mulheres com idade entre 20 e 60 anos (houve a participação de 1 homem, que logo saiu)
<b>COPAED</b> Cooperativa Múltipla de Produção de Alimentos e Engenho Doce	15 pessoas	1 homem e 14 mulheres com idade entre 19 e 52 anos.
<b>COOPARTES</b> Cooperativa de Jovens Artesãos	21 pessoas (a entrevistada não deu muita certeza)	3 homens e o restante de mulher com idade entre 17 a 20 e poucos anos
<b>COOPERART</b> Cooperativa Múltipla de Artesãos (nome fantasia)	25 pessoas, mas que participam ativamente 16 pessoas	4 homens e o restante mulher, com idade entre 18 a 50 anos
<b>COOPERCORTE</b> Cooperativa de Mulheres Costurando uma Realidade Diferente	23 pessoas, mas no momento contam com 12 componentes	Mulheres com idade entre 30 a 63 anos
<b>COOPERTEXTIL</b> Múltipla de Produção e Trabalho de Artigos Têxteis	10 pessoas freqüentando	90% de mulheres, com idade entre 18 a 55 anos
<b>Edna Batista Nascimento</b> Bonequinhos de Jornal	4 pessoas ajudam	“A maioria é mulher, mas tem um rapazinho que de vez em quando ajuda”. A idade varia entre 30 e 57 anos.
<b>Grupo de Amigos Artesãos</b>	25 pessoas, mais ou menos (o grupo está se refazendo)	“No momento só tem mulher”, apesar de quando o grupo ter sido criado haver alguns homens, que logo saíram por não se adaptarem bem ao

## Cap 4 – ANÁLISE EMPÍRICA E IDEOLOGIA POLÍTICA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Luiza Reis Teixeira

		artesanato. A idade varia dos 20, até 40, 50, mas “a maioria é de gente mais maduro”.
<b>Grupo Raio de Sol</b>	4 pessoas permanentes mais a ajuda de outros colaboradores, que são pessoas que já trabalharam conosco e são convidadas quando precisamos de ajuda.	Mulheres com idade entre 38 e 57 anos.
<b>ONG Paciência Viva</b> Centro Brasileiro de Preservação Ambiental e desenvolvimento Sustentável	Não respondeu.	A idade entre os participantes dos 5 projetos da ONG varia entre 10 anos a te a faixa adulta. A pergunta em relação ao gênero não foi respondida.
<b>Projeto Cooperativa Ação Reciclar</b>	25 pessoas	13 mulheres e 12 homens com idade entre 18 e 49 anos.

Quadro 5 - Dados gerais dos empreendimentos.

Fonte: elaboração própria

Os 17 empreendimentos pesquisados contam com um número igual ou inferior a 25 pessoas participando ativamente do seu cotidiano. No entanto, apenas 7 empreendimentos contam com um número entre 21 e 25 pessoas, e quatro contam com um número entre 1 e 5 pessoas, como mostra o Gráfico 2. Em relação ao número de pessoas, 7 empreendimentos relataram uma diminuição no número de participantes ao longo dos anos, devido à falta de remuneração imediata.

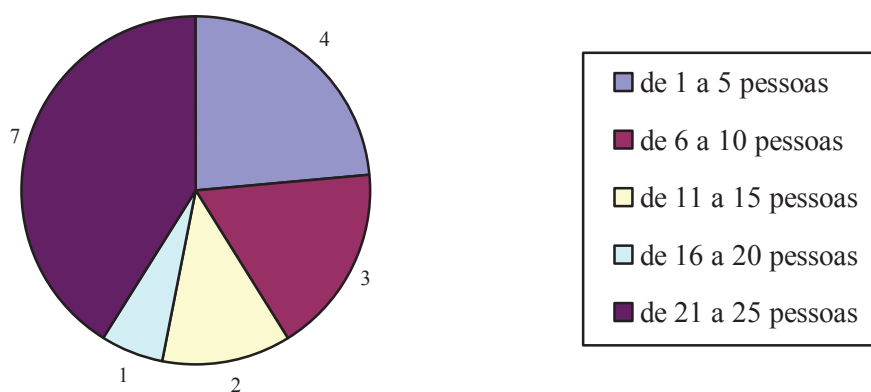


Gráfico 2 – Quantidade de pessoas participantes dos empreendimentos entrevistados.

Fonte: elaboração própria.

Quanto à distribuição de gênero, os empreendimentos são predominantemente formados por mulheres. Apenas 7 empreendimentos registraram a presença de homens, sendo que em apenas um a predominância é de homens. Como a maioria é de produção de

artesanato, ou costura, foi relatado que os homens não se adaptam bem a este tipo de trabalho. Os empreendimentos registram grande variação de idade, entre 18 e 60 anos em boa parte deles.

O **histórico** dos empreendimentos entrevistados é similar na maior parte dos casos. Doze dos tiveram sua origem vinculada a um curso de cooperativismo ou empreendedorismo tomado pelo grupo com o apoio de uma instituição externa. Entre estas instituições podemos citar as ONG's Cidade Mãe, Pangea, Paciência Viva, Visão Mundial e o Projeto Axé, a ITCP, o CECOM, a UNIFACS, o SEBRAE e a CONDER (para maior aprofundamento vide o Quadro de Origem dos Empreendimentos, no **Apêndice E**). Foi verificado que apenas os empreendimentos individuais e o caso de uma associação (na qual a pessoa já participava de outra cooperativa) têm sua origem em uma iniciativa individual. É possível concluir, então, que há atualmente uma série de organizações fomentando a formação de cooperativas através da oferta de cursos, o que vai de encontro com o próprio mapa do campo da economia solidária (SIES, 2006) no Brasil (vide a Figura 1 – Composição da Economia Solidária, no capítulo 3, pág. 114). Assim como o verificado na pesquisa, o mapa destaca uma série de entidades, como algumas ONGs, universidades, incubadoras, movimentos sindicais, entre outras. No entanto, é preciso verificar a qualidade da relação estabelecida entre os empreendimentos e estas entidades de fomento. Como estarão estabelecidas as relações entre entidades e empreendimentos? Será que os empreendimentos apresentam autonomia em relação às entidades? Estas questões serão aprofundadas no tópico que se refere à estrutura, organização e relações dos empreendimentos. De acordo com o depoimento, a organização teve apoio de algumas entidades de apoio:

(o grupo) Teve início em 04 de Junho de 2002. Surgiu através do apadrinhamento da visão mundial, pois quase todas as mulheres daqui têm um filho que é apadrinhado pela Visão Mundial e a SECOMP dava muita contribuição para as mães desses filhos apadrinhados. Depois, ao invés de estar dando cesta básica e remédios, eles resolveram criar grupos, onde cada uma tivesse a oportunidade de ter um meio que gerasse uma renda. Primeiro, criou-se o grupo dos artesãos, depois um pequeno grupo de costureiras, e seis meses depois, tomamos a decisão de fazer uma

cooperativa, através de uma pessoa do SEBRAE que nos deu um curso de cooperativismo. (COOPERCORTE, 2006)

As motivações para o início dos empreendimentos são relacionadas à falta de emprego e dificuldade de colocação no mercado de trabalho, alegado pelo fato de serem mulheres e não terem qualificação suficiente. Foi atribuído também à dificuldade de colocação no mercado de trabalho a idade avançada, a origem de bairros pobres e a questão da discriminação pelo fato delas serem negras. O cooperativismo é visto então como a possibilidade de poder desenvolver uma atividade e conseguir uma remuneração, muito embora, haja a consciência que a remuneração vem apenas depois de um tempo – quando vem, o que é possível constatar nos depoimentos dos entrevistados:

A maioria do pessoal não tinha emprego fixo, e estes grupos, estas coisas é um meio de garantir uma rendinha (GRUPO DE AMIGOS ARTESÃOS, 2006).

A motivação é ter um trabalho nosso. Ao invés de ficar desocupada em casa, a gente tem algo que nós fazemos. Tem muita gente aí que não tem o que fazer. (COOMARTES, 2006).

Necessidade nossa, pois somos mulheres em idade avançada, com dificuldade de conseguir um emprego, até pelo nosso conhecimento, da capacitação da gente mesmo. Então a gente ficou unida e buscou juntas um maior conhecimento. Passar o aprendizado também (...). No momento, estamos todas voluntárias sem remuneração nenhuma. É muito pouco, só para manter (COOPERATIVA RAÍZES DO POVO DE ISRAEL).

O tópico **articulação institucional e fontes de financiamento (parceiros)** apresenta quem são os parceiros e financiadores dos empreendimentos e como eles estão organizados em redes e fóruns. A grande maioria das entidades parceiras dos empreendimentos são as mesmas que apoiaram seu surgimento. A origem dos parceiros, conforme sua finalidade, segue a seguinte distribuição, conforme o Gráfico 3.

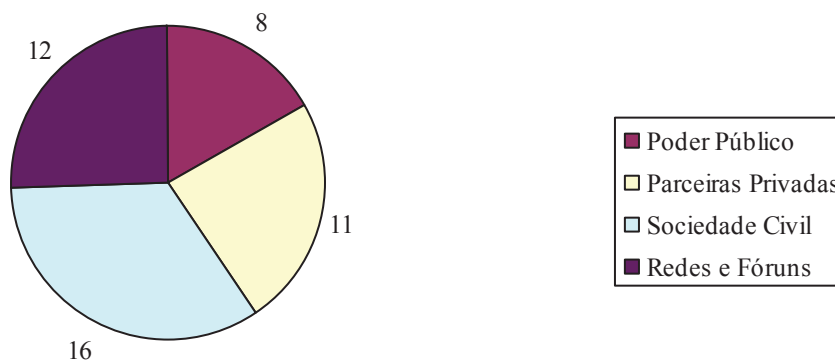


Gráfico 3 – Origem dos parceiros  
Fonte: elaboração própria

A constatação inicial é que a maioria absoluta dos empreendimentos – exceto um - relaciona-se com organizações da sociedade civil. O CESE e a ITCP da UNEB são as entidades que mais - três vezes - aparecem como parceiras dos empreendimentos, sendo que o primeiro está sempre apoiando projetos de financiamentos, e o segundo surge como promotor do processo de incubação dos grupos, conforme atesta um dos entrevistados:

Temos uma relação muito boa com a ITCP. Ela é como a mãe da gente que acompanhou todo o processo, que acompanhou o estudo de viabilidade, a assessoria (COOPERART, 2006).

Outras entidades da sociedade civil que aparecem como parceiras dos empreendimentos são: a ONG Vida Brasil – que apóia o Fórum de Cooperativas e coordenou o Mapeamento Nacional de Economia Solidária na Bahia; o CECOM e Clube de Mães do CECOM – que apoiaram e incentivaram a formação de dois grupos, além de prestar acompanhamento às atividades, e ter como dois de seus assistentes sociais como pessoas de referência nestes grupos; o PANGEA – que realiza a administração de uma das cooperativas; a Visão Mundial – que organiza o banco comunitário que concede empréstimos a um dos grupos; a Igreja Católica e Batista – que cedeu espaço físico, e apoiou as atividades de dois grupos; a OCEB – que dá orientações para a legalização de uma das cooperativas; o Projeto Axé – que organizou o curso inicial que agregou o grupo que formou uma das cooperativas; a Universidade Católica – que ofertou cursos de cooperativismo para dois grupos; as

associações de moradores do Uruguai e da Federação que apóiam as atividades de duas cooperativas; entre outras entidades que tiveram menor participação nas parcerias com os empreendimentos entrevistados.

Entre as parcerias com o poder público, é possível citar Secretaria Estadual de Combate a Pobreza – SECOMP, como financiadora de projetos para os empreendimentos; a Fábrica do carnaval – um projeto da prefeitura com articulação do SEMPRE, SEBRAE, e outros, que cedeu espaço para algumas organizações venderem e exporem seus produtos durante o período de um mês; a Universidade Federal da Bahia – que apoiou as atividades de algumas cooperativas através do BanSol; a SETRAS – que fez o empréstimo de máquinas de costura para uma cooperativa; o Centro Social Urbano do bairro da Federação– que cedeu o espaço para ser o local de produção de uma das cooperativas, entre outras.

Já entre as parcerias privadas, as mais comuns são as doações de pessoas físicas, que podem ser de fora da cooperativa, como o caso de uma apresentadora de programa da TV local que apoiou o trabalho de uma cooperativa através da sua divulgação, ou de dentro da própria cooperativa, como em uma associação que uma das associadas cedeu parte de sua casa para ser a sede da associação. A Petrobrás também apoiou quatro dos empreendimentos através de projetos enviados, sendo que em uma cooperativa o apoio foi apenas para dois projetos de capacitação – “são projetos muito pequenos mesmo” (COOPERART, 2006) – na outra cooperativa apoiada o projeto já contemplava a compra de equipamentos, recrutamento de pessoal, compra de fardamento e bolsa auxílio, e nas outras duas não foi detalhado como ocorria a parceria. Ainda podemos destacar a Unifacs que idealizou, elaborou e pôs em prática o projeto de uma das cooperativas através da contratação informal de uma pessoa para formar o grupo da cooperativa, em que seriam concedidas as cantinas de seus prédios de aula para a cooperativa explorar, além de ter cedido um ponto de venda de mercadorias para uma das associações, e a Faculdade Ruy Barbosa e o Colégio Anglo Brasileiro que apóiam dois dos



empreendimentos através da doação de material para reciclagem e material para um projeto de formação de atletas em *beach soccer*. O SEBRAE também aparece como um dos parceiros, muito embora não seja totalmente privado – uma espécie de misto entre o privado e o público – através da oferta dos mais diversos cursos de capacitação em três dos empreendimentos. Para maior aprofundamento vide o **Apêndice F** com o Quadro de articulações dos empreendimentos.

As parcerias têm um papel muito importante para os empreendimentos de economia solidária, devido às diversas necessidades que eles enfrentam. Foi possível perceber com as entrevistas que os parceiros são fundamentais em diversas etapas do desenvolvimento dos empreendimentos. Alguns parceiros, como a Unifacs, aparecem como responsáveis pela formação da cooperativa (COOPAED). Já o SEBRAE, que, em geral, tem uma parceria mais pontual, aparece como um parceiro fundamental para a capacitação dos empreendimentos. As igrejas Católica e Batista aparecem como não apenas idealizadoras, mas também conselheiras e apoiadoras financeiras quando necessário. A ITCP, por sua vez, apresenta um papel fundamental para a incubação de alguns grupos, que muitas vezes têm dificuldades na definição de seu ramo de produção.

No entanto, é preciso cautela ao analisar as entidades de apoio, pois o papel de suporte pode gerar uma dependência nos empreendimentos que podem deixar de funcionar de forma autônoma sem a presença dos parceiros. No entanto, não figura nos objetivos deste trabalho aprofundar esta análise; por isso, apresentamos apenas essa rápida abordagem de forma descritiva.

O quarto tópico em relação ao perfil das organizações é a **consciência sobre participação em empreendimento solidário**, isto é, se o empreendimento se considera de economia solidária e a compreensão a respeito do que seja a economia solidária. À primeira pergunta deste tópico – se o empreendimento considerava que era de economia solidária –

houve uma resposta negativa, mesmo o empreendimento constando no mapeamento nacional de economia solidária. Com a explicitação do entrevistado de que o trabalho não seria nem cooperativo ou associativo, ou mesmo de economia solidária, deste tópico em diante, deixaremos de analisar as respostas deste empreendimento, salvo exceções quando quisermos comparar suas respostas para contrastar com as respostas dos outros empreendimentos.

A gente trabalha assim: a gente procura, de alguma forma, não repetir o que o mercado faz, mas é difícil. Os salários não podem ser muitos altos se não tem como pagar, mas, assim, a gente tem uma certa liberdade no ambiente de trabalho, não tem? Não um ambiente totalmente rígido, **mas eu não sei, não é economia solidária, é mais uma empresa convencional**. É um grupo de artesãos. *Vocês trabalham de forma cooperativa?* Não, na verdade a galera ganha salário (BRINQUEDOS INTELIGENTES, 2006)

Em três das entrevistas, as pessoas demonstraram dúvida em relação à compreensão do que seria a economia solidária, conforme o depoimento destes entrevistados:

Você quer saber se a gente tem algum programa social, é? Isto que é “economia solidária”? Esta solidariedade que você está se referindo é internamente ou pra comunidade? (Economia solidária) é uma ajuda mútua, né? (...) Entre a gente, a gente é solidário, porque a gente está cooperando e se ajudando. Mas, pra comunidade, ainda não (ASCOSI, 2006).

Como assim? Na venda? Eu produzo em casa e as pessoas que me ajudam têm uma remuneração em cima da venda, de acordo com o que vende. Tanto pelo valor do material, como pelo valor da venda. Falar a verdade? Eu não sei o que é economia solidária. É quando recebe ajuda de uma parte? Ah, é bom. Porque uma pessoa não pode trabalhar só. Porque o trabalho com estes bonequinhos exige muito, então a solidariedade é das pessoas que estão me ajudando. Estão ajudando na produção. Então é um trabalho em conjunto (EDNA BATISTA NASCIMENTO, 2006).

Isso aí precisa vê o que é economia solidária. O que é economia solidária? É quando você participa com outro? Então eu creio que sim, nós ajudamos (a entrevistada se referiu ao grupo internamente e com outros grupos) (GRUPO RAIOS DE SOL, 2006).

Houve também um caso em que o entrevistado afirmou que seu empreendimento seria de economia solidária, mas seu entendimento sobre o conceito não era apropriado para referir-se ao movimento. Para este entrevistado, aparentemente, o fato de administrar o projeto de formação de uma cooperativa de coleta seletiva voltado para pessoas fora do mercado de trabalho justificaria para a organização ser um empreendimento econômico solidário. No entanto, a autogestão que se constitui em um dos pilares da economia solidária parece ter sido esquecida pelo entrevistado, pelo menos na sua relação com a cooperativa em

formação. Esta organização poderia estar classificada como entidade de apoio e fomento, mas não deveria constar no mapeamento como um empreendimento econômico solidário. Pelo exposto tomou-se a decisão, também, de não considerar as respostas desta organização nos próximos tópicos a serem analisados.

Nós nos consideramos (de economia solidária) pelo seguinte: nós temos projetos que são orientados para o desenvolvimento de pessoas e um deles é um projeto que gera renda, que é o Projeto Ação Reciclar. E hoje ele é um projeto que é administrado da seguinte forma: é um projeto que desde o princípio, tudo que é coletado é dividido igualmente e, hoje, além da participação neste rateio, há uma bolsa, oferecida pela SECOMP, pelo período de 6 meses. Então, eles têm a bolsa e a participação no rateio. Então, é um projeto que congrega pessoas que estão fora do mercado de trabalho, que, provavelmente, não teriam a oportunidade de ter renda e, hoje, estão tendo esta oportunidade, de melhorar a qualidade de vida com a coleta seletiva (...). Eu não sei dizer como funciona o trabalho com outras cooperativas. Hoje eu digo que a ONG é administradora do Projeto Ação Reciclar (ONG Paciência Viva)

Mesmo nas organizações que se autodenominaram como sendo organizações de economia solidária, a compreensão do sentido de economia solidária se mostrou muito diversa. Vale à pena um aprofundamento maior desta questão tanto no **Apêndice G**, como no Quadro 6 que segue:

ENTENDIMENTO	CONCEPÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
<b>Noção relacionada a fazer parte de um empreendimento coletivo</b>	“A economia solidária é muito mais do que o econômico, do que o dinheiro (...) Seria hipocrisia da minha parte dizer que a gente não se preocupa com o dinheiro, até porque a gente precisa dele para comer (...). Quando você vê seu orgulho de estar participando, seu orgulho de estar fazendo aquilo, você percebe que, na economia solidária, a palavra <i>economia</i> não vem em primeiro. Então, você percebe que há mais ênfase na palavra <i>solidária</i> do que <i>economia</i> (...)”.
	“Sim, um vai ajudando o outro. A gente ainda está aprendendo o que é economia solidária”
	“Eu acredito que sim, porque a gente está buscando, está correndo atrás, através da união das mulheres, e é uma coisa bonita. Para algumas, é como se fosse uma terapia. Isso é positivo”
	“Eu acho que sim (em relação a ser de economia solidária), porque se a gente busca uma economia em conjunto. A palavra ta dizendo, solidária (...)”.
<b>Noção relacionada com a aprendizagem e prestação de serviços comunitários</b>	“Muitas coisas (na associação) são doadas e fazemos baixo custo, muitas coisas são reaproveitadas, uma é solidária com a outra ensinando com seus conhecimentos. Trabalhar na economia solidária é bom, mas, quando a gente vai competir com o mercado, a gente fica pra trás”.
	“Eu acho, porque é um projeto que ajuda as pessoas da comunidade. Através disso aí já é alguma coisa, né?”
<b>Noção de economia solidária como ser solidário e ter união</b>	“Você quer saber se a gente tem algum programa social, é? Isto que é “economia solidária”? Esta solidariedade que você está se referindo internamente ou pra comunidade? (Economia solidária) é uma ajuda mútua, né? Entre a gente, a gente é solidário, porque a gente está cooperando e se ajudando. Mas, pra comunidade, ainda não”.
	“O que é economia solidária? É quando você participa com outro? Então eu creio que sim, nós ajudamos”.

## Cap 4 – ANÁLISE EMPÍRICA E IDEOLOGIA POLÍTICA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Luiza Reis Teixeira

	<p>“Os envolvidos precisam ter persistência, união, que às vezes não tem (...). É um trabalho de união e de persistência. Mas, que tem tudo pra dar resultado, tem”.</p> <p>“Eu considero (de economia solidária), porque é um trabalho de integração, que busca unir as pessoas no trabalho. Porque, se você faz uma bolsa, e eu faço outra, aí, vai integrando as coisas e funcionam melhor. Dois é mais do que um”.</p>
<b>Noção relacionada ao cooperativismo e autogestão</b>	<p>“A diferença de um empreendimento solidário para o capitalismo é a organização, da forma em que ele é gerido, então eu costumo dizer que a economia solidária trouxe a gente para uma espécie de gestão diferente. Só que uma gestão diferente tem muitos conflitos, porque as pessoas não estão acostumadas a projetos dessa forma, então se você habituassem a tudo ser de todo mundo, a ter um grande comprometimento, a questão do financeiro que retorna muito, (...) é característica de economia solidária, não pensa só no capital, precisa dele pra sobreviver, mas pra não perder. A questão, também, é de respeitar o indivíduo, nem todo mundo é igual e não aprende a ser igual”.</p> <p>“...Eu acho que sim... Um trabalho cooperativo com divisão de tudo igual. A gente aprende muito aqui”.</p> <p>“A economia solidária pra mim, é conseguir construir, dentro do cooperativismo, uma cooperativa viável, com administração auto gerenciada estável, onde haja a percepção que dentro do ambiente de trabalho, a gente consiga ter uma relação harmoniosa, uma compreensão múltipla de ajuda”.</p> <p>“Então eu acredito que o cooperativismo é o trabalho do século porque não tem emprego. Hoje em dia isso é muito grande (o desemprego). Agora é um trabalho de persistência”.</p>
<b>Noção de uma solução para o desemprego</b>	<p>“Esta é a única solução. Como não existe emprego pra todo mundo e as empresas não contratam pessoas sem formação, as pessoas da comunidade acabam buscando o artesanato e a costura, assim entramos em contato com essas pessoas pra entrarem no grupo e terem um meio melhor de vida”.</p>
<b>Noção do funcionamento da economia em rede</b>	<p>“Estar junto, buscando melhorias para as pessoas, para as cooperativas. Trabalhando junto, em rede. É muito importante, porque cada grupo coloca o que pensa, um ajuda o outro, dá opinião. É muito importante a economia solidária”.</p>

Quadro 6 – As noções no entendimento da economia solidária.

Fonte: elaboração própria.

As seis noções relacionadas a partir da análise do entendimento dos entrevistados acerca da economia solidária se aproximam das quatro características da economia solidária definidas no Atlas da Economia Solidária no Brasil (2006): cooperação, solidariedade, autogestão e atividade econômica. Primeiramente as noções relacionadas a **fazer parte de um empreendimento coletivo, a aprendizagem e prestação de serviços comunitários** e a **noção de economia solidária como ser solidário e ter união**, estão muito próximas à característica da solidariedade, que remete a uma preocupação com a melhoria da qualidade de vida em geral, seja com os participantes dos empreendimentos, ou com sua comunidade. A **noção relacionada ao cooperativismo e autogestão** pode ser diretamente relacionada às características da cooperação e autogestão, assim como as noções da economia solidária como

**uma solução para o desemprego e do funcionamento da economia em rede** se aproximam da característica de atividade econômica uma vez que há a preocupação com a geração de renda para os envolvidos e a busca do trabalho em rede, seja pela comercialização de mercadorias ou pelo fortalecimento do movimento.

No tópico a respeito dos objetivos da organização, buscava-se descobrir, primeiramente, os objetivos e resultados almejados pelos empreendimentos, e se eles haviam decidido seus objetivos com autonomia, ou eles haviam sido decididos por algum ator externo ao empreendimento. A autogestão é caracterizada pela decisão e direção coletiva do empreendimento; portanto, quando não há autonomia nas decisões dos objetivos, é possível deduzir que a autogestão não está sendo aplicada de forma plena. Neste caso, verifica-se uma incongruência da teoria com a prática da economia solidária.

Quando perguntados sobre objetivos e resultados, apenas cinco dos empreendimentos analisados fizeram uma diferenciação entre os dois. Contudo, mesmo os que diferenciaram objetivos de resultados deram respostas muitas vezes iguais entre os dois. A seguir, no Quadro 7, segue os objetivos e resultados dos empreendimentos e quantas vezes eles foram ditos pelos empreendimentos. Para maiores esclarecimentos, vide o Quadro de Objetivos dos Empreendimentos no **Apêndice H**.

OBJETIVOS E RESULTADOS	QNT
Agregar novos membros	4
Aumento nas vendas	2
Capacitação externa	2
Capacitação interna	3
Crescer	3
Dar continuidade ao empreendimento	1
Educação	1
Entrar no mercado (conseguir clientes)	2
Espaço físico	2
Exportar	5
Fazer da cooperativa um emprego	1
Fazer registro	1
Formação política, e emocional	1
Melhorar a auto-estima	2
Multiplicar	1
Organização e desenvolvimento da comunidade	2
Pagar direito trabalhista e plano de saúde	1
Ponto de venda	3

<b>Gerar trabalho e renda / Gerar lucro / Participação no lucro</b>	<b>10</b>
Renovar financiamento	1
Um espaço para o artesão expor seu trabalho (organizado pelo governo)	1

Quadro 7 – Objetivos e Resultados dos Empreendimentos

Fonte: elaboração própria

O item **gerar trabalho e renda / gerar lucro / participação nos dividendos**, mencionado por dez empreendimentos, demonstra que a principal preocupação dos grupos é financeira, até porque muitos grupos, apesar de estarem em funcionamento há algum tempo, ainda não conseguem ter resultados financeiros. No entanto, vale ressaltar que a utilização de termos como o *lucro* – ocorrido uma vez, demonstra um afastamento da terminologia utilizada no cooperativismo, ao invés de *lucro*, utiliza-se *sobra* – valor que é dividido entre os cooperados equivalente à remuneração nas empresas tradicionais. O segundo objetivo mais repetido – **exportar**, citado por cinco empreendimentos, é visto como uma forma de agregar valor ao produto, e portanto, uma forma dos empreendimentos conseguirem obter uma maior remuneração e, conseqüentemente, gerar renda para seus membros. O objetivo de **agregar novos membros**, citado por quatro empreendimentos, é um reflexo do esvaziamento que ocorreu em boa parte dos grupos ao longo dos anos, motivado pela falta de um retorno financeiro. Há uma cooperativa, por exemplo, que informou que alguns de seus integrantes estão envolvidos em outros empregos – com carteira assinada. É bastante recorrente nas falas dos entrevistados que os novos cooperados devem entender que o retorno financeiro não é imediato. A **capacitação interna e externa**, a **educação** e a **organização e o desenvolvimento comunitário** também acabam sendo recorrentes na fala dos representantes de oito empreendimentos. Com isso, nota-se que as organizações demonstram alguma preocupação com o desenvolvimento de atividades voltadas para as comunidades em que estão inseridas, salvo algumas exceções – aspecto que será mais explorado quando tratarmos a concepção de sociedade. Os outros objetivos demonstram uma preocupação na estruturação

(fazer registro, conseguir um espaço físico e/ou ponto de venda) e sustentabilidade (dar continuidade ao empreendimento, renovar financiamento, entrar no mercado, aumento nas vendas, crescimento, fazer da cooperativa um emprego, pagar direitos trabalhistas e plano de saúde) dos empreendimentos, como também uma preocupação com o crescimento individual dos participantes (formação política, e emocional, melhorar a auto-estima).

O tópico relacionado à **organização, relações e estrutura** dos empreendimentos buscou verificar, primeiramente, que produtos estão sendo produzidos por estas organizações e como a produção está estruturada. A organização da produção expõe se os trabalhadores estão agindo de maneira mecanicamente, obedecendo a um superior, ou se estão tendo consciência do que é e como é produzido. Em seguida, buscou-se neste tópico, verificar se a responsabilidade da produção é compartilhada por todos ou recai sobre uma pessoa e como são tomadas as decisões, novamente, se pela coletividade ou por um líder ou atores externos. Por fim, buscou-se investigar se os empreendimentos apresentam uma preocupação em conscientizar outras pessoas do trabalho que desenvolvem.

Seis dos empreendimentos fazem serviço de costura em geral, produzindo artigos como colcha de retalhos, fardamentos industriais, almofadas, tapetes, crochê, peso de porta, toalha de prato, entre outros. Dois dos empreendimentos relataram que também fazem serviço de conserto a preços mais baixos para a comunidade. Outra característica apresentada por dois dos empreendimentos é a produção de fardamentos industriais através de intermediário, que é contratado por uma empresa maior, e ao contratá-las fornece toda a matéria-prima para a produção, desde o tecido cortado às linhas que serão utilizadas. Este tipo de serviço é feito, pois os empreendimentos não possuem caixa para compra suas próprias matérias-primas para a produção. O segundo produto que aparece é o artesanato em três empreendimentos, seguido pela produção de artigos em couro, tecelagem, coleta seletiva e alimentação, que aparecem apenas uma vez. A cooperativa que produz artigos em couro não está produzindo no

momento, e já está sendo discutido internamente a possibilidade de passar a produzir outro tipo de modelo. Veja a divisão das atividades no Gráfico 4, ou mais detalhadamente no

### Apêndice I.

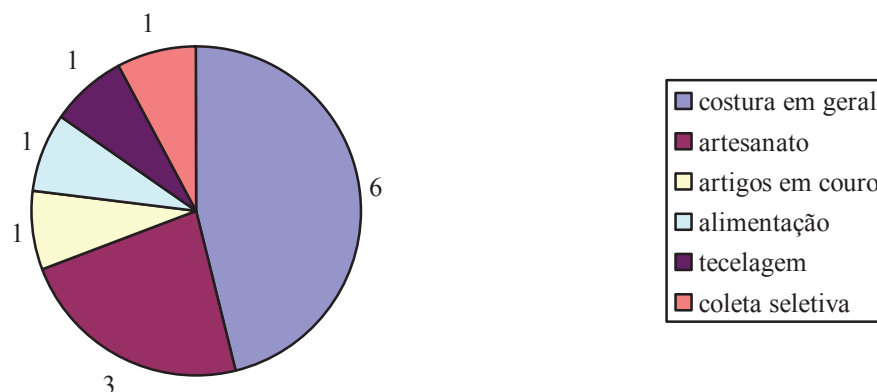


Gráfico 4 – Produção dos Empreendimentos entrevistados  
Fonte: elaboração própria

A organização em grande parte dos empreendimentos ocorre de forma aleatória, ou seja, dificilmente há uma programação do que será produzido. O que acaba ocorrendo é que a produção vai sendo feita de acordo com encomendas ou com a demanda de vendas, no caso dos empreendimentos que comercializam seus produtos. A divisão da produção segue critérios de afinidade e das pessoas que melhor desempenham a função. No geral, percebe-se que a produção é feita de forma coletiva, com a cooperação entre os integrantes dos empreendimentos, salvo dois casos: o caso de um empreendimento individual, em que a proprietária organiza a produção; e o caso do grupo, em que há uma pessoa externa organizando a produção. Vale citar também o caso único da cooperativa que está estruturada em núcleos de produção, com gerentes para cada núcleo que organizam a produção dentro deles. Este foi o único caso entre os empreendimentos pesquisados com este formato organizacional. O detalhamento sobre a organização da produção segue no Quadro 8, podendo ser mais aprofundada no **Apêndice I**.



## Cap 4 – ANÁLISE EMPÍRICA E IDEOLOGIA POLÍTICA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Luiza Reis Teixeira

<b>ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NOS EMPREENDIMENTOS</b>
Ausência de cronograma de produção Cada pessoa desempenha uma função de acordo com a sua vontade, habilidade e/ou urgência na entrega de encomendas
A produção é realizada em dois dias da semana durante um turno A organização é aleatória Algumas coisas são feitas fora da associação, mas com o material de lá Há um processo de aprendizagem na produção
A produção é feita sob encomenda - o contratante dá o material A produção é dividida de acordo com o que cada uma faz melhor.
A organização da produção se dá com base na decisão coletiva do que será produzido Divisão do trabalho por afinidade do que cada uma faz
A massa (que é feita por uma) é distribuída junto com a matéria-prima (búzios) Cada cooperada faz uma quantidade indeterminada de peças.
A produção é feita por todas (“todo mundo se interessa em fazer tudo”) Organizada de forma bem aleatória
A produção é feita nas cantinas da UNIFACS Toda produção é feita no dia que será consumida Nas cantinas há uma pessoa responsável pela produção, o resto apóia a venda Há duas pessoas responsáveis pela compra dos materiais e uma pelo financeiro (caixas e fluxo do financeiro) que presta conta na assembléia.
A cooperativa é dividida em 5 núcleos de produção: bambu, bijuteria, papel reciclado, artigos de papel e luminária. Cada núcleo organiza a sua produção de acordo com as suas metas, que são determinadas pelo gerente do núcleo O gerente passa as metas para o resto do grupo, além de fazer a comunicação entre os núcleos Há a possibilidade de mudar de núcleo
A produção de fato ainda não ocorre
A encomenda é dividida por todas Cada uma desempenha uma função de acordo com a habilidade em determinado trabalho
A produção é feita de acordo com a demanda ou com o tipo de peça que tiver em menor quantidade A produção é dividida aleatoriamente entre o grupo, pois todos fazem tudo. Há a preocupação de variar o modelo, a técnica e o design para as peças não ficarem iguais.
A produção é feita de acordo com as encomendas e demanda de venda A produção é feita em etapas, pelas partes dos bonequinhos Cada pessoa fica com uma parte, mas a maioria passa pela supervisão da proprietária, que organiza a produção.
Uma pessoa externa ao grupo organiza o trabalho - “Aí quem quer bordar ela dá uma parte do trabalho, quem quer fazer crochê ela dá outra parte
Todas participam igualmente de todas as fases da produção.
A cooperativa é dividida em grupos que seguem um roteiro pré-estabelecido de coleta A coleta é feita em carros que não são muito práticos, são pesados e difíceis de manejar.

Quadro 8 – Organização da produção nos empreendimentos

Fonte: elaboração própria

Dos 14 empreendimentos que realizam produção e estão sendo analisados neste tópico, oito afirmaram que a responsabilidade da produção é de todos do grupo, enquanto em três outros empreendimentos a responsabilidade pela produção é delegada a uma pessoa. Dentre estes três casos há a cooperativa que apresenta o formato organizacional em núcleos, onde o gerente acaba sendo o responsável pela produção. O outro caso é do empreendimento individual, onde a proprietária é responsável pela produção. O terceiro caso é o grupo que tem

uma pessoa externa organizando e responsabilizando-se pela produção. Ainda há o caso de três empreendimentos que alternam a responsabilidade pela produção entre duas ou mais pessoas, por motivos como a melhor qualificação destas pessoas, ou por questões logísticas de organização da produção.

A tomada de decisões nos empreendimentos acaba seguindo o mesmo curso da responsabilidade pela produção: nos empreendimentos em que a responsabilidade é do coletivo, a tomada de decisão é também coletiva, embora o inverso não seja verdade para todos os casos. Nos três casos primeiros casos citados o processo de tomada de decisão só fica claro quando nos referimos ao empreendimento individual: há uma proprietária do empreendimento que é responsável pela produção e toma as decisões apenas consultando a disponibilidade do grupo. Contudo, nos outros dois grupos, não fica claro como o processo de tomada de decisão ocorre. Na entrevista à cooperativa dividida em núcleos de produção, a entrevistada afirma que é preciso haver uma conversa para a tomada de decisão, mas não especifica com quem é esta conversa, se entre todos os membros da cooperativa, ou não, ou mesmo se esta “conversa” é uma prática comum no grupo ou se ocorre com frequência. No outro caso, em que o grupo tem a produção organizada e coordenada por uma pessoa externa, a resposta da entrevistada refere-se à decisão coletiva como uma prática recentemente implementada; fica a dúvida se a decisão coletiva já é uma prática efetiva no grupo. Outro empreendimento que não registra a responsabilidade pela produção e a tomada de decisão coletiva é uma associação em que os cargos de diretoria, que são rotativos, exercem esta função. Vale destacar ainda duas cooperativas que a responsabilidade da produção não é coletiva, mas a tomada de decisão é. A seguir veja o Quadro 9, em que as decisões que não são coletivas estão destacadas.

## Cap 4 – ANÁLISE EMPÍRICA E IDEOLOGIA POLÍTICA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Luiza Reis Teixeira

RESPONSABILIDADE PELA PRODUÇÃO	TOMADA DE DECISÃO
Todas, mas uma pessoa tem a representatividade e faz a coordenação.	Tudo (bem enfático) é decidido por todas. Nenhuma decisão é tomada sem a participação de todas. <i>(percebe-se certa dependência do grupo pela coordenadora).</i>
<b>Alternada entre duas pessoas e uma pessoa responsável pelo controle de qualidade.</b>	<b>As decisões são tomadas pela administração geral, que é rotativa.</b>
Todas.	As decisões são tomadas pela maioria com todas envolvidas no processo.
Todas - Cada cooperada é responsável por uma parte da produção.	A decisão é coletiva e consensuada.
Todas - a responsabilidade é dividida.	A decisão é baseada num consenso entre todas - “Se todas toparem a gente se divide e faz”.
Todas - “A gente coloca que cooperativa não tem dono. Cooperativa é um grupo de cooperado. Então todo mundo tem que ter responsabilidade”.	As decisões são tomadas pelo grupo, que algumas vezes contam com o apoio do padre da paróquia - uma figura muito importante para esta cooperativa.
<b>Há uma chefe de produção por cantina (responsável pela produção na cantina que atua), mas as outras pessoas ajudam o que dilui a responsabilidade.</b>	As decisões são tomadas nas assembleias
<b>Uma pessoa</b> - Gerente do núcleo.	As idéias podem ser levantadas nos núcleos, então há uma conversa <i>(entre quem?</i> provavelmente com a ONG apoiadora, o que não foi especificado).
Não há produção	Em reunião.
<b>Duas cooperadas são responsáveis pela produção – elas controlam a produção, pois têm habilidade de produzir qualquer peça.</b>	Tudo é decidido em assembleia.
Todos	As decisões são tomadas em reuniões.
<b>Uma pessoa</b> - A responsabilidade pela produção é da proprietária.	<b>As decisões são tomadas pela proprietária que consulta a disponibilidade das outras pessoas</b>
<b>Uma pessoa externa</b> - a assistente social, embora haja funções executivas no grupo	Há pouco tempo as decisões passaram a ser tomadas em assembleia - “Agora é assim, tudo é na base da assembleia. Porque se é um grupo não pode uma pessoa decidir sozinha, tem que ter a opinião de todos. É até por votação”
Todas são responsáveis pela produção	As decisões são tomadas em grupo.
Todos são responsáveis.	Decisões são coletivas - apoio da ONG Paciência Viva (que administra a cooperativa e faz todo o trabalho de articulação, capacitação, recrutamento e gestão de recursos)

Quadro 9 – Responsabilidade pela produção e tomada de decisão

Fonte: elaboração própria

Quando perguntados se há o desejo de conscientizar de alguma forma outras pessoas acerca dos desafios da economia solidária, apenas um dos empreendimentos entrevistados afirma que não há uma preocupação na conscientização de outras pessoas no momento, enquanto os outros manifestam o desejo de conscientizar outras pessoas. As formas de conscientização das pessoas podem ser **para o trabalho cooperativo, através do próprio trabalho, através da oferta de cursos e serviços para a comunidade, através da inclusão**

de novos cooperados, e outras formas, tais como para valorização do trabalho do artesão, e para a reciclagem. Vale notar que não há registros de empreendimentos que queiram conscientizar as pessoas para a utopia da economia solidária. Contudo, aprofundaremos este assunto mais adiante.

CONSCIENTIZAÇÃO	
<b>Conscientização para o trabalho cooperativo.</b>	Conscientização para o trabalho cooperativo.
	Conscientizar a comunidade para a alternativa do cooperativismo (solução para o desemprego) - “Então eu acho que dá pra conscientizar, mas é difícil, porque quando o pessoal começa a trabalhar e não vê o lucro imediato, não é fácil (...) O cooperativismo é um trabalho de paciência, como a educação”.
	Conscientizar pela inclusão no trabalho cooperativo. “A gente sonha em chegar a 200 pessoas. A gente sonha em fazer camisas. A gente quer botar a juventude para participar. A gente sonha muito!”
<b>Conscientização através do próprio trabalho</b>	Conscientização pela “forma como a gente faz as coisas. As pessoas precisam acreditar que elas podem fazer”.
	Conscientização através do próprio trabalho.
	Conscientização através do próprio trabalho (artesanato) que retrata cenas de impacto social (menino de rua, menino cheirando cola - um retrato da sociedade).
<b>Conscientização através da oferta de cursos e serviços para a comunidade</b>	Conscientização através da oferta de cursos para a comunidade
	Conscientizar através de cursos para a comunidade transmitindo o que foi aprendido por eles
	Conscientizar a comunidade para cidadania - através da oferta de uma série de serviços de apoio na comunidade.
<b>Conscientização através da inclusão de novos cooperados</b>	Conscientizar através da inclusão de novos cooperados.
	Conscientização pelo processo de inclusão novas pessoas na cooperativa.
<b>Outras formas de conscientização</b>	Conscientização para a valorização do trabalho do artesão.
	Conscientizar para a reciclagem. “Esse é o nosso objetivo: que as pessoas separem os materiais”.
<b>Não conscientização</b>	Não há uma preocupação na conscientização de outras pessoas no momento.

Quadro 10 – Conscientização de outras pessoas

Fonte: elaboração própria.

Após percorrer todos os tópicos do tema relacionado ao **Perfil dos Empreendimentos**, é possível traçar um perfil global dos empreendimentos solidários de Salvador surgidos entre o ano de 2000 a 2004:

- Os empreendimentos têm em média entre 20 a 25 pessoas;
- A maioria dos empreendimentos é formado por mulheres com idade entre 18 e 60 anos;
- O surgimento está relacionado com algum curso tomado pelo grupo oferecido por alguma instituição;

- Há o apoio financeiro externo para a formação e início da produção nos grupos;
- As articulações são mais comuns com as organizações da sociedade civil, e há muitas instituições que apóiam através da oferta de cursos. As instituições que mais no desenvolvimento e financiamento dos empreendimentos são a ITCP da UNEB e a CESE;
- A maior parte dos empreendimentos participa de redes e fóruns, sendo mais comum a participação no Fórum de Economia Solidária e no Fórum de Cooperativas Populares – fruto da articulação dos próprios empreendimentos;
- Os empreendimentos consideram ser de economia solidária, mas não há um consensual quanto ao conceito. Ao descreverem a economia solidária, ressaltam aspectos particulares, como ser solidário e ter união, fazer parte de um empreendimento coletivo, ou mesmo a aprendizagem e a prestação de serviços comunitários, que mais fazem sentido em suas realidades;
- Os objetivos dos empreendimentos são voltados para a geração de trabalho e renda, ainda que muitos tenham objetivos ligados a sua estruturação e sustentabilidade;
- A maior parte dos empreendimentos trabalha com costura geral e artesanato e a produção é organizada de forma aleatória, seja por encomendas ou por demanda de venda. No geral, as pessoas desempenham sua função de acordo com sua habilidade ou afinidade pelo trabalho;
- A responsabilidade pela produção e pela tomada de decisões é do grupo;
- Há uma preocupação em conscientizar outras pessoas, seja através do trabalho cooperativo, seja através da divulgação do seu próprio trabalho, embora não seja citada a conscientização para a economia solidária.

Antes de passarmos para a análise do próximo tema, esclarecemos que após uma descrição muito diversa do perfil dos empreendimentos de economia solidária, não mais analisaremos os dados do empreendimento individual, que continuou a ser analisado, após a exclusão do outro empreendimento individual que afirmou não ser de economia solidária, e da ONG que demonstrou desconhecer o tema da economia solidária. O empreendimento em questão não foi desconsiderado anteriormente porque, diferentemente dos outros dois empreendimentos desconsiderados para análise anteriormente, este empreendimento havia mostrado uma compreensão acerca do conceito de economia solidária. No entanto, no decorrer da análise, percebemos que as suas características distanciam-se das características dos empreendimentos econômicos solidários, pois ele não se baseia no trabalho cooperativo, ou mesmo apresenta a característica da autogestão.

Passaremos agora para a análise do próximo tema global, que se refere ao **ideário dos empreendimentos**, cujo primeiro tópico é a concepção de sociedade. Pretendemos neste tópico verificar a idealização de sociedade que os empreendimentos apresentam, a fim de saber se ela passa pela noção do desenvolvimento comunitário. Já foi possível verificar que muitos dos empreendimentos afirmam ter uma preocupação com a comunidade. Apenas três empreendimentos afirmaram não ter nenhum tipo de relação com a comunidade. Outros três afirmaram que, mesmo não havendo uma ação ou atividade estabelecida, o relacionamento com a comunidade existe, seja ele pelo relacionamento dos componentes do grupo com a comunidade, ou sendo o empreendimento conhecido pela comunidade, ou ainda havendo a prestação de serviços a baixo custo pela comunidade. Há ainda um empreendimento que está em processo de seleção de novos membros da comunidade. Já os empreendimentos que afirmaram ter relacionamento com a comunidade quando perguntados a natureza deste relacionamento, citaram a proximidade e o diálogo com a associação de moradores do bairro,

e o desenvolvimento de feiras na comunidade para a venda dos produtos. Para maiores detalhes, vide o Quadro 11, com maior aprofundamento no **Apêndice J**.

QUALIDADE	RELAÇÃO COM A COMUNIDADE
<p><b>Não há o desenvolvimento de ações para a comunidade</b></p>	<p>“A comunidade só sabe que existe. A gente faz parte do bairro, mas a gente pretende, quando mudar de espaço dar cursos para a comunidade”.</p>
	<p>“Estamos paradas porque os cursos não estão acontecendo”.</p>
	<p>“O bairro está conhecendo a cooperativa agora, porque a sede anterior era escondida e não era em um local visível”.</p>
<p><b>Há alguma relação com a comunidade</b></p>	<p><i>Não há o desenvolvimento de nenhuma atividade para a comunidade, <b>mas as mulheres da cooperativa são integradas com a comunidade</b> (participam da associação de bairro e sabem o que acontece).</i></p>
	<p><i>Não há o desenvolvimento de ações para a comunidade, <b>embora as pessoas tenham conhecimento do empreendimento</b> – “Pessoas da comunidade já vieram procurar emprego aqui algumas vezes”.</i></p>
	<p><i>Não há o desenvolvimento de ações para a comunidade, <b>embora haja um projeto de financiamento aprovado que irá integrar novos membros prioritariamente da comunidade à cooperativa</b> – “A gente não tem afinidade nenhuma com a comunidade local. Isso até criou um constrangimento, por que como é que existe uma cooperativa dentro da comunidade que nem a associação de bairro sabia? Isso eles ficaram um pouco chateados. Mas agora nossa relação com eles está mais próxima. Porque com este trabalho da FAPESB a gente vai incluir pessoas da comunidade pra estar aqui junto conosco”.</i></p>
	<p><i>Não há o desenvolvimento de ações para a comunidade, <b>embora haja uma relação na prestação de serviços</b> – “A única coisa que tem com a comunidade é conserto. Fazer batinha, colocar zíper... Como é um bairro pobre a gente cobra um preço barato”.</i></p>
	<p><i>Não há o desenvolvimento de ações para a comunidade, <b>a não ser através da coleta que é um trabalho de conscientização.</b></i></p>
<p><b>Relações entre empreendimentos e comunidade</b></p>	<p><i>A cooperativa está dentro da associação de moradores do bairro.</i></p>
	<p><i>Há o desenvolvimento de atividades para a comunidade - ações na área de saúde, capacitação e divulgação da associação na comunidade, <b>mas este ano não tem acontecido muito (este empreendimento estava com apresentação marcada para a comunidade do projeto para divulgar as ações desenvolvidas).</b></i></p>
	<p><i>Há o desenvolvimento de feiras para venda dos produtos na comunidade – “É um relacionamento bom porque a gente tá na área da paróquia. Tudo que a gente faz é ali. Fazemos feirinha da gente mesmo e bota a feirinha ali no largo mesmo. Nós não temos dificuldade de vender nosso produto”.</i></p>
	<p><i>Há o desenvolvimento de trabalhos na associação do bairro e no terreiro de candomblé do bairro, <b>embora a entrevistada não tenha especificado a natureza do trabalho, apenas o desejo de fazer um curso para transmitir o aprendizado para a comunidade.</b></i></p>
	<p><i>Há um diálogo permanente entre a cooperativa e as associações do bairro, <b>que para o entrevistado têm muita representatividade na comunidade</b> – “Boa parte das pessoas que participam da cooperativa participam de associações. Então as associações hoje têm muita representatividade na comunidade. Então a gente tá sempre dialogando com a comunidade. Qualquer coisa que se precise viabilizar a associação é procurada”.</i></p>
	<p><i>Há o desenvolvimento de feiras para venda dos produtos na comunidade. “Quase todo mundo que é do grupo é da comunidade. E a comunidade é mobilizada quando tem feira. E na feira as pessoas vêm comprar, quer dizer, algumas pessoas”.</i></p>

Quadro 11 – Qualidade das relações empreendimentos x comunidades

Fonte: elaboração própria

Quando perguntados sobre a sociedade que a economia solidária busca, oito empreendimentos falam na **sociedade sem desemprego, com igualdade de direitos e oportunidade, e justiça e equidade social**. Apenas um empreendimento fala no cooperativismo como caminho para a sociedade, enquanto os outros falam em uma sociedade unida com divisão de tudo por todos, uma sociedade de apoio e numa sociedade com um modelo de economia baseado no ser humano e sem competição. Veja o Quadro 12 com o detalhamento das concepções apresentadas pelos empreendimentos.

	<b>SOCIEDADE BUSCADA PELA ECOSOL</b>
<b>Sociedade sem desemprego, com igualdade de direitos e oportunidade, e justiça e equidade social</b>	<i>Sociedade solidária e com igualdade de direitos para todos</i> – “Eu imagino que esta rede de solidariedade deveria ser para todo mundo. Eu busco a solidariedade, mas tem gente que ainda está sem buscar. Todos deviam procurar melhorar suas vidas através da economia solidária, porque a sociedade precisa disso. Igualdade para todos. Se é de direito que seja para todos”.
	<i>Sociedade com igualdade de oportunidades para todos</i> - Dando mais oportunidades para as pessoas. Porque hoje a gente não tem tanta oportunidade como a gente queria ter. Principalmente o jovem. A gente vai no mercado e não é bem recebido. A gente não consegue emprego fácil.
	<i>Sociedade com mais justiça social</i>
	<i>Sociedade sem desemprego e com igualdade de oportunidade para todos</i> – “Uma sociedade que todo mundo tivesse seu emprego, sua casa própria, tivesse acesso a lazer e a saúde, ou seja, a todos os direitos básicos”.
	<i>Sociedade com mais justiça e equidade social</i> – “Ajudando as pessoas que passam necessidades a enxergarem que é possível sair desta situação e lutar”.
	<i>Sociedade sem desemprego e com equidade social</i> – “Uma sociedade que não tenha falta de emprego, em que todo mundo seja igual a todo mundo”.
	<i>Sociedade sem desemprego</i> – “Uma sociedade com trabalho para todos”.
	<i>Sociedade com a busca da melhoria de vida para o povo</i> - “Quando você se envolve com economia solidária você não está buscando só o cooperativismo, o associativismo, a economia solidária, (...) mas você também está buscando a melhoria da sociedade do povo, da classe excluída”.
<b>Sociedade unida com divisão de tudo por todos</b>	<i>Sociedade unificada com divisão de tudo por todos</i> – “Todo mundo trabalhando, dividindo tudo. Todo mundo unificado”.
	<i>Sociedade unida</i> – “Uma sociedade mais unida, mais irmã. Eu acho que a economia solidária valoriza mais a união. Porque tudo que a gente dá as mãos pra trabalhar juntos é uma valorização da gente mesmo”
<b>Cooperativismo enquanto caminho para a sociedade</b>	<i>Cooperativismo enquanto caminho para a sociedade</i> - “O que pode fazer é procurar conscientizar as pessoas que existem trabalhos que se preocupa com a cooperação de todo mundo”.
<b>Sociedade de Apoio</b>	<i>Sociedade de apoio</i> - A sociedade ideal seria de apoio, que acredita. Porque para fazer um trabalho de economia solidária é preciso credibilidade. Nas reuniões de economia solidária nem todo mundo vai. (...) O ideal seria isso, que as pessoas tivessem mais compromisso, acreditassem, e também assim... a capacitação, a educação, entendeu? Porque nem todo mundo compreende que aquilo é bom.
<b>Sociedade com um modelo de economia baseado no ser humano sem competição</b>	<i>Sociedade com um modelo de economia baseado no ser humano sem competição</i> – “O que a economia solidária propõe é muito difícil, quer um modelo de economia baseada no ser humano (...) A gente foi criado na competição e o que a economia solidária preza é tirar a competição para você trabalhar igual”.

Quadro 12 – Visão da sociedade na economia solidária

Fonte: elaboração própria



Em relação à concepção de Estado, o objetivo era saber como os empreendimentos esperam que o Estado atue, além do Estado que se busca com a economia solidária, além do envolvimento dos grupos com manifestações políticas, partidos políticos e apoio a candidatos. O tema da política aparece como um tema pouco discutido internamente, ou mesmo comum e freqüente no seio dos empreendimentos, uma vez que, apenas três empreendimentos afirmaram participar de manifestações políticas (o Grito dos Excluídos; Campanha da Primavera do CESE pela paz; manifestações de Agricultura Familiar; manifestações pela moradia e pela união; movimentos dos Sem-Terra e dos Sem-Teto), enquanto os outros afirmaram que política deveria ficar fora da organização, ou mesmo que nunca participaram de manifestações políticas e nunca viriam a participar. Apenas em relação a um empreendimento obteve-se a informação de que era necessário conceber um envolvimento maior da cooperativa com a política.

(...) tem muitas pessoas que não se envolvem com política, apesar da gente já estar conseguindo mostrar que é necessário estar envolvido com o que acontece politicamente na sociedade. Mas o trabalho de envolvimento político vem acontecendo de forma lenta. A gente faz discussões (...) (COOPERART, 2006)

Uma das respostas afirmativas em relação à participação em manifestações políticas, foi uma resposta individual, o que não nos permitiu uma conclusão sobre como o assunto da política é tratado dentro do grupo.

Eu não sei dizer do grupo porque eu participo de tudo quanto aparece: é greve, é tudo – eu tô dentro! Primeiro porque eu sou alfabetizadora. Alfabetizo pela CUT e pela Associação de Cegos. E a CUT você sabe que é mobilizadora de movimentos populares (GRUPO DE AMIGOS ARTESÃOS, 2006).

No que diz respeito ao apoio a partidos e/ou candidatos políticos, apenas três entrevistados afirmaram que seus empreendimentos apoiavam. Dois empreendimentos afirmaram acreditar no modelo de um partido político, enquanto apenas um empreendimento, relatou que apoiaria um candidato nas eleições de 2006 pelo fato dele os ter sempre apoiado e

tratado com dignidade: “Ele sempre falou comigo, nunca deixou de falar. Eu estivesse vestida como estivesse” (COOPERTEXTIL, 2006). Novamente houve uma resposta que não retratou o empreendimento, mas o apoio de um indivíduo do grupo, conforme o depoimento a seguir:

Apoio desde que tem que analisar ele como pessoa (o candidato). Agora **estou** com o (partido), pois **admiro** o trabalho dele, pois ele criou muita coisa pra melhorar a vida da população pobre. E ele está sendo muito perseguido por conta disso, né? (...) (GRUPO DE AMIGOS ARTESÃOS, 2006).

A maior parte dos empreendimentos afirma que a razão para eles não apoiarem partidos políticos ou candidatos é a possibilidade de ser transformado em uma propaganda política para o candidato. Evitam esse contato para não incorrer no conhecido hábito “promete e não cumpre” do político brasileiro, como eles próprios lembram:

Aqui a gente nunca se aproximou de política partidária. Chegamos a apoiar candidatos, mas eles prometeram e não cumpriram. Mas a gente procura não se envolver com política partidária porque a comunidade cobra. Então, a gente fez uma carta dizendo que não apoiaríamos mais políticos (COMUFE, 2006).

Não, a cooperativa não (apóia candidatos). Dentro da cooperativa que é o lugar da gente trabalhar juntas, que é o local da gente caminhar juntas, a gente não apóia candidatos (COOPERATIVA RAÍZES DO POVO DE ISRAEL, 2006).

A gente apoiou, mas não teve uma boa experiência (prometeu e não cumpriu). Então hoje a gente não apóia, nem fala mais sobre o assunto (AMAC, 2006).

Os empreendimentos também apresentam a mesma reação de desconfiança e descrença quando perguntados sobre as expectativas em relação ao Estado. No entanto, as respostas se agrupam em três grandes grupos: três empreendimentos **esperam pouco, ou não sabem o que esperar do Estado**, seis empreendimentos **esperam apoio na estruturação do empreendimento e reconhecimento pelo trabalho realizado** e quatro empreendimentos **esperam um tratamento diferenciado às cooperativas e associações, através da criação de políticas públicas para os empreendimentos** (vide o Quadro 13 para um maior aprofundamento).

## Cap 4 – ANÁLISE EMPÍRICA E IDEOLOGIA POLÍTICA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Luiza Reis Teixeira

EXPECTATIVAS DO ESTADO	
<b>Espera pouco do Estado, ou não sabe o que esperar</b>	<i>Não espera muito do Estado – “Quase nada”.</i>
	<i>Não espera muita coisa – “Eu não espero muita coisa, sempre está mudando, você fica naquela expectativa (...)”.</i>
	<i>Não sabe o que esperar – “Não sei. É difícil imaginar”</i>
<b>Apoio na estruturação do empreendimento e reconhecimento pelo trabalho realizado</b>	<i>Apoio na estruturação do empreendimento e reconhecimento do trabalho realizado – “O Governo poderia ajudar mais, porque é um trabalho que é muito esforçado. Não há reconhecimento da importância do nosso trabalho, porque a gente faz essa coleta (seletiva)”.</i>
	<i>Apoio na estruturação do empreendimento – “Queremos matéria prima, capital de giro (...) Com o capital de giro melhoraria muito”.</i>
	<i>Apoio na estruturação do empreendimento – “Era pra eles (os governantes) abraçarem a causa e não deixar morrer, mas nós estamos nos segurando para não parar. Então eu acho que dentro do espaço do governo nós já aparecemos na televisão várias vezes. Era pra tanto o governo do estado, como a prefeitura virem ver como está a cooperativa. Perguntar o que está faltando, reunir as mulheres e dar uma injeção de ânimo. Porque recursos têm”.</i>
	<i>Apoio na estruturação do empreendimento – “Que eles se conscientizem desse trabalho de economia solidária e apoiem as cooperativas populares”.</i>
	<i>Apoio na estruturação do empreendimento tratamento diferenciado às cooperativas e associações – “A gente está batalhando, suando e o governo não trata as cooperativas e associações de forma diferenciada. Eles vêem as cooperativas como uma empresa privada e aqui é totalmente diferente. A gente é humilde está começando um trabalho, produzir para manter sua família”.</i>
	<i>Reconhecimento - A gente espera ser reconhecido</i>
<b>Tratamento diferenciado às cooperativas e associações – criação de políticas públicas para os empreendimentos</b>	<i>Tratamento diferenciado às cooperativas e associações – “O governo devia acompanhar de perto a produção das comunidades. Porque as comunidades produzem, mas não conseguem competir com a indústria, ainda mais com os impostos”.</i>
	<i>Criação de políticas públicas para os empreendimentos e diminuição de taxas e impostos – “Queremos políticas públicas (...)”.</i>
	<i>Criação de políticas públicas para os empreendimentos – “Espera que sejam criadas políticas públicas para nos ajudar a viver neste capitalismo selvagem. E a partir daí combater o capitalismo selvagem e ampliar o modelo da economia solidária”.</i>
	<i>Diminuição de taxas e impostos.</i>
<b>Melhores governantes</b>	<i>A melhoria do Estado através de melhores governantes - “Que o Estado melhore. Que venham governantes responsáveis e que se dediquem e que amem o estado”.</i>

Quadro 13 – Expectativas do Estado

Fonte: elaboração própria.

Assim como foi perguntado qual seria a sociedade buscada pela economia solidária, perguntou-se o mesmo em relação à concepção de Estado. As respostas dadas pelos empreendimentos, no entanto, não apontam para um novo modelo de Estado, mas para um Estado incentivador da economia solidária e das pessoas. Uma das respostas, por exemplo, fala que já vivemos em um Estado ideal – o estado democrático, sendo que não há o cumprimento das garantias constitucionais, portanto, que o ideal seria a aplicação das leis. Apenas uma resposta fala em um Estado menos capitalista, contudo, não há a explicação de como ele funcionaria. Outros entrevistados apontaram para um Estado provedor dos direitos

## Cap 4 – ANÁLISE EMPÍRICA E IDEOLOGIA POLÍTICA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Luiza Reis Teixeira

básicos, um Estado sem corrupção e mais humano (sic). Ainda há o caso de uma resposta relacionada aos governantes – que deveriam cumprir as promessas de campanha – e um empreendimento que afirmou não saber como seria este Estado ideal (vide as respostas dos empreendimentos no Quadro 14, ou mais aprofundadamente no **Apêndice K**).

ESTADO IDEAL	
<b>Estado incentivador da economia solidária</b>	“Daria oportunidades para todos, principalmente para nós que somos cooperativas e não temos condições de ficar pagando as coisas”.
	“Acho que se começasse a ter as leis (voltadas para economia solidária), (...) nós somos 1098 empreendimentos comprovado (na Bahia) (...) Se não fosse a economia solidária hoje estaria desempregada”.
	<i>Estado incentivador da economia solidária e preocupado com os pobres</i> – “Os políticos que realmente se voltassem para a população. Porque hoje eles querem beneficiar mais os bairros nobres do que a periferia. Hoje seria melhor um prefeito que voltasse mais para o lado pobre da periferia. O Estado deveria tomar a iniciativa de criar uma cooperativa em cada bairro pobre, e assim, cada pessoa teria uma remuneração”.
<b>Estado incentivador</b>	“Ajudando as pessoas”.
	“Dando incentivo pra pessoas começar. Incentivar mesmo”.
	“Que dá patrocínio para gente e para comunidade. Porque a gente não vai ficar só coletando, coletando, a gente também precisa de um ponto para vender alguma coisa, para fazer alguma coisa, para mostrar”.
<b>Estado provedor dos direitos básicos</b>	“Seria um governo bom, dando acesso a saúde, a lazer, a alimentação. Tendo acesso a cidadania, tudo que tem direito”.
<b>Estado sem corrupção</b>	“Da verdade. É difícil...”
<b>Estado mais humano</b>	“O estado deveria ser mais humano. Eles estão de passagem. O povo bota eles lá porque querem melhorias. Deveria se ter um pensamento no todo. A melhoria de vida para todos”
<b>Estado como está, mas cumprindo a constituição</b>	“Dentro do estatuto brasileiro (constituição) já seria ideal. Basta por em prática. Porque a gente já vive em um país democrático. Falta vontade política das pessoas, então falta é vontade”.
<b>Estado menos capitalista</b>	“Menos capitalista”.
<b>Governantes comprometidos com as promessas de campanha</b>	“O estado precisava tomar conta (do bairro). Eles deveriam ter compromisso. Os compromissos firmados depois da época eleitoral não saem do papel, a realidade é esta”.
<b>Não sabe</b>	“Ainda não parei para imaginar”.

Quadro 14 – Estado ideal

Fonte: elaboração própria

O último tópico investigado em relação ao ideário dos empreendimentos foi relativo à concepção de transformação social, em que se buscou conhecer as crenças que orientam os indivíduos sobre as mudanças que a economia solidária poderia produzir, e de que forma as desigualdades sociais poderiam ser combatidas e superadas e o que eles estariam fazendo nesse sentido. Em três empreendimentos há a idéia de que a economia solidária já

## Cap 4 – ANÁLISE EMPÍRICA E IDEOLOGIA POLÍTICA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Luiza Reis Teixeira

está trazendo mudanças para a sociedade, através da diminuição do desemprego e melhoria da auto-estima das pessoas envolvidas e através da conscientização para organização política das pessoas. Além disso, três outros indivíduos afirmaram que a economia solidária seria capaz de tornar o mundo mais solidário (unido, coeso) e mais cooperativo, sem precisar como. Outros dois falaram na possibilidade de a economia solidária aumentar a comercialização dos produtos dos empreendimentos (vide as respostas dos empreendimentos no Quadro 15 e, para um maior aprofundamento, vide o **Apêndice L**). Vale ressaltar que apenas dez respostas foram analisadas, uma vez que três indivíduos não responderam e um teve uma resposta que não pôde ser analisada.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E MUDANÇAS	
<b>Um mundo mais solidário e cooperativo</b>	“Com a economia solidária seria tudo mais solidário, mais coletivo. Um continente, um país, um estado. Um colaboraria mais com a necessidade do outro. Porque é uma forma de se unir para ajudar de forma moral – humanizaria mais as relações. Os que têm mais ajudariam os que têm de menos, sem exploração. O mundo seria muito mais coeso”.
	“União, porque a economia solidária significa todos unidos. A gente devia se unir para uma mesma língua”
	“A união das pessoas, a solidariedade”.
<b>Diminuição do desemprego e melhoria da auto-estima</b>	“Pode, se o nome já está dizendo economia solidária. Atuando no apoio. Trazer pessoas que não tem emprego e ficam paradas”.
	“Ela poderia ajudar muito a diminuir o desemprego. Porque a cooperativa, por exemplo, as pessoas entraram, mas foram saindo até ficarem 16 pessoas. Só que se todas estas pessoas fossem orientadas e recebessem um rendimento a cada mês e tivessem uma previdência isto estaria gerando renda sim (...) Então é uma coisa que pode levantar a auto-estima das pessoas, porque todo mundo quer trabalhar para ganhar dinheiro, mesmo que seja pouquinho. E por que trabalhar cada um fazendo uma coisa isolada? Porque nós não temos a referência solidária?”.
	“Mudar a auto-estima das pessoas e dar trabalho às pessoas que não conseguem”.
	<i>Melhoria da auto-estima (valorização do ser humano)</i> – “Já trouxe. Muitas pessoas hoje têm aqui uma autonomia maior. Saber discutir as coisas do seu ponto de vista. Olham as pessoas de igual, não têm aquela coisa de se sentir inferior. Muita gente chegou aqui caladinho sem abrir a boca e hoje já joga duro na produção, nas reuniões. Então você vê o crescimento das pessoas. A economia solidária traz a valorização do ser humano”.
<b>Conscientização para organização política das pessoas</b>	“A economia solidária já vem apontando algumas mudanças. Só a gente conseguir reunir um público com este aí (do Fórum de Cooperativas Populares), que é um público que não tinha noção, que não sabia se reunir, que a forma de organização era nenhuma. E hoje já começa a se organizar. Então a economia solidária já está de parabéns por ter conseguido este espaço de forma de organização. Agora é uma luta muito árdua e dura. A gente tem que lutar pra conseguir mais autonomia”.
	“A economia solidária tem trabalhado no sentido de conscientizar as pessoas e lutar por um Brasil melhor. Uma melhor condição de vida. Tem buscado muito esclarecer a mente das pessoas”.
<b>Comercialização dos produtos</b>	“Esperamos que com nosso trabalho possamos vender nossos produtos, pois não adianta produzir e ficar com o produto em casa, então que se torne realidade não só para o nosso empreendimento, mas também para as pessoas que fazem sua mercadoria em casa terem um lugarzinho para vender”.

Quadro 15 – Mudanças que a economia solidária pode trazer

Fonte: elaboração própria

Ao serem perguntados como as desigualdades sociais poderiam ser combatidas e superadas e o que estariam fazendo para isso, nenhum empreendimento respondeu especificamente o que estaria fazendo para mudar a situação vigente, embora tenham descrito como poderia ocorrer a mudança. Cinco afirmaram que as desigualdades e diferenças sociais seriam superadas através da educação e conscientização das pessoas, e um declarou que a conscientização deveria ser individual. Os entrevistados, no entanto, muitas vezes não fazem referência à educação formal, mas a capacitações e formações que levariam a uma mudança na consciência de cada um. Outros três acreditam na superação através da igualdade de oportunidades para todos, mas a referência de oportunidade acaba sendo o emprego. Ainda há três que crêem na superação das desigualdades sociais através da união e valorização do outro, da cooperação e de vontade política (vide os depoimentos dos empreendimentos no Quadro 16).

<b>DESIGUALDADES E DIFERENÇAS SOCIAIS</b>	
<b>Superação através da educação e conscientização das pessoas</b>	“Com educação. Trazer mais emprego, gerar mais renda, porque ainda está muito deficiente”.
	“Primeiro de tudo a educação. Porque no momento que você tem conhecimento, que você tem sabedoria, você sabe lutar pelos seus direitos, você pode lutar pelas melhorias. Então a princípio de tudo seria a educação”.
	“Éta! Aí é complicado... Mas eu acho que tem que partir de formação. Com bastante formação e informação a gente pode aprender. A gente tem que olhar para o ser humano. O ser humano não é máquina. Se eu não estou me sentindo bem eu não vou produzir bem. Não adianta me colocar para fazer uma torta hoje se eu não estiver bem, vai sair uma porcaria! Então é a formação. Investir na capacitação humana”.
	“Através de muitos seminários, trabalho. Acho que é muita conscientização mesmo. Os seminários devem ter muita gente porque uma pessoa só é difícil. E quando tem muita gente é mais fácil fazer as pessoas abraçarem a causa”.
	“Com a ação partindo de nós mesmos. Nas ações que a gente faz aqui muda a vida das pessoas. A gente ensina, divulga os órgãos públicos (...) Hoje eu vejo um grãozinho de melhora: mulheres na sala de aula, universidade para todos (referência ao programa do governo federal). A gente tenta mudar a consciência das pessoas. A gente faz ações, intervêm, explica, cobra”.
<b>Superação através da conscientização individual</b>	“Depende da consciência de cada um. Em alguns encontros de economia solidária, você vê alguns cooperados agindo com deslealdade com o outro. Então eu acho que economia solidária não vem de formação, mas da natureza de consciência de cada um (...) Não é uma coisa como uma escola que você estuda, se forma, faz vestibular... É mais da pessoa ter consciência mesmo”.
<b>Superação através da igualdade de oportunidades</b>	“Dando oportunidades a todos. Quando você tem oportunidade de trabalhar é mais fácil”.
	“Se todo mundo tivesse um meio para trabalhar, ter seu dinheiro, sua casa própria então seria diferente”.
	“Quando a gente coloca uma mãe, um jovem para aprender a tecelagem, a gente tira uma pessoa da rua. Dando oportunidade aos jovens – que estão desempregados – para que eles tenham experiência”.

<b>Superação através da união e valorização do outro</b>	“O caminho é este: a união, o respeito mútuo. Porque na economia solidária a gente aprende a se respeitar e com este respeito e com esta união a gente aprende a se valorizar. E quando a gente se valoriza é muito bom. Porque não adianta a gente esperar os outros valorizarem a gente, porque quando a gente se valoriza os outros valorizam também”.
<b>Superação através da cooperação</b>	“Com as pessoas querendo ajudar mais umas as outras. Quando a gente se ajuda é melhor porque não tem emprego lá fora. Eu preferia ter um emprego lá fora porque paga INSS, assina carteira, mas não tem. Então a gente tem que se ajudar”.
<b>Superação através da vontade política</b>	“As desigualdades sociais acontecem na medida que há vontade política. Se tiver vontade política de estar combatendo as desigualdades sociais, porque a gente mora em um país que é altamente rico, a gente consegue superar. Falta vontade política”.

Quadro 16 – Superação das desigualdades sociais

Fonte: elaboração própria

Após a análise dos três tópicos do ideário dos empreendimentos - sociedade, Estado e transformação – podemos traçar um panorama geral de uma visão de mundo dos empreendimentos de economia solidária analisados. Em relação à sociedade pode-se perceber que a preocupação principal é o desemprego, a falta de igualdade de oportunidades e a ausência de equidade social. No entanto, a eliminação destes problemas não leva, necessariamente a um novo modo de produção, uma vez que há os que pensam no capitalismo com mais distribuição. Contudo, as outras concepções de sociedade apresentadas se aproximam do paradigma socialista - sociedade unida com divisão de tudo por todos, ou mesmo da origem da economia solidária, que aponta o cooperativismo enquanto caminho para a sociedade. As concepções de uma sociedade de apoio, ou da sociedade com um modelo de economia baseado no ser humano sem competição acabam sendo muito difíceis de imaginar como funcionariam num nível mais prático.

A concepção do Estado como incentivador da economia solidária demonstra a crença dos empreendimentos no apoio do Estado para a efetivação da economia solidária. Isso é muito provavelmente reflexo de políticas públicas estaduais, municipais e de âmbito federal que se tornaram uma realidade no Brasil no campo da economia solidária. Mais uma vez, algumas concepções não nos levaram a um modelo de Estado que rompe com o atual, como é o caso das concepções do Estado como provedor de direitos básicos, ou sem corrupção. Apenas um empreendimento fez uma crítica ao modo capitalista de produção ao definir o

Estado ideal para a economia solidária. A concepção de um Estado mais humano, novamente, deixa-nos sem uma noção exata de sua formação.

A transformação social, por sua vez, apresenta como principal concepção a conscientização e a educação das pessoas como chave para mudança. A conscientização das pessoas vai de encontro à premissa da pesquisa, segundo a qual a transformação social ocorre a partir da organização da sociedade civil. A igualdade de oportunidades também aparece para os empreendimentos como um fator chave de transformação social, mas não necessariamente aponta para um rompimento com o modelo vigente. O cooperativismo é novamente mencionado, agora como concepção de mudança. O Quadro 17 analisa todos estes elementos.

DIMENSÃO	CONCEPÇÃO
I. SOCIEDADE	Sociedade sem desemprego, com igualdade de direitos e oportunidade, e justiça e equidade social
	Sociedade unida com divisão de tudo por todos
	Cooperativismo enquanto caminho para a sociedade
	Sociedade de Apoio
	Sociedade com um modelo de economia baseado no ser humano sem competição
II. ESTADO	Estado incentivador da economia solidária
	Estado incentivador
	Estado provedor dos direitos básicos
	Estado sem corrupção
	Estado mais humano
	Estado como está, mas cumprindo a constituição
III. MUDANÇA / TRANSFORMAÇÃO	Superação através da educação e conscientização das pessoas
	Superação através da conscientização individual
	Superação através da igualdade de oportunidades
	Superação através da união e valorização do outro
	Superação através da cooperação
	Superação através da vontade política

Quadro 17 – Concepção do ideário dos empreendimentos

Fonte: elaboração própria

No próximo capítulo, a título de conclusão, os resultados obtidos serão analisados à luz da literatura acerca da sociedade civil e da economia solidária, além de serem relacionados com os pressupostos da pesquisa e a pergunta de partida.



## 5. CONCLUSÃO

O trabalho investigativo desta dissertação visou a identificar se os atores sociais integrantes de empreendimentos econômicos solidários de Salvador vêem a economia solidária como um modelo alternativo ao capitalismo, apontando para a superação do modelo de sociedade existente. A questão norteadora do trabalho buscou investigar os marcos referenciais políticos e estratégicos fundamentais que designam a ideologia e a identidade do movimento de economia solidária. No decorrer do trabalho, tentou-se esclarecer o discurso acadêmico presente no campo da economia solidária e sua relação com o discurso e as percepções dos integrantes dos empreendimentos econômicos solidários. Buscou-se levantar dados que dessem subsídios para entender a visão de mundo que dá sentido e direção ao movimento, assim como a força do movimento na história e sua capacidade de mobilização política.

Primeiramente, assumimos o pressuposto de ser a sociedade civil um campo dotado de ideologias, em que há espaço para a ocorrência de uma transformação ideológica (intelectual e moral). Esta transformação ocorre a partir da disputa entre ideologias, em que a ideologia da classe dominante pode ser afastada, através do desenvolvimento de uma atitude crítica que permita às classes dominadas romper com a unidade estabelecida pela ideologia tradicional. Este pressuposto, atualmente trabalhado por vários autores na ciência social brasileira e latino-americana (DAGNINO, 2002; DAGNINO e outros, 2006), tem sua fonte

teórica em Gramsci e relaciona-se com a teorização da economia solidária que a retrata como modo de produção alternativo ao capitalismo. Ou seja, assumimos que a sociedade civil é o espaço onde há a possibilidade do surgimento de ideologias que possam ser contrapostas à ideologia dominante, enquanto projeto político, como no caso da economia solidária.

Em seguida, assumimos que a direção ideológica é conquistada antes da conquista do poder. Com isso, entendemos que a economia solidária rompe com a ideologia dominante, elaborando a sua concepção de mundo, para, a seguir, organizar-se de acordo com uma ideologia própria, pretendendo, por fim, conquistar o domínio político e difundir uma nova concepção de mundo (hegemonia) na sociedade. Com este pressuposto, tentamos entender se e como os atores da economia solidária organizam seus repertórios de ação política e sua luta na busca da transformação social.

Tivemos como pressuposto, também, o entendimento de que, assim como no campo conceitual, o campo do discurso dos atores da economia solidária também apresenta uma falta de consenso a respeito de sua ideologia política do movimento. Isso foi constatado com a pesquisa empírica no momento em que se verificaram diversos entendimentos, não apenas sobre a economia solidária, mas como sobre as atividades nela praticadas, sobre sua concepção ideal de Estado e sociedade, assim como a visão sobre a transformação social.

Com base nesses pressupostos, e a fim de chegarmos aos nossos resultados, percorremos um longo caminho, passando por etapas de investigação bibliográfica e empírica. Primeiramente, partiu-se para a investigação das origens do conceito de sociedade civil e todo o percurso percorrido, desde o século V a. C., com Aristóteles, até o conceito desenvolvido por Gramsci, vicinal para este trabalho. Definimos, portanto, a sociedade civil como lugar de transição dos impulsos hegemônicos. A ideologia, por sua vez, outro conceito central do trabalho, foi considerada como um fator de decisiva centralidade no processo hegemônico.

Em seguida apresentamos a teorização acerca da economia solidária e historicizamos seu surgimento no cooperativismo do século XIX, contextualizando assim seu surgimento a partir de uma grande crise social e econômica vivenciada pelos países “marginais”. Também realizamos uma análise do movimento da economia solidária no Brasil e na Bahia levantando alguns de seus elementos e categorias básicas.

Após a discussão teórica sobre os conceitos de sociedade civil e economia solidária, partimos para investigação empírica no município de Salvador. Escolhemos, dentro do campo da economia solidária (vide Figura 1), os empreendimentos econômicos solidários. A razão da escolha baseou-se no fato de haver, neste tipo organizacional, o sentido do nível mais prático e operacional da economia solidária. São nos empreendimentos coletivos solidários que estão as pessoas que foram excluídas do mercado de trabalho, seja pela sua classe social (pessoas oriundas de bairros menos favorecidos sócio-economicamente, sem educação formal, com formação deficitária, etc.), seja pela sua idade (ou pessoas consideradas muito velhas para o mercado de trabalho, ou pessoas sem experiência), seja pelo seu sexo (mulheres que não encontram empregos), seja pela cor de sua pele (fator complexificador da exclusão no caso particular do recôncavo baiano).

Estas pessoas fazem parte de organizações em que o trabalho mensal muitas vezes não é remunerado, pois os grupos ainda não conseguiram alcançar a sustentabilidade. Muitas destas organizações surgem através de processos de incubação, projetos elaborados por atores externos, ou financiamentos por organizações da sociedade civil ou do Estado<sup>1</sup>. As entidades de apoio, muitas vezes relacionadas a universidades ou mais próximas ao conhecimento formal e acadêmico, constroem discursos mais estruturados bastante próximos do discurso teórico sobre economia solidária. Os empreendimentos têm seus discursos influenciados pelas entidades de apoio e, em alguns casos, têm suas funções executivas de gestão igualmente

---

<sup>1</sup> Não se registrou na pesquisa empírica a ocorrência de empreendimentos que tiveram início a partir da articulação com o setor privado.

apoiadas pelas entidades de fomento. A partir daí, é possível depreender que esta seja uma das causas da dificuldade apresentada, por alguns empreendimentos, no próprio entendimento acerca da economia solidária. A pergunta sobre o entendimento da economia solidária, em algumas organizações, gerou questionamentos e dúvidas nos entrevistados, como neste depoimento: “Você quer saber se a gente tem algum programa social, é? Isto que é ‘economia solidária’?” (Depoimento de um dos empreendimentos).

Registrou-se, no processo de delimitação do universo que foi investigado, uma grande dificuldade em encontrar uma fonte sistematizada com informações censitárias dos empreendimentos econômicos em Salvador. Mesmo quando se encontrou a pesquisa da SEI realizada no ano de 2003, ela já se encontrava desatualizada, pois contava com empreendimentos que não existiam mais ou que não se identificavam como sendo do campo da economia solidária. A segunda fonte encontrada foi acessada mesmo antes de sua publicação, haja vista a urgência no cumprimento do cronograma desta pesquisa. Mesmo depois de sua publicação, o acesso aos empreendimentos do município de Salvador não seria possível, pois as informações publicadas não se referem às particularidades do municípios, mas de estados e regiões. Contudo, essa lacuna informacional não pode ser verificada a respeito das entidades de apoio, que desde a primeira pesquisa têm seus dados atualizados. Este fato corrobora a primeira impressão do universo pesquisado registrado no parágrafo acima, em que se afirma haver uma maior estruturação do discurso e da própria gestão nas entidades de apoio. Ou seja, o mesmo se aplica quando se trata da sistematização das informações das próprias organizações. No entanto, este fato nos causa estranheza, uma vez que se acredita que os empreendimentos solidários, por realizarem a base material da economia solidária, deveriam apresentar uma maior estruturação no seu discurso.

Em relação ao perfil dos empreendimentos solidários, pudemos constatar que são formados por pequenos grupos de pessoas, com no máximo 27 integrantes. Percebeu-se

também a dificuldade de alguns empreendimentos em manterem um número regular e freqüente de pessoas, uma vez que a rotatividade e a mobilidade dos integrantes é muito grande. A dificuldade em manter o número de pessoas tem sua origem na falta de remuneração financeira, além do fato de não ser um trabalho formal de carteira assinada, o que muitos integrantes almejam. Um dos entrevistados, integrante de um grupo que não possui produção, apesar do fato de estar articulado ao Fórum de Cooperativa Popular, relatou que muitos dos cooperados não podem mais dedicar suficiente atenção ao empreendimento, pois estão atuando em empregos com remuneração fixa e carteira assinada. Ou seja, mesmo acreditando que o trabalho na economia solidária apresenta algumas vantagens em relação ao trabalho formal, como o trabalho cooperativo e as decisões tomadas com base no consenso, a preferência pelo emprego tradicional tende ainda a persistir. Outro exemplo a ser citado é o da associação de costureiras formada a partir de um curso em que metade do grupo conseguiu emprego em fábricas de costura, e a outra metade, que não obteve um emprego formal, constituiu a associação. Com estes exemplos, não é possível afirmar que há uma opção deliberada pela economia solidária, mas que os empreendimentos são muitas vezes a única opção de ocupação alternativa para os seus integrantes.

Ao falar na distribuição de gênero, partindo da constatação evidente de que a exclusão da mulher é mais exacerbada que a do homem no mercado formal (menos postos, setores específicos, salários mais baixos), o seu envolvimento em empreendimentos solidários acaba sendo uma forma de trabalhar a auto-estima e de geração de uma renda mínima alternativa. Em muitos casos, mesmo não alcançando uma renda mensal, muitas mulheres sentem-se satisfeitas por estarem envolvidas em algo que é construído por elas próprias.

O envolvimento em redes é outro fator que influi na percepção política dos empreendimentos. Em Salvador, houve a criação, pioneira, de um fórum de cooperativas populares a partir de uma iniciativa e articulação dos próprios empreendimentos. Esta

iniciativa surgiu a partir do envolvimento de algumas cooperativas no processo de incubação realizado pela ITCP da UNEB. O pioneirismo deste fato está na organização que partiu dos próprios empreendimentos, já que as redes de economia solidária existentes sempre foram organizadas a partir de organizações que não podem ser classificadas enquanto empreendimentos econômicos solidários.

Na maior parte dos empreendimentos não há, no discurso e na percepção dos atores, a presença de uma linguagem administrativa no que se refere aos objetivos e resultados; não há tampouco organização da produção. Apenas em um empreendimento registrou-se a preocupação com a eficiência do empreendimento. Os objetivos dos empreendimentos, segundo os resultados alcançados, estão sempre voltados para alguma forma de geração de renda e manutenção da sustentabilidade (raramente alcançada). Em todos os empreendimentos analisados percebe-se a existência de uma certa dificuldade financeira em sua manutenção. Mesmo havendo o reconhecimento da dificuldade na manutenção do empreendimento, há o reconhecimento que este é um trabalho em que os resultados são alcançados em longo prazo, e que o principal é a organização da ação coletiva. Muitos grupos mencionaram a dimensão do aprendizado como um aspecto importante da participação em um empreendimento solidário, o que é comprovado na quantidade expressiva de relatos demonstrando uma preocupação em relacionar-se com a comunidade por meio da oferta de cursos.

No nível da responsabilização pela produção, percebe-se um nível de consciência quase que homogêneo (salvo em três casos) no que tange à divisão não apenas da responsabilidade, como também das decisões tomadas coletivamente. Isto demonstra que, mesmo com diferentes entendimentos sobre economia solidária, a noção de ação coletiva faz-se presente na maior parte dos grupos. A conscientização de outras pessoas é, na maior parte das vezes, relacionada à necessidade de divulgação do próprio trabalho. Ainda que a

conscientização não tenha sido citada pelos empreendimentos analisados, acreditamos que a divulgação de um trabalho ou um projeto no campo da economia solidária contribui para a difusão do movimento como um todo.

Apesar do perfil das organizações apresentarem características que correspondem aos critérios trabalhados nos discursos teóricos, o mesmo não é possível afirmar quanto ao ideário. Nota-se, de fato, que há um afastamento entre o discurso teórico e as percepções dos atores dos empreendimentos, cujo conceito de economia solidária, por exemplo, não apresenta a mesma abrangência e escopo (como um modo de produção). As conceituações ali encontradas representam noções relacionadas com o empreendimento coletivo, o cooperativismo e a autogestão, a solidariedade e a união, além do funcionamento da economia em rede.

Ao expressar um modelo de sociedade, ao invés de respostas relacionadas a uma idealização da sociedade com bases solidárias (ou seja, o funcionamento deste modelo alternativo de superação de uma sociedade capitalista), há a expressão de uma preocupação, por parte dos empreendimentos, em acabar com os problemas sociais, como o desemprego, a falta de igualdade de oportunidades e a ausência de equidade social. Não há uma expressão manifesta em um objetivo claro de alcançar um novo modo de produção. Há algumas concepções que se aproximam do paradigma socialista, da sociedade unida com divisão de tudo por todos, ou mesmo da origem da economia solidária apontando o cooperativismo enquanto caminho para a sociedade. Estas concepções se aproximam do discurso teórico da economia solidária, já que para Singer (2000) a economia solidária seria um modelo socialista de organização da produção.

Na teoria gramsciana, o Estado é transformado com a difusão de uma nova hegemonia. Portanto, não há uma oposição entre sociedade civil e a figura do Estado; a sociedade civil e a sociedade política integram o que Gramsci chamou de teoria ampliada do

Estado. Nos discursos dos empreendimentos econômicos solidários analisados, essa oposição tampouco ocorre, uma vez que a maioria apresenta uma idealização do Estado como incentivador da economia solidária. Muito provavelmente, este desejo é incentivado pela observação das políticas públicas voltadas para a economia solidária nos âmbitos estaduais, municipais e federal. No entanto, algumas concepções nos levam a um modelo de Estado como provedor de direitos básicos, ou sem corrupção. Estas concepções, na verdade não apontam para a aclamada forma alternativa, pois apenas se referem a uma operacionalização sem distorções do atual modelo vigente. A crítica ao modo capitalista de produção, ao definir o Estado ideal para a economia solidária, foi feita apenas por um empreendimento.

No nível da transformação social, há uma clara aproximação do modelo proposto por Gramsci, uma vez que se acredita que sua principal fonte é a conscientização e a educação das pessoas. Assim como para Gramsci, o discurso teórico (no campo da economia solidária e na teoria dos movimentos sociais) argumenta que é preciso conscientizar as pessoas através da difusão de uma nova ideologia na sociedade civil, para que ela um dia conquiste o status de hegemônica. No entanto, não há um consenso acerca de como esta transformação social pode ocorrer, nem se a conscientização pode ser levada ao outro, ou se ela é definitiva.

É evidente que, para se pensar a transformação no caso particular da Bahia, não se pode negligenciar fatores relacionados à manutenção de velhas estruturas sociais e institucionais que deixam em suspenso a relação política de cidadania com o Estado. Ou seja, como lembra Milani (2006), a participação política dos cidadãos e o desenvolvimento de uma democracia participativa se confrontam com as contradições de uma história contemporânea marcada, *inter alia*, por práticas clientelistas, uma concepção patrimonialista do bem público, uma idéia individual do poder fomentada pelo Carlismo, o formalismo institucional, a falta de transparência do setor público governamental, uma fraca tradição de apoio às infra-estruturas cívicas, a ausência generalizada de espaços públicos de deliberação democrática, mas igualmente pela presença de fatores de ordem cultural e religiosa que muito influenciam as relações entre o Estado e a sociedade. Esse caldo de cultura política e as



características que embasam o debate democrático na Bahia têm claras repercussões na forma como se organiza o discurso político dos empreendimentos de economia solidária.

Com isso, concluímos que há uma estruturação comum entre os empreendimentos econômicos solidários, seja na forma como se deu seu surgimento, seja na quantidade e distribuição etária dos seus membros, seja através da organização da produção e do processo de tomada de decisão. Contudo, o ideal da economia solidária enquanto modo alternativo de produção não é manifesto nos empreendimentos, muito embora, se acredite que a mudança deve ocorrer através da conscientização das pessoas. Portanto, o afastamento da influência ideológica da classe dominante para o rompimento com a unidade da ideologia tradicional ainda tende a ter longo percurso pela frente.

É importante assinalar que houve limitações inerentes à condução da presente pesquisa (pequeno escopo de empreendimentos pesquisados, questões financeiras e temporais na execução do projeto), restrições nos levam a crer que a ampliação desta pesquisa para um número maior de empreendimentos possa trazer resultados mais abrangentes sobre as razões que embasam as conclusões a que chegamos. Considera-se, igualmente, que é forte a possibilidade de a ideologia dos empreendimentos de economia solidária, como assinalamos acima, ser diretamente influenciada por fatores regionais no que se refere à cultura política e ao fazer política na Bahia. Neste projeto, este aspecto tampouco foi devidamente aprofundado para averiguar correlações analíticas. Ficam, para futuras investigações científicas, essas duas pistas teórico-metodológicas que podem ser desenvolvidas com vistas a aumentar a compreensão do movimento de economia solidária na Bahia.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Mario Aquino. Terceiro Setor: as Origens do Conceito. In: **Anais do XXV ENANPAD**, Salvador, Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 2002.
- ALVES, Mario Aquino. O conceito de sociedade civil: em busca de uma repolitização. **Organizações e Sociedade**, Salvador: v. 11, p. 141-154, edição especial, 2004.
- ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- AMORIM, Brunu Marcus F; ARAÚJO, Herton Ellery. **Economia Solidária no Brasil: novas formas de relação de trabalho?** In: IPEA. Mercado de Trabalho. Nota Técnica. Agosto de 2004, n. 24.
- ANDION, Carolina. As Particularidades da Gestão em Organizações da Economia Solidária. In: **Anais do XXV ENANPAD**. Campinas, 2001.
- ANDION, Carolina; SERVA, Maurício. Por uma visão positiva da sociedade civil: uma análise histórica da sociedade civil organizada no Brasil. **CAYAPA - Revista Venezuelana de Economía Social**, Ano 4, Nº 7, Primeiro Semestre, 2004
- ANDION, Carolina. Gestão em organizações da economia solidária: contornos de uma problemática. **Revista de Administração Pública**. São Paulo: FGV, v. 32, n.1 jan/fev, 1998.
- AZEVEDO, Alessandra; BANDEIRA, A. Inovação Tecnológica em Empreendimentos Autogestionários: Utopia ou Possibilidade? In: **Anais do IX Colóquio Internacional sobre Poder Local. Bahia**, Salvador, Colóquio Internacional sobre Poder Local, 9, 15-19 de junho de 2003.
- BADALONI, Nicola. Liberdade individual e homem coletivo em Antonio Gramsci. In: Instituto Gramsci. **Política e História em Gramsci**. Coordenação de Franco Ferri. Tradução de Luiz Mario Gazzaneo. Atas do Encontro Internacional de Estudos Gramscianos. Florença, 9-11 de dezembro de 1977.
- BENINI, Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. Por uma “economia solidária” efetivamente socialista. **II Seminário “Mundos do Trabalho”**: Adeus ao proletariado? Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2005
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: Para uma teoria geral da política. 9. ed. Coleção Pensamento Crítico, vol. 69. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. Tradução Marco Aurélio Nogueira.
- BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, 2 v. Tradução de: *Dizionario di política*.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. Economia solidária do trabalho e radicalização da democracia. In: GRUPO DE TRABALHO BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA/FSM. **Documento de contribuição ao II Fórum Social Mundial**, 2002. Disponível na Internet via <http://www.redesolidaria.com.br/biblioteca/fsm.zip>

Acesso em: junho de 2003

CANÇADO, Airton Cardoso. **Autogestão em cooperativas populares**: os desafios da prática. 2004. 134 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. Papirus: Campinas, 1988

CARRION, Rosinha da Silva Machado. Alternativas Econômicas de Trabalho e Produção: Desafios à Consolidação de Empreendimentos Populares nos Moldes da Economia Popular e Solidária. In: **Anais do IX Colóquio Internacional sobre Poder Local. Bahia, Salvador, Colóquio Internacional sobre Poder Local**, 9, 15-19 de junho de 2003.

CARVALHO, Alba Maria Pinho. **A questão da transformação e o trabalho social** – uma análise gramsciana. São Paulo: Cortez Editora, 1986.

CATTANI, Antonio David (org). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CATTANI, Antonio David. As desigualdades ampliadas e a construção de alternativas. In: **Anais do XXVIII ENANPAD**. Curitiba, 2004.

CAVEDON, Neusa Rolita; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. As Culturas Organizacionais de uma Loja Autogestionada de Economia Popular Solidária de Porto Alegre. In: **Anais do XXVIII ENANPAD**. Curitiba, 2004.

CERRONI, Umberto. Universalidade + política. In: Instituto Gramsci. **Política e História em Gramsci**. Coordenação de Franco Ferri. Tradução de Luiz Mario Gazzaneo. Atas do Encontro Internacional de Estudos Gramscianos. Florença, 9-11 de dezembro de 1977.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Análise Social da Ideologia**. (Temas básicos de sociologia e sociologia política). São Paulo: EPU, 1988.

COHEN, Jean L. Sociedade Civil e Globalização: repensando categorias. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 46, no 3, p. 419 a 459, 2003.

COHEN, Jean L. e ARATO, Andrew. **Civil Society and Political Theory**. Cambridge: The MIT Press, 1992.

COSTA, Pedro de Almeida. Procurando desvendar uma nova lógica de trabalho: um relato de três oficinas de gestão para empreendimentos de economia solidária. In: **Anais do XXVII ENANPAD**. Atibaia, Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. (Fontes do pensamento político; v. 2). Porto Alegre: L & PM, 1981.

COUTINHO, Carlos Nelson. Teoria “Restrita” do Estado e Concepção “Explosiva” da Revolução. In: **Dualidade de Poderes: Introdução à Teoria Marxista de Estado e Revolução**. Brasiliense, São Paulo: 1987.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 142 p.

COUTINHO, Maria Chalfin *et al.* Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a psicologia em empreendimentos solidários. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822005000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 de agosto de 2006.

CROSSMAN, R. H. S. **Biografia do Estado Moderno**. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1986.

DAGNINO, Evelina. Os Movimentos Sociais e a Construção da Democracia no Brasil: Tendências Recentes. In: **IV International Conference of the Association of Iberian and Latin American Studies of Australasia (AILASA)**. Melbourne, Austrália, 1999.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo (orgs.). **A Disputa pela Construção Democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FALCONER, Andrés. **A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**, 1999.

FAVERO, Leonor Lopes. O tópico conversacional. In: **PRETI**, Dino (Org.) **Análise de textos orais**. São Paulo: FFLCH/USP, 1993.

FBES, Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Site institucional**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br>. Acesso em: 26 ago. 2006.

FERNANDES, Rubem César. Elos de uma Cidadania Planetária. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 10, n. 28, p. 15-24. 1995.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. 2. ed. Rio De Janeiro: Relume-Dumará, 2003. 156 p.

FONTES, Breno Augusto S. Maior. **Movimentos sociais, produção e reprodução do sentido**. Por. Maior Fontes (org.), Editora da UFPE: Recife, 1989.

FRANÇA, Genauto. **Esclarecendo terminologias: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva**. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, BA, ano III, n. 5, p. 51-59, 2001.

FRANÇA, Genauto Carvalho de. A Problemática da Economia Solidária: Um Novo Modo de Gestão Pública? In: **Anais do XXVI ENANPAD**. Salvador, Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 2002.

FRANÇA, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. 1ª ed. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean-Phillippe (Orgs.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, L. (org). **Formas de Combate e de Resistência à Pobreza**. RS: São Leopoldo, Unisinos, 1996.

GAIGER, Luís I. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, Gabriel *et al.* (Org.) **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582004000400006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000400006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 de agosto de 2006

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HALL, Stuart; LUMLEY, Bob; MCLENNAN, Gregor. Política e Ideologia: Gramsci. In: CENTRE FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES DA UNIVERSIDADE DE BIRMINGHAM. **Da Ideologia**. Rio de Janeiro: Zahar EdTitores, 1983. [Publicado originalmente em 1977 pelo *Centre for Contemporary Cultural Studies*, Universidade de Birmingham, como *Working Paper in Cultural Studies*, no 10]

HELD, David. **La democracia y el orden global, del Estado moderno ao gobierno cosmopolita**. Barcelona e Buenos Aires: Ediciones Paidós Ibérica, 1997

IDE, Roberto Minoru. Uma análise das diferentes noções do cooperativismo numa perspectiva construtivista. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822005000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 de agosto de 2006.

IZUKA, Edson Sadao; SANO, Hironobu. O Terceiro Setor e a Produção Acadêmica: Uma visita aos anais dos ENANPAD's de 1990 a 2003. In: **Anais do XXVII ENANPAD**, Curitiba, Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 2004.

KEANE, John. **Civil society and the state, new european perspectives**. London – New York: Verso. London: Verso Publishers, 1998

KOCK, Ingedore G. Villaça (Org.). **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto: 1992.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

LANDIM, Leilah. **A invenção das ONGs: Do serviço invisível à profissão impossível**. 1993. 239 f. Tese (Doutorado) - Antropologia Social, Museu Nacional e UFRJ, Rio De Janeiro, 1993.

LANDIM, Leilah. "Experiência militante": histórias das assim chamadas ONGs. In: LANDIM, Leilah. (Org.). **Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc.**. Rio de Janeiro: Nau, 1998. p. 23-87.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. Economia Social, Economia Solidária, Terceiro Setor: do que se trata? **Civitas** - Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre Brasil, v. 2, n. 1, p. 123-140, 2002.

MACHIAVELLI, Niccolo, (1469-1527). O Píncipe. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1967.

MAESTRI, Mário; CANDREVA, Luigi. **Antonio Gramsci: vida e obra de um comunista revolucionário**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 224 p.

MELO, Vanessa Paternostro. **Terceiro setor e interorganizações: uma análise crítica a partir da realidade baiana**. 2002. 178 f. Dissertação de Mestrado - Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MEREGE, Luis Carlos e LINS BARBOSA, Maria Nazaré (orgs.). **Terceiro Setor: reflexões sobre o marco legal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MILANI, Carlos R. S. Les différentes dimensions de la globalisation et l'essai d'une régulation par le marché. **Cahiers du Bresil Contemporain**, Paris, França, n. 41/42, p. 97-135, 2000.

MILANI, Carlos R. S. O princípio participativo na formulação de políticas públicas locais: análise comparativa de experiências européias e latino-americanas. In: **ANPOCS**, 2005, Caxambu. CD-Rom do XXIX Encontro da ANPOCS. 2005.

MILANI, Carlos R. S. Governo local e cidadania: análise sobre a participação política na Bahia contemporânea. In: **Anais do III Congresso da Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP)** UNICAMP, Campinas, 2006, 27 p.

MILANI, Carlos R. S.; LANIADO, Ruthy Nadia. Transnational Social Movements in a Globalising World: a Methodological Approach Based on the Analysis of the World Social Forum. In: **TRANSNATIONALIZATION OF SOLIDARITIES AND WOMEN MOVEMENTS**, 2006, Montreal. **Annals of the International Seminar on Transnationalization of Solidarities and Women Movements**. 2006.

MILANI, Carlos R. S.; ROJO, Raúl; ARTURI, Carlos. Expressions of international contestation and mechanisms of democratic control. **International Social Science Journal**, Paris, v. 182, 2004.

MONTAÑO, Carlos. Introdução. **Terceiro Setor e Questão Social**. Cidade: Editora Cortez, 2003.

MOTTA, Eugênia de Souza Mello Guimarães. **A 'outra economia': um olhar etnográfico sobre a Economia Solidária**. 2004. 102 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - UFRJ/ Museu Nacional, Rio de Janeiro.

MOURA, Maria Suzana e MEIRA, Ludmila. Desafios da Gestão de Empreendimentos Solidários. **Bahia Análise e Dados**. Salvador: SEI/Governo da Bahia, 2002. v. 12, n. 1, p. 77-84. Jun 2002.

MOURA, Maria Suzana; SILVA JÚNIOR, Jeová T.; TEIXEIRA, Luiza; SILVA, Manuela Ramos da; MAGALHÃES, Ósia Alexandrina V. Especificidades da Gestão de Empreendimentos na Economia Solidária - Breve Estado da Arte sobre o Tema. In: **Encontro Latino Americano de Investigadores do Cooperativismo**, 2004. São Leopoldo: 2004.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Sociedade Civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 186-202, junho 2003.

NUNES, A. C. Estado e sociedade civil no Brasil. **Educar**. Editora da UFPR, Curitiba, n. 16, p. 155-169. 2000.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. 142 p.

SALAMON, Lester M. e ANHEIER, Helmut K. **Defining the Nonprofit Sector : A Cross-national Analysis** (Johns Hopkins NonProfit Sector Series). Manchester University Press, 1997.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Democracia e governo local: dilemas e reforma municipal no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, FASE, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. ONGs na América Latina: trajetória e perfil.. In: SCHERER-WARREN, Ilse et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. Florianópolis: Cortez, 1995. p. 161-180

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - SENAES. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006

SEI (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA). **Empreendimentos solidários na Região Metropolitana de Salvador e no Litoral Norte da Bahia**. Salvador: SEI, 2004. Disponível em [http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/bahia\\_analise/sep/index\\_sep.php](http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/bahia_analise/sep/index_sep.php). Acesso em: 21 jun. 2005.

SINGER, Paul. **Um utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SINGER, Paul; MACHADO, João. **Economia Socialista**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003 (Coleção Economia).

SILVA, Gabriela Scur; VINHAS, Ana Paula. A Economia Solidária como Alternativa ao Desenvolvimento Econômico. In: **Anais do XXVII ENANPAD**. Atibaia – São Paulo, 2003.

SILVA, Manuela Ramos; TEIXEIRA, Luiza; MAGALHÃES, Ósia Alexandrina. O Ensino de uma “outra Gestão”: o Caso da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. In: **Anais do XXIX ENANPAD**. Brasília, 2005.

SOUZA SANTOS, Boaventura (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 2.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor, regulação no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2001.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: Limites e desafios da participação cidadã**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TEIXEIRA, Luiza R.; MOURA, Maria Suzana; MAGALHÃES, Ósia Alexandrina; SILVA, Manuela Ramos. Gestão de Empreendimentos Solidários – Construindo Novos Referenciais Teóricos. In: **II Encontro Internacional de Economia Solidária**. São Paulo: NESOL, 2004. V. 1, s/p.

TONNIES, Ferdinand. **Communauté et Sociétés**. Paris: Presses Universitaires de France, 1944.

VALLADARES, Licia e BOSCHI, R. Problemas teóricos na análise dos movimentos sociais. ANPOCS-Encontro nacional, 1981.

VAN DIJK, Teun. A. **Handbook of Discourse Analysis**. London: Academic Press, 1985.

VASCONCELOS, Nilton. Bansol: uma nova experiência em finanças solidárias. **Revista Bahia Análise e Dados**. Salvador: SEI, v.12, n.1, p. 131-140, Junho 2002.

WHITEHEAD, Laurence. Jogando Boliche no Bronx: os interstícios incivis entre a sociedade civil e a sociedade política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 15-30, out. 1999.

WOOD, J. D. **A natureza da ideologia**. In: FINANCIAL TIMES. Dominando Administração. SP: Makron Books, 1999 (pág 605 a 614)



## Apêndice A

### Quadro de Empreendimentos Solidários na RMS

#### Pesquisa SEI 2004

Salvador, Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz, Dias D'Avila, Madre de Deus

<b>Cooperativas Populares</b>			
Nome	No Sócios	Endereço e telefone	Atividade desenvolvida
1. Cooperativa Múltipla União Popular dos Trabalhadores de Tancredo Neves	27	Endereço: <b>Rua Cristiane, no 176-E, Tancredo Neves. Salvador-BA.</b> Tel: 71-3462-1289 E-mail: <a href="mailto:coopertane@ig.com.br">coopertane@ig.com.br</a> / <a href="mailto:coopertane@bol.com.br">coopertane@bol.com.br</a>	Coleta e reciclagem de papel para a produção de prota-retratos, caixas, agendas, blocos, etc.
2. Cooperativa Ação Reciclar	18	Endereço: <b>Rua Alto da Sereia, Tv. Aiocá, no 10, Rio Vermelho. Salvador-BA.</b> Tel: 71-3237-4614 E-mail: <a href="mailto:lumana.sales@bol.com.br">lumana.sales@bol.com.br</a>	Coleta de papel, plástico, alumínio, ferro, vidro para reciclagem.
3. Cooperativa de Catadores, Agentes Ecológicos de Canabrava	50	Endereço: <b>Rua São José, no 4, São Marcos. Salvador-BA. CEP: 41253</b> Tel: 71-3366-1710 /4661 E-mail: <a href="mailto:caecmob@bol.com.br">caecmob@bol.com.br</a>	Coleta, triagem e prensagem de papel, metal, plástico e vidro para reciclagem.
4. Cooperativa de Coleta Seletiva, Processamento de Plástico e Proteção Ambiental	25	Endereço: <b>Rua Luís Maria, no 10, Baixa do Fiscal. Salvador-BA. CEP: 40410-540</b> Tel: 71-3313-5542 E-mail: -	Coleta, triagem e prensagem de plástico para reciclagem. Trabalho de conscientização ambiental.
5. Centro de desenvolvimento Sócio-comunitário-IDE	15	Endereço: <b>Fazenda Grande III, Qb-B, Caminho 21-A, Cajazeiras. Salvador-BA. CEP: 41340-030</b> Tel: 71-3305-5142 E-mail: <a href="mailto:idecomunitario@ig.com.br">idecomunitario@ig.com.br</a> / <a href="mailto:ide@cdsc.org.br">ide@cdsc.org.br</a>	Coleta e triagem de material reciclável. Trabalho de educação ambiental.
6. Cooperativa de Materiais Recicláveis e Prestação de Serviços	22	Endereço: <b>Rua José Nunes de matos, no 233, Centro. Camaçari-BA. CEP: 42800-070</b> Tel: 71-627-3526 / 622-3130 E-mail: <a href="mailto:coopmarc@coopmarc.com.br">coopmarc@coopmarc.com.br</a>	Coleta, triagem e prensagem de material reciclável
7. Grupo Pró-cooperativa de costureiras	23	Endereço: <b>Praça Lorde Cockrane, s/n, Garibaldi. Salvador-BA.</b> Tel: 71-3135-3777 E-mail: -	Produção de fardamento para escolas, empresas, etc.

8. Cooperativa de confecções da Comunidade de Plataforma	26	Endereço: <b>Rua Parque São Bartolomeu, no 3, Plataforma. Salvador-BA. CEP: 40717-146.</b> <b>Tel:</b> 71-3218-3624 <b>E-mail:</b> costplat@ig.com.br	Produção de confecções para empresas e venda em loja própria
9. Cooperativa Múltiplas Fontes de Engomadeira	11	Endereço: <b>Rua São Tomé, Tv. José Sampaio, no 3, Engomadeira. Salvador-BA. CEP: 41200-290</b> <b>Tel:</b> 71-3257-7990 / 3387-5920 <b>E-mail:</b> coofe@bol.com.br	Produção de pães, doces e salgados. Fornecimento para eventos.
10. Cooperativa de Pescadores de Camaçari	20	Endereço: <b>Rua Direita de Juá, no 27. Camaçari-BA.</b> <b>Tel:</b> 71-672-2459 / 1324 / 623-2451 <b>E-mail:</b> coopescamaçari974@hotmail.com	Pesca coletiva e venda individual.
11. Grupo Pró-cooperativa de Produção Artesanal de Cajazeiras	15	Endereço: <b>Rua B, 1ª Etapa, Castelo Branco. Salvador-BA. CEP: 41320-000.</b> <b>Tel:</b> 71-9153-7829 <b>E-mail:</b> -	Produção de sandálias, bolsas, cintos, bijuteria etc.
12. Cooperativa de Trabalho do Setor Energético da Bahia	130	Endereço: <b>Rua JJ Seabra, no 441, sala 01, Sete Portas. Salvador-BA. CEP: 40025-530.</b> <b>Tel:</b> ? <b>E-mail:</b>	Fornecimento de serviços para o setor elétrico.
<b>Associações</b>			
Nome	No Sócios	Endereço e telefone	Atividade desenvolvida
13. Associação de Doceiras, Cozinheiras e Confeiteiras de Itapagipe	8	Endereço: <b>Itapagipe. Salvador-BA</b> <b>Tel:</b> 71-3398-5736 <b>E-mail:</b>	Produção de doces, salgados, mingaus, caldos, acarajé e comidas típicas baianas. Fornecimento de pratos para eventos.
14. Sociedade de Artesãos de Alagados	74	Endereço: <b>Rua Rezende Costa, no 6, Jardim Cruzeiro. Salvador-BA. CEP: 40430-000</b> <b>Tel:</b> 71-3314-7962 / 3387-7120 <b>E-mail:</b> lumana.sales@bol.com.br	Promoção de cursos de artesanato para a comunidade local. Venda de produtos culinários.
15. Associação de Educação e Saúde Botica da Terra	70	Endereço: <b>Rua João de Deus, no 8, Pelourinho. Salvador-BA.</b> <b>Tel:</b> 71-3322-7209 <b>E-mail:</b> -	Produção de medicamentos fitoterápicos para comunidades carentes.
16. Associação dos Trabalhadores Rurais, Artesãos e Marisqueiros de Praia Grande	50	Endereço: <b>Rua do Major, s/n, Ilha de Maré. Salvador-BA.</b> <b>Tel:</b> 71-3497-2010 <b>E-mail:</b> -	Venda da produção dos associados (pesca e artesanato) para a comunidade local.
17. Associação dos Artesãos da Coca, Dendê e Cipó da Estrada do Coco	29	Endereço: <b>Estrada do Coco, km 09. Lauro de Freitas-BA.</b> <b>Tel:</b> ? <b>E-mail:</b> -	Compra coletiva de material para a produção de móveis de junco produzido pelos associados.

<b>Outros Grupos</b>			
Nome	No Sócios	Endereço e telefone	Atividade desenvolvida
18. Artesanato em Grupo Itapagipe	11	Endereço: <b>Rua do Soares, no 14, Ribeira. Salvador-BA. CEP: 40420-170.</b> <b>Tel:</b> 71-3316-5447 <b>E-mail:</b> -	Artesanato feito com retalhos. Venda em feiras, shoppings e sob encomenda.
19. Grupo de produção Artesanal de renda Renascença	60	Endereço: <b>Praça 15 de Novembro, s/n, Terreiro de Jesus, Igreja de São Pedro dos Clérigos. Salvador-BA. CEP: 40020-210</b> <b>Tel:</b> 71-3321-2669 <b>E-mail:</b> -	Produtos de renda em renascença.

Fonte: elaboração própria, a partir de SEI (2004)

## Apêndice B

### Empreendimentos Solidários em Salvador Mapeamento SENAES 2006

NOME	ENDEREÇO E TELEFONE	ANO DE INÍCIO
1. <b>COOPERFAZ</b> – Cooperativa de Catadores e Reciclagem de Resíduos Sólidos e Agentes Ambientais do Bairro da Paz	Endereço: <b>Rua da Resistência, no 84, Bairro da Paz</b> <b>Tel:</b> 9902-2882 / 9931-6842 <b>E-mail:</b> amordivino.cooperfaz@bol.com.br <b>Pessoa de contato:</b> Otacílio, Domingos, Lara	1999
2. <b>PANTI</b> – Associação Cultural da Ladeira João de Deus	Endereço: <b>Rua Coronel João de Deus, no 83, Bairro da Paz</b> <b>Tel:</b> 3261-1160 / 3203-6972 <b>E-mail:</b> <a href="mailto:projetopanti@ig.com.br">projetopanti@ig.com.br</a> , <a href="mailto:maraartesanato@ig.com.br">maraartesanato@ig.com.br</a> Pessoa de contato: <b>Dona Maria</b>	2002
3. <b>COOPERCONFEC</b> – Cooperativa de Confecção da Comunidade de Plataforma	Endereço: <b>Rua Parque São Bartolomeu, no 3, Plataforma</b> <b>Tel:</b> 3218-3624 <b>E-mail:</b> coopsaobartolomeu@ig.com.br Pessoa de contato: <b>Edna Maria</b>	1998
4. <b>ASEBT</b> – Associação de Educação e Saúde Botica da Terra	Endereço: <b>Rua João de deus, no 8, Pelourinho. Salvador-BA.</b> <b>Tel:</b> 71-3322-7209	2005
5. <b>COOPREDI</b> – Cooperativa dos Trabalhadores da Construção, Manutenção e Reformas Prediais	Endereço: <b>Rua Rui Barbosa, Ed. Rui Barbosa, no 4, sala 302</b> <b>Tel:</b> 3398-0761 <b>E-mail:</b> coopredi@ig.com.br Pessoa de contato: <b>Achon</b>	2001
6. <b>COOMARTES</b> – Cooperativa de Mulheres Artesãs do Subúrbio de Plataforma	Endereço: <b>Rua Tertuliano Reis, s/n. Plataforma</b> <b>Tel:</b> 3401-8336 (Vilma) <b>E-mail:</b> <a href="mailto:jocinelia10@bol.com.br">jocinelia10@bol.com.br</a> Pessoa de contato: <b>Jocinéia</b>	2002
7. <b>COOPERTEXTIL</b> – Cooperativa Mista de Produção e Trabalho de Artigos Têxteis	Endereço: <b>Rua São Francisco, s/n. Centro Histórico</b> <b>Tel:</b> 8139-5952 (Ricardo) / 3233-9835 (Angelina)	2003
8. <b>ASCOSI</b> – Associação de Costureiras de Itapagipe	Endereço: <b>Rua Régis Pacheco, no 225. Uruguai</b> <b>Tel:</b> 3312-7119 (Marlene) / 3391-6365 (Ana Maria)	2000
9. <b>Edna Batista Nascimento</b> – Edna Bonequinhos de Jornal	Endereço: <b>Rua do Uruguai, no 284. Uruguai</b> <b>Tel:</b> 3207-2111 <b>E-mail:</b> <a href="mailto:ednabonequinhosdejornal@yahoo.com.br">ednabonequinhosdejornal@yahoo.com.br</a> Pessoa de contato: <b>Edna</b>	2000
10. <b>AMAC</b> – Pró-Cooperativa Múltipla das Artesãs de Cajazeiras	Endereço: <b>Cajazeiras 11, cam. 32, no 8. Cajazeiras</b> <b>Tel:</b> 8807-8146 / 3309-5705 <b>E-mail:</b> <a href="mailto:susanasilva1@hotmail.com">susanasilva1@hotmail.com</a>	2004

	Pessoa de contato: <b>Susane Silva</b>	
<b>11. CMVV / COOPAVV – Associação Clube de Mães de Vila Verde</b>	Endereço: <b>Km 13, Conjunto Vila Verde, q. 14, no 16. Estrada Velha do Aeroporto</b> Tel: 3251-1253 Pessoa de contato: <b>Ada</b>	1995
<b>12. ASPAB – Associação dos Produtores de Artesanatos da Bahia</b>	Endereço: <b>Rua Praia Timbau, no 9, qd. F. Stella Maris</b> Tel: 3374-0421 / 9962-0779 E-mail: www.aspab.org.br Pessoa de contato: <b>Jacira</b>	1997
<b>13. COOFE - Cooperativa Múltipla Fontes de Engomadeira</b>	Endereço: <b>Rua São Tomé, Tv. José Sampaio, no 3, Engomadeira. Salvador</b> Tel: 3257-7990 / 3387-5920 E-mail: coofe@bol.com.br	2000
<b>14. ANEC – Associação Nery Costa</b>	Endereço: <b>Rua 11 de Agosto, no 28. Vasco da Gama</b>	1989
<b>15. Mulheres de Luz – Clube de Mães, Creches e Escola Nossa Senhora da Luz</b>	Endereço: <b>3ª Travessa Paulo Afonso, no 7. Pernambués</b> Tel: 3450-9294 (Luciene)	2003
<b>16. COOPAED – Cooperativa Múltipla de Produção de Alimentos e Engenho Doce</b>	Endereço: <b>Rua Apolinário Santana. Engenho Velho da Federação</b> Tel: 88073334-6414 E-mail: sorriso@ig.com.br Pessoa de contato: <b>Kátia</b>	2004
<b>17. Projeto Ação Reciclar - Ong Paciência Viva</b>	Endereço: <b>Rua Prudente de Moraes, n 65. Rio Vermelho</b> Tel: 3334-0676 / 9132-6169 (Neandro e Paula) Pessoa de contato: <b>Nilda, Ana Cláudia</b>	2000
<b>18. COOPIZ – Cooperativa Múltipla de Pizzas e Sorvetes</b>	Endereço: <b>Travessa da União, no 1. Mata Escura</b> Tel: 8145-1194 / 3306-4411 Pessoa de contato: <b>Rafael, José</b>	2004
<b>19. SAAS – Associação dos Artesãos de Alagados</b>	Endereço: <b>Rua Rezende Costa, Q. 18, no 6. Jardim Cruzeiro</b> Tel: 3312-7637 / 3315-8721 Pessoa de contato: <b>Zuleide</b>	1983
<b>20. Grupo Raio de Sol</b>	Endereço: <b>Rua São Carlos, no 5. Santa Luzia do Lobato</b> Tel: 3208-1916 (Marta)	2002
<b>21. ARM Produções – Ana Rita e Manuela Produções em Crochê e Ponto de Cruz</b>	Endereço: <b>Rua Silveira Pereira, no 157. Uruguai</b> Tel: 3313-6607 / 9163-6488 (Ana Cristina) Pessoa de contato: <b>Anália</b>	1997
<b>22. ABBORI – Associação Baiana de Bordadeiras e Rendeiras de Itapagipe</b>	Endereço: <b>Travessa Polivalente, no 11, 2º andar. Uruguai</b> Tel: 3315-8659	2003

	Pessoa de contato: <b>Elinete Lázaro, Margarida</b>	
<b>23. Quebra Cabeça e Brinquedos Inteligentes</b>	Endereço: <b>Rua dos ..., no 123. Santo Antônio</b> Tel: 3241-8999 / 8872-5130 (Robson) / 8816-8894 (Carolina) E-mail: quebracabeça@gmail.com Pessoa de contato: <b>Luís Fernando</b>	2001
<b>24. COOPERTANE -</b> Cooperativa Múltipla União Popular dos Trabalhadores de Tancredo Neves	Endereço: <b>Rua Cristiane, no 176-E. Tancredo Neves</b> Tel: 3462-1316 E-mail:coopertane@yahoo.com.br Pessoa: <b>Luciene, Magda</b>	2000
<b>25. COOPARTES –</b> Cooperativa de Jovens Artesãos do Vale de Pituaçu	Endereço: <b>Rua Dr. Artur Gonsales, no 168. Pau da Lima</b> Tel: 8839-4594 E-mail: coopartes@yahoo.com.br Pessoa de contato: <b>Messias</b>	2002
<b>26. AMEV –</b> Associação de Mulheres do Engenho Velho da Federação	Endereço: <b>Rua Coronel João de Deus. Engenho Velho da Federação</b> Tel: 3261-3340 / 3203-7075 E-mail: gmartesanatocomcidadania@bol.com.br Pessoa de contato: <b>Marilene</b>	2001
<b>27. COOPERPRIMA –</b> Cooperativa 1º de Maio	Endereço: <b>Rua Nova Esperança, no 75. São João do Cabrito. Plataforma</b> Tel: 3398-8361 / 9139-7075 E-mail: idelson_almeida@yahoo.com.br Pessoa de contato: <b>Idelson</b>	2005
<b>28. COOPERART –</b> Cooperativa de Representação e Serviço	Endereço: <b>Rua B, s/n. Castelo Branco</b> Tel: 32153091 / 9936-3486 Pessoa de contato: <b>Raimundo</b>	2001
<b>29. COOPESBAS –</b> Cooperativa de Pescadores Baía de Todos os Santos	Endereço: <b>Rua Sá de Oliveira, no 20, São João do Cabrito - Plataforma</b> Tel: 3398-0144 Pessoa de contato: <b>José Rafael, Raimundo, Carlito, Marcos Paulo</b>	2003
<b>30. COOPERCORTE -</b> Cooperativa de Mulheres Costurando uma Realidade Diferente	Endereço: <b>Rua Alto d Bola, no 15. Federação</b> Tel: 3235-3819 Pessoa de contato: <b>Diva Celestino</b>	2003
<b>31. Sociedade 1º de Maio</b>	Endereço: <b>Rua Nova Esperança, no 1, São João do Cabrito - Plataforma</b> Tel: 8839-4594 E-mail: primeirodemaio@uol.com.br Pessoa de contato: <b>Idelson Moreira</b>	1977
<b>32. COMONAL –</b> Cooperativa de Habitação Produção e Serviço	Endereço: <b>Rua Nordeste, Loteamento Araçás 1, no 7. São João do Cabrito - Plataforma</b> Tel: 3401-0387 (Genilson) / 3401-3217 (João Carlos) E-mail: joaocarlos.01@click21.com.br,	1996

	joaocrosa@oi.com.br	
<b>33. COOPART – Cooperativa de Artesãos de Cajazeiras V</b>	Endereço: <b>Quadra 5, Caminho 2, no 3. Cajazeiras V</b> <b>Tel: 3395-3225</b> Pessoa de contato: <b>Antônia Maria, Antônia Brandão, Maria Angélica</b>	2004
<b>34. Cooperativa Raízes Povo de Israel</b>	Endereço: <b>Rua Santa Terezinha, na Igreja Sagrado Coração de Jesus, s/n. Alto do Cabrito</b> <b>Tel: 3211-7147 (Maria da Glória) / 3392-0958 (Iraci)</b> <b>E-mail: fmasal@ig.com.br</b>	2004
<b>35. COOPERTRAC - Cooperativa de Trabalhadores Cegos</b>	Endereço: <b>ITCP – UNEB (Campus Cabula), Salvador – BA.</b> <b>Tel: 9602-2550 (Antônio)</b>	2003
<b>36. Associação Cultural Religiosa Beneficente Guia de Luz Caboclo Jequiriçá</b>	Endereço: <b>Rua Manuel Velho, no 1. Fazenda Garcia</b> <b>Tel: 3263-0562</b> Pessoa de contato: <b>Jaciara</b>	1978
<b>37. CAMAPET - Cooperativa de Coleta Seletiva, Processamento de Plástico e Proteção Ambiental</b>	Endereço: <b>Rua Luís Maria, s/n, Baixa do Fiscal</b> <b>Tel: 3313-5542 (5512) / 3312-7903</b> <b>E-mail: camapet@cama.org.br</b> Pessoa de contato: <b>Joilson</b>	1999
<b>38. Projeto Recicla Cajazeiras</b>	Endereço: <b>Quadra B, Casa 1A. Fazenda Grande III - Cajazeiras</b> <b>Tel: 3305-5407</b> <b>E-mail: <a href="mailto:idecomunitario@ig.com.br">idecomunitario@ig.com.br</a> / <a href="mailto:ide@cdsc.org.br">ide@cdsc.org.br</a></b> Pessoa de contato: <b>Waldir Coutinho</b>	2002
<b>39. COLIBRIS – Cooperativa Mista dos Produtores em Corte e Costura, Artesãos em Couro, Material de Linhaça, Bijuteria, Artesanato, Instrumentos Musicais e Serigrafia</b>	Endereço: <b>Rua da Resistência, no 136 A. Bairro da Paz</b> <b>Tel: 3368-2609 (Franklin)</b> <b>E-mail: <a href="mailto:proj.cidadaniaepaz@bol.com.br">proj.cidadaniaepaz@bol.com.br</a></b> Pessoa de contato: <b>José Djalma dos Santos</b>	2005 (maio)
<b>40. Associação Cultural de Capoeira Grupo Anjos de Angola</b>	Endereço: <b>Rua Alto do Sossego, no 163. Bairro da Paz</b> <b>Tel: 3367-4776</b> Pessoa de contato: <b>Marise, Edson</b>	1975
<b>41. Cooperativa de Beiju Recheados Chega Mais</b>	Endereço: <b>Rua Leste, no 46 E. São Marcos</b> <b>Tel: 3393-2284 / 9169-8226 (José Walter) / 3212-5387 (Suzana) / 3276-1758 (Samuel)</b> <b>E-mail: lico19bbg@yahoo.com.br</b> Pessoa de contato: <b>José Walter</b>	2005 (agosto)
<b>42. AD – Cooperativa Afrodance</b>	Endereço: <b>Rua Alto do Sossego, no 163. Bairro da Paz</b> <b>Tel: 3367-4776</b> Pessoa de contato: <b>Edsno Rodrigues</b>	2002
<b>43. Projeto Buscando Cidadania</b>	Endereço: <b>Rua do Amparo, no 273. Lobato</b> <b>Tel: 3239-0777 / 9999-8390 (Eliel) / 9982-7309 (Jorge)</b>	2005 (janeiro)

	Raimundo) / 9172-4186 (Cátia) <b>E-mail:</b> aanor2005@hotmail.com	
<b>44. COMUFE</b> – Cooperativa de Mulheres da Federação	Endereço: <b>Ladeira Abelardo, Centro Social Urbano, s/n. Federação</b> <b>Tel:</b> 3247-8056 (8856) / 9158-7052 / 3245-7060 <b>E-mail:</b> comufe@terra.com.br Pessoa de contato: <b>Sandra Tereza de Freitas, Cremilda</b>	2004 (junho)
<b>45. DAT</b> – Daniela, Teresa e Ana	Endereço: <b>Rua Arnaldo Francelino, no 3. Itapoã</b> <b>Tel:</b> 3249-1068 / 3375-7582 (Ana Lúcia) Pessoa de contato: <b>Teresa</b>	2001
<b>46. Grupo de Artesãs do Bairro da Paz</b>	Endereço: <b>Rua Presidente Dutra, no 239. Bairro da Paz</b> <b>Tel:</b> 3367-4474 Pessoa de contato: <b>Eliana</b>	2005
<b>47. Conselho Comunitário do Bairro e Distrito de Pirajá</b>	Endereço: <b>Rua General Labatur, no 17, Subsolo. Pirajá</b> <b>Tel:</b> 3246-1581 / 3391-0962 (Berenice) / 3392-7444 (Ednaldo) Pessoa de contato: <b>Raimundo</b>	1987
<b>48. GAA</b> – Grupo Amigos Artesãos	Endereço: <b>Praça Lord Cochrane, s/n. Garibaldi</b> <b>Tel:</b> 3237-6711 <b>E-mail:</b> <a href="http://www.cecon.org.br">www.cecon.org.br</a> , cecon@veloxmail.com.br Pessoa de contato: <b>Iara Maria</b>	2002
<b>49. COOPAFRO</b> – Cooperativa de Costureiras e Artesãs do Pau Miúdo	Endereço: <b>Rua dos Pirineus, no 8. Pau Miúdo</b> <b>Tel:</b> 8118-5342 Pessoa de contato: <b>Ana Maria</b>	2002
<b>50. Associação Clube das Mães Nova Constituinte</b>	Endereço: <b>Rua Waldir Purês, no 11 E. Nova Constituinte – Peri-peri</b> <b>Tel:</b> 3407-4590 Pessoa de contato: <b>Jacira, Eliete</b>	2004
<b>51. Paciência Viva</b> - Centro Brasileiro de Preservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	Endereço: <b>Rua Prudente de Moraes, n 65. Rio Vermelho</b> <b>Tel:</b> 3334-0676 / 9132-6169 (Neandro e Paula) Pessoa de contato: <b>Nilda, Ana Cláudia</b>	2000

Fonte: Elaboração própria, a partir de questionários do mapeamento nacional de economia solidária na Bahia



## Apêndice C

**Quadro de Empreendimentos Solidários Entrevistados  
Surgidos entre 2000 e 2004**

NOME	ENDEREÇO E TELEFONE	ANO DE INÍCIO
<b>1. PANTI</b> – Associação Cultural da Ladeira João de Deus	Endereço: <b>Rua Coronel João de Deus, no 83, Federação</b> Tel: 3261-1160 / 3203-6972 E-mail: <a href="mailto:projetopanti@ig.com.br">projetopanti@ig.com.br</a> , <a href="mailto:maraartesanato@ig.com.br">maraartesanato@ig.com.br</a> Pessoa de contato: <b>Dona Maria</b>	2002
<b>2. COOPREDI</b> – Cooperativa dos Trabalhadores da Construção, Manutenção e Reformas Prediais	Endereço: <b>Rua Rui Barbosa, Ed. Rui Barbosa, no 4, sala 302</b> Tel: 3398-0761 E-mail: <a href="mailto:coopredi@ig.com.br">coopredi@ig.com.br</a> Pessoa de contato: <b>Achon</b>	2001
<b>3. COOMARTES</b> – Cooperativa de Mulheres Artesãs do Subúrbio de Plataforma	Endereço: <b>Rua Tertuliano Reis, s/n. Plataforma</b> Tel: 3401-8336 (Vilma) E-mail: <a href="mailto:jocinelia10@bol.com.br">jocinelia10@bol.com.br</a> Pessoa de contato: <b>Jocinéia</b>	2002
<b>4. COOPERTEXTIL</b> – Cooperativa Mista de Produção e Trabalho de Artigos Têxteis	Endereço: <b>Rua São Francisco, s/n. Centro Histórico</b> Tel: 8139-5952 (Ricardo) / 3233-9835 (Angelina)	2003
<b>5. ASCOSI</b> – Associação de Costureiras de Itapagipe	Endereço: <b>Rua Régis Pacheco, no 225. Uruguai</b> Tel: 3312-7119 (Marlene) / 3391-6365 (Ana Maria)	2000
<b>6. Edna Batista Nascimento</b> – Edna Bonequinhos de Jornal	Endereço: <b>Rua do Uruguai, no 284. Uruguai</b> Tel: 3207-2111 E-mail: <a href="mailto:ednabonequinhosdejornal@yahoo.com.br">ednabonequinhosdejornal@yahoo.com.br</a> Pessoa de contato: <b>Edna</b>	2000
<b>7. AMAC</b> – Pró-Cooperativa Múltipla das Artesãs de Cajazeiras	Endereço: <b>Cajazeiras 11, cam. 32, no 8. Cajazeiras</b> Tel: 8807-8146 / 3309-5705 E-mail: <a href="mailto:susanesilva1@hotmail.com">susanesilva1@hotmail.com</a> Pessoa de contato: <b>Susane Silva</b>	2004
<b>8. COOFE</b> - Cooperativa Múltipla Fontes de Engomadeira	Endereço: <b>Rua São Tomé, Tv. José Sampaio, no 3, Engomadeira. Salvador</b> Tel: 3257-7990 / 3387-5920 E-mail: <a href="mailto:coofe@bol.com.br">coofe@bol.com.br</a>	2000
<b>9. Mulheres de Luz</b> – Clube de Mães, Creches e Escola Nossa Senhora da Luz	Endereço: <b>3ª Travessa Paulo Afonso, no 7. Pernambués</b> Tel: 3450-9294 (Luciene)	2003
<b>10. COOPAED</b> – Cooperativa Múltipla de Produção de Alimentos e Engenho Doce	Endereço: <b>Rua Apolinário Santana. Engenho Velho da Federação</b> Tel: 88073334-6414 E-mail: <a href="mailto:sorriso@ig.com.br">sorriso@ig.com.br</a> Pessoa de contato: <b>Kátia</b>	2004

11. <b>Projeto Ação Reciclar</b> - Ong Paciência Viva	Endereço: <b>Rua Prudente de Moraes, n 65. Rio Vermelho</b> <b>Tel:</b> 3334-0676 / 9132-6169 (Neandro e Paula) Pessoa de contato: <b>Nilda, Ana Cláudia</b>	2000
12. <b>COOPIZ</b> – Cooperativa Múltipla de Pizzas e Sorvetes	Endereço: <b>Travessa da União, no 1. Mata Escura</b> <b>Tel:</b> 8145-1194 / 3306-4411 Pessoa de contato: <b>Rafael, José</b>	2004
13. <b>Grupo Raio de Sol</b>	Endereço: <b>Rua São Carlos, no 5. Santa Luzia do Lobato</b> <b>Tel:</b> 3208-1916 (Marta)	2002
14. <b>ABBORI</b> – Associação Baiana de Bordadeiras e Rendeiras de Itapagipe	Endereço: <b>Travessa Polivalente, no 11, 2º andar. Uruguai</b> <b>Tel:</b> 3315-8659 Pessoa de contato: <b>Elinete Lázaro, Margarida</b>	2003
15. <b>Quebra Cabeça e Brinquedos Inteligentes</b>	Endereço: <b>Rua dos ..., no 123. Santo Antônio</b> <b>Tel:</b> 3241-8999 / 8872-5130 (Robson) / 8816-8894 (Carolina) <b>E-mail:</b> quebracabeca@gmail.com Pessoa de contato: <b>Luís Fernando</b>	2001
16. <b>COOPERTANE</b> - Cooperativa Múltipla União Popular dos Trabalhadores de Tancredo Neves	Endereço: <b>Rua Cristiane, no 176-E. Tancredo Neves</b> <b>Tel:</b> 3462-1316 <b>E-mail:</b> coopertane@yahoo.com.br Pessoa: <b>Luciene, Magda</b>	2000
17. <b>COOPARTES</b> – Cooperativa de Jovens Artesãos do Vale de Pituaçu	Endereço: <b>Rua Dr. Artur Gonsales, no 168. Pau da Lima</b> <b>Tel:</b> 8839-4594 <b>E-mail:</b> coopartes@yahoo.com.br Pessoa de contato: <b>Messias</b>	2002
18. <b>AMEV</b> – Associação de Mulheres do Engenho Velho da Federação	Endereço: <b>Rua Coronel João de Deus. Engenho Velho da Federação</b> <b>Tel:</b> 3261-3340 / 3203-7075 <b>E-mail:</b> gmartesanatocomcidania@bol.com.br Pessoa de contato: <b>Marilene</b>	2001
19. <b>COOPERART</b> – Cooperativa de Representação e Serviço	Endereço: <b>Rua B, s/n. Castelo Branco</b> <b>Tel:</b> 32153091 / 9936-3486 Pessoa de contato: <b>Raimundo</b>	2001
20. <b>COOPESBAS</b> – Cooperativa de Pescadores Baía de Todos os Santos	Endereço: <b>Rua Sá de Oliveira, no 20, São João do Cabrito - Plataforma</b> <b>Tel:</b> 3398-0144 Pessoa de contato: <b>José Rafael, Raimundo, Carlito, Marcos Paulo</b>	2003
21. <b>COOPERCORTE</b> - Cooperativa de Mulheres Costurando uma Realidade Diferente	Endereço: <b>Rua Alto d Bola, no 15. Federação</b> <b>Tel:</b> 3235-3819 Pessoa de contato: <b>Diva Celestino</b>	2003

22. <b>COOPART</b> – Cooperativa de Artesãos de Cajazeiras V	Endereço: <b>Quadra 5, Caminho 2, no 3. Cajazeiras V</b> <b>Tel:</b> 3395-3225 Pessoa de contato: <b>Antônia Maria, Antônia Brandão, Maria Angélica</b>	2004
23. <b>Cooperativa Raízes Povo de Israel</b>	Endereço: <b>Rua Santa Terezinha, na Igreja Sagrado Coração de Jesus, s/n. Alto do Cabrito</b> <b>Tel:</b> 3211-7147 (Maria da Glória) / 3392-0958 (Iraci) <b>E-mail:</b> <a href="mailto:fmasal@ig.com.br">fmasal@ig.com.br</a>	2004
24. <b>COOPERTRAC</b> - Cooperativa de Trabalhadores Cegos	Endereço: <b>ITCP – UNEB (Campus Cabula), Salvador – BA.</b> <b>Tel:</b> 9602-2550 (Antônio)	2003
25. <b>Projeto Recicla Cajazeiras</b>	Endereço: <b>Quadra B, Casa 1A. Fazenda Grande III - Cajazeiras</b> <b>Tel:</b> 3305-5407 E-mail: <a href="mailto:idecomunitario@ig.com.br">idecomunitario@ig.com.br</a> / <a href="mailto:ide@cdsc.org.br">ide@cdsc.org.br</a> Pessoa de contato: <b>Waldir Coutinho</b>	2002
26. <b>AD</b> – Cooperativa Afrodance	Endereço: <b>Rua Alto do Sossego, no 163. Bairro da Paz</b> <b>Tel:</b> 3367-4776 Pessoa de contato: <b>Edsno Rodrigues</b>	2002
27. <b>COMUFE</b> – Cooperativa de Mulheres da Federação	Endereço: <b>Ladeira Abelardo, Centro Social Urbano, s/n. Federação</b> <b>Tel:</b> 3247-8056 (8856) / 9158-7052 / 3245-7060 <b>E-mail:</b> <a href="mailto:comufe@terra.com.br">comufe@terra.com.br</a> Pessoa de contato: <b>Sandra Tereza de Freitas, Cremilda</b>	2004 (junho)
28. <b>DAT</b> – Daniela, Teresa e Ana	Endereço: <b>Rua Arnaldo Francelino, no 3. Itapoã</b> <b>Tel:</b> 3249-1068 / 3375-7582 (Ana Lúcia) Pessoa de contato: <b>Teresa</b>	2001
29. <b>GAA</b> – Grupo Amigos Artesãos	Endereço: <b>Praça Lord Cochrane, s/n. Garibaldi</b> <b>Tel:</b> 3237-6711 <b>E-mail:</b> <a href="http://www.cecon.org.br">www.cecon.org.br</a> , <a href="mailto:cecon@veloxmail.com.br">cecon@veloxmail.com.br</a> Pessoa de contato: <b>Iara Maria</b>	2002
30. <b>COOPAFRO</b> – Cooperativa de Costureiras e Artesãs do Pau Miúdo	Endereço: <b>Rua dos Pirineus, no 8. Pau Miúdo</b> <b>Tel:</b> 8118-5342 Pessoa de contato: <b>Ana Maria</b>	2002
31. <b>Associação Clube das Mães Nova Constituinte</b>	Endereço: <b>Rua Waldir Purês, no 11 E. Nova Constituinte – Peri-peri</b> <b>Tel:</b> 3407-4590 Pessoa de contato: <b>Jacira, Eliete</b>	2004
32. <b>ONG Paciência Viva</b> - Centro Brasileiro de Preservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	Endereço: <b>Rua Prudente de Moraes, n 65. Rio Vermelho</b> <b>Tel:</b> 3334-0676 / 9132-6169 (Neandro e Paula) Pessoa de contato: <b>Nilda, Ana Cláudia</b>	2000

## Apêndice D

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

#### PRIMEIRA PARTE - PERFIL DO EMPREENDIMENTO:

##### 1. Caracterização da Organização:

- 1.1. Quantas pessoas fazem parte da organização?
- 1.2. Distribuição etária e de gênero

##### 2. Histórico:

- 2.1. Data de início das atividades
- 2.2. Por que e como surgiu a Organização: o que embasou a sua criação?
- 2.3. Quais foram as motivações (individuais, culturais, políticas)?

##### 3. Articulação institucional e fontes de financiamento (parceiros):

- 3.1. Papel do poder público (União, Estado e Município)
- 3.2. Parceria com organizações não governamentais e sociedade civil
- 3.3. Financiadores privados envolvidos (nacionais e internacionais)
- 3.4. Redes de colaboração e participação em fóruns

##### 4. Consciência sobre participação em empreendimento solidário

- 4.1. Vocês se consideram uma organização de economia solidária?
- 4.2. Como é o trabalho na economia solidária? (entendimento sobre economia solidária)

##### 5. Objetivos da Organização:

- 5.1. Quais os objetivos da organização?
- 5.2. Como se deu o processo de decisão dos objetivos?
- 5.3. Quais são os resultados esperados?
- 5.4. Quem os decidiu?

##### 6. Organização, estrutura e relações:

- 6.1. O que é produzido e como a produção é organizada?
- 6.2. Como é dividida a responsabilidade pela produção?
- 6.3. Como é o processo de tomada de decisão na organização?
- 6.4. Vocês pretendem conscientizar outras pessoas com suas ações?

#### SEGUNDA PARTE – IDEÁRIO:

##### 1. Concepção de sociedade

- 1.1. Como vocês se relacionam com a comunidade local?
1. Que sociedade a economia solidária busca?

##### 2. Concepção de Estado

- 2.1. O que vocês esperam do Estado?
- 2.2. Como seria o Estado ideal para a economia solidária?
- 2.3. Vocês participam de manifestações políticas? Quais?
- 2.4. Vocês apóiam candidatos em eleições ou partido políticos? Quais? Por que?

##### 3. Concepção de mudança e processo da práxis transformadora

- 3.1. Que mudanças a economia solidária pode trazer?
- 3.2. Como vocês acreditam que podem ser combatidas e superadas as desigualdades sociais e o que vocês têm feito para isso?

## Apêndice E

### QUADRO DE ORIGEM DOS EMPREENDIMENTOS

ORGANIZAÇÃO	ORIGEM
<b>AMAC</b>  Cooperativa Múltipla das Artesãs de Cajazeiras	<p><i>A primeira reunião foi em agosto de 2005, promovida pela atual coordenadora da cooperativa. Nesta época, ela já participava do grupo Casa do Sol (organização fundada por um padre em Cajazeiras) e lá via muitas mulheres sem ocupação ou dependendo dos maridos. Ela participou de um encontro da rede sócio-economia solidária, no Espírito Santo, onde conheceu e observou o trabalho de outras cooperativas, e, então, teve a idéia de montar uma cooperativa de bordados. A partir daí, ela resolveu organizar uma reunião convidando as pessoas que estavam neste meio, seja da organização ou da associação do bairro. “Depois de muita luta e de muita correria” elas conseguiram aprovar um projeto de financiamento - matéria-prima e produção - na CESE e o espaço físico - a casa cedida por uma das cooperadas.</i></p>
<b>AMEV</b>  Associação das Mulheres do Engenho Velho da Federação	<p>O grupo começou dentro da associação de moradores da comunidade do Engenho Velho. Veio um projeto de geração de emprego e renda, mas só tinha homem, e eu (<i>líder</i>), como já era conhecida na comunidade pelos movimentos populares, surgiu a idéia de eu cuidar do projeto de emprego e renda. Só que lá, conseguimos o projeto, mostramos a capacidade das mulheres, eram mais homens do que mulheres e começaram a criar empecilhos, pois eram muitas mulheres juntas, coisa que não existia na comunidade, muitas mulheres participando nas associações. Quando surgiu o projeto, já tinha empreendimento que veio através do fórum de combate à violência, e eles criando muita dificuldade para a gente. Mas ainda conseguimos criar muitas peças de artesanato. Quando o dinheiro começou a entrar e as mulheres querendo saber de tudo passo a passo, a coisa começou a dar errado. Os homens queriam que o controle ficasse nas mãos dos homens. Então, na época, três mulheres saíram e alugaram um espaço. Mas sentimos necessidade de melhorar e mudamos. Hoje, estamos já com cinco anos, já temos estatuto, é registrado, tem CNPJ. Vemos a necessidade de gerar emprego e renda pra comunidade, para todos aprenderem um ofício. O Fórum de Combate à Violência continua nos acompanhando. Fizemos parceria com a Católica e com a UFBA. Com tanto apoio, a cooperativa cresceu sem precisarmos do dinheiro público, que muitas vezes é jogado fora.</p>
<b>ASCOSI</b>  Associação de Costureiras de Itapagipe	<p><i>5 anos de formada, mas 3 anos registrada como associação</i>            A gente começou com um curso de costureira na Cidade Mãe (ONG), e, depois do curso, algumas pessoas (<i>elas falam em quem podia, para se referir às mais jovens</i>) foram trabalhar em fábrica e outras pessoas, que tinham idade avançada que a fábrica não aceitava, que estava fora do mercado, se reuniu, e tomou um curso de capacitação para formar uma cooperativa, um grupo de mulheres, no SENAI. Aí, depois destas reuniões, foi mais de um ano de reuniões, a gente fez um projeto (para a SECOMP, com assessoria de uma professora da Católica) para conseguir as máquinas, e conseguimos as máquinas. Depois de um tempo, a gente conseguiu um espaço na associação lá no Lobato, e aí, a gente começou a costurar. Formamos uma associação. As máquinas foram doadas pela SECOMP.  <i>As motivações (individuais, culturais, políticas) foram estarem fora do mercado de trabalho.</i></p>
<b>Brinquedos Inteligentes</b>	<p><b>Luiz F:</b> Poxa, tem 4 anos?  <b>Luíza:</b> Em 2002.  <b>Tarcis:</b> Nessa faixa.  <b>Luiz F:</b> É mais ou menos  <b>Luíza :</b> em 2001?  <b>Luiz F:</b> É foi quando eu cheguei aqui.</p>

	<p><b>Tarcis:</b> é foi quando começou a vender nas praias</p> <p><b>Luíza:</b> <i>Por que e como surgiu a Organização: o que embasou a sua criação?</i></p> <p><b>Luiz F:</b> Eu estava no Rio de Janeiro e comecei a colecionar brinquedo de metal, quebra-cabeças chineses, aí chegou aqui, rolou de fazer brinquedos de madeira. Aí, começou a pesquisar e juntou vários... assim... mais de cem jogos. A gente faz... assim... os brinquedos, são brinquedos do mundo todo. Esse é do Nepal; China; África, França.</p> <p><b>Luíza:</b> <i>Quais foram as motivações (individuais, culturais, políticas)?</i></p> <p><b>Luiz F:</b> Primeiro, o gosto, pessoal. Então, acho que foi uma inclinação pessoal mesmo e cada um tem função, mas todo mundo conhece todas as etapas do processo. Começou com essa coleção, aí a gente ampliou e percebeu que ninguém fazia o que a gente faz, a gente trabalha, exclusivamente, com álgebra e matemática.</p>
<p><b>COMUFE</b> Cooperativa de Mulheres da Federação</p>	<p>Faz 2 anos em agosto. Nós começamos pela falta de trabalho. Todo mundo estava sem trabalho e aí pensamos no cooperativismo ou associativismo, porque todo mundo se junta, se une e trabalha e reparte os rendimentos igual. Aí, procuramos uma pessoa conhecida e buscamos um curso de associativismo e ficamos nos reunindo duas vezes na semana lá no centro (<i>Centro Social Urbano</i>). O espaço físico utilizado era do centro. Começamos a produzir através de retalhos, pois o projeto da gente era Arte em Pedacos, um trabalho com retalhos. Arranjamos uma costureira que tinha mais experiência, ela ia cortando... E começamos a vender assim. Cada uma vendia um pouco. E depois o que vendia, o rateio total, a gente dividia em iguais.</p> <p>A motivação maior é a associação do bairro, que eu sou diretora. Então, dentro da programação anual da associação, todos os anos, a gente procura uma coisa nova. E a função muito preocupante era o trabalho e renda, porque hoje não tem emprego. Então, a motivação vem daí. A gente tem que arranjar um meio de trabalhar... E a gente não vê o espírito cooperativista dos adolescentes, pois eles tomaram um curso de sabão, perfume, no colégio Antônio Carlos Magalhães, pois era, ERA para eles montarem uma cooperativa, mas o curso ficou pela metade, parou. Eles não continuaram com o trabalho voluntário e o curso parou. E agora, tem a cooperativa de catadores de papel, que a gente está tentando implementar para dar uma ocupação aos jovens. Então, é um trabalho que a associação tem de estar criando ações para melhorar a qualidade de vida dentro da comunidade. A motivação maior foi esta.</p>
<p><b>COOMARTES</b> Cooperativa de Mulheres Artesãs do Subúrbio de Plataforma</p>	<p>A gente começou a partir de um projeto de financiamento aprovado pela CESE. A gente comprou material com o dinheiro. A casa foi doada por um grupo de 4 mulheres que desenvolvem trabalho comunitário (<i>elas não especificam o registro legal deste grupo de mulheres</i>). A cooperativa surgiu através de um encontro da associação de bairro com o objetivo de formar um grupo para geração de renda. A gente percebeu que deveria fazer algo que não tivesse muita gente fazendo. Então a gente foi procurar uma coisa que a gente fizesse e fosse diferente. Então a gente foi pesquisando e pensou em desenvolver um trabalho com o marisco, que é abundante aqui. O que divulga a cultura do próprio subúrbio.</p> <p>A motivação é ter um trabalho nosso. Ao invés de ficar desocupada em casa, a gente tem algo que nós fazemos. Tem muita gente aí que não tem o que fazer.</p>
<p>Cooperativa Raízes do Povo de Israel</p>	<p>Faz dois anos. Nós começamos no dia 7 de maio de 2004. Fez dois anos agora.</p> <p>A gente começou nestas andanças, visitando outras cooperativas, junto com a União pela Moradia Popular. E fomos convidando outras pessoas, com o testemunho divino e com o apoio do padre da paróquia e das irmãs. Com o apoio do padre logo conseguimos um espaço e tomamos o curso de cooperativismo, com o apoio de uma ONG que estava lá no bairro na época. Pegamos nossas máquinas de dentro de casa, conseguimos os retalhos com as pessoas e em fábricas e começamos a fazer bolsas, sacolas... E</p>

	<p>começamos a produzir devagarzinho. E fomos participando de duas feiras: a feira da caridade da Diocese e a feira de economia solidária pelo fórum de cooperativas.</p> <p>Motivações: Necessidade nossa, pois somos mulheres em idade avançada, com dificuldade de conseguir um emprego, até pelo nosso conhecimento, da capacitação da gente mesmo. Então a gente ficou unida e buscou juntas um maior conhecimento, passar o aprendizado também. Futuramente, se a nossa cooperativa ficar lá no fundo, a gente pode buscar ajuda pra conseguir chegar lá. No momento, estamos todas voluntárias sem remuneração nenhuma. É muito pouco, só para manter</p>
<p><b>COPAED</b> Cooperativa Múltipla de Produção de Alimentos e Engenho Doce</p>	<p>Em 5 de janeiro de 2004, no outro prédio, do lado da UNIFACS mesmo, porque a comunidade do Engenho Velho tinha uma preocupação com geração de renda, mas não a comunidade, porque seria muito grande, grupos isolados, em um dos terreiros, porque são 31 terreiros, em um dos terreiros de candomblé tinha uma preocupação maior: se preocupava muito em dar cursos, curso de manicure, de emborrachado, de informática, para poder o pessoal sair com uma renda, algo que trouxesse dinheiro com mais facilidade. Que era a mãe de santo, Mãe Rosa, hoje ela é falecida. Então, essa mãe de santo que tinha uma preocupação maior. Então, quando a UNIFACS procurou alguém da comunidade, encontrou essa pessoa no terreiro, mas, aí, a gente sabia que essa proposta era muito boa, mas demoraria muito para dar retorno financeiro. Então, Nara me pediu para acompanhar o pessoal da UNIFACS para vê se alguém da comunidade se interessava em participar do projeto, mas sabendo que não ia receber o dinheiro rápido. Assim começou. Receber esse dinheiro mesmo só foi no mês de janeiro do final do passado para cá. Dos fundadores mesmo só tem eu e Valdete, mas todos os outros não mais ficaram, por causa da dificuldade de retorno imediato: as famílias dependem muito desse dinheiro e não recebia.</p>
<p><b>COOPARTES</b> Cooperativa de Jovens Artesãos</p>	<p><i>a entrevistada não soube precisar quando, mas veio de um processo de curso, depois de formação de grupo e acabou formando a cooperativa. Começou com um curso de empreendedorismo oferecido pelo Pangea e formou a cooperativa de artesanato.</i></p>
<p><b>COOPERART</b> Cooperativa Múltipla de Artesãos (nome fantasia)</p>	<p><i>Surgiu em 2000 como Grupo Pró Cooperativa de Cajazeiras. Desde a data de surgimento o grupo já passou por vários momentos. Inicialmente eles pensaram em trabalhar com a produção de alimentos – quitinhas. Depois de um trabalho de estudo de viabilidade com a ITCP, de dois anos pra cá, eles verificaram que boa parte do grupo não se identificava com a produção de alimentos. Então algumas pessoas se manifestaram e falaram que tinham habilidades para fazer artesanato, produção com couro. Eles passaram por um processo de incubação com a ITCP da UNEB. Após esta definição, eles entraram no processo de fazer estudos de viabilidade e capacitação, novamente, para o trabalho com couro. Mas, há uma crença que o processo de formação de cooperativas populares seja lento, por conta das necessidades do grupo. A cooperativa passou por muitos “processos” (capacitações com diversas entidades, como a ITCP, a ADS, Vida Brasil, BanSol), em diversas áreas como informática, comercialização. Com isso, boa parte do grupo arrumou emprego e, hoje, boa parte do grupo participa da cooperativa, mas tem um emprego fixo. Atualmente, 11 pessoas do grupo já trabalham com carteira assinada e “tem que dar expediente”. Mesmo assim, o grupo vem sendo mantido. A aproximação do grupo com a ITCP foi através de um seminário realizado em Cajazeiras, de geração de emprego e renda, organizado pela Câmara de Vereadores, que tinha, na época, como presidente Gedel Vieira Lima. Deste seminário, percebeu-se a necessidade de criar uma cooperativa em Cajazeiras e, então, criou-se uma comissão (pequena), na intenção de montar esta cooperativa. A partir daí, a ITCP e o Instituto Integrar fizeram um seminário de cooperativismo, onde foi criada esta cooperativa, que, na época, chamava-se COOPERCAJ (Cooperativa de Cajazeiras). Mas a cooperativa não decolou no decorrer do tempo, porque existiam</i></p>

	<p><i>peças que não estavam precisando formar uma cooperativa. Era um grupo formado por pessoas que tinham seus empregos, muitas vezes até ligados ao setor público (como Embasa, e secretarias da prefeitura). Isto criou um certo desentendimento. Então, a ITCP desenvolveu um novo seminário de cooperativismo como objetivo de resgatar as pessoas realmente envolvidas na cooperativa. Esta fase foi quando o entrevistado e outras pessoas que até hoje fazem parte da cooperativa entraram. Neste seminário, participaram umas 50 pessoas, mas a antiga COOPERCAJ se diluiu totalmente, ficando apenas as pessoas que dariam seguimento ao empreendimento (5 pessoas apenas). Com estas 5 pessoas, foi criado o grupo pró-cooperativa, que passou a ser efetivamente incubado pela ITCP. Depois, começou o processo para agregação de novas pessoas, sempre com o acompanhamento da ITCP.</i></p>
<p><b>COOPERCORTE</b> Cooperativa de Mulheres Costurando uma Realidade Diferente</p>	<p>Teve início em Quatro de Junho de 2002. Surgiu através do apadrinhamento da visão mundial, pois quase todas as mulheres daqui têm um filho que é apadrinhado pela Visão Mundial e a SECOMP dava muita contribuição para as mães desses filhos apadrinhados. Depois, ao invés de estar dando cesta básica e remédios, eles resolveram criar grupos, onde cada uma tivesse a oportunidade de ter um meio que gerasse uma renda. Primeiro, criou-se o grupo dos artesãos, depois um pequeno grupo de costureiras, e seis meses depois, tomamos a decisão de fazer uma cooperativa, através de uma pessoa de Recife-Pe que nos deu um curso de cooperativismo. E, depois, passamos a procurar mulheres que quisessem fazer parte do grupo, onde chegou a 23 mulheres no momento da fundação no dia 22 de agosto de 2003. Logo depois, em dezembro, tomamos um curso básico de Corte e Costura Industrial. Quando foi em Agosto de 2004, a visão mundial resolveu alugar um espaço para que a gente passasse a produzir. De lá pra cá, caminhamos com muita dificuldade, tanto que não somos mais 23 e sim 12, pois nem todas conseguiram trabalhar sem receber dinheiro, pois precisavam levar dinheiro para dentro de casa. Assim, saíram e foram atrás de trabalho que desse um retorno financeiro, como serviço geral, outras como domésticas. A motivação era a esperança que todas tinham de crescer e de um dia termos os nossos próprios salários. Por enquanto, ainda não temos, mas ainda temos a esperança.</p>
<p><b>COOPERTEXTIL</b> Múltipla de Produção e Trabalho de Artigos Têxteis</p>	<p>Fez 4 anos (2002) dia 30 de julho. A cooperativa iniciou com o curso oferecido pela prefeitura com o Projeto Axé. Esta proposta é das mães do Projeto Axé que tem algum filho vinculado ao PET. Então, como a maioria das mães tinha pouca renda, elas levaram o projeto ao Projeto Axé como uma possibilidade de gerar renda, pois um dia, o PET iria terminar. Aí, o projeto foi levado para a prefeitura e o Dr. Raimundo Caíres, que na época era secretário (SETRADS) – e hoje é candidato – enviou para o presidente e foi aceito. No projeto inicial, eram teares pequenos de prego, mas como ele conhecia Rosa Alice, que é artista plástica e sabe tecelagem, o projeto mudou para estes teares. A cooperativa foi formada em 2003, o curso que foi antes . Geração de trabalho e renda. Porque as pessoas precisavam trabalhar para sustentar a família. Teve também a motivação de não deixar a tecelagem morrer (<i>este é um projeto deles de passar para outras pessoas</i>).</p>
<p><b>Edna Batista Nascimento</b> Bonequinhos de Jornal</p>	<p>Tem uns dez anos que eu venho fazendo. (<i>a entrevistadora questiona que, no seu roteiro, consta que ela começou em 2000</i>) Tem aí que eu comecei em 2000? Eu fazia antes, mas em 2000 que eu comecei a por gente para ajudar. Os bonequinhos de jornal foi um trabalho que eu criei, então, assim, sempre eu fazia sozinha. Depois, foi aumentando a procura, então houve necessidade de botar pessoas pra ajudar. (<i>não é uma organização coletiva, mas um artesanato desenvolvido por Edna, pois quando a entrevistadora pergunta quando vocês começaram, ela afirma que é um trabalho individual</i>). Antes dava pra eu fazer sozinha, mas depois foi aumentando e eu tive que ir chamando uma pessoa, depois outra pessoa. Mas o trabalho é muito minucioso e nem todo mundo tem paciência de fazer. Então tem que ser pessoas que tem paciência de fazer o trabalho. <i>Quando você decidiu</i></p>



	<p><i>chamar gente para ajudar? Como foi este processo?</i> Eu sempre gostei de arte, sempre gostei de fazer alguma coisa. Mas não podia fazer antes, porque não tinha tempo. Estava criando meus filhos, porque eu tenho seis filhos. Depois que eles cresceram, eu resolvi botar em prática o que eu já tinha em mente. Todo trabalho que eu faço com eles (<i>os bonequinhos</i>) é voltado para o social (...). Eu que criei o trabalho, eu resolvi fazer. Comecei tentando com garrafa PET, estas coisas, depois foi me dando mais idéias de trabalhar com aproveitamento de materiais e comecei a fazer com jornal. Jornal, cola... <i>O que te motivou a fazer?</i> Pra dizer a verdade é a vivência. Foi a infância que eu não tive. Foi o cotidiano. É a vida. Tenho funeral... Cadeira de rodas, crianças brincando de pular corda, criança com o bambolê (...) Faço até menino de rua cheirando cola (<i>Edna passa a descrever o que seus bonequinhos representam – cenas do cotidiano</i>). Não tá tudo aqui. Porque tem uns lá na associação no Pelourinho. Porque, agora, tem uma associação lá no Pelourinho que eu me associei, que é uma loja onde as mulheres artesãs colocam seu trabalho. É uma associação cultural e tem muitos trabalhos lá (<i>Culturarte</i>).</p>
<p><b>Grupo de Amigos Artesãos</b></p>	<p>O grupo está em processo de se registrar, pois antes eles funcionavam, mas não eram registrados. O grupo está se reunindo toda segunda e quinta, se preparando para exportar, trabalhando na confecção de bonecos e camisetas. 2002 (<i>meio em dívida</i>).</p> <p><i>Ela disse que ia levar o histórico para a entrevista, mas acabou esquecendo e não sabe muito sobre o histórico.</i></p> <p>A maioria do pessoal não tinha emprego fixo, e estes grupos, estas coisas é um meio de garantir uma rendinha. As pessoas que fazem artesanato, quando vão numa escola, por exemplo, alguém acaba vendo e se interessando. Eu, no meu caso, por exemplo, eu faço bolsa, coisa de tricozinho, sempre acabo vendendo para o pessoal onde eu ... do teatro, do fórum (<i>não especifica que teatro e que fórum</i>) – <i>dimensão individual</i></p> <p>Foi uma história longa. A partir do clube de mães – porque todo mundo faz parte do clube na CECOM – Tinha também André, que trabalhava aqui no CECOM, tinha também Isabela, assistente social. André foi o maior incentivador do grupo. Incentivou mesmo, na questão das barracas, é tanto que quando ele saiu, o grupo ficou meio abalado. Porque, também, muitas coisas aconteciam e a gente não ficava sabendo, como as reuniões de economia solidária, que a gente sabia através de André. A gente sentiu muita falta de André. Aí levou um tempo sem se reunir direito, mas agora tá tendo atividade, na segunda e quinta-feira. (<i>Retomando a pergunta de como havia surgido</i>)</p>
<p><b>Grupo Raio de Sol</b></p>	<p>Nós começamos no 1º de julho de 2003. Foi aquele projeto Bom Viver, a CONDER construiu aí uma sala, cobriu com forro, se conseguiu esse negócio do espaço e aí, agora que sobrou, eles investiram aqui, no povo do bairro. Hoje tá alugado pela prefeitura, cobram o olho da sogra. Eu não faço parte do bairro, sou a única que não mora aqui, mas fui convidada devido a minha experiência no trabalho. Então, uma hora estava assim, recém formada em corte, aquela formatura do programa rapidinho de três meses, eu não, fui formada em corte com dois anos. Pela minha idade você vê, que há 18 anos o curso não era como é hoje, né? Trabalhei na Mesbla, trabalhei na Shirley, sempre com experiência industrial, por isso que me convidaram. E outra é que participava, assim, de curso de corte, e eu, como tinha tido um derrame, precisava fazer fisioterapia. Minha cunhada ligou, falou com o povo, eles me aceitaram e eu vim fazer curso de aproveitamento de tecidos com elas e aí gostaram. Como eu era costureira, minhas peças saiam todas ajeitadinha, aí, na hora de formar aqui, me convidaram. Então eu sou a única que não sou do bairro.</p>
<p><b>ONG Paciência Viva</b> Centro Brasileiro de Preservação Ambiental e desenvolvimento Sustentável</p>	<p>A ONG foi fundada em 16 de agosto de 2000. A ONG foi desenvolvida a partir do projeto de esporte e educação na praia da Paciência, com a preocupação de recuperação da praia da Paciência (projeto SOS Paciência). Hoje, o Projeto Futebol e Cidadania Viva continua, com o apoio do colégio Anglo Brasileiro, que doa material de treinamento, e a gente mantém cerca</p>

	<p>de 70 crianças e adolescentes na praia da Paciência, desenvolvendo trabalho com futebol de areia. Os fundadores da ONG são ex-atletas e moradores do Rio Vermelho que freqüentavam e ainda freqüentam a praia da Paciência e sempre tiveram uma ligação muito forte com a região por conta do esporte. Os atletas resolveram se organizar dentro de uma ONG, desenvolvendo um trabalho com o esporte, envolvendo a comunidade. (Comunidades: o Alto da Sereia, Alto da Alegria.)</p>
<p><b>Projeto Cooperativa Ação Reciclar</b></p>	<p><b>E/F:</b> A gente veio de um projeto de lá do Alto da Sereia, não tinha nada do que tem aqui hoje, não tinha prensa, fazia os parros na forma de geladeira, mas hoje não. Hoje está mais estável para gente. <b>Luiza:</b> Foi quando isso, lá no Alto da Sereia, foi em 2001? Você é ? <b>R:</b> Eugênia. Foi. <b>Luiza:</b> Por que e como surgiu a Organização: o que embasou a sua criação? <b>E/F:</b> Eu não pude participar do início. <b>Eugenia:</b> Tinha uma quantidade de pessoas desempregada. Aí, Nilda, que é a coordenadora do projeto, tinha uma pessoa que chamou a gente para uma reunião, e juntou um grupo de 5 pessoas.</p>

**Apêndice F**  
**QUADRO DE ARTICULAÇÕES DOS EMPREENDIMIENTOS**

NOME	PODER PÚBLICO	PARCERIAS PRIVADAS	SOCIEDADE CIVIL	REDES E FÓRUMS
<p style="text-align: center;"><b>AMAC</b> Cooperativa Multipla das Artesãs de Cajazeiras</p>	-	<p style="text-align: center;"><b>Doação de pessoa física</b> - uma cooperada doou sua casa para ser o local de funcionamento da cooperativa</p>	<p><b>CESE</b> – projeto de financiamento (<i>compra de matéria-prima e financiamento da produção</i>); <b>ITCP UNEB</b> – processo de incubação, determinação de produto; <b>Associação de Bairro de Cajazeiras V</b> – apoio nas atividades <b>Grupo Casa do Sol</b> – apoio nas atividades</p>	<p>Fórum de Cooperativas Populares</p>
<p style="text-align: center;"><b>AMEV</b> Associação das Mulheres do Engenho Velho da Federação</p>	<p><b>Fábrica do carnaval</b> – projeto da prefeitura articulando Sempre, Sebrae, entre outros (durante 1 mês foi cedido um espaço para algumas organizações venderem e exporem seus produtos); Estão iniciando uma parceria com o governo do Estado através de um projeto para formação de comunidades</p>	<p><b>Doação de pessoas físicas</b> - uma médica apoia a associação realizando exames preventivos na comunidade; doação de retalhos para a produção por armazinhos e fábricas de roupa <b>UNIFACS</b> - ponto de venda em um dos prédios da universidade para comercialização do artesanato</p>	<p><b>Universidade Católica</b> – aulas para a comunidade <b>ITCP CEFET</b> – processo de incubação.</p>	<p>Fórum Baiano de Economia Solidária <b>Fórum de Combate a Violência (Abraça a vida)</b> – encaminhamento de pessoas em situação de risco e doação de materiais</p>
<p style="text-align: center;"><b>ASCOSI</b> Associação de Costureiras de Itapagipe</p>	<p><b>SECOMP</b> - Doação das máquinas de costura a partir da apresentação de projeto <b>Fábrica do Carnaval</b> - projeto da prefeitura articulando Sempre, Sebrae, entre outros; <b>APL Uruguai</b> - processo de inclusão no Arranjo Produtivo Local do governo do estado</p>	-	<p><b>CESE</b> – projeto de financiamento incluindo o pagamento do aluguel do espaço por 1 ano, aquisição de alguns equipamentos e manutenção de máquinas</p>	<p>Fórum entre a prefeitura, DECA e SEBRAE para discussão de problemas, cursos (não ficou muito claro a natureza deste fórum na entrevista)</p>

<b>Brinquedos Inteligentes</b>	-	-	-	<b>Universidades</b> (Federal, Católica, Jorge Amado, e outras de fora) – convites para participação em congressos, simpósios, palestras, cursos e encontros nas áreas de psicologia, matemática, filosofia, computação (todas as áreas que estão relacionadas com pensamento lógico de alguma forma)	-
<b>COMUFE</b> Cooperativa de Mulheres da Federação	<b>Centro Social Urbano</b> – utilização do espaço físico <b>SETRAS</b> – empréstimo das máquinas de costura	<b>Doação de pessoa física</b> – ajuda pontual não especificada (provavelmente de divulgação da organização) da apresentadora de um programa de TV local	<b>Associação dos Moradores da Federação</b> – parcerias em diversas ações	Fórum Baiano de Economia Solidária	
<b>COOMARTES</b> Cooperativa de Mulheres Artesãs do Subúrbio de Plataforma	-	<b>SEBRAE</b> - curso de cooperativismo	<b>CESE</b> – projeto aprovado para reforma e compra de matéria-prima	Fórum de Economia Solidária Fórum de Cooperativas Populares	
Cooperativa Raízes do Povo de Israel	-	-	<b>Igreja</b> – espaço físico cedido, e apoio nas atividades <b>OCEB</b> – orientações para a legalização	Fórum de Cooperativas Populares	
<b>COPAED</b> Cooperativa Múltipla de Produção de Alimentos e Engenho Doce	-	<b>UNIFACS</b> – idealização e elaboração do projeto da cooperativa para geração de renda, contratação informal de uma pessoa para formar o grupo da cooperativa, concessão das cantinas para a cooperativa explorar <b>Petrobrás</b> – projeto (enviado pela UNIFACS) para compra dos equipamentos, recrutamento de pessoal, compra de fardamento e bolsa auxílio	<b>Vida Brasil</b> – trabalho dos integrantes no mapeamento de economia solidária	Rede de Agricultura Familiar Fórum de Economia Solidária Fórum de Cooperativas Populares	

<p><b>COOPARTES</b> Cooperativa de Jovens Artesãos</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p><b>PANGEA</b> – Realizam a administração da cooperativa</p>	<p>-</p>
<p><b>COOPERART</b> Cooperativa Múltipla de Artesãos (nome fantasia)</p>	<p><b>SEMU</b> e <b>SETRAS</b> (do município) – “há um diálogo saudável estabelecido”</p>	<p><b>Petrobrás</b> – 2 projetos de capacitação foram contemplados (“são projetos muito pequenos mesmo”).</p>	<p><b>Vida Brasil</b> – “sempre ajuda” com apoio, capacitação, cedendo espaço físico <b>ITCP UNEB</b> – processo de incubação (“relação muito boa com a ITCP. A mãe da gente que acompanhou todo o processo, que acompanhou o estudo de viabilidade, a assessoria”). <b>ITCP UNEB</b> - acompanhamento da cooperativa, oferta de curso de capacitação, e financiamento <b>CECOM</b> – formação do grupo e acompanhamento das atividades</p>	<p>União pela Moradia Popular – capacitação</p>
<p><b>COOPERCORTE</b> Cooperativa de Mulheres Costurando uma Realidade Diferente</p>	<p>-</p>	<p><b>Petrobrás</b> - projeto para pequenas e micros empresas <b>SEBRAE</b> – cursos na área de costura para todas as 23 mulheres durante dois meses</p>	<p><b>Projeto Axé</b> – curso inicial que agregou o grupo que formou a cooperativa <b>FAPESB</b> – projeto de aperfeiçoamento, design, vendas e inclusão de novas pessoas</p>	<p>Fórum de Economia Solidária Fórum de Cooperativas Populares</p>
<p><b>COOPERTEXTIL</b> Múltipla de Produção e Trabalho de Artigos Têxteis</p>	<p><b>SECOMP</b> – (?) <b>Prefeitura</b> – oferta de cursos de acordo com a necessidade da cooperativa</p>	<p><b>SEBRAE</b> – cursos, como empreendedorismo, associativismo, cooperativismo, contabilidade</p>	<p><b>CULTURARTE</b> – associação que vende os produtos mediante o pagamento de uma quantia mensal <b>Associação de Moradores do Uruguai</b> – venda de produtos</p>	<p>Fórum de Economia Solidária Fórum de Cooperativas Populares</p>
<p><b>Edna Batista Nascimento</b> Bonequinhos de Jornal</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p><b>CULTURARTE</b> – associação que vende os produtos mediante o pagamento de uma quantia mensal <b>Associação de Moradores do Uruguai</b> – venda de produtos</p>	<p>-</p>

<p><b>Grupo de Amigos Artesãos</b></p>	<p>-</p>	<p><b>Petrobras</b> - não é especificada a forma de ajuda</p>	<p><b>Clube de Mães do CECOM</b> – agregação do grupo, atividades emocionais e cursos de artesanato (bolsa, pintura, bordado) <b>Visão Mundial</b> – participação no banco comunitário (<i>“No banco comunitário você poupa para poder comprar material para fazer artesanato”</i>) <b>Igreja Batista</b> – local de encontro do grupo</p>	<p>Fórum de Economia Solidária Fórum de Casa e Habitação Fórum de DEC (Desenvolvimento Econômico) – ligado ao banco comunitário, que apoia o desenvolvimento do grupo</p>
<p><b>Grupo Raio de Sol</b></p>	<p><b>CONDER</b> - curso de costura e orientações quando há necessidade, tipo dúvida em relação a uma decisão <b>Governo do Estado</b> – participação no APL do Uruguai</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>-</p>
<p><b>ONG Paciência Viva</b> Centro Brasileiro de Preservação Ambiental e desenvolvimento Sustentável</p>	<p><b>SECOMP</b> – convênio através do projeto Ação Reciclar, visando a coleta seletiva no Rio Vermelho</p>	<p><b>Colégio Anglo Brasileiro</b> – doação de material para o projeto de futebol de praia</p>	<p><b>IAAP</b> - projeto na área de vídeo (Imagem Viva), oferta de curso de edição não linear – digital – para 10 jovens de baixa renda <b>ONG Mages</b> - parte de educação ambiental do projeto Ação Reciclar</p>	<p>-</p>
<p><b>Projeto Cooperativa Ação Reciclar</b></p>	<p><b>SECOMP</b> – financiamento do projeto da cooperativa</p>	<p><b>Faculdade Ruy Barbosa</b> – doação de material para a coleta Biscoito Tupi - aula de nutrição</p>	<p><b>Universidade Federal e UCSAL</b> - curso de cooperativismo</p>	<p>-</p>

## Apêndice G

### QUADRO SOBRE CONSCIÊNCIA NA PARTICIPAÇÃO DE EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO

NOME	CONCEPÇÃO
<b>AMAC</b>  Cooperativa Múltipla das Artesãs de Cajazeiras	<p>Sim (<i>enfático</i>). As pessoas que permaneceram, até hoje, na cooperativa são as que realmente tem um espírito cooperativista. Que não estão apenas visando o lucro. Porque muitas pessoas dizem que é só reunião, reunião e, no final, não tem nada (\$\$\$). Nada que fala é o dinheiro que não entrava. Nós 7 que continuamos somos as que têm um espírito solidário, de não estar apenas preocupadas com a renda, mas com o trabalho coletivo, a união, a amizade. Por exemplo, quando uma não vai para a cooperativa fica aquela coisa quase sem sal... (gera um desânimo geral). Eu já estou neste processo de trabalho cooperativo há 5 anos, mas pra elas é tudo novo (...)</p> <p><i>(a entrevistada fala um pouco da reação das outras cooperadas ao trabalho cooperativo e como elas se envolvem a cada dia com o cooperativismo, sempre muito influenciado pela entrevistada).</i></p> <p>A economia solidária é muito mais do que o econômico, do que o dinheiro. A economia solidária... Seria hipocrisia da minha parte dizer que a gente não se preocupa com o dinheiro, até porque a gente precisa dele para comer. Mas quando você realmente tem aquela coisa de querer dar certo, de crescer, de estar participando, de estar lutando por um objetivo (...). Quando você ver seu orgulho de estar participando, seu orgulho de estar fazendo aquilo, você percebe que, na economia solidária, a palavra “economia” não vem em primeiro. Então, você percebe que há mais ênfase na palavra “solidária” do que “economia” (...).</p>
<b>AMEV</b>  Associação das Mulheres do Engenho Velho da Federação	<p><i>Vocês se consideram uma organização de economia solidária? (muito relacionado com o fazer trabalho social).</i></p> <p>Sim. Pois muitas coisas são doadas e fazemos baixo custo, muitas coisas são reaproveitadas, uma é solidária com a outra ensinando com seus conhecimentos. <i>Como é o trabalho na economia solidária? (entendimento sobre economia solidária)</i></p> <p>Trabalhar na economia solidária é bom, mas, quando a gente vai competir com o mercado, a gente fica pra trás.</p>
<b>ASCOSI</b>  Associação de Costureiras de Itapagipe	<p><i>Vocês se consideram uma organização de economia solidária? (elas não conseguem compreender bem o conceito).</i></p> <p>Você quer saber se a gente tem algum programa social, é? Isto que é “economia solidária”? Esta solidariedade que você está se referindo internamente ou pra comunidade? (Economia solidária) é uma ajuda mútua, né?</p> <p><i>O que vocês consideram que é a economia solidária? Algo pra fora ou pra dentro?</i></p> <p>Entre a gente, a gente é solidário, porque a gente está cooperando e se ajudando. Mas, pra comunidade, ainda não. <i>(não consegui entender bem as razões, mas provavelmente porque elas não desenvolvem nenhuma ação em comunidade).</i></p> <p><i>(A entrevistadora acabou não perguntando sobre como era o trabalho na economia solidária devido à dificuldade no próprio entendimento sobre economia solidária)</i></p>
<b>Brinquedos Inteligentes</b>	<p><b>Luiza:</b> <i>Vocês se consideram uma organização de economia solidária?</i></p> <p><b>Luiz F:</b> Em que sentido?</p> <p><b>Luiza:</b> <i>Todo o entendimento do seja economia solidária.</i></p> <p><b>Luiz F:</b> Então, nós nunca tivemos esse tipo de discussão. Pra você, o que é economia solidária?</p> <p><b>Luiz F:</b> A gente trabalha assim: a gente procura, de alguma forma, não repetir o que o mercado faz, mas é difícil. Os salários não podem ser muitos altos se não tem como pagar, mas, assim, a gente tem uma certa liberdade no ambiente de trabalho, não tem? Não um ambiente totalmente rígido, mas eu não sei, não é</p>

	<p>economia solidária, é mais uma empresa convencional. É um grupo de artesãos.</p> <p><b>Luiza:</b> <i>Vocês trabalham de forma cooperativa?</i></p> <p><b>Luiz F:</b> Não, na verdade a galera ganha salário.</p>
<p><b>COMUFE</b> Cooperativa de Mulheres da Federação</p>	<p>Eu acho que sim, porque se a gente busca uma economia em conjunto. A palavra ta dizendo, solidária. Agora, o que acontece, eu vou te falar o que está acontecendo com a COMUFE agora. Aquele espaço, lá no Centro Urbano, que a sala é a mesma sala do pré-vestibular, era pra gente trabalhar com a costura. É um espaço que está sendo visitado por qualquer pessoa à noite e está vindo gente de fora, usuários de drogas. Aí, cortaram as salas. Aí, o que eu fiz? Eu garrei as máquinas todas e trouxe de lá pra cá, pra casa. Inclusive, uma assistente social que é da SETRAS, alguém ligou para lá e disse que eu trouxe as máquinas pra cá. Aí, ela veio me procurar e disse que era patrimônio do Estado e disse que eu não podia tirar do espaço público para trazer para uma residência que é particular. Aí, eu disse a ela: eu trouxe e não vou tirar porque, aqui, está mais seguro do que lá. Lá, já foi roubado televisor, já foi roubado computador do próprio Centro Social Urbano. E eu assinei um documento como liderança comunitária responsável por estas máquinas. Se sumir aqui, dentro da minha casa, eu tenho como responder. E, lá, como é que eu respondo? Aí, eu trouxe pra cá e o que é que fez. Eu fiz um documento e cada costureira levou uma máquina para casa, e a gente distribui os trabalhos assim: cada uma leva uma quantidade de trabalho, presta contas e a gente tá participando de feiras. Ano passado, nós fomos pra São Paulo, para economia solidária, no início deste ano quer dizer, com a organização da Vida Brasil. E três, quatro pessoas de lá da economia solidária, do fórum, ficou responsável. Dezembro do ano passado, nós participamos (da feira) lá no Terreiro de Jesus, também com patrocínio da Vida Brasil. Participamos pela enciclopédia da cidade com... Mercado Cultural, lá na Universidade Católica, com outras economias também, com outras instituições, outras cooperativas. Então, sempre que tem alguma coisa, nós participamos. Nós vamos trabalhar no mês de agosto todo para fazer encontros no final de linha, para não deixar o projeto morrer. Porque as coisas da cooperativa (as roupas) está aqui naquele depósito que eu vou te mostrar daqui a pouco. As máquinas, algumas estão aqui, as outras, uma tá com Maíra, outra com Cremilda, outra com Lívia e outra com Rita. Sem contar que tem mais duas pessoas que são novas que tem um artesanato legal aí, próprio. Os retalhos estão todos aqui dentro da minha laje e ainda tem lá no centro um armário cheio de retalhos. E a gente vem trabalhando assim, fazendo tudo para não morrer o projeto.</p> <p><i>Como é o trabalho na economia solidária? (entendimento sobre economia solidária).</i></p> <p>Bom, o trabalho da economia solidária ... eu acho que hoje, se tivesse, assim, um pouco de apoio dos poderes públicos, menos burocracia nas documentações, porque assim, a gente não tá documentado legalmente. O documento que a gente usa aqui, por exemplo, em algumas pronto-entregas que eu ofício pedindo retalhos, eu levei o ofício com o documento da associação de moradores que é legal. Mas a cooperativa não é legal. Com a associação, a nova legislação permite o trabalho com educação, com produção, então, ela pode legitimar a cooperativa. Mas não tem um documento que vise à cooperativa.</p> <p>Então eu acredito que o cooperativismo é o trabalho do século porque não tem emprego. Hoje em dia isso é muito grande (o desemprego). Agora é um trabalho de persistência. Os envolvidos precisam ter persistência, união, que às vezes não tem. Quando tem aquele líder que retoma, que quer passar as coisas, que exige, então tem uns que não aceitam. Então, é um trabalho de união e de persistência. Mas, que tem tudo pra dar resultado, tem.</p>
<p><b>COOMARTES</b> Cooperativa de Mulheres Artesãs do Subúrbio de Plataforma</p>	<p>Sim, um vai ajudando o outro. A gente ainda está aprendendo o que é economia solidária</p>
<p>Cooperativa Raízes do Povo de Israel</p>	<p>Eu acredito que sim, porque a gente está buscando, está correndo atrás, através da união das mulheres, e é uma coisa bonita. Para algumas, é como se fosse uma</p>



	terapia. Isso é positivo
<b>COPAED</b> Cooperativa Múltipla de Produção de Alimentos e Engenho Doce	Sim, A diferença de um empreendimento solidário para o capitalismo é a organização, da forma em que ele é gerido, então eu costumo dizer que a economia solidária trouxe a gente para uma espécie de gestão diferente. Só que uma gestão diferente tem muitos conflitos, porque não estão acostumadas a projetos dessa forma, então se você habituassem a tudo ser de todo mundo, a ter um grande comprometimento, a questão do financeiro que retorna muito, recebe 500 R\$, mas a produção não teve nada, então como é nosso, a gente abre mão de receber pra comprar matéria-prima, então é característica de economia solidária, não pensa só no capital, precisa dele pra sobreviver, mas pra não perder. A questão, também, é de respeitar o indivíduo, nem todo mundo é igual e não aprende a ser igual. Então, procurar muito é respeitar isso, se a pessoa tem seu tempo de aprender, se bem ela seguiu seu tempo, no capital não. Se ela tem 25 anos, ela não é mais aceita no mercado de trabalho, pra ele não tem mais serventia nenhuma, pra gente, o que vale é que a pessoa sabe fazer, porque ela tem o que produzir, não importa a idade.
<b>COOPARTES</b> Cooperativa de Jovens Artesãos	...Eu acho que sim... Um trabalho cooperativo com divisão de tudo igual. A gente aprende muito aqui. A gente funciona em núcleos e cada um pode passar por todos os núcleos. Tem núcleo de fazer papel, bijuteria, trabalho com bambu. Existem os coordenadores dos núcleos, mas cada um pode ficar no núcleo que tem mais afinidade
<b>COOPERART</b> Cooperativa Múltipla de Artesãos (nome fantasia)	A economia solidária tem uma diversidade muito grande e não se refere apenas ao trabalho com cooperativas. Tem empresários que poderiam inserir suas empresas dentro do processo da economia solidária. A economia solidária pra mim, é conseguir construir, dentro do cooperativismo, uma cooperativa viável, com administração auto gestonária estável, onde haja a percepção que dentro do ambiente de trabalho, a gente consiga ter uma relação harmoniosa, uma compreensão múltipla de ajuda.
<b>COOPERCORTE</b> Cooperativa de Mulheres Costurando uma Realidade Diferente	É um trabalho que está crescendo. Ainda na semana passada, quarta e quinta, tivemos um seminário só com os empreendimentos da Visão Mundial. Inclusive, vieram pessoas de grupos de Valença para ter essa discussão sobre a economia solidária. Ouvimos a proposta e espalhamos pelo bairro, procurando pessoas que queiram se engajar na luta da economia solidária. Esta é a única solução. Como não existe emprego pra todo mundo e as empresas não contratam pessoas sem formação, as pessoas da comunidade acabam buscando o artesanato e a costura, assim entramos em contato com essas pessoas pra entrarem no grupo e terem um meio melhor de vida.
<b>COOPERTEXTIL</b> Múltipla de Produção e Trabalho de Artigos Têxteis	Eu acredito que o grupo faz parte do contexto de economia solidária. Estar junto, buscando melhorias para as pessoas, para as cooperativas. Trabalhando junto, em rede. É muito importante, porque cada grupo coloca o que pensa, um ajuda o outro, dá opinião. É muito importante a economia solidária <i>(eles atribuem grande importância, mas tem dificuldades de definir o que é)</i> .
<b>Edna Batista Nascimento</b> Bonequinhos de Jornal	Como assim? Na venda? Eu produzo em casa e as pessoas que me ajudam tem uma remuneração em cima da venda, de acordo com o que vende. Tanto pelo valor do material, como pelo valor da venda. Falar a verdade? Eu não sei o que é economia solidária. É quando recebe ajuda de uma parte? Ah, é bom. Porque uma pessoa não pode trabalhar só. Porque o trabalho com estes bonequinhos exige muito, então a solidariedade é das pessoas que estão me ajudando. Estão ajudando na produção. Então é um trabalho em conjunto. <i>(após ser esclarecida, ela demonstra que há um trabalho coletivo, mas será que isso é necessário para caracterizar um empreendimento solidário?)</i> .
<b>Grupo de Amigos Artesãos</b>	É também, né? Eu considero, porque é um trabalho de integração, que busca unir as pessoas no trabalho. Porque, se você faz uma bolsa, e eu faço outra, aí, vai integrando as coisas e funciona melhor. Dois é mais do que um.
<b>Grupo Raio de Sol</b>	Isso aí precisa vê o que é economia solidária. O que é economia solidária? É quando você participa com outro? Então eu creio que sim, nós ajudamos. Esse grupo mesmo aí <i>(referência a ASCOSI)</i> está com dificuldade de encontrar serviço, nós temos conhecimento demais, passamos pra elas, tem o povo do bairro, que quando precisa de aprender, a gente treina na máquina. Agora, não dá para encher isso aqui de gente, um ou dois é possível. Ah! o trabalho, o

	trabalho, não tem.
<b>ONG Paciência Viva</b> Centro Brasileiro de Preservação Ambiental e desenvolvimento Sustentável	<p>Sim, nós temos um projeto hoje orientado em regime de cooperativa <i>(Isso não justifica).</i></p> <p>Nós nos consideramos pelo seguinte: nós temos projetos que são orientados para o desenvolvimento de pessoas e um deles é um projeto que gera renda, que é o Projeto Ação Reciclar. E hoje ele é um projeto que é administrado da seguinte forma: é um projeto que desde o princípio, tudo que é coletado é dividido igualmente e, hoje, além da participação neste rateio, há uma bolsa, oferecida pela SECOMP, pelo período de 6 meses. Então, eles têm a bolsa e a participação no rateio. Então, é um projeto que congrega pessoas que estão fora do mercado de trabalho, que, provavelmente, não teriam a oportunidade de ter renda e, hoje, estão tendo esta oportunidade, de melhorar a qualidade de vida com a coleta seletiva <i>(o discurso lembra o filme <b>Quanto vale ou é por quilo</b>, como se eles fossem os redentores destas pobres pessoas!).</i></p> <p>Bom, nós hoje temos a área de coleta do Rio Vermelho, Ondina... <i>(descrição de como é feita a coleta e não do trabalho cooperativo em si)</i></p> <p>Eu não sei dizer como funciona o trabalho com outras cooperativas. Hoje eu digo que a ONG é administradora do Projeto Ação Reciclar <i>(mas, as cooperativas deveriam ser marcadas pela autogestão!).</i></p>
<b>Projeto Cooperativa Ação Reciclar</b>	<p><i>Vocês se consideram uma organização de economia solidária?</i></p> <p><b>E/F:</b> Eu acho, porque é um projeto que ajuda as pessoas da comunidade. Através disso aí já é alguma coisa né.</p>

## Apêndice H

### QUADRO DE OBJETIVOS DOS EMPREENDIMENTOS

NOME	OBJETIVOS E RESULTADOS	PROCESSO DE DECISÃO
<p><b>AMAC</b></p> <p>Cooperativa Múltipla das Artesãs de Cajazeiras</p>	<p>Hoje, era a nossa sede, que a gente já tem. Os móveis, como um armário para arrumar as coisas. E agora a gente quer capacitar para a feira (...). Agregar novos membros na cooperativa. Fazer um projeto para dar continuidade do financiamento da CESE. Buscar parcerias para entrar no mercado internacional, tendo em vista a Libero Italiana.</p>	<p><b>RESPONSÁVEL PELO PROCESSO</b></p> <p>O grupo, após um certo amadurecimento (<i>como a redação do projeto pra CESE, em que eles tiveram que por no papel o que queriam</i>). Mas foi uma decisão em conjunto, todo mundo participou. Mesmo aquela mais calada, a gente perguntou, futucou e todo mundo participou.</p>
<p><b>AMEV</b></p> <p>Associação das Mulheres do Engenho Velho da Federação</p>	<p><b>OBJETIVOS</b></p> <p>Renda – ganhar dinheiro.</p> <p><b>RESULTADOS</b></p> <p>A organização da comunidade, que ela possa brigar e melhorar a qualidade de vida. Saber que, com oportunidades, a gente melhora a auto-estima, porque uma pessoa sem trabalho não é nada. Todos precisam de oportunidades. O brasileiro não é preguiçoso, só precisa de oportunidade. O importante é que cada mulher consiga resgatar sua dignidade, exercer sua cidadania e conseguir ser respeitada dentro e fora da comunidade. Quem não estuda é enganado.</p> <p><i>Elas citam o caso de uma das entrevistadas presentes que teve a oportunidade de estudar a partir de um dos projetos da Associação.</i></p>	<p><i>As decisões são centralizadas na diretoria, apesar de existir um processo de consulta por assembléia.</i></p>
<p><b>ASCOSI</b></p> <p>Associação de Costureiras de Itapagipe</p>	<p><b>OBJETIVO</b></p> <p>Gerar lucro (<i>lucro em associação???</i>) e melhorar a qualidade de vida. (<i>Elas não conseguem empregos em outros postos de trabalho e precisam de alguma remuneração. O mercado não contrata alegando que com 30 anos a pessoa já está velha.</i>)</p> <p><b>RESULTADOS</b></p> <p>Montar uma loja para poder vender os produtos</p>	<p><i>O processo de decisão dos objetivos deu-se através de reuniões, participação em cursos.</i></p>
<p><b>Brinquedos Inteligentes</b></p>	<p><b>OBJETIVOS</b></p> <p><b>Luiz F:</b> A economia solidária. O objetivo é poder. É porque a gente está se estruturando, tá começando. Então, a gente pretende se estabilizar, porque a gente sabe que quase ninguém faz isso no Brasil. No terceiro mundo, existe um mercado gigantesco, mas a gente não tem acesso a ele e a gente tá começando a dialogar, cada vez mais, com parceiros importantes para ter acesso, e a idéia, basicamente, é essa, o dia em que cada um de nós possa viver dignamente com o seu</p>	<p><b>Luiz F:</b> Eu que tomo decisões por enquanto, infelizmente.</p>

	próprio trabalho sem ter que ter patrão. <b>RESULTADOS</b> <b>Luiz F:</b> é viver dignamente, no Brasil já é um processo.	
<b>COMUFE</b> Cooperativa de Mulheres da Federação	Agora? Olha, agora, o principal de tudo que a gente vem lutando é um espaço físico, para que ela se consolide. Porque o objetivo principal seria gerar trabalho e renda e não matar um projeto. Porque eu acho muito ruim, mesmo que a gente trabalhe assim devagar, guardando as coisas, construindo e guardando. Mas a gente não está matando um sonho, um objetivo, está construindo metas. E a meta é que a gente fique todas juntas. O resultado é financeiro, né? O objetivo é financeiro e o resultado tem que ser financeiro.	Todas não. Tanto é que teve gente que saiu com curso de costura industrial para ir fazer trabalho doméstico. Não desmerecendo o trabalho doméstico. Mas o mercado precisa de costureira e, aí, uma pessoa que toma um curso... e o curso foi caro. Inclusive, foi patrocinado pela secretaria (?), porque nós enviamos uma carta pedindo este apoio. O curso custou 450 reais por pessoa, mais o lanche e o transporte. Quer dizer, a pessoa se capacita, tá com tudo na mão, tem as ferramentas, e não tem paciência, porque, se tivesse um pouquinho mais de força de vontade, elas iam construindo, cada uma pegava um pouco, vendia, virava sacoleira. Mas nem todas têm. Dinamismo e persistência dependem de cada pessoa também. Às vezes eu tô caindo e levantando, mas isso tá dentro de mim, na minha criação e no meu jeito de ser, mas eu não posso colocar isso na cabeça de cada uma. Mas aqui tem o caso de Maria, que é uma semi-analfabeta e ela não desiste de jeito nenhum da cooperativa. Agora ela foi buscar um negócio de uma invasão que tem ali. E naquela invasão fez amizade e o povo veio chamar a gente para a associação. E separou um terreno muito grande, frente de rua, para ser a sede da associação. E ela fala que ali nós vamos botar a cooperativa ali. Que nós vamos vender e que vai ser o trabalho. Tem Nalva que é a costureira que deu todo apoio...
<b>COOMARTES</b> Cooperativa de Mulheres Artesãs do Subúrbio de Plataforma	O nosso objetivo é ver isso aqui cheio. Conseguir vender e oferecer cursos para a comunidade Somar; ter um retorno pelo que a gente faz e vende. Conseguir comercializar, ter uma loja em um shopping.	A gente já dava cursos, mas teve que parar. Agora a gente quer ter dinheiro para continuar.
Cooperativa Raízes do Povo de Israel	A nossa busca é levantar a auto-estima e, quem sabe, futuramente, tirar uma pequena renda.	<i>Em comunidade</i>
<b>COPAED</b>	<b>OBJETIVOS</b>	A UNIFACS conseguiu para

<p>Cooperativa Múltipla de Produção de Alimentos e Engenho Doce</p>	<p>São muitos, mas o principal é gerar rendas para as pessoas, com o modo de lidar de ser dos trabalhadores, prazer mesmo da comunidade do Engenho Velho, nesses anos que já levou. E outra, mostrar que, no Engenho Velho, tem muita gente boa que produz muito.</p> <p style="text-align: center;"><b>RESULTADOS</b></p> <p>A nossa meta, na parte financeira, é se registrar, porque não é registrada ainda, e que consiga tirar daqui nosso sustento. Porque algumas pessoas têm outras fontes de renda que ajuda a complementar, não dá para tirar daqui o salário todos os meses. Precisa disso, para pagar o INSS que ainda não paga, plano de saúde para as pessoas que precisam disso, a gente precisa muito de formação, no geral, formação política, formação emocional, a gente precisa disso.</p>	<p>gente. Teve no ano passado uma assessoria, serviço de estagiário, porque o nosso estatuto, o regimento interno, mas foi um curso muito extenso, quase um ano de curso, tá tudo muito bem traçado, mas tem discussões foi com o grupo. Nossa gestão é por comissão, não tem presidência, comissão. Na reunião, é dito, primeiro, como foi o trabalho da semana passada, o que faltou, o que precisa melhorar.</p>
<p><b>COOPARTES</b> Cooperativa de Jovens Artesãos</p>	<p>A gente tá se equilibrando agora. Então, agora é entrar no mercado, porque a gente não tem cliente.</p> <p>Fazer da cooperativa um emprego. Porque a gente não tem emprego no mercado. Porque vem de colégio público, é negra, de bairro pobre então não é fácil conseguir emprego.</p>	<p>Em grupo.</p>
<p><b>COOPERART</b> Cooperativa Múltipla de Artesãos (nome fantasia)</p>	<p style="text-align: center;"><b>OBJETIVOS</b></p> <p>O objetivo geral da cooperativa é estar promovendo trabalho e renda. O objetivo específico é estar capacitando também, porque para produzir mais é preciso ter pessoas capacitadas. O objetivo da COOPERART é, então, estar produzindo, capacitando e multiplicando.</p> <p style="text-align: center;"><b>RESULTADOS</b></p> <p>Que as pessoas participem e gere trabalho e renda. Além da preocupação com a juventude, através da capacitação de jovens que estão em situação de risco (criminalidade, drogas), uma vez que muitas vezes os pais não conseguem passar isto para os filhos. Há uma preocupação com os jovens da comunidade (<i>Metade do grupo é de Cajazeiras e metade de Castelo Branco</i>).</p>	<p>Este processo foi um processo longo, pois a cooperativa ainda está em processo de decolagem. Então, são discussões que vem ao longo de 6 anos. Tivemos muita discussão, muito desentendimento. Por este grupo, já passaram, exatamente, 176 pessoas, pois a rotatividade é muito alta.</p>
<p><b>COOPERCORTE</b> Cooperativa de Mulheres Costurando uma Realidade Diferente</p>	<p>O objetivo é crescer, buscando pessoas que queiram fazer parte dessa cooperativa para trabalhar e crescer junto conosco.</p> <p>O resultado é termos os nossos salários, que nosso empreendimento cresça e seja divulgado não só na Bahia, mas também no Brasil e, quem sabe, no exterior.</p>	<p>Isso foi discutido com nossas parcerias</p>
<p>COOPERTEXTIL Múltipla de Produção e Trabalho de Artigos Têxteis</p>	<p>O principal objetivo é colocar pessoas novas e qualificá-las para que elas possam trabalhar junto com a gente. A gente sonha em exportar.</p>	<p>A gente tomou cursos de redes associativas e viu que pra a gente dar continuidade ao nosso trabalho, a gente tem que agregar novas pessoas.</p>
<p><b>Edna Batista Nascimento</b> Bonequinhos de</p>	<p>Eu tracei objetivos, mas até agora não consegui alcançar. Eu gostaria de ter um local pra trabalhar. Porque eu trabalho lá em</p>	<p>(<i>Foi você mesma que decidiu?</i>) É. Era aqui em baixo, mas estava impossível, pequeno demais.</p>

Jornal	cima em um cômodo que é muito pequeno. Eu espero aumentar as vendas e ter um lugar para colocar. Porque o artesão não tem lugar, apesar da arte ser a arte local, o artesão não tem lugar. Uma coisa que eu gostaria é que o governo, já que a gente paga imposto, já que a gente tem direito às coisas, que a gente tivesse um lugar, um espaço para o artesão expor seu trabalho. Porque não tem. Se tivesse, eu pagaria uma porcentagem, mas não tem. Eu faço um trabalho com muita dificuldade aqui em cima, pago para vender, mas não tenho lugar para expor.	Estava muito atrapalhado. Dentro de casa, maior bagunça. Caixa pra um lado para o outro...
<b>Grupo de Amigos Artesãos</b>	O objetivo é crescer e exportar. Porque se você exporta, vai render dinheiro para o grupo e para o cliente também, não é isso?	Desde que o grupo foi criado o objetivo era este ( <i>será que foi determinado por alguém de fora?</i> ) e cada um vai se descobrindo, vai tendo a necessidade de ampliar a mente, a visão. A partir daí. ( <i>estranho!?</i> ).
<b>Grupo Raio de Sol</b>	<b>OBJETIVO</b> Olha o meu, o meu objetivo é uma coisa... é... ter minha saúde, tô tentando ajudar a família em casa, é poder ajudar o marido, todo mundo quer ajudar o marido. É isso. Esse é o objetivo, melhorar a renda familiar. Nós temos três anos e ainda não conseguimos alcançar o objetivo. <b>Resultados</b> Agora, conseguimos 4 máquinas, o dinheiro que nós juntamos é para pagar as máquinas. Então, não sai quase nada pra gente. Estamos esperando alcançar. No futuro, assim que a gente acabar de pagar essas máquinas, vamos ter uma participação no lucro.	
<b>ONG Paciência Viva</b> Centro Brasileiro de Preservação Ambiental e desenvolvimento Sustentável	Não foi perguntado.	Não foi perguntado.
<b>Projeto Cooperativa Ação Reciclar</b>	É ter certeza que isso aqui cresça	Tivemos várias reuniões.

## Apêndice I

## ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E RELAÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES

NOME	PRODUTOS E ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	RESPONSABILIDADE	TOMADA DE DECISÃO	CONSCIENTIZAÇÃO
<p><b>AMAC</b> Cooperativa Múltipla das Artesãs de Cajazeiras</p>	<p><b>PRODUTOS</b> colchas de retalho <b>ORGANIZAÇÃO</b> Não há um cronograma muito específico de produção, cada pessoa desempenha uma função de acordo com a sua vontade, habilidade e/ou urgência na entrega de encomendas. “A organização é feita em partes, porque se agente decidir você vai ficar com isso e você vai ficar com isso, nunca sai. Já tentamos fazer isso e nunca saiu. Hoje eu chego, e falo vou trabalhar na reta... (tipo de máquina de costura)”</p>	<p>A responsabilidade pela produção é de todas, mas a representatividade e coordenação é feita por uma pessoa.</p>	<p>Tudo (bem enfático) é decidido por todas. Nenhuma decisão é tomada sem a participação de todas. <i>No entanto, percebe -se certa dependência do grupo pela entrevistada, que como ela mesma já disse cumpre uma função de coordenadora e representante do grupo. Há um exemplo citado em que como a coordenadora não poderia acompanhar o grupo na compra de uma máquina, a compra quase não foi feita. Por insistência da coordenadora, e compra foi feita pelas outras cooperadas com sucesso.</i></p>	<p>A cooperativa pretende conscientizar outras pessoas para o trabalho cooperativo.</p>
<p><b>AMEV</b> Associação das Mulheres do Engenho Velho da Federação</p>	<p><b>PRODUTOS</b> Camisas, cartões, almofadas, tapetes, “amarradinhos”, crochê, pe so de porta, bijuterias, toalha de prato (artesanatos diversos que as cooperadas produzem de acordo com o que sabem) <b>ORGANIZAÇÃO</b> A produção é realizada em dois dias da semana durante um turno. Nos outros dias as cooperadas têm formação</p>	<p>A responsabilidade pela produção é alternada entre duas pessoas, de acordo com o dia. Ainda há uma pessoa responsável pelo controle de qualidade. As cooperadas ressaltam ainda que uma pessoa organiza e motiva a produção.</p>	<p>As decisões são tomadas pela administração geral, que é rotativa.</p>	<p>Há uma grande preocupação da associação em conscientizar a comunidade em que elas vivem através da oferta de uma série de serviços de apoio na comunidade.</p>

	<p>pelo SEBRAE. A organização é aleatória. Algumas coisas são feitas fora da associação, mas com o material de lá. Há sempre um processo de aprendizagem na produção que é ressaltado pelas cooperadas. “Uma ensina a outra”.</p>			
<p><b>ASCOSI</b> Associação de Costureiras de Itapagipe</p>	<p><b>PRODUTOS</b> Fardamento de empresa, escolar (costura de roupas em geral)</p> <p><b>ORGANIZAÇÃO</b> A produção é feita sob encomenda, mas o contratante deve dar o material para que elas apenas costurem, pois elas não têm caixa para compra de material. A produção é dividida de acordo com o que cada uma faz melhor.</p>	<p>A responsabilidade pela produção é de todas.</p>	<p>Como é o processo de tomada de decisão na organização? As decisões são tomadas pela maioria com todas envolvidas no processo.</p>	<p>Não há uma preocupação na conscientização de outras pessoas no momento. A prioridade é conseguir a sustentabilidade da associação no momento.</p>
<p><b>Brinquedos Inteligentes</b></p>	<p><b>PRODUTOS</b> Jogos de lógica utilizando materiais como madeira, barbante, bola de gude, entre outros.</p> <p><b>ORGANIZAÇÃO</b> A produção é em série, uma vez que a produção por unidade não é financeiramente viável. A depender da demanda do mês, que oscila muito, são produzidas entre 50 a 100 unidades de um jogo. Cada pessoa tem uma função específica na produção: um marceneiro que resolve os</p>	<p>A responsabilidade pela produção é do proprietário (não é uma cooperativa), uma vez que ele é o idealizador do negócio e é a pessoa que administra a fábrica, a loja (no Shopping Barra), além de participar de reuniões, fazer visitas a escolas, dar cursos e palestras.</p>	<p>A tomada de decisões é feita pela mesma pessoa que tem a responsabilidade pela produção.</p>	<p>Sim, eles pretendem conscientizar outras pessoas com a produção e divulgação dos jogos, pois é um trabalho que está voltado para o plano educacional. Os jogos são como instrumentos que auxiliam o aprender a pensar matematicamente para poder dialogar com a modernidade, que, por sua vez, está amparada em tecnologia, em aritmética e matemática.</p>



	<p>problemas e usa a escabrejadeira para cortar a madeira; outro dá o acabamento nos brinquedos fazendo os furos; outros dois trabalham com a lixa e colagem, um trabalho minucioso, exigindo muita repetição.</p>	<p>Cada cooperada se responsabiliza por uma parte da produção.</p>	<p>A decisão é coletiva e consensuada.</p>	
<p><b>COMUFE</b> Cooperativa de Mulheres da Federação</p>	<p><b>PRODUTOS</b> Roupas, colchas de retalhos, tapetes, bolsas <b>ORGANIZAÇÃO</b> A organização da produção se dá com base na decisão coletiva do que será produzido e a consequente divisão do trabalho por afinidade do que cada uma faz melhor (“Bem a gente quando se encontra decide o que vai fazer, aí aquela que trabalha melhor com roupa faz a roupa, aquela que trabalha melhor com retalho faz o retalho”).</p>	<p>Todo mundo é responsável, a responsabilidade é dividida.</p>	<p>A decisão é baseada num consenso entre todas, baseado nas possibilidades de cada uma produzir. “Se todas toparem a gente se divide e faz. Depois a gente vê quem fez o que, ou quem não conseguiu fazer e conversa (...)”</p>	<p>Há uma preocupação em conscientizar as pessoas da comunidade no sentido de mostrar a alternativa do cooperativismo como uma solução para o desemprego, muito embora sejam apontadas dificuldades para as pessoas encararem esta alternativa. “Então eu acho que dá pra conscientizar, mas é difícil, porque quando o pessoal começa a trabalhar e não vê o lucro imediato, não é fácil (...) O cooperativismo é um trabalho de paciência, como a educação”.</p> <p>“A gente pretende conscientizar outras pessoas pela forma como a gente faz as coisas. As pessoas precisam acreditar que elas podem fazer”.</p>
<p><b>COOMARTES</b> Cooperativa de Mulheres Artesãs do Subúrbio de Plataforma</p>	<p><b>PRODUTOS</b> Artesanato com búzios <b>ORGANIZAÇÃO</b> A massa (que é feita por uma) é distribuída junto com a matéria-prima (búzios) e cada cooperada faz uma quantidade indeterminada de peças.</p>	<p>Todas têm a responsabilidade pela produção. “A gente coloca que cooperativa não tem dono. Cooperativa é um grupo de cooperado. Então todo mundo</p>	<p>As decisões são tomadas pelo grupo, que algumas vezes contam com o apoio do padre da paróquia (o padre é uma figura muito importante para</p>	<p>A cooperativa pretende conscientizar outras pessoas pela inclusão no trabalho cooperativo. “A gente sonha em chegar a 200 pessoas. A</p>
<p>Cooperativa Raízes do Povo de Israel</p>	<p><b>PRODUTOS</b> Bolsas e costura em geral <b>ORGANIZAÇÃO</b> A produção é feita por todas (“todo mundo se interessa em</p>			

	<p>fazer tudo”) e organizada de forma bem aleatória.</p>	<p>tem que ter responsabilidade”.</p>	<p>esta cooperativa).</p>	<p>gente sonha em fazer camisas. A gente quer botar a juventude para participar. A gente sonha muito!”</p>
<p><b>COPAED</b> Cooperativa Múltipla de Produção de Alimentos e Engenho Doce</p>	<p><b>PRODUTOS</b> Pão e derivados, salgados de forno, sopa, almoço, buffet para festa, bolo, doce, suco, comida baiana, comidas típicas – “tudo que for ligado a alimentação”</p> <p><b>ORGANIZAÇÃO</b> A produção é feita nas diversas cantinas da UNIFACS que a cooperativa funciona. Toda produção é feita no dia que será consumida (“É feito tudo no dia, no máximo na tarde de hoje pra manhã”). Nas cantinas há uma pessoa responsável pela produção, o resto apóia a venda. Há duas pessoas responsáveis pela compra dos materiais e uma pelo financeiro (caixas e fluxo do financeiro) que presta conta na assembleia.</p>	<p>Há uma pessoa que é chefe de produção, e essa pessoa fica responsável pela produção na cantina, mas de certa forma as outras pessoas ajudam, então a responsabilidade é diluída.</p>	<p>As decisões são tomadas nas assembleias, mas se havendo necessidade, são tomadas decisões fora da assembleia.</p>	<p>A cooperativa pretende conscientizar outras pessoas através de cursos para a comunidade transmitindo o que foi aprendido por eles.</p>
<p><b>COOPARTES</b> Cooperativa de Jovens Artesãos</p>	<p><b>PRODUTOS</b> Artigos de bambu, bijuteria, papel reciclado e artefatos, luminárias</p> <p><b>ORGANIZAÇÃO</b> A cooperativa é dividida em 5 núcleos de produção: bambu, bijuteria, papel reciclado, artigos de papel e luminária. Cada núcleo organiza a sua produção de acordo com as</p>	<p>A responsabilidade pela produção é do gerente do núcleo.</p>	<p>As idéias podem ser levantadas nos núcleos, então há uma conversa (provavelmente com o pessoal do Pangea, apesar de não ter especificado). Então o procedimento é sempre sentar e conversar em seus núcleos. A impressão é que as decisões não são tomadas por eles, mas pelo Pangea.</p>	<p>Eles pensam em conscientizar outra pessoas através do próprio trabalho que fazem.</p>

	<p>suas metas, que são determinadas pelo gerente do núcleo. Este gerente passa as metas para o resto do grupo, além de fazer a comunicação entre os núcleos. Há a possibilidade de mudar de núcleo</p>				
<p><b>COOPERART</b> Cooperativa Múltipla de Artesãos (nome fantasia)</p>	<p><b>PRODUTOS</b> Artigos em couro (bolsas, cintos, sandálias de couro e capas de couro para garrafas) <b>ORGANIZAÇÃO</b> A produção de fato ainda não ocorre. Tudo que eles produziram até hoje foi durante as capacitações e ainda não há a comercialização. Eles ainda estão vendo a viabilidade desta produção. Algumas pessoas da cooperativa já estão querendo mudar a produção da cooperativa.</p>	<p>Não há produção</p>	<p>Em reunião.</p>	<p>Há na cooperativa a decisão de conscientizar outras pessoas. A conscientização passa pelo processo de inclusão novas pessoas na cooperativa.</p>	
<p><b>COOPERCORTE</b> Cooperativa de Mulheres Costurando uma Realidade Diferente</p>	<p><b>PRODUTOS</b> Fardamento industrial (prioritariamente), cama, mesa, banho e vestuário <b>ORGANIZAÇÃO</b> Quando recebemos uma grande encomenda dividimos por todas. Dividimos por habilidade em determinado trabalho</p>	<p>Duas cooperadas são responsáveis pela produção, pois elas têm a habilidade de produzir qualquer peça, então são elas que controlam a produção.</p>	<p>Tudo é decidido em assembleia.</p>	<p>A conscientização das pessoas é através da oferta de cursos para a comunidade. A cooperativa já teve uma experiência não muito bem sucedida com jovens e agora estão repetindo a experiência com apoio da Petrobrás, com mulheres acima de 30 anos.</p>	
	<p><b>PRODUTOS</b> Jogos americanos, caminhos de mesas, almofadas, tapetes, panos da costa, painéis, toalha de lavabo, manta para sofá, feitos de algodão, palha de uricuri, piaçava e rami.</p>	<p>Todos são responsáveis pela produção.</p>	<p>As decisões são tomadas em reuniões.</p>	<p>A cooperativa manifestou a preocupação em conscientizar outras pessoas, mas não disse como, apesar deles terem um projeto de inclusão de novos cooperados, o que é tido como uma forma de conscientização.</p>	

<p>COOPERTEXTIL</p> <p>Múltipla de Produção e Trabalho de Artigos Têxteis</p>	<p><b>ORGANIZAÇÃO</b></p> <p>A produção é feita de acordo com a demanda ou com o tipo de peça que tiver em menor quantidade. A produção é dividida aleatoriamente entre o grupo, pois todos fazem tudo. Há a preocupação de variar o modelo, a técnica e o design para as peças não ficarem iguais.</p>	<p>A responsabilidade pela produção é da proprietária.</p>	<p>As decisões são tomadas pela proprietária que consulta a disponibilidade das outras pessoas. “Eu pergunto assim: ô gente tem uma encomenda aí, dá pra fazer? Se todo mundo disser que dá, pega, se disser que não dá, não pega”.</p>	<p>A conscientização está no próprio trabalho que retrata cenas do nosso cotidiano, como menino de rua, menino cheirando cola - um retrato da sociedade. O objetivo é chamar a atenção que a realidade no país é esta.</p>
<p><b>Edna Batista Nascimento</b></p> <p>Bonequinhos de Jornal</p>	<p><b>PRODUTOS</b></p> <p>Bonequinhos de jornal</p> <p><b>ORGANIZAÇÃO</b></p> <p>A produção é feita de acordo com as encomendas e demanda de venda. A produção é feita em etapas, pelas partes dos bonequinhos. Cada pessoa fica com uma parte, mas a maioria passa pela supervisão da proprietária, que organiza a produção.</p>	<p>Isabela – assistente social, coordenadora de DEC e envolvida com muitas outras coisas no CECOM – fica com a responsabilidade. Há algumas funções executivas no grupo (“eu mesma sou secretária, tem tesoureira, tem presidente, e tem a pessoa se responsabiliza pelo material, em distribuir para a gente), mas a responsabilidade é de uma pessoa externa.</p>	<p>De acordo com a entrevistada agora as decisões são tomadas em assembléia (“Agora é assim, tudo é na base da assembléia. Porque se é um grupo não pode uma pessoa decidir sozinha, tem que ter a opinião de todos. É até por votação. Agora mesmo teve eleição”).</p>	<p>O grupo pretende conscientizar as outras pessoas para a valorização do trabalho do artesanato.</p>
<p><b>Grupo de Amigos Artesãos</b></p>	<p><b>PRODUTOS</b></p> <p>Bolsas, bonecas, pinturas e camisetas</p> <p><b>ORGANIZAÇÃO</b></p> <p>Há uma pessoa, que não faz parte do grupo, à frente do trabalho: “Aí quem quer bordar ela dá uma parte do trabalho, quem quer fazer crochê ela dá outra parte”. No entanto, não fica muito claro quem é esta pessoa e o motivo dela estar no grupo: “Olha eu não sei porque ela veio pra aqui agora. Ela é novata”. <i>Mas ela é de</i></p>	<p>Isabela – assistente social, coordenadora de DEC e envolvida com muitas outras coisas no CECOM – fica com a responsabilidade. Há algumas funções executivas no grupo (“eu mesma sou secretária, tem tesoureira, tem presidente, e tem a pessoa se responsabiliza pelo material, em distribuir para a gente), mas a responsabilidade é de uma pessoa externa.</p>	<p>De acordo com a entrevistada agora as decisões são tomadas em assembléia (“Agora é assim, tudo é na base da assembléia. Porque se é um grupo não pode uma pessoa decidir sozinha, tem que ter a opinião de todos. É até por votação. Agora mesmo teve eleição”).</p>	<p>O grupo pretende conscientizar as outras pessoas para a valorização do trabalho do artesanato.</p>



## Apêndice J

### CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

NOME	RELAÇÃO COM A COMUNIDADE	SOCIEDADE BUSCADA PELA ECOSOL
<p align="center"><b>AMAC</b> Cooperativa Múltipla das Artesãs de Cajazeiras</p>	<p><i>Não há o desenvolvimento de nenhuma atividade para a comunidade.</i> As mulheres da cooperativa são integradas com a comunidade (participam da associação de bairro e sabem o que acontece), mas não há o desenvolvimento de nenhuma ação voltada diretamente para a comunidade. “As mulheres sabem de tudo que se passa na comunidade, até porque a maioria faz parte de grupo de igreja...”.</p>	<p>A economia solidária está mais voltada para a classe trabalhadora, o povo mesmo. Aquelas pessoas que você vê que realmente precisam. Que precisam de uma colcha, que precisam ver o que é ser cidadão. As pessoas acabam tornando-se mais cidadãs porque vão se envolvendo em outras questões (como movimento de políticas públicas de mulheres, a busca por casas populares) quando estão no movimento. “Quando você se envolve com economia solidária você não está buscando só o cooperativismo, o associativismo, a economia solidária, (...) mas você também está buscando a melhoria da sociedade do povo, da classe excluída.”</p>
<p align="center"><b>AMEV</b> Associação das Mulheres do Engenho Velho da Federação</p>	<p><i>Há o desenvolvimento de atividades para a comunidade, mas este ano não tem acontecido muito.</i> A AMEV parou um pouco este ano de se relacionar, mas sempre há ações na área de saúde, capacitação e divulgação da associação na comunidade. No entanto, este ano está mais voltado para a produção. Elas estão com uma apresentação marcada para a comunidade do projeto da associação com o objetivo de divulgar as ações desenvolvidas.</p>	<p>Eu imagino que esta rede de solidariedade deveria ser para todo mundo. Eu busco a solidariedade, mas tem gente que ainda está sem buscar. Todos deviam procurar melhorar suas vidas através da economia solidária, porque a sociedade precisa disso. Igualdade para todos. Se é de direito que seja para todos. Eu tenho direito a educação e não tenho uma escola descente no meu bairro, a mesma coisa com a saúde e a moradia.</p>
<p align="center"><b>ASCOSI</b> Associação de Costureiras de Itapagipe</p>	<p><i>Não há o desenvolvimento de ações para a comunidade.</i> A comunidade só sabe que existe. A gente faz parte do bairro, mas a gente pretende, quando mudar de espaço dar cursos para a comunidade</p>	<p>Uma sociedade com trabalho para todos. (não responderam)</p>
<p align="center"><b>Brinquedos Inteligentes</b></p>	<p><i>Não há o desenvolvimento de ações para a comunidade.</i> Têm, os guris pegam todas as minhas bolinhas de gude. Quase todos os guris da rua sabem usar alguns brinquedos, mas nunca foi feito um projeto mesmo.</p>	<p>Anárquica, sem governo.</p>
<p align="center"><b>COMUFE</b> Cooperativa de Mulheres da</p>	<p>Nós atuamos com a associação de moradores da Federação e a</p>	<p>A sociedade ideal seria de apoio, que acredita. Porque para fazer</p>

<p>Federação</p>	<p>COMUFE está dentro da associação. Eu acho que se tivesse um espaço físico seria melhor.</p>	<p>um trabalho de economia solidária é preciso credibilidade. Nas reuniões de economia solidária nem todo mundo vai. Aquela feira de economia solidária não foi um sucesso? Aí o pessoal, os gestores, se batem para marcar uma reunião e poucos vão. As pessoas aderem na fome e aí não vão. Então o ideal seria isso, que as pessoas tivessem mais compromisso, acreditassem, e também assim, a capacitação a educação, entendeu? Porque nem todo mundo compreende que aquilo é bom. Então é você bater numa tecla que precisava de mais apoio dos meios de comunicação. Não adianta eu tomar vários cursos e tentar passar para o pessoal, se eu não tenho a credibilidade de uma pessoa que vem de fora.</p>
<p><b>COOMARTES</b> Cooperativa de Mulheres Artesãs do Subúrbio de Plataforma</p>	<p>Estamos paradas porque os cursos não estão acontecendo.</p>	<p>Todo mundo trabalhando, dividindo tudo. Todo mundo unificado</p>
<p>Cooperativa Raízes do Povo de Israel</p>	<p>É um relacionamento bom porque a gente tá na área da paróquia. Tudo que a gente faz é ali. Fazemos feirinha da gente mesmo e bota a feirinha ali no largo mesmo. Nós não temos dificuldade de vender nosso produto</p>	<p>Uma sociedade mais unida, mais irmã. Eu acho que a economia solidária valoriza mais a união. Porque tudo que a gente dá as mãos pra trabalhar juntos é uma valorização da gente mesmo</p>
<p><b>COPAED</b> Cooperativa Múltipla de Produção de Alimentos e Engenho Doce</p>	<p>A gente tem um trabalho na associação aqui do bairro, têm várias, e também do terreiro, de fazer um curso do que a gente aprendeu na comunidade, o caso da COOPAED hoje, como trabalha na UNIFACS, tem muitos alunos lá, a demanda é muito grande, então a gente não consegue dá conta.</p>	<p>Essa tá difícil, porque a gente nasceu no capitalismo e vive no capitalismo. O que a economia solidária propõe é muito difícil, quer um modelo de economia baseada no ser humano e para um empreendimento, para gente que é empreendimento a economia solidária é muito difícil, a gente foi criado na competição e o que a economia solidária preza é tirar a competição para você trabalhar igual. Então para ser da economia solidária é preciso trabalho primeiro eu mesma, eu não posso tá pregando uma coisa que não vive em isso. Então a gente pode dizer que quer contrapor o capitalismo, mas quando chega perto para depois vê de que forma pode mudar. A gente queria mudar isso, mas não tem como mudar, o difícil é</p>

		viver daqui de dentro. Como a necessidade financeira é muito alta, aí pega uma demanda muito grande, claro que vai ser pesado, mas não tem a consciência dividir com os outros.
<b>COOPARTES</b> Cooperativa de Jovens Artesãos	O bairro está conhecendo a cooperativa agora, porque a sede anterior era escondida e não era em um local visível. Agora eles estão mais visíveis e o pessoal já conhece o trabalho.	Dando mais oportunidades para as pessoas. Porque hoje a gente não tem tanta oportunidade como a gente queria ter. Principalmente o jovem. A gente vai no mercado e não é bem recebido. A gente não consegue emprego fácil.
<b>COOPERART</b> Cooperativa Múltipla de Artesãos (nome fantasia)	Boa parte das pessoas que participam da cooperativa participam de associações. Então as associações hoje têm muita representatividade na comunidade. Então a gente tá sempre dialogando com a comunidade. Qualquer coisa que se precise viabilizar a associação é procurada	A sociedade mais justa
<b>COOPERCORTE</b> Cooperativa de Mulheres Costurando uma Realidade Diferente	Relacionamos-nos muito bem com a comunidade da fazenda Garcia. Pessoas da comunidade já vieram procurar emprego aqui algumas vezes.	Uma sociedade que todo mundo tivesse seu emprego, sua casa própria, tivesse acesso a lazer e a saúde, ou seja, a todos os direitos básicos.
<b>COOPERTEXTIL</b> Múltipla de Produção e Trabalho de Artigos Têxteis	A gente não tem afinidade nenhuma com a comunidade local. Isso até criou um constrangimento, por que como é que existe uma cooperativa dentro da comunidade que nem a associação de bairro sabia? Isso eles ficaram um pouco chateados. Mas agora nossa relação com eles está mais próxima. Porque com este trabalho da FAPESB a gente vai incluir pessoas da comunidade pra estar aqui junto conosco. <i>Nesta cooperativa, cada um vem de um bairro diferente e só se encontraram no momento de formação da cooperativa.</i>	Ajudando as pessoas que passam necessidades a enxergarem que é possível sair desta situação e lutar. Uma sociedade mais justa e mais igual
<b>Edna Batista Nascimento</b> Bonequinhos de Jornal	As pessoas do bairro não conhecem meu trabalho. Meu trabalho é mais conhecido lá fora. Eu exporto também. Às vezes eu até tento botar uma peça ou outra para vender aqui no bairro, mas não dá. O poder aquisitivo é muito baixo. Quem compra arte geralmente está com a barriga cheia. E aqui no bairro o poder aquisitivo é pouco e as pessoas não vão querer nem poder dar 10 reais num	Eu pensaria numa sociedade onde não existisse o dinheiro. Se existe amor não precisa dinheiro. Porque produzia, plantava e passava pra você. Você fazia outra coisa e passava pra mim. Você fazia outra coisa e passava para alguém que não tinha. Existia o dar, a cota. Não existiria dinheiro. Existiria amor. O problema hoje é o dinheiro



	bonequinho porque precisam comer. Então quem compra arte está com a barriga cheia. Não é a realidade do nosso bairro.	
<b>Grupo de Amigos Artesãos</b>	Quase todo mundo que é do grupo é da comunidade. E a comunidade é mobilizada quando tem feira. E na feira as pessoas vêm comprar, quer dizer, algumas pessoas. <i>A mobilização restringe-se à feira, ou seja às vendas.</i>	Eu acho que não existe sociedade perfeita. Sempre que tem 99 de acerto <b>falta 10</b> pra completar o 100. Ninguém nunca faz 100. Mas o que pode fazer é procurar conscientizar as pessoas que existem trabalhos que se preocupa com a cooperação de todo mundo <i>A resposta aponta para o cooperativismo enquanto caminho para a sociedade.</i>
<b>Grupo Raio de Sol</b>	A única coisa que tem com a comunidade é conserto. Fazer bainha, colocar zíper... Como é um bairro pobre a gente cobra um preço barato.	Eu queria um espaço nosso e maior onde pudesse
<b>ONG Paciência Viva</b> Centro Brasileiro de Preservação Ambiental e desenvolvimento Sustentável	NÃO FOI PERGUNTADO	NÃO FOI PERGUNTADO
<b>Projeto Cooperativa Ação Reciclar</b>	<i>A cooperativa não tem um trabalho desenvolvido com a comunidade, a não ser através da coleta que é um trabalho de conscientização.</i> Fica até mais fácil pra gente assim que já mora, eu moro em Ondina, aí o pessoal já conhece, conversa.	Uma sociedade que não tenha falta de emprego, em que todo mundo seja igual a todo mundo.

## Apêndice K

### CONCEPÇÃO DE ESTADO

NOME	EXPECTATIVAS DO ESTADO	ESTADO IDEAL	PARTICIPAÇÃO EM MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS	APOIO A CNADIDATOS E/OU PARTIDOS
<p><b>AMAC</b> Cooperativa Múltipla das Artesãs de Cajazeiras</p>	<p><i>Não se pode esperar muito do Estado</i>. Quase nada. Porque até hoje a gente vê que a economia solidária ficou mais forte depois do governo Lula, com a criação da secretaria (SENAES).</p>	<p>Os políticos que realmente se voltassem para a população. Porque hoje eles querem beneficiar mais os bairros nobres do que a periferia. Hoje seria melhor um prefeito que voltasse mais para o lado pobre da periferia. O Estado deveria tomar a iniciativa de criar uma cooperativa em cada bairro pobre, e assim, cada pessoa teria uma remuneração.</p> <p>O estado deveria ser mais humano. Eles estão de passagem. O povo vota eles lá porque querem melhorias. Deveria se ter um pensamento no todo. A melhoria de vida para todos</p>	<p>Grito dos Excluídos</p>	<p>A gente apoiou, mas não teve uma boa experiência (prometeu e não cumpriu). Então hoje a gente não apóia, nem fala mais sobre o assunto.</p>
<p><b>AMEV</b> Associação das Mulheres do Engenho Velho da Federação</p>	<p>O governo devia acompanhar de perto a produção das comunidades. Porque as não conseguem competir com a indústria, ainda mais com os impostos. Que ele dê o que ele recebe da gente. Que ele faça a parte dele. Nós pagamos e temos direito de receber. Mas a gente também tem que fazer a nossa parte. Tem muitos outros bairros que precisam de intervenção. A minha preocupação é com outras comunidades. Muitas vezes acontecem trabalhos sérios dos governos, mas não há continuidade.</p>	<p>O estado deveria ser mais humano. Eles estão de passagem. O povo vota eles lá porque querem melhorias. Deveria se ter um pensamento no todo. A melhoria de vida para todos</p>	<p>Política fica do lado de fora da associação.</p>	<p>Não. Os políticos não convencem. Sem eles é possível ter mais autonomia.</p>

<p><b>ASCOSI</b> Associação de Costureiras de Itapagipe</p>	<p>Nós não tivemos nenhum benefício do estado (referencia ao governos do estado), mas nós não sabemos como chegar até lá. (uma lembra que a SECOMP é do governo do estado, então elas entram numa discussão voltada para as necessidades imediatas). Queremos matéria prima, capital de giro. “Com o capital de giro melhoraria muito”.</p>	<p>(Não foi perguntado)</p>	<p>Não</p>	<p>Não, por enquanto ainda não.</p>
<p><b>Brinquedos Inteligentes</b></p>	<p>Que ele se retire e deixe de incomodar. Nunca tivemos apoio do Estado. Nossas máquinas foram compradas quase todas com o trabalho. Eu fazia o brinquedo com a máquina dos outros ia para praia, milhares de quilômetros lá na praia, no sol, vendia os brinquedo, juntando de pouquinho em pouquinho.</p>	<p>Pequenos núcleos autogestionário que não demandasse uma estrutura hierarquizada, verticalizada.</p>	<p>Não temos participado, não. Sei lá, cada um por si, eu simpatizo com o movimento dos sem terra, dos sem teto, do <i>green peace</i>, com várias linhas de pensamento, mas cada um em uma área.</p>	<p>Nada para eles, eu não voto. Não, não delego a ninguém, nem vou lá.</p>
<p><b>COMUFE</b> Cooperativa de Mulheres da Federação</p>	<p>Eu não acredito muito assim em muita propaganda e pouca ação. Porque o exemplo de um grupo como o nosso que estamos dentro do espaço físico do estado. Era pra eles abraçarem a causa e não deixar morrer, mas nós estamos nos segurando para não parar. Então eu acho que dentro do espaço do governo nós já aparecemos na televisão várias vezes. Era pra tanto o governo do estado, como a prefeitura virem ver como está a cooperativa. Perguntar o que está faltando, reunir as mulheres e dar uma injeção de ânimo. Porque recursos têm. Então eu não acredito no estado. Pode ser</p>	<p>Comprometido, porque eu vou lhe dizer uma coisa: Este bairro aqui que nós moramos, este trabalho com os meninos que foram para o colégio ACM, eles fizeram um trabalho com os professores de cursos profissionalizantes. E trouxeram aqui para associação para nós matricularmos os meninos. Nós os incentivamos a participar e plantamos neles a esperança da fundação desta cooperativa. De repente o projeto foi interrompido. Até hoje quando os meninos me encontram perguntam se não vai ter a cooperativa. Agora acontece que estes jovens ficam aqui no</p>	<p>Aqui a gente nunca se aproximou de política partidária. Chegamos a apoiar candidatos, mas eles prometeram e não cumpriram. Mas a gente procura não se envolver com política partidária porque a comunidade cobra. Então, a gente fez uma carta dizendo que não apoiaremos mais políticos.</p>	<p>Sim. Um candidato que: O único que nos deu nossos documentos organizados (da associação) não prometeu nada e também não cobrou nada, mas entregou tudo certinho. Agora este candidato virou uma referencia pra mim. Ele também ajudou a vice-presidente da associação quando ela teve uma depressão. <i>Contradição entre as duas respostas.</i></p>

	até que eu esteja errada, que seja ignorância, mas se a gente quiser dar certo vai ser pelo nosso esforço. Inclusive nós estivemos a um mês atrás na SECOMP para buscar apoio. E a moça disse que estava tudo parado por conta da política, mas ela me deu um disquete com tudo que precisa de documento que eles ajudam com máquinas, com material, com tudo. Ela me deu seis meses para eu voltar.	bairro ociosos. Aqui tem vários pontos de drogas e o traficante acaba tomando conta. Então o estado precisava tomar conta. Eles deveriam ter compromisso. Os compromissos firmados depois da época eleitoral não saem do papel, a realidade é esta.		
<b>COOMARTES</b> Cooperativa de Mulheres Artesãs do Subúrbio de Plataforma	A gente espera ser reconhecido	Daria oportunidades para todos, principalmente para nós que somos cooperativas e não temos condições de ficar pagando as coisas.	Não	Não
Cooperativa Raízes do Povo de Israel	Não sei. É difícil imaginar	Da verdade. É difícil...	NÃO	Não, a cooperativa não. Dentro da cooperativa que é o lugar da gente trabalhar juntas, que é o local da gente caminhar juntas, a gente não apóia candidatos.
<b>COPAED</b> Cooperativa Múltipla de Produção de Alimentos e Engenho Doce	Queremos políticas públicas. Teve essa conferência até para o projeto de lei, por exemplo: a gente precisa registrar, a gente precisa de um nome, já se deu entrada, mas com o processo avulso não se registrou ainda, o processo... já ta caminhando, tem os impostos que dificultam a venda de mercadorias	Acho que se começasse a ter as leis, porque é sempre referência uma feira de economia solidária de maneira exata. Quando se quer uma coisa e saber onde encontrar, nós como 1098 empreendimentos comprovado e já tem muita coisa pronta. Se não fosse a economia solidária hoje estaria desempregada.	Sim. Sem terra; Sem teto; pela moradia; pela união; Campanha da Primavera do CESE pela paz; Agricultura Familiar.	É livre a escolha, mas pra gente um modelo é PT. Porque a gente percebe que este modelo trouxe mudanças.
<b>COOPARTES</b> Cooperativa de Jovens Artesãos	Diminuição de taxas e impostos.	Ajudando as pessoas	Não	Não
<b>COOPERART</b> Cooperativa Múltipla de Artesãos (nome fantasia)	Espera que sejam criadas políticas públicas para nos ajudar	Dentro do estatuto brasileiro (constituição) já seria ideal.	Não. Porque tem muitas pessoas que não se envolvem com	Apóia o PT

	a viver neste capitalismo selvagem. E a partir daí combater o capitalismo selvagem e ampliar o modelo da economia solidária.	Basta por em prática. Porque a gente já vive em um país democrático. Falta vontade política das pessoas, então falta é vontade.	política, apesar da gente já estar conseguindo mostrar que é necessário estar envolvido com o que acontece politicamente na sociedade. Mas o trabalho de envolvimento político vem acontecendo de forma lenta. A gente faz discussões...	
<b>COOPERCORTE</b> Cooperativa de Mulheres Costurando uma Realidade Diferente	Que eles se conscientizem desse trabalho de economia solidária e apoiem as cooperativas populares.  Eu acredito que eles podem nos ajudar quando eles querem, não é só em época de eleição. Eles têm como ajudar a gente. Por exemplo, um espaço que a gente possa vender, tirar esta multa enorme que a gente tem (a multa foi dada pela receita federal em cima de um material que veio de outro estado porque na época a inscrição deles estava cancelada e eles não sabiam). A gente está batalhando, suando e o governo não trata as cooperativas e associações de forma diferenciada. Eles vêm as cooperativas como uma empresa privada e aqui é totalmente diferente. A gente é humilde, está começando um trabalho, produzir para manter sua família. A gente ta começando já com uma multa. Poderia abrir mais espaço para o artesanato. E o artesanato precisa de ajuda. A maior necessidade dos empreendimentos é na comercialização.	Menos capitalista.	NÃO	NÃO
<b>COOPERTEXTIL</b> Múltipla de Produção e Trabalho de Artigos Têxteis		Dando incentivo pra pessoas começar. Incentivar mesmo.	Não	A gente vai começar a apoiar nesta eleição agora, porque desde o princípio este candidato nos apóia. Ele sempre falou comigo, nunca deixou de falar eu estivesse vestida como estivesse.

<p><b>Edna Batista Nascimento</b> <b>Bonequinhos de Jornal</b></p>	<p>Do Estado, dos governantes? Cada vez pior. Eles querem... haja dinheiro! Cada qual só quer pegar sua fatia. E pobre tem que existir. Ninguém nunca diga que este político que vai entrar vai acabar com a pobreza, blá, blá, blá... Não vai acabar coisa nenhuma. Nunca vai acabar! Você já pensou se deixasse de existir miséria, se deixasse de existir pobre? O que eles iam fazer? Na próxima eleição não ia ter aquele buraco, não ia ter aquela casa, não ia ter gente desdentada falando na televisão que ta precisando de comida, de casa, de moradia. Você já imaginou se tivesse tudo bonitinho? Então eu acho que sempre vai existir miséria, e as pessoas sempre bobas indo lá botando seu voto, votando, acreditando...</p>	<p>Seria um governo bom, dando acesso a saúde, a lazer, a alimentação. Tendo acesso a cidadania, tudo que tem direito.</p>	<p>Não</p>	<p>Não. Eu não acredito. Eles não dão crédito. Não dão acreditando nas palavras dele, tão boas no horário político. Depois que é eleito, que está lá adiante com o dinheiro no ele esquece o resto.</p>
<p><b>Grupo de Amigos Artesãos</b></p>	<p>Que o Estado melhore. Que venham governantes responsáveis e que se dediquem e que amem o estado. Porque se um governante não ama o lugar que vive, o estado que nasceu, eu acho que não funciona também. Você vê ACM, apesar do pessoal fala muito dele, eu acho que ele ama a Bahia. Você vê até a roupa dele tem que ter as cores da Bahia.</p>	<p>O Estado deveria ter menos violência e mais trabalho para as pessoas. As pessoas que agem de forma agressiva e violenta é porque não tem ocupação nem apoio. Você pode ver a polícia que deveria dar apoio e segurança. Você vê que a polícia quando aborda uma pessoa e pede um documento, enquanto a pessoa pega já vai batendo. Isso tudo é um meio de denegrir a sociedade.</p>	<p>Eu não sei dizer do grupo porque eu participo de tudo quanto aparece, é greve, é tudo – eu to dentro! Primeiro porque eu sou alfabetizadora. Alfabetizo pela CUT e pela Associação de Cegos. E a CUT você sabe que é mobilizadora de movimentos populares.</p>	<p>Apoio desde que tem que analisar ele como pessoa. Agora estou com o PT, pois admiro o trabalho dele, pois ele criou muita coisa pra melhorar a vida da população pobre. E ele está sendo muito perseguido por conta disso, né? (...) <i>As respostas foram muito individuais...</i></p>

<p><b>Grupo Raio de Sol</b></p>	<p>Eu não espero muita coisa, sempre está mudando, você fica naquela expectativa, agora mesmo estava um prefeito... cada dia você vê uma reclamação e eu não vejo dedicação...</p>	<p>Ainda não parei para imaginar</p>	<p>Não. Nunca participamos, nunca iremos participar.</p>	<p>Teve um candidato para vereador que apoiamos, mas ele não ganhou. Teve outro, mas esse foi embora.</p>
<p><b>ONG Paciência Viva</b> Centro Brasileiro de Preservação Ambiental e desenvolvimento Sustentável</p>	<p>NÃO FOI PERGUNTADO</p>			
<p><b>Projeto Cooperativa Ação Reciclar</b></p>	<p>O Governo poderia ajudar mais, porque é um trabalho que é muito esforçado. Não há reconhecimento da importância do nosso trabalho, porque a gente faz essa coleta. Imagine se a gente não fizesse, como seria daqui a 20 anos, com esse material todo na rua, as enchentes... Todo esse material é coletado da rua para evitar que encha os bueiros, até porque isso trás renda para gente da comunidade.</p>	<p>Que dá patrocínio para gente e para comunidade. Porque a gente não vai ficar só coletando, coletando, a gente também precisa de um ponto para vender alguma coisa, para fazer alguma coisa, para mostrar.</p>	<p>NÃO</p>	<p>Não. A gente estava apoiando um candidato acho que para prefeito, mas ele não ganhou, eles nos prometeu um terreno, mas perdeu. Porque aqui é alugado.</p>

## Apêndice L

### CONCEPÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO

NOME	ECONOMIA SOLIDÁRIA E MUDANÇAS	DESIGUALDADES E DIFERENÇAS SOCIAIS
<p><b>AMAC</b> Cooperativa Múltipla das Artesãs de Cajazeiras</p>	<p>Com a economia solidária seria tudo mais solidário, mais coletivo. Um continente, um país, um estado. Um colaboraria mais com a necessidade do outro. Porque é uma forma de se unir para ajudar de forma moral – humanizaria mais as relações. Os que têm mais ajudariam os que têm de menos, sem exploração. O mundo seria muito mais coeso.</p>	<p>Depende da consciência de cada um. Em alguns encontros de economia solidária, você vê alguns cooperados agindo com deslealdade com o outro. Então eu acho que economia solidária não vem de formação, mas da natureza de consciência de cada um. Não adianta você dizer como deve ser se a pessoa não assume aquilo ali pra ela. Se ela assume: eu estou sendo individual, eu fui preconceituosa. Não é uma coisa como uma escola que você estuda, se forma, faz vestibular... É mais da pessoa ter consciência mesmo.</p>
<p><b>AMEV</b> Associação das Mulheres do Engenho Velho da Federação</p>		<p>Com a ação partindo de nós mesmos. Nas ações que a gente faz aqui muda a vida das pessoas. A gente ensina, divulga os órgãos públicos. Melhorar é a gente fazendo a nossa parte porque eu corro atrás do social há muito tempo. Hoje eu vejo um grãozinho de melhora – mulheres na sala de aula, universidade para todos. A gente tenta mudar a consciência das pessoas. A gente faz ações, intervem, explica, cobra. O serviço de coleta de lixo aqui é melhor do que a Barra de tanto a gente cobrar.</p>
<p><b>ASCOSI</b> Associação de Costureiras de Itapagipe</p>	<p>Pode, se o nome já está dizendo economia solidária. Atuando no apoio. Trazer pessoas que não tem emprego e ficam paradas. (elas falam que a APL pode ajudar também).</p>	<p>Com educação. Trazer mais emprego, gerar a renda, porque ainda está muito deficiente</p>
<p><b>Brinquedos Inteligentes</b></p>	<p>Humanizar as relações comerciais. As relações comerciais são obrigatórias, não dá para viver sem comercializar. Mas é possível humanizar, tornar mais ético, mais moral, porque ta foda.</p>	<p>A gente tem contribuído para que o brasileiro possa pensar melhor, a revolução é educacional, se houvesse educação não haveria um estado como o que existe hoje. A gente contribui assim, mas como eu acho que é duro para resolver então só a boa e velha revolução.</p>
<p><b>COMUFE</b> Cooperativa de Mulheres da Federação</p>	<p>Ela poderia ajudar muito a diminuir o desemprego. Porque a cooperativa, por exemplo, as pessoas entraram, mas foram saindo até ficarem 16 pessoas. Só que se todas estas pessoas fossem orientadas e recebessem um rendimento a cada mês e tivessem uma previdência isto estaria gerando renda sim. Os produtos que a gente vende todo mundo gosta. Quem não gosta</p>	<p>Primeiro de tudo a educação. Porque no momento que você tem conhecimento, que você tem sabedoria, você sabe lutar pelos seus direitos, você pode lutar pelas melhoras. Então a princípio de tudo seria a educação. Porque por mais que se fale assim “a reparação do negro”... eu já estou até fugindo da cooperativa, mas um assunto puxa o outro... Vestibular comunitário...</p>



	de uma bolsa? Então é uma coisa que pode levantar a auto-estima das pessoas, porque todo mundo quer trabalhar para ganhar dinheiro, mesmo que seja pouquinho. E por que trabalhar cada um fazendo uma coisa isolada? Porque nós não temos a referência solidária.	
<b>COOMARTES</b> Cooperativa de Mulheres Artesãs do Subúrbio de Plataforma	União, porque a economia solidária significa todos unidos. A gente devia se unir para uma mesma língua	Dando oportunidades a todos. Quando você tem oportunidade de trabalhar é mais fácil
<b>Cooperativa Raízes do Povo de Israel</b>	Mudar a auto-estima das pessoas e dar trabalho as pessoas que não conseguem.	O caminho é este: a união, o respeito mútuo. Porque na economia solidária a gente aprende a se respeitar e com este respeito e com esta união a gente aprende a se valorizar. E quando a gente se valoriza é muito bom. Porque não adianta a gente esperar os outros valorizarem a gente, porque quando a gente se valoriza os outros valorizam também.
<b>COPAED</b> Cooperativa Múltipla de Produção de Alimentos e Engenho Doce	Já trouxe. Pra gente da COOPAED já trouxe. Muitas pessoas hoje têm aqui uma autonomia maior. Sabe discutir as coisas do seu ponto de vista. Olham as pessoas de igual, não tem aquela coisa de se sentir inferior. Muita gente chegou aqui caladinho sem abrir a boca e hoje já joga duro na produção, nas reuniões. Então você vê o crescimento das pessoas. A economia solidária traz a valorização do ser humano.	Éta! Aí é complicado... Mas eu acho que tem que partir de formação. Com bastante formação e informação a gente pode aprender. A gente tem que olhar para o ser humano. O ser humano não é máquina. Se eu não estou me sentindo bem eu não vou produzir bem. Não adianta me colocar para fazer uma torta hoje se eu não estiver bem, vai sair uma porcaria! Então é a formação. Investir na capacitação humana.
<b>COOPARTES</b> Cooperativa de Jovens Artesãos		Com as pessoas querendo ajudar mais umas as outras. Quando a gente se ajuda é melhor porque não tem emprego lá fora. Eu preferia ter um emprego lá fora porque paga INSS, assina carteira, mas não tem. Então a gente tem que se ajudar.
<b>COOPERART</b> Cooperativa Múltipla de Artesãos (nome fantasia)	A economia solidária já vem apontando algumas mudanças. Só a gente conseguir reunir um publico com este aí, que é um publico que não tinha noção, que não sabia se reunir, que a forma de organização era nenhuma. E hoje já começa a se organizar. Então a economia solidária já está de parabéns por Ter conseguido este espaço de forma de organização. Agora é uma luta muito árdua e dura. A gente tem que lutar pra conseguir mais autonomia	As desigualdades sociais acontecem na medida que há vontade política. Se tiver vontade política de estar combatendo as desigualdades sociais, porque a gente mora em um país que é altamente rico, a gente consegue superar. Falta vontade política. Sim, a gente percebe que as pessoas vão mudando.
<b>COOPERCORTE</b>	Esperamos que com nosso	Se todo mundo tivesse um meio para

<p><b>Cooperativa de Mulheres Costurando uma Realidade Diferente</b></p>	<p>trabalho possamos vender nossos produtos, pois não adianta produzir e ficar com o produto em casa, então que se torne realidade não só para o nosso empreendimento, mas também para as pessoas que fazem sua mercadoria em casa terem um lugarzinho para vender.</p>	<p>trabalhar, ter seu dinheiro, sua casa própria então seria diferente.</p>
<p><b>COOPERTEXTIL</b> Múltipla de Produção e Trabalho de Artigos Têxteis</p>	<p>a união das pessoas, a solidariedade</p>	<p>Quando a gente coloca uma mãe, um jovem para aprender a tecelagem, a gente tira uma pessoa da rua. Dando oportunidade aos jovens – que estão desempregados – para que ele tenha experiência. O amor entre as pessoas. Mais emprego, mais casa, moradia.</p>
<p><b>Edna Batista Nascimento Bonequinhos de Jornal</b></p>	<p>Que mudança? Se todas as pessoas se juntarem, se arregassem as mangas e resolvessem fazer acontecer. Se todo mundo lutasse em um pensamento só... mas não quer...</p>	<p>Nunca pode ser superada. Se acabasse era bom, mas não acaba não. Daí pra pior. Infelizmente.</p>
<p><b>Grupo de Amigos Artesãos</b></p>	<p>A economia solidária tem trabalhado no sentido de conscientizar as pessoas e lutar por um Brasil melhor. Uma melhor condição de vida. Tem buscado muito esclarecer a mente das pessoas.</p>	<p>Através de muitos seminários, trabalho. Acho que é muita conscientização mesmo. Os seminários devem ter muita gente porque uma pessoa só é difícil. E quando tem muita gente é mais fácil fazer as pessoas abraçarem a causa</p>
<p><b>Grupo Raio de Sol</b></p>	<p>Não respondeu.</p>	<p>Não respondeu.</p>
<p><b>ONG Paciência Viva</b> Centro Brasileiro de Preservação Ambiental e desenvolvimento Sustentável</p>	<p>Eu acredito que esta é uma forma de organização do trabalho mais útil.</p>	<p>Não respondeu.</p>
<p><b>Projeto Cooperativa Ação Reciclar</b></p>	<p>Que venha mais verba, então a economia poderia vim de bom tamanho.</p>	<p>Acho que ele (ele quem? O governo?) não tem uma visão completa do que é o Ação Reciclar, (se tivesse) não sofreria tanta discriminação, porque se eles tivesse uma visão completa ele passaria a nos ajudar (o entrevistado não especifica quem é 'eles').</p>



**Brinquedos Inteligentes** – Luiz Fernando demonstrando um dos jogos produzidos e oficina de produção



**COMUFE** – Máquina de costura e armazenamento de retalhos na casa de uma das cooperadas



**COMUFE** - Tapete feito de retalhos e vista do local de produção (casa de uma das cooperadas)



**COOMARTES – Cooperadas com material de produção e Artesanato de Búzios**



**Cooperativa Raízes do Povo de Israel – Maria da Glória (entrevistada) e Maria da Glória na reunião do Fórum de Cooperativas Populares**



**COOPAED – Uma das cooperadas na produção e salgados a venda na cantina da UNIFACS**



**COOPERART** – Raimundo (entrevistado) em reunião do Fórum de Cooperativas Populares



**COOPERCORTE** – Cooperadas em processo de produção e vista do espaço utilizado como escritório e ponto de venda



**COOPERTEXTIL** – Ricardo (um dos entrevistados) com o galpão de produção ao fundo e peça em processo de produção



**Edna Bonequinhos de Jornal** – Edna (artesã) com os bonequinhos de jornal e bonequinhos de jornal em detalhes



**Grupo de Amigos Artesãos** – Iara (entrevistada) e alguns dos produtos comercializados pelo grupo



**Projeto Cooperativa Ação Reciclar – Alguns agentes de coleta (futuros cooperados) e galpão de armazenamento de material coletado**



**Projeto Cooperativa Ação Reciclar – Fotos do galpão de armazenamento de material coletado**

